

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	6
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	22
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	27
1.5 Principais clientes	37
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	38
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	51
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	52
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	53
1.10 Informações de sociedade de economia mista	58
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	59
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	60
1.13 Acordos de acionistas	62
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	63
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	64
1.16 Outras informações relevantes	65
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	66
2.2 Resultados operacional e financeiro	113
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	116
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	117
2.5 Medições não contábeis	131
2.6 Eventos subsequentes as DFs	137
2.7 Destinação de resultados	138
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	139
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	141
2.10 Planos de negócios	142
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	145
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	146
3.2 Acompanhamento das projeções	147

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	148
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	189
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	190
4.4 Processos não sigilosos relevantes	194
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	195
4.6 Processos sigilosos relevantes	196
4.7 Outras contingências relevantes	197
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	198
5.2 Descrição dos controles internos	210
5.3 Programa de integridade	213
5.4 Alterações significativas	222
5.5 Outras informações relevantes	223
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	225
6.3 Distribuição de capital	235
6.4 Participação em sociedades	236
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	237
6.6 Outras informações relevantes	238
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	239
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	242
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	243
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	245
7.4 Composição dos comitês	254
7.5 Relações familiares	263
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	264
7.7 Acordos/seguros de administradores	266
7.8 Outras informações relevantes	267
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	270

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	275
8.3 Remuneração variável	279
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	281
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	289
8.6 Outorga de opções de compra de ações	290
8.7 Opções em aberto	291
8.8 Opções exercidas e ações entregues	292
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	294
8.10 Outorga de ações	295
8.11 Ações entregues	297
8.12 Precificação das ações/opções	298
8.13 Participações detidas por órgão	301
8.14 Planos de previdência	302
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	303
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	305
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	306
8.18 Remuneração - Outras funções	307
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	308
8.20 Outras informações relevantes	309
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	310
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	311
9.4 Outras informações relevantes	312
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	313
10.1 Descrição dos recursos humanos	315
10.2 Alterações relevantes	316
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	317
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	318
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	319
10.5 Outras informações relevantes	320
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	321
11.2 Transações com partes relacionadas	326
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	390
11.3 Outras informações relevantes	393
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	394
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	395
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	396
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	412
12.5 Mercados de negociação no Brasil	413
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	414
12.7 Títulos emitidos no exterior	415
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	416
12.9 Outras informações relevantes	418
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	432
13.1 Declaração do diretor presidente	433
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	434
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	435
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	436

1.1 Histórico do emissor

1. Atividades do Emissor

1.1. Histórico do emissor

As expressões “nós”, “nossas”, “somos” e suas variações utilizadas ao longo deste documento remetem sempre à Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. (“Companhia” ou “Vamos”).

A antiga controladora da Companhia, a JSL S.A. (“JSL”), iniciou suas atividades em 1956, com o transporte de cargas gerais e, atualmente, opera em todo o território nacional e mais três países do Mercosul (Argentina, Chile e Uruguai), prestando serviços de alto valor agregado, que vão desde o transporte de cargas até a terceirização total das cadeias logísticas, sempre de forma integrada, flexível, customizada e ágil.

Na década de 1980, com base na demanda dos clientes, a JSL passou também a atuar nos serviços de transporte de seus colaboradores e na terceirização de suas frotas. Na década de 1990, observando a necessidade de redução de custos por parte dos seus clientes, a JSL passou a focar na otimização de suas cadeias de suprimentos, incluindo a conexão da empresa com seus fornecedores e clientes, por meio da prestação de serviços dedicados e customizados. Assim, a partir do ano de 2000, consolidou a prestação de serviços integrados de logística com a implementação de operações inovadoras e customizadas junto aos seus clientes, o que contribuiu para a redução dos custos logísticos, bem como com o aumento da eficiência das operações dos seus respectivos clientes. Adicionalmente, a JBS realizou aquisições de empresas como principal objetivo de ampliar a carteira de clientes em setores estratégicos.

Nesse contexto, em setembro de 2015, a Companhia foi constituída, como sociedade limitada e sob a denominação JSL Locação de Máquinas e Veículos Pesados Ltda. A Companhia foi idealizada com vistas a suprir a demanda de clientes do Grupo, consolidando somente na Companhia a locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados, com ou sem condutor, e a prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota, tanto preventiva, quanto corretiva.

Em 31 de outubro de 2017, a Companhia aprovou (i) a transformação do tipo societário, tornando-se uma sociedade por ações; (ii) alteração da denominação social, por meio da qual passou a ter sua atual denominação; (iii) a incorporação da JSL Holding Financeira Ltda. e da Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda., a qual representa parcela cindida da JSL Investimentos em Concessionárias e Lojas de Veículos, Máquinas e Equipamentos S.A., ambas sociedades controladas à época pela JSL.

1.1 Histórico do emissor

Em 22 de dezembro de 2017, foi concluída a aquisição da totalidade do capital social da Borgato Máquinas S.A., atualmente denominada Vamos Máquinas e Equipamentos S.A., da Borgato Serviços Agrícolas S.A. e da Borgato Caminhões S.A., atualmente denominadas Vamos Seminovos S.A., empresas com forte atuação no setor agrícola, as quais são, atualmente, subsidiárias integrais da Companhia.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia aprovou a sua cisão de forma a excluir os serviços financeiros prestados por sua então controlada JSL Arrendamento Mercantil S.A., de sua linha de negócio. Essa operação se deu, principalmente, para aprimorar a sinergia de cada um dos negócios desenvolvidos dentro do conglomerado do qual as companhias fazem parte, sendo que, com a conclusão da operação, a Companhia passou a deter apenas participação em negócios relacionados à sua atividade principal, qual seja, locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados.

No ano de 2019, a Companhia obteve seu registro de companhia aberta perante a CVM e constituiu a Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda.

Em abril de 2020, a JSL, à época controladora da Companhia, divulgou fato relevante acerca da aprovação do Conselho de Administração para dar continuidade ao projeto de organização de suas operações em empresas independentes, através da incorporação da totalidade de ações de emissão da JSL pela Simpar S.A. ("Simpar"), sua controladora e, em seguida, a cisão da JSL, com a versão da parcela cindida para a Simpar ("Reorganização").

A Reorganização reflete a estratégia do Grupo Simpar de gerar valor por meio da segregação de suas atividades em sociedades dedicadas, permitindo que cada sociedade se posicione melhor estrategicamente ao passar a atuar com administração própria, com orçamento independente, maior agilidade e foco exclusivo em seu negócio. Nesse sentido, a JSL deixou de exercer a função de *holding* da Companhia.

O Grupo Simpar ("Grupo") acredita que a Reorganização propiciou aos participantes do mercado um melhor entendimento e avaliação de modo segregado de cada atividade exercida pelas companhias integrantes do Grupo, o que permitiu levar a mercado companhias com diferentes portfólios de serviços, perfis de alavancagem, necessidades de capital, riscos e retornos, além de garantir a capacidade de crescimento dos negócios das empresas em apartado.

Em 29 de janeiro de 2021 a Companhia realizou sua oferta pública de ações com captação líquida primária de R\$856 milhões, iniciando a negociação das ações através do *ticker* VAMO3 no segmento do Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

1.1 Histórico do emissor

Em 18 de março de 2021, a Companhia anunciou a aquisição da Monarca Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda. ("Monarca") pela Vamos Máquinas e Equipamentos S.A., subsidiária integral da Companhia. A Monarca é uma rede de concessionárias da marca Valtra que possui presença no estado do Mato Grosso, a qual atua na comercialização de máquinas, implementos agrícolas, peças e prestação de serviços de manutenção. Em 1 de junho de 2022, a Vamos Máquinas e Equipamentos S.A., realizou a incorporação da Monarca, que tem por objetivo promover benefícios de ordem administrativa e econômica, assim como a consequente simplificação operacional do segmento de concessionárias de máquinas e equipamentos da marca Valtra.

No dia 29 de março de 2021, a Companhia celebrou contrato para nomeação de concessionário da marca ("Fendt") para a região de Sorriso, no Mato Grosso, através da Vamos Comércio de Máquinas Agrícolas Ltda, sua subsidiária integral.

Em 22 de junho de 2021, a Companhia anunciou a aquisição de 70% da BMB Mode Center S.A. ("BMB Brasil") e de 70% da BMB Latin America Sociedade Anonima de Capital Variable ("BMB México"), pela Vamos Seminovos S.A., subsidiária integral da Companhia. A BMB Brasil foi fundada há 20 anos, sendo o primeiro centro de customização de caminhões e ônibus Volkswagen/MAN do Brasil. Em 2017, foi fundada a BMB México, com o objetivo de realizar a customização de veículos pesados da Volkswagen/MAN no México.

Em 6 de março de 2022, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda, que, após realizar um aporte de capital e uma compra de participação secundária, resultou em uma participação de 70% da Vamos Seminovos na Truckvan Indústria e Comércio Ltda. e na Flal Participações e Empreendimentos Ltda. Ainda, no dia 29 de março de 2022 foi celebrado o "Protocolo e Justificação de Incorporação da Borgato Serviços Agrícolas S.A. pela Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.", com a finalidade de determinar os termos e condições de reorganização societária envolvendo a Companhia, compreendendo a incorporação, pela Companhia, de sua controlada Borgato Serviços Agrícolas S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Em 8 de abril de 2022, a Companhia realizou o fechamento da transação para aquisição da HM Empilhadeiras Ltda. ("HM").

Fundada em 1994, a HM é uma empresa de locação e comercialização de empilhadeiras, transpaleteiras, rebocadores, também tendo em seu portfólio outros equipamentos, que contava, no momento da aquisição, com uma ampla frota de 2.810 equipamentos, além de oferecer serviços de pós-venda, planos de manutenção corretiva e preventiva, venda de equipamentos seminovos, peças e pneus industriais. A HM atende a todo o território nacional e conta com sede na cidade de Campinas

1.1 Histórico do emissor

(SP) e três concessionárias Toyota nas cidades de Ribeirão Preto (SP), de Pouso Alegre (MG) e de Bauru (SP), que abrangem o interior do estado de São Paulo e o triângulo mineiro, além de uma filial na cidade de Cabo de Santo Agostinho (PE), que atua como ponto comercial e de apoio.

Em linha com o planejamento estratégico da Vamos de crescimento e diversificação dos seus setores de atuação e serviços, a aquisição ampliou de forma relevante a atuação da empresa no segmento de locação de empilhadeiras. Dessa forma, a Companhia passou a ocupar a posição de maior plataforma de locação de equipamentos como empilhadeiras, transpaleteiras, rebocadores, entre outros equipamentos, no país.

Em assembleia de acionistas de 28 de abril de 2022, foi aprovada a incorporação, pela Companhia, da sua controlada Borgato Serviços Agrícolas S.A. As administrações das companhias consideraram que, sendo as companhias do mesmo grupo econômico, a incorporação promoveria benefícios de ordem administrativa e econômica, assim como a consequente simplificação operacional acarretará a redução dos custos incidentes sobre as operações e atividades desenvolvidas pelas Companhias.

No primeiro dia do mês de julho de 2022, foram concluídas todas as condições precedentes à aquisição da Truckvan Indústria e Comércio Ltda. e da Flal Participações e Empreendimentos Ltda.

Também no mês de julho de 2022, a nota de crédito da Companhia atribuída pela Agência Fitch Ratings foi elevada a 'AAA (bra)', a qual a Administração da Companhia acredita que acarretará em melhoria adicional no custo e perfil de dívida da Companhia.

No dia 20 de julho de 2022, a Companhia abriu a maior concessionária de máquinas agrícolas da marca FENDT das Américas, que recebeu o selo EDGE de sustentabilidade, marcando a expansão orgânica da Companhia no agronegócio.

Em 21 de setembro de 2022, a Companhia realizou sua oferta pública subsequente de ações em um montante total de R\$641.432.500,00. Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da oferta, o capital social da Companhia passou de R\$632.951.035,79, dividido em 976.987.970 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal para R\$1.274.383.535,79, dividido em 1.025.397.970 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 6 de abril de 2023, a Companhia adquiriu, por meio da Transrio, sua subsidiária integral, a Tietê Veículos Ltda. ("Tietê"). A Tietê é uma rede de concessionárias de caminhões e ônibus da marca Volkswagen, com lojas nas cidades de São Paulo (SP),

1.1 Histórico do emissor

de Campinas (SP) e de Guarulhos (SP). Ainda, em abril do mesmo, a Companhia adquiriu, por meio da Vamos Máquinas, sua subsidiária integral, a DHL Distribuidora de Peças e Serviços Ltda. ("DHL Tratores"). A DHL Tratores é uma rede de concessionárias de tratores e equipamentos agrícolas da marca Valtra, com lojas nas cidades paranaenses de Ponta Grossa, Araucária, Cambará, Londrina, Ivaiporã e Cornélio Procópio.

Em 29 de junho de 2023, foi realizada a precificação da oferta pública primária e secundária de ações de emissão da Companhia, com preço de emissão por ação de R\$11,00, e distribuição de 118.389.898 ações ordinárias de emissão da Companhia, sendo: (i) 78.926.599 novas ações, no âmbito da oferta primária, e (ii) 39.463.299 ações de emissão da Companhia e titularidade da Simpar. Os recursos líquidos provenientes da oferta primária foram de, aproximadamente, R\$841 milhões, após a dedução de comissões e despesas estimadas. Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da oferta primária, o capital social da Companhia passou a ser de R\$2.142.576.124,79, dividido em 1.104.324.569 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Ainda, em 4 de setembro de 2023, a companhia passou a integrar o Índice Bovespa ("Ibovespa" ou "IBOV") da B3, para a carteira vigente entre os meses de setembro a dezembro de 2023. O Ibovespa reúne as empresas com maior negociabilidade e representatividade do mercado de capitais brasileiro, e por ser o principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3, propiciou maior visibilidade da Vamos perante o mercado, sendo a sua carteira reavaliada a cada 4 meses.

Em 07 de setembro de 2023, a VAMOS celebrou acordo para aquisição da frota de caminhões do Grupo Petrópolis ("Petrópolis"), no contexto do plano de recuperação judicial da Petrópolis. A arrematação aconteceu em 15 de janeiro de 2024 com a assinatura do contrato de locação, além do cumprimento de outras condições precedentes. Foram adquiridos 2.923 caminhões, dos quais: (i) 2.390 ativos locados para a Petrópolis; e (ii) 533 caminhões a serem desmobilizados e vendidos no mercado secundário pela Companhia. Essa transação demonstra os diferenciais da Companhia e a potencialidade do ecossistema único de seus negócios (comprar, vender, trocar e locar) com a mais alta governança na gestão de suas operações, fomentando negócios rentáveis e de longo prazo, e criando soluções para seus clientes.

Em maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi impactado por eventos climáticos extremos, que causaram enchentes em grande parte do estado e afetaram 2 lojas da Companhia. Por mais que as perdas ainda estejam sendo estimadas, verificou-se que estas não foram relevantes para o negócio. A Companhia prioriza o atendimento, a segurança e o apoio às pessoas atingidas pela tragédia.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A Companhia foi considerada, em 31 de dezembro de 2023, como uma das empresas líder no setor de locação de caminhões¹, máquinas e equipamentos do Brasil², operando nesse segmento há mais de 20 anos através da nossa antiga controladora JSL e contava com uma frota de 50.384 ativos em 30 de junho de 2024.

O principal negócio da Companhia é a locação de caminhões, máquinas e equipamentos de longo prazo (na grande maioria - caminhões com contratos de prazos em média de 60 meses ou mais) com serviços que asseguram a disponibilidade da frota para seus clientes, viabilizando, assim, uma maior produtividade com menor número de ativos.

A Companhia atua de forma integrada e sinérgica em todos os seus negócios, atuando em todas as frentes de seus negócios (compra, venda, troca, locação e manutenção de seus ativos). Isso é possível, visto que a Companhia possui uma estrutura operacional com oficinas próprias e uma rede de oficinas credenciadas em todo o Brasil para atender com eficiência, assegurando a disponibilidade dos ativos locados pelos clientes da Companhia. O modelo de negócio da Companhia permite alcançar a maximização no valor da venda dos ativos em rede de lojas de seminovos, sendo uma empresa relevante no segmento de veículos de 4 a 8 anos (especialmente de 5 e 6 anos) e da rede de concessionárias. A Companhia entrega para seus clientes disponibilidade da frota alugada com redução de custo e com alta rentabilidade para o seu negócio, gerando um ciclo virtuoso. A Companhia está posicionada em um nicho de escassez de oferta com alta liquidez no mercado de seminovos, conforme indicado abaixo:



Fonte: Relatório Fenabreve 2023 ³

¹ De acordo com o Anuário Brasileiro do Setor de Locação de Veículos, divulgado em 2024 pela Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis ("ABLA"), a frota de caminhões em locação no Brasil totalizou 50,7 mil veículos pesados (caminhões, ônibus e microônibus) ao final de 2023, sendo que, no mesmo período, nossa frota comparável com esse número correspondia a 35.5 mil, incluindo caminhão-trator, caminhões, implementos, veículos utilitários e ônibus.

²JSL compra Borgato e cria maior locadora de máquinas e caminhões do país" - Fonte: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/jsl-compra-borgato-e-cria-maior-locadora-de-maquinas-e-caminhoes-do-pais.ghtml>

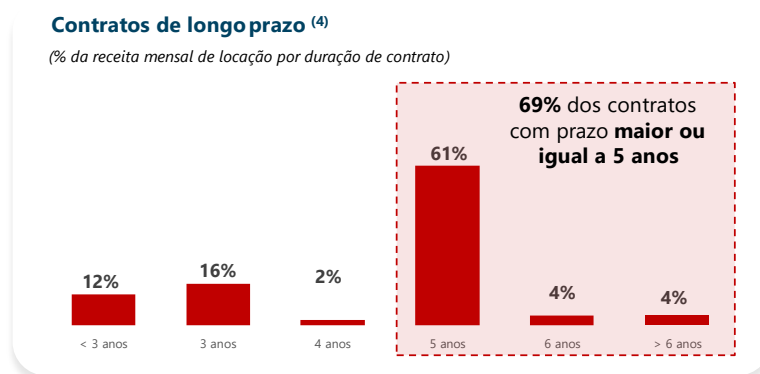
³Disponível em: <http://www.fenabreve.org.br/portaltv2/Conteudo/anuarios>.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Em 30 de junho de 2024, a Companhia contava com mais de 5.000 oficinas credenciadas, em rede nacional, para fazer a manutenção dos ativos alugados com serviço, sendo a gestão inteiramente sob responsabilidade da Companhia. Dessa forma, a Companhia tem capacidade instalada para atender clientes em todo o território nacional, suportado por sistemas e aplicativos (*apps*), como, por exemplo, um Portal do Cliente, que asseguram o controle e qualidade dos serviços.

A rede de concessionárias de caminhões e ônibus da VW, de máquinas e equipamentos agrícolas da marca Valtra e Fendt e de máquinas e equipamentos das marcas Komatsu e Toyota Empilhadeiras atuam de forma independente. Além disso, servem também para fomentar os negócios de locação e de compra e venda de caminhões, máquinas e equipamentos seminovos, cujo mercado ainda é muito incipiente no Brasil, mas que a Companhia entende ter grande oportunidade de crescimento.

Hoje parte da estratégia da Companhia é desenvolver e prestar serviços que atendam a necessidade dos seus clientes, com foco em entender, atender e encantar, gerando um ciclo virtuoso, com contratos predominantemente de longo prazo e alto índice de renovação (69% dos contratos têm prazo maior ou igual a 5 anos). Com isso, a Companhia construiu relacionamentos de longo prazo e expandiu seus negócios, sendo o trabalho em equipe o grande diferencial.



Fonte: Companhia

⁽⁴⁾ Números referentes ao período findo em 30 de junho de 2024.

A plataforma única de negócios da Companhia conta com um amplo portfólio de serviços que permite que a Companhia esteja presente em todo o ecossistema do caminhão/máquina. A Companhia é considerada a maior compradora de caminhões do Brasil, o que lhe confere condições diferenciadas para aquisição junto as montadoras. Como um dos principais diferenciais da Companhia, pode-se citar: (i) seu conhecimento dos ativos e suas atuações em diversos setores; (ii) sua equipe de gestão com ampla experiência no setor; e (iii) a possibilidade de conversão imediata de sua frota própria para terceirizada (com a aquisição da frota de seus clientes)

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

contribuem com a produtividade, controle e redução de custos de seus clientes. Contamos com a maior rede de lojas de caminhões do país e com sistemas e aplicativos inovadores que permitem controlar todo ciclo do investimento e com isso fomentar o ecossistema de caminhões no Brasil.

O modelo de negócios da Companhia está baseado em contratos de locação de longo prazo (grande maioria com prazo de 60 meses ou mais), de caminhões, máquinas e equipamentos, sem operador, com ou sem serviços de manutenção, preventiva e corretiva, assegurando a disponibilidade da frota locada para os clientes da Companhia. Esses contratos têm um fluxo de caixa com alta previsibilidade, retorno atrativo e resiliente.

A Companhia atua em diversos setores da economia, principalmente agronegócio, energia, transporte e alimentos com uma carteira diversificada de clientes e ativos locados. Além disso, em 30 de junho de 2024, a Companhia possuía uma rede de 88 lojas com ampla cobertura nacional, em 13 estados, contando com a maior rede de concessionárias de caminhões e ônibus da VW, com 20 lojas (16 lojas Transrio e 4 lojas Tietê), 26 lojas de máquinas e equipamentos agrícolas da marca Valtra, 16 lojas Fendt, 6 lojas de máquinas da marca Komatsu, 4 lojas Toyota Empilhadeiras e 16 lojas de seminovos. Com nossa rede exclusiva de lojas de seminovos, a Companhia possui uma estrutura e presença para apoiar o crescimento da empresa por todo o Brasil.

A sólida experiência na gestão da Companhia, a sua manutenção e escala na aquisição de ativos da Companhia, bem como o seu relacionamento de longo prazo com todas as montadoras presentes no país, alavancam seu poder de negociação junto às montadoras e nos permite a aquisição dos ativos com condições diferenciadas de nossos clientes e concorrentes, tendo adquirido 48.222 caminhões, máquinas e equipamentos entre 2019 e junho de 2024.

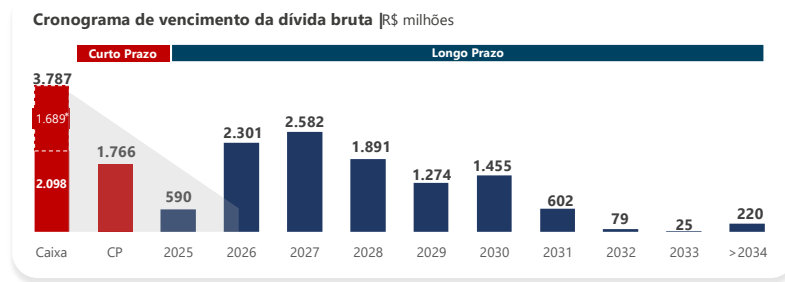
Os contratos de locação de longo prazo da Companhia, com ativos que são fundamentais para o negócio de seus clientes, garante à Companhia alto grau de previsibilidade do fluxo de caixa. Somado a isso, a rede de concessionárias e de lojas de seminovos da Companhia, com capilaridade nacional distribuída em 88 lojas, permite que a Companhia possua o domínio de todo o ciclo de seu negócio, com baixo risco de execução e lhe garante uma alta capacidade de venda dos ativos locados ao final dos contratos.

Além disso, desde 2021 a Companhia foi muito ativa no mercado de capitais com destaque para o ano de 2021 com os R\$ 850,4 milhões captados em nossa oferta pública inicial de ações ("IPO") e R\$ 1.086,5 milhão em nossa oferta pública de distribuição subsequente de ações ordinárias de nossa emissão ("Follow-on") em setembro, ambos os valores líquidos dos custos de captação. Em setembro de 2022,

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

fizemos o segundo Follow-on, que resultou em um montante total de Oferta Restrita de R\$629,8 milhões, líquidos dos custos de captação. Em junho de 2023, a Companhia realizou seu terceiro Follow-on, que resultou na captação líquida de R\$ 841 milhões em recursos.

Junto a isso, estabelecemos um longo cronograma de amortização, no qual, apenas

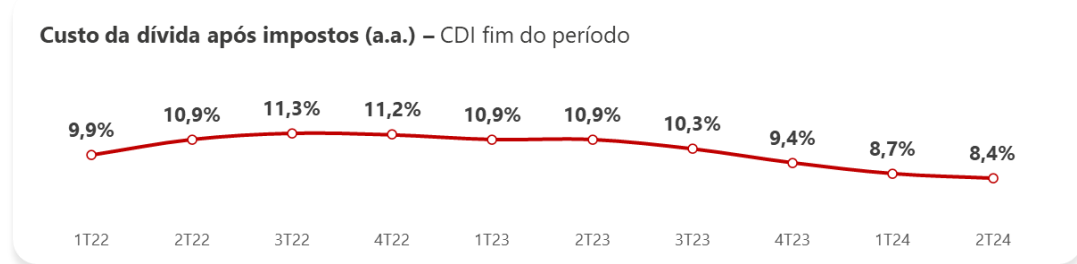


com o caixa que temos atualmente na Companhia conseguimos cobrir a dívida até meados de 2026.

Fonte: Companhia

* "Caixa" considera caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários circulantes e não-circulantes, linhas compromissadas disponíveis e captação da 11ª emissão de debêntures com liquidação ocorrida em julho/2024.

Ainda, mesmo considerando o contexto de mercado dos juros apresentado ao longo dos últimos trimestres, mantivemos o rating AAA (bra) avaliado pela FitchRating e de brAA+ avaliado pela S&P Global Ratings, apresentando queda no custo da dívida por meio de uma melhor percepção de mercado quanto ao nosso risco de crédito.



Fonte: Companhia

Assim sendo, a Companhia apresenta prazo médio da Dívida Líquida de 4,5 anos, com R\$639 milhões em linhas compromissadas disponíveis, além da captação de R\$1,050 bilhão através da 11ª emissão de debêntures realizada em julho de 2024.

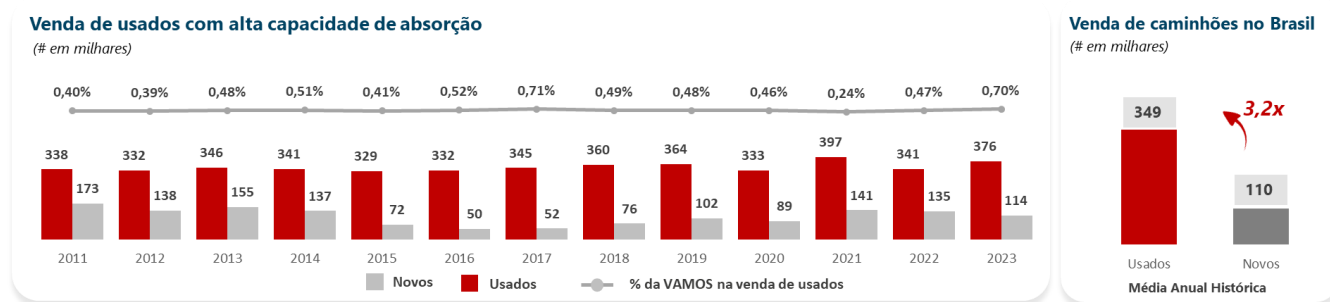
Desde o IPO, a Companhia apresenta cenário positivo de crescimento e se destaca ao se comparar com o Índice Bovespa e outras empresas que também fizeram IPO em período próximo. Segundo a Bloomberg, o Retorno Total para o Acionista (TRA)

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

para VAMO3, considerando o preço inicial de R\$26,00 (equivalente a R\$ 6,50 após o desdobramento de ações realizado em agosto de 2021) entre 28 de janeiro de 2021 e 30 de junho de 2024, é de 25%, sendo 7% de Retorno Anual (a.a.). Pela mesma fonte e período, o retorno total do Ibovespa é de 4%, enquanto o retorno anual está em 1%. Em todos os casos, é considerado o TRA com reinvestimento dos dividendos pagos, métrica apresenta pela Bloomberg.

Quantidade de ativos vendidos – VAMOS⁴

Toda a estrutura de lojas e expertise de vendas foram transferidas do Grupo Simpar para a Vamos, à medida que a empresa JSL Logística se tornou asset light e a Vamos passou a ser a empresa intensiva em ativos. Desse modo, temos que a média anual histórica de vendas de caminhões no Brasil é de 3,2x maior para os veículos usados, usando dados da Fenabrave.



Fonte: Fenabrave, ACAV e Companhia

Essa estratégia empresarial, com controle de todo o ciclo do negócio, nos tem permitido alcançar expressivo crescimento com rentabilidade altamente atrativa.

Ao passo que a Companhia se tornou uma empresa de capital intensivo com estoque de ativos relevante, a evolução significativa do preço dos caminhões novos apresenta reflexo muito positivo no valor dos ativos da Companhia, evidenciado pela margem na venda de veículos usados.

Com relação ao estoque de ativos novos, as aquisições feitas de forma antecipada e no momento correto, sustentaram o crescimento mesmo em um ambiente desafiador na cadeia de suprimentos e com forte valorização dos ativos para geração de valor.

Com intuito de permitir o constante e eficiente fechamento do ciclo do nosso negócio, desenvolvemos o negócio de Seminovos de maneira complementar, o qual está atualmente presente em 8 estados do Brasil, abrangendo todas as regiões do país junto com as concessionárias, reduzindo o custo com transporte e maximizando o valor de venda. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, o negócio de Seminovos da Companhia contava com uma estrutura de 16 lojas denominadas

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

“VAMOS Seminovos”, que proporciona otimização do giro da frota, volume e valor depreciável mais baixo para rentabilizar ainda mais nossos resultados. A Companhia se beneficiou de um mercado de seminovos resiliente e de grande proporção. Segundo dados da Fenabrave e ACAV, a venda média de caminhões novos (0km) de 2011 a 2023 foi de 110 mil caminhões e a venda de caminhões seminovos (mercado secundário) representou mais de 3 vezes o volume da venda de novos, com uma média anual de 349 mil caminhões vendidos.

Nos doze meses de 2023 o total de caminhões usados vendidos foi 2.639, o que equivale a 0,70% da venda de usados do mercado. No ano de 2022, vendemos 1.618 caminhões usados, representando 0,47% da venda de usados do mercado, e, em 2021, vendemos 963 caminhões usados, equivalente a 0,24% do mercado brasileiro de caminhões usados, o que demonstra a alta capacidade de absorção do nosso produto nesse mercado.

Informações Financeiras Consolidadas (valores em R\$ milhões)	Exercício social findo em 30 de junho de		Var. %	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Var. %
	2024	2023		2024 x 2023	2023	
Receita Líquida	3.609,37	3.151,23	14,54%	6.085,50	4.913,50	23,90%
Lucro líquido ⁷	323,88	275,72	17,46%	587,00	668,6	-12,20%
Lucro líquido Ajustado*	388,50	275,72	40,90%	587,00	668,6	-12,20%
EBITDA ⁸	1.597,60	1.324,38	20,63%	2.668,15	1.933,1	38,03%
Margem EBITDA ⁹	44,26%	42,03%	2,24 p.p.	43,84%	39,30%	4,50 p.p.
EBITDA Ajustado*	1.695,51	1.324,38	28,02%	2.668,15	1.933,10	38,00%
Margem EBITDA Ajustada*	46,98%	42,03%	4,95 p.p.	43,80%	39,30%	4,5 p.p.
Dívida Bruta ¹⁰	12.787,34	10.334,49	23,73%	11.364,00	7.667,30	48,20%
Dívida Líquida ¹¹	10.689,18	8.972,69	19,13%	9.059,00	5.925,10	52,90%
Alavancagem ¹²	3,38x	3,52x	-0,13x	3,32x	3,07x	0,25x
ROE ¹³	15,55%	20,00%	-4,45 p.p.	14,02%	21,30%	-7,3 p.p.
ROIC ¹⁴	14,67%	18,60%	-3,93 p.p.	18,40%	19,00%	-0,6 p.p.

*Visão ajustada divulgada no 2T24, desconsiderando despesas com imparidade, tanto de contas a receber (Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD) não recorrentes quanto imparidade de outros ativos como estoques, imobilizado ou ativos circulantes mantidos para venda.

⁷ Lucro Líquido do período/exercício.

⁸ EBITDA: consiste no lucro ou prejuízo líquido, em bases consolidadas, antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, imparidade dos ativos, custo líquido de veículos avariados e sinistrados e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses de sociedades incorporadas e/ou adquiridas.

⁹ Margem EBITDA: consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida.

¹⁰ Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida pela somatória do total de empréstimos, financiamentos e debêntures, risco sacado a pagar e instrumentos financeiros derivativos líquidos, circulantes e não circulantes.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

¹¹ Dívida Líquida: significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, inclusive os CDCA e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (hedge) e subtraídos (a) os valores em caixa, em aplicações financeiras; e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, como concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (Veículos Floor Plan).

¹² Alavancagem para fins de covenants: O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA dos últimos doze meses de determinado período (EBITDA LTM), que inclui o EBITDA LTM das empresas adquiridas e exclui os efeitos de imparidade de ativos ocorrida nos últimos doze meses, tanto relacionado aos efeitos extraordinários deste trimestre quanto a imparidade do contas a receber (PDD) recorrente LTM, tal como previsto na escritura de nossas debêntures.

¹³ ROE: Return On Equity (em português: Retorno sobre o Patrimônio) é uma medida não contábil que reflete em percentuais o retorno sobre o patrimônio líquido médio da Companhia, evidenciando assim a capacidade da Companhia em agregar valor à ela mesma utilizando os seus próprios recursos. Seu cálculo é feito a partir da divisão do lucro líquido dos últimos doze meses de determinado período pelo patrimônio líquido médio que é obtido através da média entre os patrimônios líquidos finais dos períodos comparativos apresentados.

¹⁴ ROIC: Return On Invested Capital é uma medida não contábil que é utilizada para análises financeiras e reflete, em percentuais, o lucro gerado pelas operações da Companhia. É calculado a partir do lucro operacional ("EBIT") dos últimos doze meses de determinado período (o qual já é subtraído do Imposto de Renda) calculado através da alíquota efetiva de determinado período, dividido pela média do capital investido, a qual é representado pela somada dívida líquida média e pela média do patrimônio líquido.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, a Companhia registrou receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços de R\$ 3.609,4 milhões, alta de 14,5% com relação ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 (R\$3.151,2 milhões). No ano de 2023 a Companhia registrou receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços de R\$ 6.085,5 milhões, alta de 23,9% com relação a 2022. Desse modo, em 2022, a receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços foi de R\$4.913,5 milhões, representando um crescimento de 74,0% em comparação com o ano anterior (R\$2.823,5 milhões).

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 o EBITDA Ajustado acumulou R\$ 1.695,5 milhões, representando crescimento de 28,0% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 1.324,4 milhões). Em 31 de dezembro de 2023 o EBITDA Ajustado foi de R\$ 2.668,2 milhões (alta de 38,0% vs. 2022). Já no acumulado no ano de 2022 foi de R\$1.933,1 milhões, com um aumento de 84,2% se comparado com o acumulado de 2021 (R\$1.049,70 milhões).

Avaliando o ano de 2023, a Companhia também reportou uma posição de Caixa (incluindo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários circulantes e não-circulantes) de R\$2.305 milhões e Dívida Líquida/EBITDA em 31 de dezembro de 2023 de 3,32x. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, a Companhia reportou uma posição de Caixa (incluindo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários circulantes e não-circulantes) de R\$2.098,2 milhões e Alavancagem de 3,38x.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, a frota total da Companhia era de 50.384 ativos, sendo 39.790 caminhões e implementos e 10.594 máquinas e equipamentos, representando crescimento de 11,3% em relação ao mesmo período de 2023. Adicionalmente, a Companhia atingiu cerca de 1.540 clientes, presentes em diversos setores da economia. Na mesma data, a Companhia contava com 88 lojas,

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

sendo 72 concessionárias (16 lojas Transrio e 4 lojas Tietê) de caminhões e ônibus da marca VW, 26 concessionárias de máquinas e equipamentos agrícolas da marca Valtra, 6 concessionárias da marca Komatsu, 16 concessionárias da marca Fendt, 4 concessionárias Toyota Empilhadeiras e 16 lojas de seminovos distribuídas em 13 estados do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2023, nossa frota total era de 45.727, sendo 35.520 caminhões e 10.207 máquinas e equipamentos, representando crescimento de 4,3% em relação ao mesmo período de 2022. Adicionalmente, atingimos cerca de 1.323 clientes, presentes em diversos setores da economia. Nossa rede, na mesma data, contava com 76 lojas, sendo 18 concessionárias (15 lojas Transrio e 3 lojas Tietê) de caminhões e ônibus da marca VW, 23 concessionárias (17 lojas Valtra e 6 lojas DHL Valtra) de máquinas e equipamentos agrícolas da marca Valtra, 6 concessionárias da marca Komatsu, 11 concessionárias da marca Fendt, 4 concessionárias Toyota Empilhadeiras 14 lojas de seminovos distribuídas em 12 estados do Brasil.

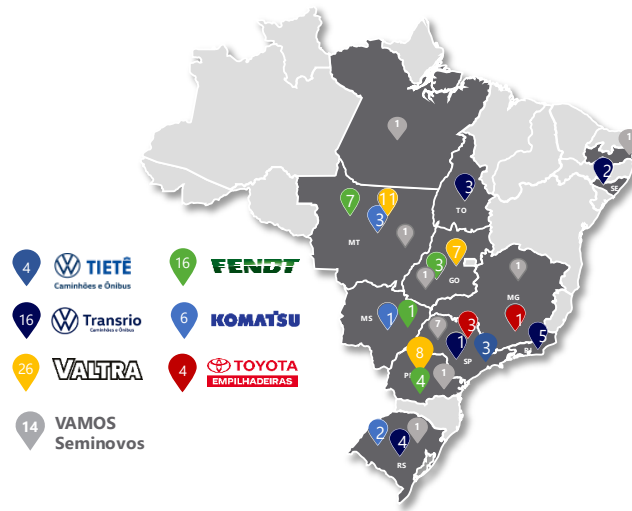
Em 31 de dezembro de 2022, possuíamos uma frota total de 43.829, sendo 34.998 caminhões e 8.831 máquinas e equipamentos, com crescimento de 85,5% em relação ao mesmo período de 2021. Nossa rede de lojas, na mesma data, possui 57 lojas, sendo 15 concessionárias Transrio de caminhões e ônibus da marca VW, 16 concessionárias Valtra de máquinas e equipamentos agrícolas, 3 concessionárias da marca Komatsu, 6 concessionárias da marca Fendt, 3 concessionárias Toyota Empilhadeiras 14 lojas de seminovos distribuídas em 12 estados do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2021, possuíamos uma frota total de 26.481 (incluindo 2.854 ativos da aquisição da HM Empilhadeiras conforme fato relevante divulgado em 09 de dezembro de 2021), sendo 20.403 caminhões e 6.078 máquinas e equipamentos. Adicionalmente, contávamos com aproximadamente 690 clientes em diversos setores. Nossa rede de lojas contava, na mesma data, com 51 lojas, sendo 14 concessionárias de caminhões e ônibus da marca VW, 16 concessionárias de máquinas e equipamentos agrícolas da marca Valtra, 3 concessionárias da marca Komatsu, 4 concessionárias da marca Fendt, 3 concessionárias Toyota Empilhadeiras e 11 lojas de seminovos distribuídas em 11 estados do Brasil.

Nossa rede de lojas também é um diferencial importante na prospecção de novos clientes, pois conseguimos oferecer uma solução completa para clientes que possuem frota própria, com a compra e venda da frota do cliente através dos nossos pontos de venda.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

O mapa abaixo mostra a distribuição geográfica das nossas 88 lojas, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024:



Fonte: Companhia

Linhas de Negócios

A Companhia atua nos segmentos de (i) locação de caminhões, máquinas e equipamentos, sem operador, com ou sem serviços de manutenção, com contratos de longo prazo; (ii) venda de caminhões, máquinas e equipamentos através das nossas concessionárias e lojas seminovos (iii) customização e industrialização de caminhões, máquinas e equipamentos. O modelo de negócio da Companhia é único, pois permite gerar valor em todas as etapas do ciclo de nosso investimento através da sinergia dos negócios.

Locação de caminhões, máquinas e equipamentos

A Companhia é uma das empresas expoentes no setor de aluguel de caminhões e equipamentos pesados, oferecendo soluções sob medida e prontamente disponíveis para os clientes.

Os contratos de locação da Companhia são de longo prazo, com duração de 5 anos em média. A Companhia oferece contratos de locação com ou sem serviços de manutenção, sempre sem operador, e asseguramos a disponibilidade da frota para seus clientes.

A Companhia oferece aos seus clientes acesso ao sistema desenvolvido pela Vamos "Portal do Cliente" para atender de forma personalizada as demandas de nossos clientes. Este Portal é interativo e possibilita a gestão e controle da frota locada, além da solicitação de agendamento de serviços de manutenção e diversas outras funcionalidades, tais como: controle da frota por região, por faixa de idade,

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

quilometragem rodado, gestão de custo de avaria, entre outros, com aderência para mobile



A Companhia oferece pacotes de serviços para atender as diversas necessidades de seus clientes, além da possibilidade de criar um plano completamente customizado para gestão da frota alugada. Os pacotes de serviços oferecem aos clientes maior clareza e facilidade na contratação dos serviços que oferecemos oferecidos pela Companhia e com isso ganhamos velocidade no fechamento de novos negócios.

O Capex Implantado da Companhia – referente aos ativos já entregues aos seus clientes e, portanto, gerando receita, – foi de R\$2.951 milhões no período de seis meses findo em 2024. Nesse mesmo período de 2023, esse montante foi de R\$2.364 milhões e de R\$2.006 milhões em 2022. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023, esse montante foi de R\$4.683 milhões e de R\$4.845 milhões em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia possui uma frota com modelos diversificados, com representatividade em todas as principais marcas atuantes no Brasil, o que viabiliza a aquisição dos ativos com preços e condições diferenciadas, sendo uma forte vantagem competitiva frente aos nossos seus concorrentes e clientes.

Com relação à composição do backlog de receita, a Companhia passou a divulgar o montante referente ao volume de capex implantado – e não mais contratado – com a finalidade de informar com maior assertividade a geração futura da receita dos contratos já implantados e entregue aos seus clientes. Dessa forma, em 30 de junho de 2024, receitas futuras dos contratos vigentes e já implantados considerando o prazo remanescente dos mesmos (backlog implantado) somou R\$ 14,1 bilhões.

Por meio do segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, a Companhia oferece aos seus clientes diversos benefícios, incluindo: (i) melhorar a alocação de capital; (ii) focar em suas atividades principais; (iii) eliminar o processo de compra e venda dos ativos e risco do valor residual; (iv) melhorar o controle de gestão, manutenção e administração da frota; (v) garantia de disponibilidade,

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

possibilitando redução da frota; (vi) conhecer o real custo para o seu negócio; e (vii) economia em custos operacionais.

Em 31 de dezembro de 2023, o EBITDA de locação alcançou R\$2.547,3 milhões, um crescimento de 66,5% em relação ao mesmo período de 2022, quando totalizou R\$1.529,7 milhões.

Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos

A Companhia atua com a maior rede de concessionárias das marcas VW de caminhões e ônibus com o maior market share do Brasil na marca e Valtra de máquinas e equipamentos agrícolas. Em dezembro de 2019, após amplo processo seletivo, a Companhia foi escolhida concessionária da marca Komatsu, empresa japonesa de máquinas e equipamentos para as regiões de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ampliando seu portfólio de atuação com novos produtos e setores da economia, com abertura da nossa sua primeira loja de seminovos em Cuiabá.

A marca VW é líder no mercado nacional de caminhões, com 25,2% de market share em 2023, de acordo com dados da ACAV. A Companhia possui a maior rede de concessionárias da VW do Brasil, possuindo, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, 20 lojas (16 lojas Transrio e 4 lojas Tietê) distribuídas em 5 estados do Brasil (Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Tocantins e Sergipe). As lojas da Companhia vendem caminhões novos e seminovos, além de peças, acessórios e serviços de manutenção.

A Companhia atua no mercado de máquinas e equipamentos agrícolas com concessionárias da marca Valtra. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, a Companhia possuía 26 lojas distribuídas entre os estados do Mato Grosso, Goiás e Paraná tendo a maior cobertura nacional em área geográfica em termos de potencial de faturamento. A marca Valtra, a qual faz parte do grupo AGCO, foi a primeira fábrica de tratores no Brasil.

Em dezembro de 2019, a Companhia foi nomeada concessionária da marca Komatsu para representação nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A Komatsu foi fundada no Japão em 1921 e se instalou no Brasil em 1975. Atuando em escala global, seus principais produtos são máquinas e equipamentos para os setores de mineração, construção civil, agricultura, silvicultura, entre outros segmentos.

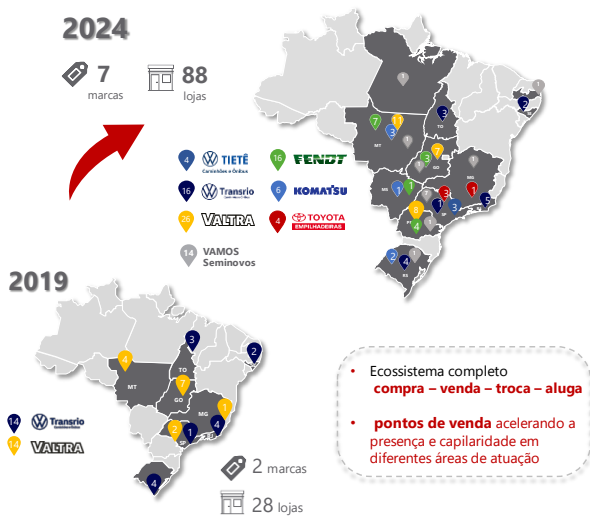
A Komatsu está presente no Brasil há mais de 45 anos e, dentro do portfólio que comercializa no Brasil (Escavadeiras, Carregadeiras, Motoniveladoras e Tratores de Esteiras), registrou em 2023 o market share de 11,5% em um mercado total de 17.960 máquinas. Os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul representaram 17% de todo mercado brasileiro, com 3.049 máquinas. Já a

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

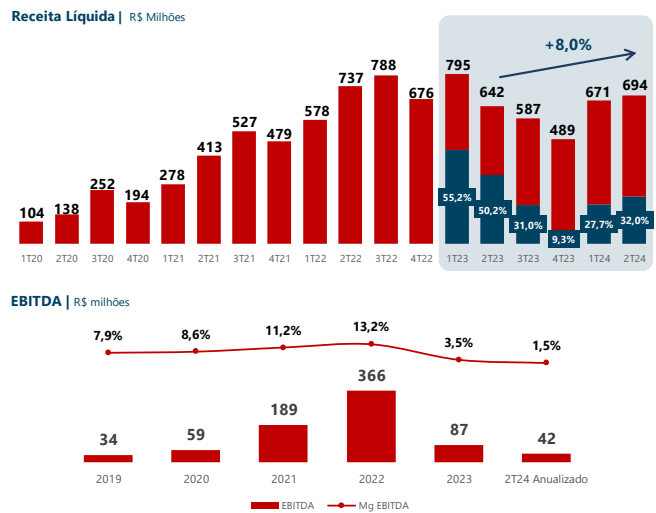
participação da Komatsu nesses estados foi de 8,7% totalizando 270 equipamentos. Vale ressaltar que o início da operação da Vamos no RS se deu em junho de 2023. Temos convicção da sinergia e complementariedade com os nossos negócios atuais da VAMOS e será mais um canal para fomentar o segmento de Locação ampliando nosso portfólio de clientes, setores da economia e regiões de atuação.

Em dezembro de 2020 assinamos o contrato com o Grupo AGCO para sermos concessionários da marca FENDT, fabricante alemã de tratores e máquinas agrícolas, mundialmente reconhecida em tecnologia para o universo do agronegócio.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, a Companhia atuava por meio de 72 lojas concessionárias representando 7 marcas. O negócio de concessionárias da Companhia evoluiu consideravelmente desde 2019 e nos últimos três anos a Companhia realizou aquisições importantes (Toyota Empilhadeiras, Tietê Veículos e DHL Valtra). Sendo assim, a Companhia se tornou o maior player do Brasil no segmento de concessionárias, sendo possível observar na comparação abaixo a sua expansão geográfica, assim como a evolução financeira do seu segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos. Se considerarmos as lojas de seminovos, o número de pontos de vendas seria 88, com 7 marcas.



Fonte: Companhia



1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Venda de ativos – Seminovos

O ecossistema único da Companhia tem evidenciado considerável transformação no valor dos ativos. Como exemplo, pode-se observar nos últimos anos uma evolução significativa do preço do caminhão zero km (tabela FIPE) com reflexo muito positivo no valor dos ativos da Companhia, evidenciado pela margem na venda de seminovos. No período entre 2007 e 2019, a inflação de caminhões 0km cresceu pelo menos 20% a cada ciclo de 5 anos (4% a.a.), conforme pode ser visto no gráfico abaixo. Também é possível observar a correlação forte entre o preço de caminhões novos e seminovos.



Fonte: Fenabreve e Companhia

No período de seis meses findos em 30 de junho de 2024, a Companhia alcançou receita líquida de venda de ativos seminovos de R\$ 333 milhões referente a 1.469 ativos desmobilizados vendidos. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023, a receita líquida de venda de ativos seminovos foi de R\$ 609,7 milhões referente à venda de 2.935 ativos desmobilizados. E, considerando o período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia obteve uma receita líquida de R\$321,1 milhões referente à venda de 1.732 ativos desmobilizados. No acumulado do ano de 2021, a receita líquida foi de R\$ 135,8 milhões referente a venda de 1.056 ativos.

Esse histórico demonstra a capacidade de venda da Companhia e assertividade no valor depreciável, levando em conta que a Companhia possui uma plataforma com uma base instalada de lojas para comprar e vender caminhões seminovos, pronta para sustentar o seu crescimento.



1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Fonte: Companhia

Em 2019, desenvolvemos o aplicativo "Vamos Seminovos" que permite a avaliação dos caminhões da Companhia ou de terceiros através de uma plataforma digital. A avaliação é feita online, com consulta da placa, avaliação de itens internos e externos e fotos do caminhão. Este aplicativo, permite que a Companhia avalie a frota de seus clientes com agilidade e segurança, gerando também oportunidade de negócio, uma vez que a Companhia tem capacidade instalada em suas lojas de seminovos e concessionárias para revenda dos caminhões adquiridos. Desta forma, a Companhia fomenta o ecossistema do nosso principal negócio (locação), acelerando a conversão de novos clientes de frota própria para frota locada, uma vez que a Companhia compra a frota do cliente, aluga uma frota nova e com isso gera também liquidez para seus clientes, tornando-se um diferencial competitivo nas negociações.

Nossa Estratégia

A Companhia acredita que a implementação das suas principais estratégias comerciais e financeiras proporcionará melhorias no desenvolvimento de suas atividades, de forma a maximizar a lucratividade de seus acionistas, propiciando vantagens sobre seus concorrentes. A estratégia contempla os temas descritos a seguir:

Expansão orgânica com foco em rentabilidade e excelência no atendimento aos clientes

A Companhia dará continuidade ao seu modelo de negócios baseado em eficiência e qualidade no atendimento ao cliente, com uma central de atendimento 24 horas, além de manter seu crescimento, consolidando e aumentando sua participação de mercado por meio das seguintes iniciativas:

- ampliar o portfólio de clientes, continuando a expandir a atuação em setores e segmentos de mercado e oferecendo seus serviços a clientes, tendo em vista que o mercado de locação de caminhões e máquinas ainda é incipiente no Brasil e é caracterizado pela baixa concorrência de empresas relevantes, bem como possui carência de oferta de serviços personalizados e com foco no cliente;
- aproveitar a tendência crescente de clientes, buscando a redução de imobilização de ativos, para se beneficiar, dentre outros, de um serviço que lhes permita conferir maior foco às suas atividades principais e obter redução de custos e na alocação de capital; e
- aproveitar eventuais oportunidades de crescimento por meio de aquisições estratégicas

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Potencialização de sinergias (*cross selling*) entre nossos segmentos de negócios

A plataforma da Companhia é composta por negócios sinérgicos que se complementam e potencializam as oportunidades de oferta (*cross selling*), otimizando sua estrutura corporativa em razão da utilização da mesma base administrativa para os seus segmentos de negócios, fortalecendo a sua marca, que é utilizada de forma única e integrada. Sua equipe comercial atua na captação e relacionamento de clientes de locação tanto de caminhões como de máquinas e equipamentos, potencializando o resultado de cada abordagem comercial. A Companhia pretende potencializar a exploração comercial dessas oportunidades de *cross selling* por meio de uma equipe capaz de oferecer a nossos seus clientes soluções integradas, com maior valor agregado em um mercado em expansão. Além disso, a Companhia pretende utilizar a base de informações de cada um dos de seus segmentos de negócios de forma a identificar as necessidades de seus clientes e lhes propor diversas soluções de locação e de serviços, aumentando, assim, suas vendas e rentabilidade.

Expansão da equipe comercial com presença nacional e criação de novos canais de venda

Em benefício da potencialização de sinergias entre nossos seus segmentos de negócio, a Companhia visamos a expansão da nossa sua força de vendas por meio da expansão da nossa sua equipe comercial e com a criação de novos canais de venda. Sendo assim, nossa sua força de vendas comercial passou de 9 membros em 2019 para 65 membros em 31 de dezembro de 2023.

O canal digital de vendas da Companhia foi lançado em março de 2021 e desde então tem contribuído para a consolidação e fortalecimento dos esforços de vendas, somando R\$2.091 milhões de CAPEX de locação desde o lançamento e representando 18% do CAPEX contratado no 4T23. Adicionalmente, lançamos o nosso programa de credenciados em abril de 2021, que conta com um time de 61 consultores credenciados, responsáveis por mais de R\$230 milhões de CAPEX de locação desde o lançamento.

Eficiência operacional e disciplina financeira

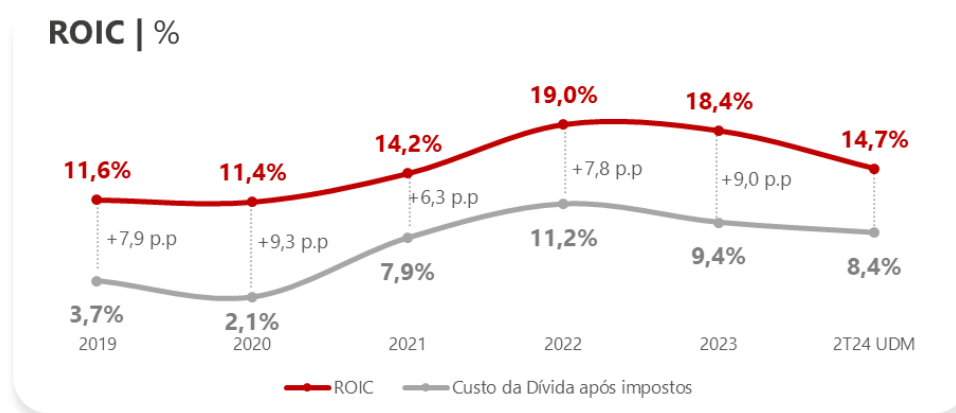
A Companhia desenvolve o seu modelo de negócio baseado no pilar de rentabilidade. A Companhia pretende expandir suas operações com eficiência operacional através de ganhos de escala e aumento da geração de caixa com disciplina financeira, maximizando o retorno sobre o capital investido aos seus acionistas.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A Companhia está estruturada operacionalmente para continuar gerando rentabilidade e melhorando nossa eficiência operacional e financeira, com a implementação de equipes 100% dedicadas ao monitoramento do mercado e à análise de capacidades operacionais internas. Com isso, a Companhia pode embasar tomadas de decisões estratégicas e executar adequações rapidamente, bem como reagir com agilidade a oportunidades atrativas de negócios que eventualmente surjam nos mercados nos quais atua ou nos quais tem interesses em atuar. A Companhia tem a intenção de continuar adotando sua rígida disciplina de capital, reforçando e introduzindo práticas que busquem melhorar a sua eficiência operacional, de forma que possa continuar crescendo com rentabilidade e eficiência, maximizando o retorno sobre o capital investido aos nossos acionistas e sem prejudicar a nossa solidez financeira. A Companhia está focada em preservar e ampliar a sua consistente geração de caixa operacional.

Evolução do Spread ROIC

Em linha com o pilar de rentabilidade, mesmo com aumento do custo de dívida após impostos em comparação com períodos anteriores, a Companhia continua com ROIC Spread – diferença entre o ROIC e custo de dívida após impostos de um mesmo período – elevado.



1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Informações relacionadas aos segmentos operacionais

A Companhia junto com suas controladas exerce suas atividades por meio dos seguintes segmentos operacionais, conforme divulgados em suas demonstrações financeiras: (i) locação de caminhões, máquinas e equipamentos; (ii) concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos e (iii) industrialização e customização de caminhões, os quais encontram-se descritos a seguir:

a) *Produtos e serviços comercializados*

(i) *Locação de caminhões, máquinas e equipamentos*

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos compreende a terceirização de frota por meio da locação de caminhões, máquinas e equipamentos e gestão de frotas. O modelo de negócios da Companhia está baseado em contratos de locação de longo prazo customizados, com ou sem serviços de manutenção, assegurando a disponibilidade da frota locada para seus clientes. A Companhia atua em diversos setores da economia, principalmente energia, agronegócio, logística, alimentos e bebidas, com uma carteira diversificada de clientes e ativos locados.

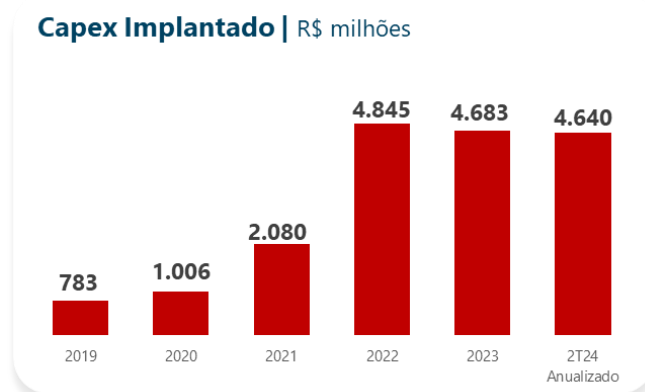
A partir do 4º trimestre de 2023, findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia passou a demonstrar o montante de receita futura (backlog) referente ao volume de capex implantado – e não mais contratado – com a finalidade de informar com maior assertividade a geração futura da receita dos contratos já implantados e entregue aos nossos clientes. Dessa forma, o backlog da Companhia foi de R\$ 12,6 bilhões, em 31 de dezembro de 2023. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, o backlog acumulado foi de R\$14,1 bilhões.

A Companhia possuía, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, 3,6 mil contratos de longo prazo assinados com seus clientes. Em 31 de dezembro de 2023, eram aproximadamente 3,0 mil contratos de longo prazo assinados com seus clientes, frente a 2,6 mil contratos assinados em 31 de dezembro de 2022, e aproximadamente 1,5 mil contratos em 31 de dezembro de 2021.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Capex Implantado (R\$ milhões)

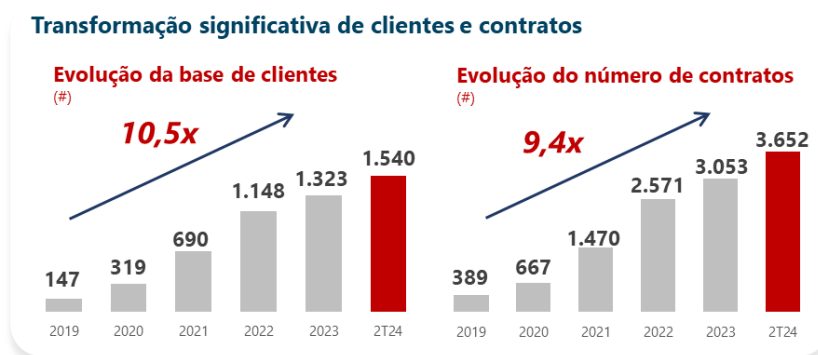
O ritmo consistente de implantação demonstra a capacidade de execução da VAMOS e resulta em crescimento e desenvolvimento sustentável do segmento de locação.



Fonte: Companhia

Evolução da base de clientes e número de contratos

Pioneirismo, escala e liderança de mercado garantem expansão do negócio e evolução da base de clientes e número de contratos.



Fonte: Companhia

(ii) Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos

O segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos compreende a comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos, novos e seminovos, bem como peças, máquinas e acessórios e prestação de serviços de mecânica, funilaria e pintura. A Companhia atua com uma rede de concessionárias da marca VW, para caminhões e ônibus, da marca Valtra e da marca FENDT para máquinas agrícolas, da marca Komatsu para máquinas linha amarela e, da marca Toyota para empilhadeiras e máquinas de intralogística.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, a Companhia possuía 88 lojas (i) concessionárias e (ii) seminovos com abrangência em todo território nacional estrategicamente localizadas em regiões e setores dinâmicos da economia brasileira.



Fonte: Companhia

(iii) Industrialização e Customização de caminhões

Em relação aos serviços de customização, a Companhia oferece soluções customizadas para veículos pesados e de alto valor agregado para seus clientes. Para realizarmos esse tipo de prestação de serviços, utilizamos tecnologia e nosso expertise em customização de veículos pesados, por meio da capacitação de engenharia diferenciada, oferecendo aos nossos clientes soluções ainda mais completas, inclusive através da criação de novos produtos.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A receita proveniente dos diferentes segmentos operacionais da Companhia, com base nas informações contábeis intermediárias e nas demonstrações financeiras consolidadas, encontra-se evidenciada na tabela abaixo:

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

(valores em R\$ mil)	Período de seis meses findo em 30 de junho de				Exercício findo em 31 de dezembro de			
	2024	%	2023	%	2023	%	2022	%
Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	2.098.738	58,15%	1.654.807	52,51%	3.484.104	57,25%	2.005.324	40,81%
Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	1.417.393	39,27%	1.460.138	46,34%	2.624.848	43,13%	2.807.880	57,15%
Industrialização e customização de caminhões	239.568	6,64%	209.986	6,66%	441.090	7,25%	232.175	4,73%
Eliminações	-146.333	-4,05%	-173.699	-5,51%	-464.560	-7,63%	-131.925	-2,68%
Receita Líquida	3.609.366	100,00%	3.151.232	100,00%	6.085.482	100,00%	4.913.454	100,00%

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 (valores em R\$ mil)					
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Industrialização e customização de caminhões	Eliminações	Consolidado
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	-34.983	1.248.425	9.559	-	1.223.001
Participação no lucro operacional consolidado (%) ¹	-2,86%	102,08%	0,78%	-	100,00%
Lucro operacional Ajustado* antes das receitas e despesas financeiras e impostos	-2.003	1.313.218	9.559	-	1.320.774
Participação no lucro operacional consolidado (%) ¹	-0,15%	99,43%	0,72%	-	100,00%

¹ A Companhia não reconcilia as informações por segmento até o lucro líquido e sim, até o lucro operacional.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 (valores em R\$ mil)					
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Industrialização e customização de caminhões	Eliminações	Consolidado
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	108.412	955.428	1.430	-	1.065.270
Participação no lucro operacional consolidado (%) ¹	10,18%	89,69%	0,13%	-	100,00%

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (valores em R\$ mil)					
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Industrialização e customização de caminhões	Eliminações	Consolidado
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	48.744	2.031.291	3.907	-	2.083.942
Participação no lucro operacional consolidado (%) ¹	2,34%	97,47%	0,19%	-	100,00%

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (valores em R\$ mil)					
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Industrialização e customização de caminhões	Eliminações	Consolidado
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	346.525	1.238.730	25.930	-	1.611.185
Participação no lucro operacional consolidado (%) ¹	21,51%	76,88%	1,61%	-	100,00%

¹ A Companhia não reconcilia as informações por segmento até o lucro líquido e sim, até o lucro operacional.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos divulgados no item 1.3, descrever:

(a) Características do processo de produção Locação de Veículos Pesados

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos está estruturado de forma a permitir o controle da Companhia durante todo o ciclo do negócio, sendo segmentado nas seguintes fases:

i. Prospecção de clientes: a Companhia conta com uma equipe comercial treinada para mapear oportunidades de negócio em todos os segmentos da economia, de forma a identificar potenciais novos clientes para a locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Nossa carteira de clientes é pulverizada, sem dependência, e acreditamos que existe um enorme mercado, ainda não explorado, a ser conquistado. A prospecção de clientes engloba tanto os clientes que já possuem frota locada, quanto clientes com frota própria. Além do serviço de locação, a Companhia oferece o serviço de manutenção (preventiva e corretiva) dos caminhões locados e garante a disponibilidade da frota aos clientes que contratam o serviço de manutenção. Isso apresenta um grande diferencial na proposta de valor oferecida ao cliente dado que ele não possui tal expertise. E, para tanto, a Companhia aproveita da experiência adquirida com o Grupo Simpar, seu acionista controlador, que, nos mais de 60 anos de história no setor de logística no Brasil, estabeleceu fortes relacionamentos que garantem melhores termos junto aos fornecedores, tanto em relação ao preço quanto à agilidade de serviço.

ii. Caminhões, máquinas e equipamentos são encomendados às montadoras: A Companhia aprimorou o modelo de negócio de locação e, decorrente de um planejamento de compras estratégico, formou um importante estoque de ativos novos, o que tem se demonstrado um potencial competitivo no mercado com produtos à "pronta entrega" para os seus clientes. Este estoque também se mostra grande gerador de valor ao longo do ciclo do ativo, decorrente de sucessivos reajustes de preços das montadoras ao longo dos períodos. A Companhia possui um time especializado na aquisição de tais ativos que atua com todos os principais fornecedores do mercado e com os quais possui relacionamento há mais de 30 anos, possuindo participação representativa nas vendas de cada um deles. Por isso, a Companhia acredita ter acesso a condições diferenciadas na negociação com esses fornecedores tanto em termos de preço, bem como prazo de entrega.

iii. Assinatura do contrato de locação: A partir do contato inicial, a equipe comercial da Companhia encaminha os dados do potencial cliente para a área de crédito, a qual elabora uma análise da situação econômico-financeira do mesmo para a aprovação de seu crédito. Além disso, a equipe de engenharia de projeto desenvolve um estudo detalhado que considera as necessidades de cada cliente. Por fim, uma

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

proposta comercial é elaborada e, após aprovada internamente, é apresentada ao cliente. A Companhia utiliza uma minuta padrão de contrato para a formalização dos serviços, principalmente no que se refere às cláusulas de reajustes de preços conforme os índices inflacionários e de previsão de multa de 50% do valor remanescente do contrato no caso de rescisão pelo cliente. Geralmente, os contratos da Companhia preveem pagamento mensal e possuem prazo médio de 5 anos. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, a Companhia contava com aproximadamente 3.652 contratos firmados com seus clientes. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia contava com aproximadamente 3.053 contratos firmados com seus clientes. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia contava com um total de 2.571 contratos firmados com seus clientes. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contava com um total de 1.470 contratos firmados com os seus clientes.

iv. Caminhões, máquinas e equipamentos são entregues ao cliente: Além do longo relacionamento que a Companhia tem com as principais montadoras, a sinergia com o Grupo Simpar traz agilidade e flexibilidade na compra desses ativos. Isto permite à Companhia reduzir sensivelmente o prazo de entrega e sua exposição ao risco de fornecimento em períodos de alta demanda, além de ter ativos à pronta entrega pelo aprimoramento do seu modelo de negócio. No caso dos contratos com clientes que também contratam o serviço de manutenção dos veículos, a Companhia desenvolve um plano que contempla: o tipo de ativo, a intensidade no uso do ativo, a localização geográfica prevista no contrato, entre outros. Assim, a Companhia opta entre o modelo que oferece o suporte de oficinas locais próximas às operações de seus clientes e/ou por manter um centro de manutenção próprio localizado no cliente.

v. Veículos retornam para a Companhia e são disponibilizados à venda: Ao final dos contratos de locação, ou mediante renovação, efetuamos a venda dos caminhões, máquinas e equipamentos. Para tal, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, a Companhia contava com 88 lojas, sendo 16 lojas de seminovos e 72 concessionárias. Essa revenda é a última etapa ciclo do negócio, sendo fundamental para garantir o retorno financeiro esperado pela Companhia nesse segmento. Para garantir a qualidade do ativo na revenda, a Companhia realiza uma vistoria nos ativos que retornam de clientes e, em especial para os contratos sem a contratação do serviço de manutenção corretiva e preventiva. Para isso, a Companhia exige através de cláusulas contratuais que os ativos estejam em boas condições ao retornarem à Companhia no final do contrato. A Companhia vende 100% de sua frota em sua rede de lojas, espalhadas por 12 estados brasileiros, que impulsionam o giro de seus ativos. Além disso, a Companhia conta com a sinergia com o Grupo Simpar para identificar contatos dos potenciais compradores dos seus ativos seminovos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Concessionárias de Veículos e Lojas de Seminovos

O segmento de concessionárias e lojas de seminovos consolida os 88 pontos de vendas. Dentre as 72 concessionárias, a Companhia possui 26 lojas concessionárias da marca Valtra, de máquinas agrícolas; 20 lojas da marca Volkswagen, de caminhões e ônibus; 6 concessionárias da marca Komatsu, 16 concessionárias da marca Fendt, e 4 concessionárias da marca Toyota Empilhadeiras. A Companhia acredita ter atualmente uma das maiores redes de concessionárias de caminhões e ônibus Volkswagen do país, em termos de quantidade de pontos de venda, de acordo com dados públicos disponibilizados pela montadora. A Volkswagen é uma das maiores montadoras de veículos pesados da América do Sul, com capacidade de produção de 80 mil veículos por ano a partir de sua fábrica em Resende (RJ). Segundo dados da Fenabrave, em 2023 a Volkswagen registrou o licenciamento de 27.015¹, em 2022 de 34.508² caminhões e em 2021 de 37.460³ caminhões.

¹ Fonte: Fenabrave - [Anuário Fenabrave 2023](#)

² Fonte: Fenabrave - [Anuário Fenabrave 2022](#)

³Fonte: Fenabrave - [Anuário Fenabrave 2021](#)

Atualmente, a Companhia é a maior rede de concessionárias de máquinas agrícolas Valtra do país. A Valtra, empresa do grupo AGCO, é hoje uma das maiores fabricantes e também exportadoras de máquinas agrícolas do Brasil, com uma de suas duas plantas de produção localizada em Mogi das Cruzes (SP), e uma rede de distribuição de 26 pontos de venda.

(b) Características do processo de distribuição

Locação de Veículos Pesados

A Companhia possuía um time comercial de 49 gerentes e executivos de negócios no final de 2021, enquanto em dezembro de 2022 passou a ter um time comercial de 72 gerentes e executivos de negócios. Em dezembro de 2023, a Companhia possuía um time comercial de 65 gerentes e executivos de negócios.

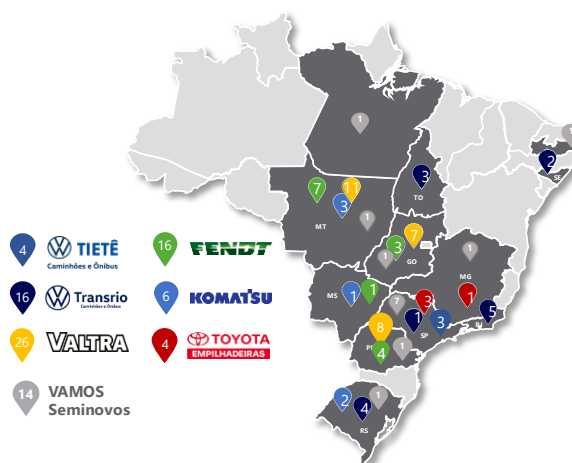
O time comercial está alocado em diversas regiões do Brasil com o objetivo de prospectar clientes para a locação de caminhões, máquinas e equipamentos em todo o território nacional. As 16 lojas da Companhia destinadas à venda de veículos seminovos que retornam no final e renovação dos contratos de locação estão distribuídas conforme abaixo. Considerando as maiores empresas de locação de caminhões e/ou máquinas e equipamentos do Brasil, a Companhia acredita ser a única empresa que possui uma rede de lojas de seminovos com alcance aos principais mercados nacionais, posicionada de forma estratégica e complementar ao seu negócio de locação.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A Companhia também possui um programa chamado Meu Negócio Vamos, que consiste em consultores autorizados que oferecem os produtos de locação de caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos para empresas de segmentos variados. O programa conta com 61 vendedores no programa de vendedores credenciados e já resultou em mais de R\$230 milhões de capex contratado (contratos fechados no período que demandam investimento em caminhões, máquinas e equipamentos) desde seu lançamento em abril de 2021. Além disso, a Companhia segue desenvolvendo e fortalecendo sua plataforma digital - 18% do capex contratado até 31 de dezembro de 2023 foi originado a partir dessa plataforma, reforçando a visão de abrangência, com diligência no crescimento, adotando sistemas modernos e tecnologias apropriadas que apoiam nessa jornada.

Concessionárias de Veículos

As 72 lojas de caminhões, máquinas e equipamentos estão presentes em 10 estados brasileiros. As 20 concessionárias Volkswagen (16 lojas Transrio e 4 lojas Tietê), focadas na venda de caminhões e ônibus, estão distribuídas entre os estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins e Sergipe. Já as 26 concessionárias da Valtra, focadas na venda de equipamentos agrícolas, estão distribuídas entre os estados de Mato Grosso, Goiás e Paraná. As 6 concessionárias da marca Komatsu estão localizadas nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Por fim, as 16 concessionárias da marca Fendt ficam no estado de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.



Fonte: Companhia

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

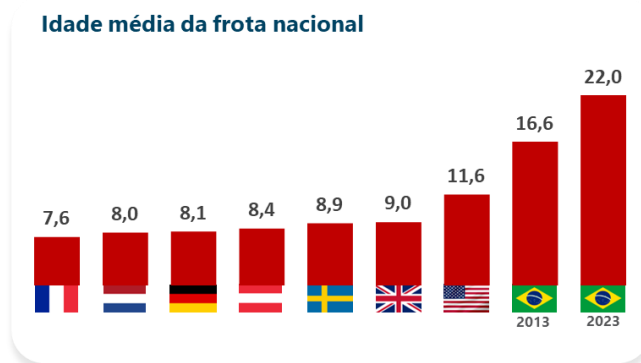
(c) Características dos mercados de atuação

Participação em cada um dos mercados

Locação de Veículos Pesados

O Brasil é dependente do transporte de cargas de caminhões, já que representa mais da metade de tudo que circula no país, especialmente todos os itens indispensáveis para o consumidor, como alimentos e combustível. O sistema ferroviário não é desenvolvido o suficiente para atingir todas as regiões do Brasil e não supre a demanda pelo transporte via rodovias. Conforme os dados públicos do Ministério da Infraestrutura, SENATRAN e RENAVAL, até o 4T23 a frota total brasileira de caminhões era composta por 3,9 milhões de caminhões. De acordo com os dados públicos do Relatório Anual da Fenabreve (Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores), a idade média dos caminhões era de 22 anos em 2023.

A elevada idade média, comparada à idade média dos veículos pesados em países desenvolvidos, como França, Holanda, Alemanha, Áustria, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos com média de 8,8 anos, sinaliza a necessidade de renovação da frota brasileira no curto prazo. Esse fato é positivo para o mercado de locação uma vez que as empresas deverão optar entre renovar sua frota via aquisição de caminhões/equipamentos novos ou alugá-la em uma conjuntura econômica brasileira pouco favorável ao investimento, principalmente em se tratando de ativos non-core para a empresa.



Fonte: FENABRAVE e Bureau of transportation statistics

O segmento de caminhões consolidou sua retomada em 2018 – alcançando o patamar de 46,8% de crescimento e mostrando a tendência de uma aceleração nas vendas do segmento. Em 2019, o número de emplacamentos continuou acelerando com aumento de 33,1%. Já em 2020, o Brasil apresentou queda de 12,3%. Entretanto, em 2021, o número voltou a crescer com elevação de 42,8%. No ano de 2022, o número de emplacamentos reduziu em 4,2% na comparação com o ano anterior. No ano de 2023, continuou a tendência do ano anterior e reduziu em

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

16,39%. Por fim, no período de seis findo em 30 de junho de 2024, o número de emplacamentos aumentou em 10,20%.

O mercado nacional de locação de caminhões, máquinas e equipamentos pesados encontra-se em um estágio incipiente. Somos uma das maiores empresas nesse mercado e, junto com os três principais players, representamos menos de 2,0% da frota total em circulação do Brasil e, portanto, enxergamos um grande potencial de crescimento nesse mercado.

ii. Condições de competição nos mercados

Segundo a Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis ("ABLA"), em 2021 existia aproximadamente 23,2 mil caminhões e ônibus vinculados ao setor privado alugados no país, representando uma penetração de 0,9% em relação aos aproximadamente 2,7 milhões de veículos (mais de 100 vezes a frota da Vamos, que correspondia a 20,4 mil caminhões em 2021) vinculados a empresas. Para o ano de 2022, segundo anuário da ABLA, a frota de caminhões e ônibus em locação no Brasil totalizou 42,7 mil unidades ao final de 2022.

Ao final de 2023, de acordo com o Anuário Brasileiro do Setor de Locação de Veículos, divulgado em 2024 pela ABLA, a frota de caminhões em locação no Brasil totalizou 50,7 mil veículos pesados (caminhões, ônibus e micro-ônibus), de um total de aproximadamente 3,0 milhões de caminhões vinculados a empresas. No mesmo período, a frota da Companhia correspondia a 35,5 mil, incluindo caminhão-tractor, caminhões, implementos, veículos utilitários e ônibus, é possível concluir que o market share da Companhia está em aproximadamente 70%.

Locação de veículos pesados

O mercado brasileiro de locação de caminhões, máquinas e equipamentos encontra-se em um estágio embrionário, com poucas empresas participantes e uma baixa penetração no mercado de veículos pesados, o que gera espaço de crescimento para todos os competidores. Além disso, há diferenças significativas entre as atuais empresas do mercado no que se refere ao tipo de ativo oferecido, nível/qualidade de serviço oferecido, marca dos ativos oferecidos, entre outros.

Concessionárias de Veículos

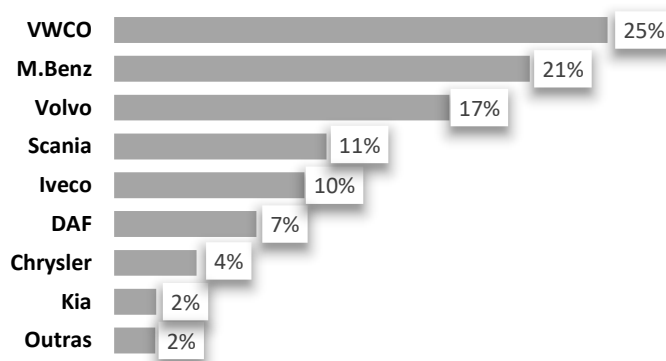
A venda média anual de caminhões novos desde 2011 é de 110 mil caminhões. A venda média de caminhões seminovos, por outro lado, apresenta maior resiliência e representa mais de 3 vezes o volume venda de novos, com uma média anual de 349 mil caminhões nos últimos 13 anos. A Companhia representou, em 2023, apenas 0,7% das vendas totais de seminovos no país, o que demonstra a alta capacidade de

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

absorção da sua frota no mercado secundário, que ainda é impulsionada pela rede de lojas próprias, atualmente com 16 unidades, distribuídas nacionalmente.

O mercado de caminhões e ônibus está entre os mais competitivos no cenário mundial, com players globais com alta capacidade comercial. A marca Volkswagen é a líder do mercado nacional de caminhões, com aproximadamente 25% de market share em dezembro de 2023. Nós nos destacamos por termos a maior rede de concessionárias da marca Volkswagen no Brasil, atuando em 5 estados, sendo 20 unidades (16 unidades Transrio e 4 unidades Tietê) com estrutura focada no atendimento de vendas e pós-vendas.

Caminhões (*market share* das montadoras no Brasil ao final do ano de 2023)



Fonte: Gráfico elaborado pela Companhia com dados da ACAV.

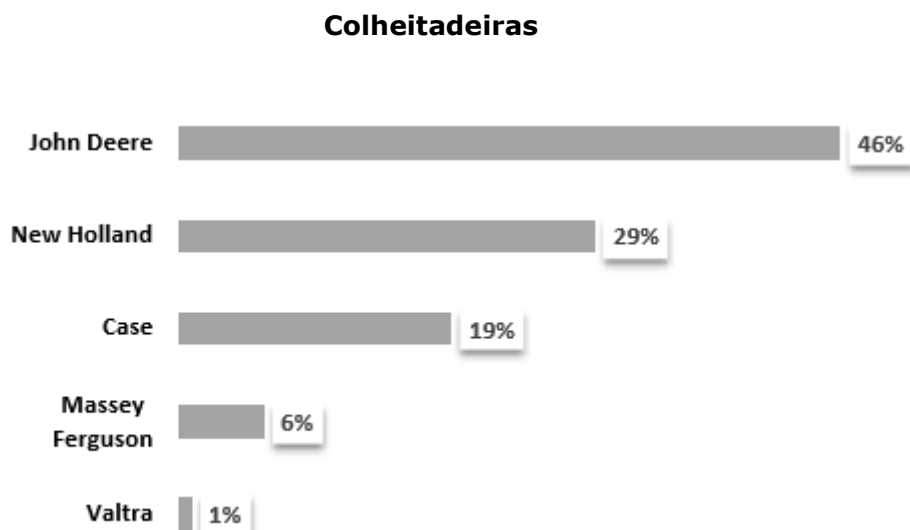
Já o mercado de máquinas agrícolas no Brasil ainda está em expansão, tendo os tratores e as colheitadeiras como os mais representativos dentro do mercado de máquinas agrícolas na Companhia. A marca Valtra foi a primeira fábrica de tratores a se instalar na América do Sul (em 1960). A marca possui uma linha completa de tratores, colheitadeiras, pulverizadores e plantadeiras; com atuação concentrada nos mercados sucroalcooleiro, grãos, cafeicultura e citricultura.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Máquinas e equipamentos (*market share* das montadoras no Brasil em 2023)



Fonte: Gráfico elaborado pela Companhia com dados da AssoreVal.



Fonte: Gráfico elaborado pela Companhia com dados da AssoreVal

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia Benefícios fiscais ou Subsídios

Não é prática no mercado em que a Companhia atua a concessão de benefícios fiscais e subsídios, de modo que não usufrui de nenhum benefício fiscal.

Situações de monopólio ou oligopólio

O mercado de atuação da Companhia não é caracterizado pela presença de monopólio ou oligopólio.

Custo de matéria prima e outras despesas

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Nos contratos de locação da Companhia em que ela oferece o serviço de manutenção da frota, preventiva e corretiva, utilizamos insumos adicionais, tais como, peças de reposição, lubrificantes, pneus, entre outros. Embora esses insumos não costumem apresentar variações bruscas em seus preços, a Companhia procura mitigar o risco relativo à volatilidade dos preços dos seus insumos por meio da inclusão de cláusulas de reajuste anual, com base na inflação do período, nos contratos celebrados com seus clientes.

Dependência de tecnologia

O modelo de negócios da Companhia não é dependente de tecnologia.

Utilização de concessões e franquias

A Companhia não utiliza concessões e franquias.

(d) Eventual sazonalidade

Os segmentos de atuação da Companhia não apresentam sazonalidade significativa.

(e) Principais insumos e matérias primas, informando:

Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável.

A Companhia possui uma base pulverizada de fornecedores não havendo concentração em um único fornecedor. Além de ser reflexo da diversificação geográfica, é parte da estratégia da Companhia possuir uma base diversificada de fornecedores.

Os fornecedores principais da Companhia são os fabricantes de caminhões, máquinas e equipamentos, tais como a Volkswagen, Mercedes, Scania, John Deere, Valtra, entre outros, das quais são adquiridos os ativos para a prestação do serviço de locação aos clientes da Companhia. Cada compra é negociada individualmente, e fatores como preço, condições de pagamento, características do ativo e perfil do caminhão ou máquina no momento da venda são considerados, além do significativo volume de compra, que favorecem a negociação com as montadoras. Os fornecedores da Companhia estão sujeitos à legislação aplicável, bem como à fiscalização de órgãos reguladores.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia não depende de forma relevante de nenhum de seus fornecedores para a realização de suas atividades, uma vez que possui uma base pulverizada, mas entende que está relativamente suscetível a variações significativas nos preços, assim como todo o mercado.

Eventual volatilidade em seus preços

A quantidade relevante de ativos adquiridos pela Companhia comparada com a capacidade instalada de seus fornecedores mitiga essa possível suscetibilidade a volatilidade dos preços dos veículos.

1.5 Principais clientes

1.5 Principais Clientes

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ou no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ou no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

(a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga (“RNTR-C”)

A regulamentação infralegal referente ao RNTR-C está contida na Resolução da ANTT nº 4.799 de 27 de julho de 2015, que pormenoriza os procedimentos e a documentação correlata necessária para a obtenção do RTNR-C, bem como prevê as penalidades aplicáveis ao transportador em relação ao RNTR-C. As multas atualmente previstas possuem valores baixos – até R\$10.500,00 – podendo a ANTT, contudo, aumentar o valor das referidas multas por meio de nova Resolução. A aplicação das penalidades estabelecidas nesta Resolução não exclui outras previstas no Código de Trânsito Brasileiro, nem exonera o infrator das cominações civis e penais cabíveis.

A Companhia está devidamente registrada no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTR-C) na categoria de Empresa de Transporte de Cargas (“ETC”). Similarmente, a empresa Vamos Máquinas e Equipamentos S.A., antiga Borgato Máquinas S.A., está devidamente registrada no RNTR-C na categoria de ETC, estes certificados foram renovados por prazo indeterminado.

A Empresa de Transporte Rodoviário de Cargas – ETC é a pessoa jurídica constituída que tenha no transporte de cargas a sua atividade principal, de acordo com definição da Lei Federal nº 11.442 de 5 de janeiro de 2007 (“Lei nº 11.442/2007”). A Lei nº 11.442/2007 categoriza o transportador de cargas conforme a sua natureza jurídica, diferenciando a figura da ETC da categoria do Transportador Autônomo de Cargas (“TAC”), que é a pessoa física que tenha no transporte rodoviário de cargas sua atividade profissional. A ETC deve ter sede no Brasil, comprovar ser proprietária ou arrendatária de pelo menos um veículo automotor de carga registrado no País, indicar um responsável técnico, o qual deverá possuir ao menos três anos de atividade ou ter sido aprovado em curso específico, e demonstrar capacidade financeira para o exercício da atividade e idoneidade de seus sócios e de seu responsável técnico (art. 2º, §2º).

Polícia Rodoviária Federal

Com suas atribuições definidas na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (“Lei nº 9.503/1997”) e no Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995, conforme a previsão constitucional que lhe incumbe zelar pela segurança pública, a Polícia Rodoviária Federal exerce a função ostensiva e repressiva com o objetivo de assegurar o cumprimento da legislação de trânsito (e demais normas pertinentes) no

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

que é concernente ao trânsito nas rodovias federais. A aplicação de multas por infrações no trânsito e o poder de autoridade de polícia de trânsito estão entre as principais atribuições da Polícia Rodoviária Federal, órgão vinculado ao Ministério da Justiça.

Os artigos 162 e seguintes da Lei nº 9.503/1997 preveem uma série de condutas sujeitas a imposição de penalidades e medidas administrativas, sendo enquadradas como infrações de trânsito quaisquer inobservâncias desta Lei, da legislação complementar ou das resoluções do CONTRAN.

Contratações Públicas

As obras, serviços e compras contratadas pela Administração Pública devem ser precedidas por processo de licitação pública, que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, salvo em hipóteses de dispensa e inexigibilidade. As normas para licitações e contratos da Administração Pública estão regulamentadas na Lei nº 8.666/93 ("Lei de Licitações"). Além disso, a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, considerados como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital e por meio de especificações usuais no mercado, está prevista na Lei nº 10.520/2002 ("Lei do Pregão"). Em decorrência da edição da Medida Provisória (MP) 1.167/2023, ocorreu a prorrogação até 30 de dezembro de 2023 da validade de três leis sobre compras públicas: a Lei de Licitações (Lei 8.666, de 1993), o Regime Diferenciado de Compras – RDC (Lei 12.462, de 2011) e a Lei do Pregão (Lei 10.520, de 2002). A MP altera a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133, de 2021), que unifica toda a legislação sobre o assunto e deveria ter entrado em vigor no dia 1º de abril 2023.

Na eventualidade de a Administração Pública promover licitação para adquirir veículos automotores, as Companhias poderão participar do processo competitivo para a comercialização de caminhões, ônibus e micro-ônibus novos e usados. Caso seja declarada vencedora do processo, as Companhias assinarão contrato administrativo com a Administração Pública e deverão cumprir com seus termos e condições, sujeito às sanções aplicáveis.

Órgãos de controle, como tribunais de contas e o Ministério Público, frequentemente fiscalizam o andamento de processos licitatórios, para inspecionar a regularidade da contratação e do seu respectivo procedimento adotado, e a própria execução contratual. Caso verifiquem irregularidades, os órgãos de controle podem instaurar processos administrativos para investigar o órgão contratante e a parte contratada, requisitando esclarecimentos, documentos e defesas.

Caso seja verificado que as Companhias participaram de processo licitatório fraudado

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

ou com irregularidades, e desde que provada conduta ilícita, as empresas poderão ser parte de processos judiciais que versem sobre aplicação de penalidades derivadas da Lei Federal 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"). As penalidades arroladas na Lei de Improbidade Administrativa são: (i) pagamento de multa civil; (ii) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de até 10 (dez) anos.

Ademais, o descumprimento de cláusulas de contratos públicos poderá ensejar a instauração de processo administrativo sancionatório para aplicação de (i) advertência, (ii) multa, na forma prevista no edital ou no contrato, (iii) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, e (iv) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Lei Ferrari

A distribuição de veículos no Brasil é regulamentada pela Lei n. 6.729/79 ("Lei Ferrari"), que prevê os campos de atuação, direitos e obrigações da montadora/concedente e concessionária, assim como os requisitos mínimos do contrato de concessão.

Constitui objeto de concessão (i) a comercialização de veículos automotores, implementos e componentes fabricados ou fornecidos pelo produtor; (ii) a prestação de assistência técnica a esses produtos, inclusive quanto ao seu atendimento ou revisão; e (iii) o uso gratuito de marca da montadora/concedente, como identificação.

A Lei Ferrari prevê que o contrato de concessão deve obedecer à forma escrita padronizada para cada marca e especificar produtos, área demarcada, bem como as condições relativas a requisitos financeiros, organização administrativa e contábil, capacidade técnica, instalações, equipamentos e mão-de-obra especializada da Concessionária. O prazo de vigência do contrato de concessão deve ser por prazo indeterminado, sendo permitido ajustá-lo inicialmente pelo prazo de 5 anos (artigos 20 e 21 da Lei Ferrari).

Por ser contratação específica, o contrato de concessão deve obrigatoriamente prever (i) delimitação da área geográfica para comercialização de veículos de uma marca específica por cada concessionária; (ii) que, além da venda de veículos novos, também cabe à concessionária a prestação de serviços de assistência técnica, garantia, revisão e venda de peças de reposição; (iii) o uso gratuito de marca da

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

montadora/concedente pela concessionária, como identificação; (iv) a fidelidade e exclusividade recíprocas concernentes aos produtos e à marca; (v) quota anual de veículos e peças que deverão ser revendidos pela concessionária; e (vi) a liberdade para fixação de preço pela concessionária para a revenda de bens e serviços ao mercado, competindo à montadora/concedente apenas sugerir o mesmo preço para toda a rede, em tratamento isonômico (artigos 3º, 5º, 7º e 13 da Lei Ferrari).

A Lei Ferrari exige que determinados assuntos sejam previstos por meio de convenção parcial de marca a ser celebrada com as categorias econômicas de produtores e distribuidores de veículos automotores.

A concessionária tem como obrigação legal o resguardo da integridade da marca e dos interesses coletivos da montadora/concedente e da rede de distribuição, atendo-se ao cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato, sendo vedado que a montadora/concedente vincule a concessionária a condições de subordinação econômica, jurídica ou administrativa e interfira na gestão de seus negócios (artigo 16 da Lei Ferrari).

Por fim, caso o contrato de concessão não seja renovado e/ou se a montadora der causa à sua rescisão, a Lei Ferrari estipula a indenização mínima a ser paga à concessionária, nos termos dos artigos 23 e 24.

No caso de o concessionário descumprir, no curso do negócio, o contrato de concessão, a rescisão do contato não pode ocorrer de forma abrupta, devendo ser precedida de aplicação de penalidades gradativas e tentativas de saneamento. A Lei Ferrari não prevê quais seriam as penalidades gradativas, mas a convenção das categorias econômicas prevê a possibilidade de aplicação de advertências e multas nessa hipótese.

A prova de justo motivo na rescisão do contrato de concessão é essencial para afastar alegações de abusividade da montadora e evitar pleitos indenizatórios milionários, haja vista que esse tipo de negócio costuma envolver grandes investimentos.

Regulamentação relativa à privacidade e proteção de dados

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relacionadas a indivíduos) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de Dados Pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

judiciário. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) na década de 90 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. Com a evolução da tecnologia de processamento de dados, a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), aprovada em 2011, também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores. A Lei do Cadastro Positivo foi recentemente alterada, em abril de 2019, para determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistema do Cadastro Positivo, com opção de solicitar sua exclusão. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet. Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), as práticas relacionadas ao uso de Dados Pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas.

A LGPD entrou em vigor em setembro de 2020 e trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia incluindo as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais. Referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas.

A LGPD tem uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou tratar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados. A LGPD será aplicada independentemente da indústria ou negócio ao lidar com dados pessoais e não está restrito a atividades de tratamento de dados realizadas através de mídia digital e/ou na internet.

Além disso, o Decreto nº 10.474 de 26 de agosto de 2020 criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), que terá poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e operadores; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros. A ANPD tem assegurada independência técnica, embora esteja

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

subordinada à Presidência da República.

A competência da ANPD prevalece sobre qualquer autoridade relacionada de outras entidades públicas no que diz respeito à proteção de dados pessoais, mas até o presente momento a ANPD ainda não editou nenhum regulamento relacionado à proteção de dados pessoais. O Decreto nº 10.474/2020 aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da ANPD. O Decreto entrou em vigor em outubro de 2020, na data de publicação da nomeação do diretor-presidente da ANPD no Diário Oficial da União, e desencadeou o prazo legalmente previsto de 2 (dois) anos para transformação da ANPD em autarquia federal autônoma. No presente panorama, a ANPD já está operando, podendo emitir normas e diretrizes que poderão se aplicar à Companhia e impor novos limites às suas atividades de tratamento de dados pessoais.

Portanto, a Companhia deverá acompanhar os desenvolvimentos legislativos e regulatórios aplicáveis ao seu setor e constantemente atualizar quaisquer atividades de tratamento de dados pessoais irregulares ou ilegais, o que indica que a Companhia poderá ter elevados custos relacionados à conformidade com as normas nacionais de proteção de dados. Caso a Companhia falhe em atualizar seus processos operacionais de acordo com os requisitos da legislação ou regulamentação aplicável, a Companhia poderá incorrer em elevadas multas, processos judiciais e danos à sua reputação.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor.

Regulamentação Imobiliária

A operação normal dos nossos estabelecimentos está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de alvará de licença de uso e funcionamento, emitido pela municipalidade competente, e licença do corpo de bombeiros competente, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. Em determinados municípios, a comprovação da regularidade da edificação do ponto de vista urbanístico e construtivo também é exigida, de modo que deve existir um habite-se válido para a edificação.

Em relação a todos os locais que ocupamos para o exercício de nossas atividades, devemos obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem esses regulamentos, que não obtenham ou renovem

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou judiciais, tais como a imposição de autos de infração, multas pelas autoridades competentes (cujo valor somente é determinado no caso específico), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização, podendo, inclusive, culminar no fechamento administrativo do imóvel), não pagamento do prêmio do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Regulamentação Ambiental

As operações da Companhia estão sujeitas a uma extensa legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente, as quais incluem, entre outros aspectos, normas relacionadas ao licenciamento ambiental para desenvolvimento de suas atividades, incluindo as emissões atmosféricas provenientes dos veículos movidos à diesel e demais equipamentos, à captação de recursos hídricos, ao lançamento de efluentes, ao gerenciamento de resíduos sólidos, entre outras. O cumprimento da legislação ambiental é fiscalizado por órgãos e agências governamentais.

Licenciamento Ambiental

A Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/1981) prevê, como um de seus instrumentos, o licenciamento ambiental, de modo que a concepção, construção, instalação, ampliação e o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, dependem do prévio licenciamento ambiental pelo órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças e autorizações legalmente exigíveis, o qual estabelecerá as condições, restrições e medidas de fiscalização do empreendimento.

Como regra geral, nas atividades com significativo impacto ambiental, o processo de licenciamento envolve três etapas sucessivas, para obtenção de Licença Prévia (LP), da Licença de Instalação (LI) e, por fim, da Licença de Operação (LO), todas emitidas com prazos determinados de validade e condicionantes específicas. Atividades com baixo impacto ambiental, assim definidas pela legislação ambiental ou pelo órgão ambiental competente, podem estar sujeitas à dispensa ou isenção de licenciamento ambiental.

A LP é emitida em fase preliminar de planejamento do empreendimento, aprovando sua localização e concepção, e estabelece condições e exigências técnicas que

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

deverão ser observadas nas fases do licenciamento. A LI autoriza a construção do empreendimento. Por fim, a LO autoriza o efetivo início e a continuidade das atividades operacionais.

Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento (construção, alteração, ampliação e operação) e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental competente.

A ausência de licença ambiental ou a operação em desacordo com as licenças ambientais emitidas, independentemente de a atividade estar causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental, e sujeita o infrator a sanções criminais e administrativas, além da obrigação de recuperar eventuais danos causados ao meio ambiente. No âmbito administrativo, além das sanções descritas no item "i" acima, podem incorrer multas pelas irregularidades referidas, no âmbito federal, e interdição das atividades.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade da Companhia de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos.

É importante, ainda, ressaltar que para os empreendimentos com significativo impacto ambiental, é exigido o pagamento de compensação ambiental sobre os impactos negativos não mitigáveis resultantes da implantação do empreendimento, por meio de destinação de recursos para implantação e manutenção de unidade de conservação.

Além do licenciamento ambiental, a legislação brasileira impõe diversas outras obrigações e exige a obtenção de outras autorizações específicas para determinadas atividades, tais como: (i) autorização para supressão de vegetação; (ii) o controle das emissões atmosféricas; (iii) a destinação final ambientalmente adequada de resíduos; (iv) o atendimento aos padrões de níveis de ruídos; (v) a obtenção de autorizações para a captação de água e lançamento de efluentes, entre outros. Ainda, a legislação determina a elaboração de estudos ambientais específicos, tais como o Estudo de Impacto de Vizinhança e o respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança (EIV/RIV) para avaliar o uso da área, qualidade do ar e outros aspectos. A não obtenção de tais autorizações e ausência de elaboração de tais estudos podem sujeitar a Companhia às penalidades de advertência, multa, embargo e interdição de atividade, de acordo com a gravidade da infração, além do dever de reparação dos danos ambientais, se houver.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Os atrasos ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade da Companhia protocolar tempestivamente os respectivos pedidos de renovação de licença ou de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação dos empreendimentos, a operação e a manutenção das atividades da Companhia.

Resíduos Sólidos

Outro controle importante é o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos gerados pela Companhia, instituído pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010). A referida lei determina que a disposição inadequada de resíduos sólidos, bem como os acidentes decorrentes do transporte desses resíduos, podem ser fator de contaminação de solo e de águas subterrâneas e ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativas e penal, além do dever de reparação dos danos causados.

Por meio da responsabilidade compartilhada, instituída pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, as tarefas e custos envolvidos nas diferentes etapas de gerenciamento de resíduos sólidos são pulverizados por toda a cadeia, na medida de responsabilização de cada uma das partes envolvidas, onde o responsável pela geração de resíduos sólidos é também responsável pela sua segregação, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, podendo ser obrigado a reparar os danos ambientais decorrentes da má gestão dos resíduos sólidos.

Nesse sentido, a contratação de terceiros para consecução de qualquer das fases do gerenciamento de resíduos sólidos, a exemplo da destinação final ambientalmente adequada, não exime a responsabilidade da contratante por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

Como já demonstrado, a legislação brasileira prevê a responsabilidade objetiva e solidária ao causador de danos ambientais, de modo que a Companhia pode ser considerada solidariamente responsável em caso de terceiros causarem prejuízos decorrentes de dano ambiental.

Como o gerenciamento de resíduos sólidos da Companhia é executado por terceiros, a Companhia pode ser adversa e significativamente afetada caso terceiros prestadores de serviço causem danos ambientais por meio das atividades que desempenham para destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Recursos Hídricos

De acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433/1997), o uso de recursos hídricos está sujeito à prévia outorga de direito de uso por parte do Poder Público, e é obrigatória para todas as atividades que utilizam corpos d'água, seja para captação de água, seja para lançamento de efluentes. A outorga de direito de uso de recursos hídricos deverá ser emitida pelo órgão ambiental competente, a partir da dominialidade do corpo d'água utilizado.

Exceto por derivações, captações, lançamentos e acumulações considerados insignificantes, ou pelo uso para satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural, todo uso relevante da água que não envolva utilização de rede pública, incluindo derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final e extração de água de aquífero subterrâneo, está sujeito à outorga do direito de uso de recursos hídricos. A falta da outorga ou o não atendimento de suas condicionantes, além da execução de obras e serviços hidráulicos, é considerada infração administrativa e pode acarretar a aplicação de multa, no valor de até R\$10.000,00, embargo da atividade, dentre outras, além de eventual exposição criminal.

Áreas Contaminadas

De acordo com a legislação ambiental brasileira, o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público.

São consideradas áreas contaminadas aquelas em que comprovadamente houve poluição ocasionada pela disposição, acúmulo, armazenamento ou infiltração de substâncias ou resíduos, implicando impactos negativos sobre os bens a proteger.

Vale destacar que a responsabilidade civil ambiental relacionada à remediação da contaminação do solo e das águas subterrâneas é objetiva e solidária, além de ser considerada como uma obrigação *propter rem*, ou seja, ônus que acompanha o bem imóvel.

As contaminações de solo e/ou de águas subterrâneas representam passivos ambientais que devem ser administrados com cautela, uma vez que a pretensão reparatória do dano ambiental é imprescritível, não se extinguindo por decurso de prazo.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A descoberta de contaminação exige providências por parte dos agentes governamentais, das entidades causadoras do dano ambiental e dos proprietários envolvidos. Deverão ser aplicadas medidas corretivas e efetiva remediação visando estabelecer níveis de qualidade compatíveis com um determinado uso futuro, o que pode ensejar o desembolso de despesas significativas.

Feita a remediação, segue-se o monitoramento dos resultados obtidos por período de tempo a ser definido pelo órgão ambiental. Os resultados do monitoramento indicarão a eficiência da remediação. Eventuais restrições de uso decorrentes de contaminação anteriormente existente e que sejam verificadas após a remediação de áreas desativadas devem ser tornadas públicas, por meio da averbação no registro de imóveis competente.

Ainda, cabe destacar que a Controladora da Companhia declarou apoio ao PACTO Global relacionados a Direitos Humanos, Direito do Trabalho, Proteção do Meio Ambiente e Combate à Corrupção – em todas as suas formas.

Responsabilidade Ambiental

Com base na legislação aplicável, a responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas distintas e independentes: (i) civil; (ii) administrativa; e, (iii) criminal. São esferas de responsabilidade consideradas distintas e independentes porque uma única ação pode gerar responsabilidade ambiental nos três níveis, com a aplicação de sanções administrativas e criminais, bem como gerar a obrigação de reparar o dano causado. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isentas, necessariamente, o agente da responsabilidade nas demais, embora existam interferências pontuais de acordo com o caso concreto.

A responsabilidade civil ambiental, delineada pela Política Nacional do Meio Ambiental (Lei Federal nº 6.938/1981), é objetiva, ou seja, independe da existência de culpa, bastando a comprovação do dano e do nexo de causalidade entre esse e a atividade desenvolvida pela Companhia para que seja configurada a obrigação de reparação ambiental.

Aquele que tenha causado dano ambiental, independentemente da existência de culpa, deverá indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por suas atividades.

Dessa maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída a quem for responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental.

Por ser a responsabilidade civil ambiental objetiva e solidária, a contratação de terceiros para prestar qualquer serviço nas unidades da Companhia, como, por

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

exemplo, a coleta, o transporte e destinação final de resíduos, não isentam a Companhia de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados caso os terceiros contratados não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

Na esfera penal, a Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998) sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia).

As penas restritivas de direitos aplicadas às pessoas jurídicas, de forma isolada, cumulativa ou alternativa, podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade, (ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade, (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações, e (iv) multa.

No que se refere à responsabilidade administrativa, prevista genericamente pela Lei Federal nº 9.605/1998 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental.

A responsabilidade administrativa decorre de uma ação ou omissão do agente que importe na violação de qualquer norma de preservação, proteção ou regulamentação do meio ambiente e, tal como a responsabilidade penal, depende da verificação de culpa ou dolo para sua caracterização, nos termos da recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

As sanções aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas pelo cometimento de eventual infração administrativa, podem incluir advertência, multas de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) que podem ser duplicadas ou triplicadas em caso de reincidência, inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, demolição de obra, suspensão parcial ou total de atividades, além das sanções restritivas de direito, que envolvem a suspensão de registro, licença ou autorização, perda ou suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contratado por entes públicos.

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

A fim de identificar os principais impactos diretos e indiretos, as iniciativas da Companhia englobam o controle do uso de materiais, como água, energia, e quilometragem rodada, e o envolvimento dos colaboradores nas ações de

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

conscientização sobre o uso eficiente dos materiais.

(c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), órgão responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual.

Após a concessão do registro, o titular da marca passa a deter o direito de uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional, para designar produtos e/ou serviços incluídos na classe na qual a marca foi registrada, por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações, mediante o pagamento das taxas administrativas aplicáveis.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

Atualmente, a Companhia é titular de diversas marcas registradas ou em processo de registro no Brasil junto ao INPI, tais como "VAMOSLOCAÇÃO", "VAMOSSEMINOVOS", "VAMOSCONFIA" e "GRUPO VAMOS", as quais são extremamente relevantes para suas atividades. Além disso, a Companhia é titular de alguns nomes de domínios associados a tais marcas, dentre os quais se destacam www.grupovamos.com.br; vamos.com.br e www.transrio.com.br.

(d) Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros: (i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos; (ii) em favor de partidos políticos; (iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

A Companhia não realizou contribuições financeiras diretamente ou por meio de terceiros.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

(a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 a receita líquida consolidada auferida pela Companhia no Brasil foi de R\$3.605,3 milhões, representando 99,89% da receita líquida total da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a receita líquida consolidada auferida pela Companhia no Brasil foi de R\$6.077,7 milhões, representando 99,87% da receita líquida total da Companhia.

(b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Desde 2022 a Companhia passou a consolidar o resultado da adquirida BMB, que possui operações no México. A receita dessas operações representa menos de 1% e, portanto, é irrelevante em relação a receita total da Companhia.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(a) Se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

As informações ASG são divulgadas anualmente através do Relatório Anual Integrado da Companhia, disponível publicamente a todos os públicos de interesse no site de Relações com Investidores.

Adicionalmente à divulgação das informações através do Relato Integrado, a Companhia também reporta e divulga suas informações em alguns índices relacionados a temática ESG, como, por exemplo: CSA (Corporate Sustainability Assessment), CDP (Carbon Disclosure Project), ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) da B3, ICO2 (Índice de Carbono Eficiente) da B3 e MSCI (Morgan Stanley Capital International).

(b) A metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relatório Anual Integrado é realizado em conformidade com as Normas GRI (Global Reporting Initiative) e diretrizes de Relato Integrado e indicadores SASB, da VRF (Value Reporting Foundation). A Companhia também adota as recomendações do (TCFD) Task Force on Climate- related Financial Disclosures) e orientação do CDP (Carbon Disclosure Project na apresentação de informações associadas às mudanças climáticas e aos processos de gestão. Revisamos nosso processo de materialidade em 2022, detectando os aspectos que nos levam à geração de valor e os impactos positivos e negativos de nossas atividades.

(c) Se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

A KPMG Auditores Independentes Ltda. Emitiu relatório de asseguração limitada sobre as informações não financeiras constantes no Relatório Anual Integrado.

(d) A página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O Relatório Anual Integrado está disponível em: <https://ri.grupovamos.com.br/estatuto-codigo-politicas-regimentos-internos-e-relato-anual/>

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(e) Se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Revisamos nosso processo de materialidade em 2022, detectando os aspectos que nos levam à geração de valor e os impactos positivos e negativos de nossas atividades.

Consideramos no trabalho documentos e premissas que embasam nossa estratégia corporativa, com a percepção de riscos e oportunidades; conteúdo dos canais de engajamento com stakeholders; e benchmarks nacionais e internacionais do setor, que nos revelam a perspectiva dos principais temas associados à nossa cadeia de valor. Nos amparamos ainda no Relatório de Riscos Globais 2022 do Fórum Econômico Mundial, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e nos parâmetros do Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Todo esse processo resultou na identificação de 13 temas iniciais, submetidos a executivos, conselheiros e outros stakeholders, que os selecionaram em razão de sua importância para os nossos negócios e priorizaram os mais representativos em abrangência e magnitude. A consulta foi ampliada por meio de questionário on-line respondidos por 676 pessoas, entre colaboradores, fornecedores, clientes, acionistas, conselheiros, investidores e financiadores, comunidades, organizações da sociedade civil, imprensa, estudantes e empresas do setor.

O resultado levou à seleção de sete temas materiais (veja na tabela a seguir), analisados e validados por nosso Comitê de Sustentabilidade, com reorganização de aspectos a fim de promover o ajuste dos conteúdos à estratégia corporativa.

Os temas definidos como materiais são:

- Ética, conformidade e boas práticas de governança corporativa
- Estratégia climática e gestão ambiental
- Valorização dos colaboradores e respeito à diversidade
- Saúde e segurança das pessoas
- Crescimento econômico-financeiro, inovação e diversificação de serviços
- Desenvolvimento da frota brasileira
- Impacto nas comunidades e na cadeia de valor

Pela melhor prática, contaremos com o processo de revisão a cada dois anos.

(f) Se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

O Relatório Anual Integrado considera os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como materiais para a Companhia:

- Ética, conformidade e boas práticas de governança corporativa – ODS 16
- Estratégia climática e gestão ambiental – ODS 3,7,12,13,14,15
- Valorização dos colaboradores e respeito à diversidade – ODS 3,4,5,8,10
- Saúde e segurança das pessoas – ODS 3
- Crescimento econômico-financeiro, inovação e diversificação de serviços – ODS 8,9,12
- Desenvolvimento da frota brasileira – ODS 9,12
- Impacto nas comunidades e na cadeia de valor – ODS 1,2,10, 16, 17

(g) Se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas.

A Companhia adota as recomendações do TCFD (Task Force on Climate-related Financial Disclosures) e orientação do CDP – (Carbon Disclosure Project) na apresentação de informações associadas às mudanças climáticas e aos processos de gestão. Adicionalmente, considera ainda os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, integrados à Agenda 2030, com os quais os indicadores estão relacionados.

(h) Se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Os inventários de emissão de gases de efeito estufa são realizados anualmente, considerando os escopos 1, 2 e 3, sendo considerada as seguintes categorias:

Escopo 1:

- Combustão móvel
- Combustão estacionária
- Emissão fugitiva
- Resíduos sólidos e efluentes

Escopo 2:

- Abordagem Localização

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Escopo 3:

- Bens e serviços comprados
- Bens de Capital
- Atividades relacionadas com combustível e energia (não inclusas nos escopos 1 e 2)
- Transporte e distribuição (upstream)
- Resíduos gerados nas operações
- Viagens a negócios
- Deslocamento de funcionários (casa-trabalho)
- Bens arrendados para terceiros (organização como arrendadora)
- Well to tank
- Tank to whell

Além disso, o inventário é auditado por terceira parte acreditada e anualmente publicado no Registro Público de Emissões, que nos garante o mais elevado nível de Governança (Selo Ouro).

(i) Explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

- **a não divulgação de informações ASG**

Não aplicável.

- **a não adoção de matriz de materialidade**

Não aplicável.

- **a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG**

Não aplicável.

- **a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas**

Não aplicável.

- **a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas**

Não aplicável.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- **a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa**

Não aplicável.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

(a) Interesse público que justificou sua criação

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) Atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) Processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Não houve aquisição, alienação ou locação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ou no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Incorporação Borgato Serviços

Em 30 de abril de 2022, a Companhia realizou a incorporação de sua controlada Borgato Serviços Agrícolas S.A. A incorporação teve como objetivo promover benefícios de ordem administrativa e econômica, assim como a consequente simplificação operacional do segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos.

Fechamento da transação de aquisição da HM Empilhadeiras

Em 8 de abril de 2022, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento ao Fato Relevante divulgado pela Companhia em 9 de dezembro de 2021, que concluiu o fechamento da aquisição da HM Empilhadeiras Ltda.

Incorporação da Monarca Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda.

Em 1º de julho de 2022, a Vamos Máquinas e Equipamentos S.A., controlada indireta da Companhia, incorporou a Monarca Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda. A incorporação teve como objetivo promover benefícios de ordem administrativa e econômica, assim como a consequente simplificação operacional do segmento de concessionárias de máquinas e equipamentos da marca Valtra.

Em 4 de março de 2022, a Vamos Seminovos S.A., controlada direta da Companhia, assinou o contrato de subscrição e de compra e venda de ações que, após um aporte de capital e uma compra de participação secundária, resultará em uma participação de 70% na Truckvan Indústria e Comércio Ltda. e na Flal Participações e Empreendimentos Ltda. (conjuntamente "Truckvan"). A transação ocorre por meio da aquisição das quotas de emissão da Braga Company Investimentos e Participações Ltda ("Braga Company") e da Rafe Investimentos e Participações Ltda ("Rafe Investimentos"), controladoras integrais da Truckvan. O fechamento da operação ocorreu em 1º de julho de 2022.

Oferta pública, com esforços restritos, de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia (*follow-on*)

Em referência ao Fato Relevante divulgado pela Companhia em 12 de setembro de 2022 ("Fato Relevante da Oferta Restrita") e ao Fato Relevante divulgado pela Companhia em 21 de setembro de 2022 ("Fato Relevante de Precificação da Oferta Restrita"), apresentamos abaixo informações relacionadas à oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente):

Em 21 de setembro de 2022, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração o preço de emissão por Ação de R\$13,25 ("Preço por Ação"), e o efetivo aumento do capital social da Companhia no montante total de R\$641.432.500,00, mediante a emissão de 48.410.000 novas ações ordinárias, bem como a sua homologação, resultando em um montante total da Oferta Restrita de: R\$641.432.500,00. Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta Restrita, o capital social da Companhia passou de R\$632.951.035,79, dividido em

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

976.987.970 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal para R\$1.274.383.535,79, dividido em 1.025.397.970 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Incorporação de determinados ativos e passivos decorrente da cisão parcial da controlada da Companhia, HM Comércio e Manutenção de Empilhadeiras Ltda. ("HM Comércio")

Em assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 31 de maio de 2023, os acionistas aprovaram a incorporação de determinados ativos e passivos representados pela parcela cindida decorrente da cisão parcial da controlada da Companhia, HM Comércio e Manutenção de Empilhadeiras Ltda. ("HM Comércio"). O capital social da Companhia não foi alterado, tendo em vista que ela é titular da totalidade das quotas de emissão da HM Comércio e a cisão parcial não resultou na emissão de novas ações da Vamos.

Fechamento da transação de aquisição da Tietê Veículos

Em 7 de junho de 2023, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento ao Fato Relevante divulgado pela Companhia em 6 de abril de 2023, que foram concluídas todas as condições precedentes à aquisição de 100% da Tietê Veículos Ltda. pela Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda., subsidiária integral da VAMOS, com aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a anuência da Volkswagen.

Aquisição da DHL Tratores

Em 26 de abril de 2023, por meio da Vamos Máquinas, subsidiária integral da Companhia, celebrou o contrato de compra e venda visando à aquisição de 100% da DHL Distribuidora de Peças e Serviços Ltda. ("DHL Tratores"). A DHL Tratores é uma rede de concessionárias de tratores e equipamentos agrícolas Valtra, com lojas nas cidades paranaenses de Ponta Grossa, Araucária, Cambará, Londrina, Ivaiporã e Cornélio Procópio.

1.13 Acordos de acionistas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ou no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ou no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024.

1.16 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a serem mencionadas no item 1.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentário dos Diretores

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Introdução

A discussão a seguir contém declarações sobre estimativas futuras que refletem nossas expectativas atuais que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, os estabelecidos na seção 4 (Fatores de risco) e outros assuntos estabelecidos neste Formulário de Referência.

As informações financeiras contidas neste item 2.1 devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas revisadas para o período de 30 junho de 2024 e 2023 e auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como com as divulgações de resultados referentes aos seis meses findo em 30 de junho de 2024 as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para: (i) os períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023; (ii) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022; (iii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iv) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação à "Receita Líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços" ("Receita Líquida")

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Principais indicadores de liquidez e desempenho financeiro

A Companhia e suas controladas vendem e operam locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados, gestão de frota nos segmentos de comercialização de veículos pesados, revenda de veículos seminovos, prestação de serviços de customização de caminhões, de mecânica e funilaria, além da produção, locação e comercialização de implementos rodoviários. A Companhia é controlada pela Simpar S.A.

Abaixo são apresentadas as principais métricas financeiras e de liquidez para avaliação do negócio da Companhia, as quais são revisadas regularmente pela administração:

(Em milhares de R\$, exceto índices)	Período de seis meses findo em 30 de junho de:	
	2024	2023
Patrimônio Líquido	5.023.528	3.912.113
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	3.227.043	2.764.924
Receita líquida venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	382.323	386.308
Receita líquida total	3.609.366	3.151.232
Lucro Líquido do período	323.863	275.727
Lucro Líquido do período ajustado	388.484	275.727
EBITDA (i)	1.597.603	1.324.381
EBITDA ajustado (ii)	1.695.513	1.324.379
EBITDA de serviços (i)	1.510.385	1.229.000
EBITDA de serviços ajustado (ii)	1.608.295	1.229.050
Margem EBITDA (iii)	44,26%	42,03%
Margem EBITDA ajustado (iii)	46,98%	42,03%
Margem EBITDA de serviços (iii)	46,80%	44,45%
Margem EBITDA de serviços ajustado (iii)	49,84%	44,45%
Dívida bruta (iv)	12.787.344	10.334.491

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Dívida líquida (v)	10.689.184	8.972.685
Caixa e equivalente de caixa	240.149	187.977
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras circulante	1.847.373	1.155.052
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras não circulante	10.638	18.777
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	216.248	72.540
Alavancagem líquida (vi)	3,39x	3,58x
Liquidez imediata (vii)	0,46	0,56
Liquidez corrente (viii)	1,31	2,00
Liquidez seca (ix)	0,66	1,23
Liquidez geral (x)	0,39	0,37

(Em Milhares de R\$)	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Patrimônio Líquido	4.735.295	3.638.888
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	5.261.921	4.592.372
Receita líquida venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	823.561	321.082
Receita líquida total	6.085.482	4.913.454
Lucro Líquido do exercício	586.959	668.629
EBITDA (i)	2.668.134	1.933.140
EBITDA de serviços (i)	2.470.693	1.846.824
Margem EBITDA (iii)	43,8%	39,3%
Margem EBITDA de serviços (iii)	46,6%	40,2%
Dívida bruta (v)	11.363.954	7.667.285
Dívida líquida (iv)	9.058.992	5.925.114
Caixa e equivalente de caixa	97.768	84.498
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras circulante	2.196.244	1.638.513
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras não circulante	10.950	19.160
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	225.019	(243.870)
Alavancagem líquida (vi)	3,32	3,07

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Liquidez imediata (vii)	0,68	0,40
Liquidez corrente (viii)	1,75	0,97
Liquidez seca (ix)	0,96	0,67
Liquidez geral (x)	0,43	0,34

(i) EBITDA consiste no lucro ou prejuízo líquido, em bases consolidadas, antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, imparidade dos ativos, custo líquido de veículos avariados e sinistrados e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses de sociedades incorporadas e/ou adquiridas.

(ii) O "EBITDA Ajustado" é calculado desconsiderando despesas com imparidade, tanto de contas a receber (Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD) não recorrentes e quanto imparidade de outros ativos como estoques, imobilizado ou ativos circulantes mantidos para venda. O "EBITDA de serviços ajustado" é calculado desconsiderando o efeito da receita líquida e dos custos de venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços (ativos desmobilizados).

(iii) A "Margem EBITDA" consiste no resultado da divisão do EBITDA pela "Receita líquida total" consolidada da Companhia. A "Margem EBITDA de serviços" consiste no resultado da divisão do EBITDA de serviços pela "Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços". Já a "Margem EBITDA ajustado" consiste no resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela "Receita líquida total" consolidada da Companhia. E a "Margem EBITDA de serviços ajustado" consiste no resultado da divisão do EBITDA de serviços ajustado pela "Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços".

(iv) "Dívida bruta" é igual ao total de empréstimos, financiamento e debêntures, arrendamentos a pagar, risco sacado a pagar e a posição líquida de instrumentos financeiros derivativos, todos circulantes e não circulantes.

(v) Dívida Líquida: significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, inclusive os CDCA e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (hedge) e subtraídos (a) os valores em caixa, em aplicações financeiras; e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, como concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (Veículos Floor Plan).

(vi) A "Alavancagem Líquida" é um indicador não contábil que procura medir o nível do nosso endividamento, em determinado período, em relação ao nosso resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA para fins de covenant, que considera o EBITDA UDM ("últimos doze meses"), EBITDA UDM de empresas adquiridas no período e desconsidera imparidade de ativos, tanto de contas a receber (Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD) recorrente e não recorrentes, quanto de outros ativos como estoques, imobilizado ou ativos circulantes mantidos para venda.

(vii) A "Liquidez imediata" é um indicador elaborado pela Companhia e definido como a soma do Caixa e equivalente de caixa mais títulos e valores mobiliários do ativo circulante, dividida pelo passivo circulante.

(viii) A "Liquidez corrente" é um indicador elaborado pela Companhia e definido como a divisão do Ativo circulante pelo passivo

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

circulante.

(ix) A "Liquidez seca" é um indicador elaborado pela Companhia e definido como soma do Caixa e equivalente de caixa mais títulos e valores mobiliários e mais contas a receber, todos do ativo circulante, dividida pelo passivo circulante.

(x) A "Liquidez geral" é um indicador elaborado pela Companhia e definido como a divisão do ativo circulante mais o realizável a longo prazo pelo passivo circulante mais o exigível a longo prazo (ou passivo não circulante).

Dívida bruta

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, a Dívida Bruta da Companhia registrou R\$12.787,3 milhões, comparado a R\$11.364,0 milhões em 31 de dezembro de 2023, um aumento de R\$1.423,4 milhões no período. Esse aumento é decorrente, principalmente, por conta da 10ª emissão de debêntures no montante de R\$500,0 milhões e financiamentos FINAME no montante de R\$741,7 milhões. Em 31 de dezembro de 2023, a Dívida Bruta da Companhia registrou R\$11.364,0 milhões, comparado a R\$7.667,3 milhões em 31 de dezembro de 2022, um aumento de R\$3.696,7 milhões na comparação do mesmo período. Esse aumento é decorrente, principalmente, da captação de recursos por meio das emissões de 2 (dois) certificados de recebíveis agrícolas (CRA), em conjunto no montante de R\$1.312,1 milhões (líquido de custos de transação), da 7ª emissão e 9ª emissão de debêntures em conjunto no montante de R\$794,8 milhões (líquido de custos de transação), nota de crédito à exportação (NCE) no montante de R\$ 447,8 milhões (líquido de custos de transação), nota comercial no montante de R\$735,4 milhões (líquido de custos de transação) e financiamentos via Finame para aquisição de veículos para locação no montante de R\$562,7 milhões, pela Vamos Locação.

Dívida líquida

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, a Dívida Líquida da Companhia registrou R\$10.689,2 milhões, comparado a R\$9.059,0 milhões em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi decorrente de captações efetuadas no período, conforme explicado na variação da dívida bruta e também por conta da redução de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras utilizados na operação. Em 31 de dezembro de 2023, a Dívida Líquida da Companhia registrou R\$9.059,0 milhões em comparação a R\$5.925,1 milhões em 31 de dezembro de 2022, um aumento de R\$3.133,9 milhões na comparação anual. Esse aumento decorre das captações efetuadas durante o exercício, conforme explicado na variação da dívida bruta, além do aumento do valor a receber sobre os instrumentos financeiros derivativos (variação de R\$468,9 milhões em comparação anual entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022) e do aumento de caixa e equivalente de caixa e de títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras, no

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

montante de R\$562,8 milhões em comparação anual entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Demais indicadores

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, a Alavancagem Líquida da Companhia registrou 3,39x (vide reconciliação da alavancagem líquida no item 2.5 deste formulário de referência), permanecendo praticamente estável em comparação ao 3,32x apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Alavancagem Líquida da Companhia registrou 3,32x em 31 de dezembro de 2023, um aumento em comparação ao 3,07x apurado em 31 de dezembro de 2022. Conforme mencionado anteriormente, a dívida líquida apresentou crescimento de 52,9%, na comparação com 31 de dezembro de 2022, assim como o EBITDA, também apresentou aumento de 38,0% em relação ao ano anterior.

Adicionalmente, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, a Companhia apresentou ativo circulante menor que o passivo circulante no montante de R\$ 100,7 milhões na controladora e maior em R\$ 1.434,0 milhões no consolidado. na controladora e no consolidado. Já ao final do exercício de 2023 apresentou ativos circulantes maiores que os passivos circulantes nos montantes de R\$ 1.015,2 milhões e R\$ 2.545,4 milhões, na controladora e no consolidado, respectivamente, apresentando uma melhora em relação ao cenário no final do exercício de 2022, quando os saldos de passivo circulante eram maiores que os do ativo circulante.

O modelo de negócios da Companhia é baseado na elaboração de contratos de locação de longo prazo para caminhões, máquinas e equipamentos. Esse modelo permite grande previsibilidade no fluxo de caixa e geração de valor dos investimentos da Companhia. Os contratos de locação possuem, em média, 5 anos de duração, com correção de índices de inflação anual e cláusula de rescisão com multa de 50% do valor remanescente do contrato, propiciando ao modelo de negócio um baixo risco de execução.

Assim, considerando o retorno que será obtido com os contratos de locação vigentes e em implantação e com a venda de ativos após o término dos contratos, sua geração de caixa é considerada suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo. A Administração antecipa que, quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais, serão cumpridas mediante recebimentos de dividendos de suas controladas ou captações alternativas de recursos.

A administração da Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais do Grupo são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(b) Estrutura de Capital

A Companhia acredita que sua atual estrutura de capital apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, condizente, na visão da administração da Companhia, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(Em milhares de R\$, exceto índices)	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de	
	2024	2023	2023	2022
Passivo circulante + Passivo não circulante (capital)	17.634.256	16.073.531	16.073.531	13.036.528
Patrimônio líquido (capital próprio)	5.023.528	4.735.295	4.735.295	3.638.888
Total Patrimônio Líquido e Passivo circulante e não circulante	22.657.784	20.808.826	20.808.826	16.675.416
Parcela de capital de terceiros	77,8%	77,2%	77,2%	78,2%
Parcela de capital próprio	22,2%	22,8%	22,8%	21,8%

No período findo em 30 de junho de 2024, o saldo de capital de terceiros era de R\$17.634,3 milhões, comparado com R\$16.073,5 milhões em 31 de dezembro 2023, representando um aumento de R\$1.560,7 milhões. Essa variação é decorrente principalmente das captações de dívidas efetuadas no período e das compras de veículos e máquinas representadas pela rubrica de fornecedores. Em relação ao capital próprio, houve um aumento neste período de R\$288.233 substancialmente pelo resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de capital de terceiros era de R\$16.073,5 milhões e de R\$13.036,5 milhões em 31 de dezembro 2022, representando aumento de R\$3.037,0 milhões ou 23,3%, impactado principalmente pelas captações de recursos por meio de instrumentos de dívida, conforme mencionado anteriormente. Já em relação ao saldo de capital próprio, houve um aumento de R\$1.096,4 milhões ou 30,1%, saindo de R\$3.638,9 milhões para R\$4.735,3 milhões, principalmente em razão do aumento de capital pela oferta subsequente de ações (*follow-on*) e pelo resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O capital de terceiros da Companhia é representado, substancialmente, por fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures e cessão de direitos creditórios a pagar.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A dívida financeira bruta da Companhia é composta por empréstimos, financiamentos e debêntures, risco sacado a pagar e posição líquida dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção da dívida. A segregação da dívida bruta, conforme exigibilidade, está demonstrada abaixo:

(Em milhares de R\$)	Em 30 de junho		Em 31 de dezembro de	
	2024	2023	2023	2022
Dívida bruta de curto prazo	1.746.869	1.131.871	1.131.871	576.696
Dívida bruta de longo prazo	11.040.475	10.232.083	10.232.083	7.090.589
Dívida Bruta (i)	12.787.344	11.363.954	11.363.954	7.667.285

(i) Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos a pagar, risco sacado a pagar e posição líquida dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger eventuais variações das dívidas, todos circulantes e não circulantes.

A diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis aceitáveis de alavancagem, especialmente considerando o perfil do negócio e a estratégia de crescimento adotada pela Companhia, que tem demandado investimentos em ativos que em geral possuem um mercado secundário líquido.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A administração da Companhia entende que o Grupo apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos conforme divulgado no item 2.1 (a) deste Formulário de Referência.

Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 eram de 0,39 e 1,31, respectivamente. Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2023 eram de 0,43 e 1,75, respectivamente (31 de dezembro de 2022 eram de 0,34 e 0,97). O índice de liquidez geral consiste no resultado da divisão do "Ativo circulante" mais "Ativo Realizável a longo prazo" pelo "Total do passivo", e o índice de liquidez corrente consiste no resultado da divisão do "Ativo circulante" pelo "Passivo circulante". No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, a Companhia possuía R\$13.003,6 milhões de empréstimos, financiamentos e debêntures. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Análise do caixa gerado ou utilizado pelas atividades operacionais, nas atividades de investimento e pelas atividades de financiamento

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, a Companhia gerou mais caixa nas atividades operacionais e nas atividades de investimento, nos montantes de R\$433,1 milhões e R\$59,6 milhões em comparação ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 e utilizou caixa nas atividades de financiamento no montante de R\$350,3 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia utilizou mais caixa nas atividades operacionais e nas atividades de investimento, nos montantes de R\$2.686,0 milhões e R\$275,0 milhões, respectivamente e gerou caixa nas atividades de financiamentos no montante de R\$2.974,3 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia utilizou mais caixa pelas atividades operacionais e nas atividades de investimento, nos montantes de R\$2.319,0 milhões e R\$141,0 milhões respectivamente e gerou mais caixa nas atividades de financiamento no montante de R\$2.391,3 milhões.

A variação do período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, em comparação com o mesmo período findo em 30 de junho de 2023 foi decorrente, substancialmente, a redução no pagamento de fornecedores, contudo compensado pela utilização de caixa para aquisição de ativo imobilizado para locação. A variação no exercício de 2023, em comparação com o exercício de 2022 decorre, principalmente da utilização de caixa para aquisição de ativo imobilizado para locação, para pagamentos de derivativos contratados e de empresas adquiridas, bem como amortização de saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures, risco sacado, arrendamentos e cessão de direitos creditórios, parcialmente compensados pela entrada de recursos decorrentes da captação de recursos por meio de emissão de certificados de recebíveis agrícolas (CRAs), nota comercial e debêntures, pela Vamos Locação, além da entrada de recursos decorrente da oferta subsequente de ações (follow-on). A variação em dezembro 2022 decorre principalmente da utilização de caixa para aquisição de ativo imobilizado para locação e para pagamento de derivativos contratados e de empresas adquiridas, parcialmente compensados pela entrada de recursos decorrentes da captação de recursos por meio de emissão de certificados de recebíveis agrícolas (CRAs) e nota comercial, pela Vamos Locação, e da captação de crédito internacional pelas controladas Vamos Máquinas, Vamos Máquinas Agrícolas e Transrio, além dos recursos captados pela oferta subsequente de ações (follow-on).

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida bruta no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(Em milhares de R\$)		
Vencimento das parcelas	Valor Total	%
Total passivo circulante	1.746.869	13,66%
Total passivo não circulante	11.040.475	85,34%
2025	609.704	4,77%
2026	2.301.213	18,00%
2027	2.581.829	20,19%
2028	1.890.873	14,79%
2029	1.274.421	9,97%
2030 em diante	2.382.435	18,63%
Total	12.787.344	100,00%

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos; e (iii) cessão de direitos creditórios provenientes dos contratos de locação de veículos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

A Companhia acredita que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía saldo com arrendamentos financeiros a pagar.

Em 31 de dezembro de 2023 o prazo médio da dívida ficou em 5,0 anos e em 31 de dezembro de 2022, o prazo médio era de 5,1 anos.

i. Contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures relevantes

Seguem abaixo as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Companhia, em vigor no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024:

1. Crédito Internacional celebrado com o JP Morgan Chase Bank, N.A. refere-se à operação de empréstimo junto a instituição financeira por meio da Lei 4.131. O contrato é remunerado (i) por taxas pré-fixadas de 2,37%; ou (ii) pela variação do dólar, observado ainda que a Companhia celebrou contrato de swap como forma de hedge (proteção) contra a exposição ao dólar. O vencimento de tal contrato será até janeiro de 2025. Em 30 de junho de 2024, o saldo devedor em aberto era de R\$558,3 milhões.
2. Contrato referente à 2ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, assinado em 16 de agosto de 2019, no valor de R\$ 800,0 milhões. O vencimento da primeira série ocorrerá em 20/08/2024, e, o da segunda série em 20/08/2026. A remuneração é de 100% DI+ limite de 1,81% a.a. para a primeira série, e, 100% DI + limite de 2,25% a.a. para a segunda série. Em 30 de junho de 2024, o saldo devedor em aberto era de R\$633.392 mil.
3. Certificado de Recebíveis do Agronegócio com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A como emissora, e, Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário, emitido em 15 de novembro de 2019. A quantidade emitida foi de 220.000 (duzentos e vinte mil) CRA, sendo (i) 98.036 (noventa e oito mil e trinta e seis) CRA Pré I; e (ii) 121.964 (cento e vinte e um mil, novecentos e sessenta e quatro) CRA Pré II. O valor nominal unitário dos CRA foi de R\$1.000,00 (mil reais), na data de emissão dos CRA. O valor total ficou

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

em R\$ 220.000 mil. O vencimento para o CRA Pré I ocorrerá em 18/11/2024, e, do CRA Pré II o vencimento ocorrerá em 16/11/2026. A remuneração é pré-fixada em 7,6% a.a. para o CRA Pré I, e, 8,0% a.a. para o CRA Pré II, observado ainda que a Companhia celebrou contrato de swap como forma de hedge em percentual do CDI. Em 30 de junho de 2024, o saldo devedor em aberto era de R\$107.470 mil.

4. Certificado de Recebíveis do Agronegócio com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A como emissora, e, Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário, emitido em 16 de junho de 2020. A quantidade emitida foi de 500.000 (duzentos e vinte mil) CRA III. O valor nominal unitário dos CRA foi de R\$1.000,00 (mil reais), na data de emissão do CRA. O valor total ficou em R\$ 500.000 mil. O vencimento para o CRA III ocorrerá em 16/06/2027. A remuneração é pré-fixada em IPCA + 5,7000 a.a., observado ainda que a Companhia celebrou contrato de swap como forma de hedge em percentual do CDI. Em 30 de junho de 2024 o saldo devedor em aberto era de R\$586.410 mil.
5. Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., em 23 de novembro de 2020, no valor de R\$ 400.000 mil, e vencimento em 14 de novembro de 2030. A remuneração é pré-fixada em IPCA + 5,7315% a.a., observado ainda que a Companhia celebrou contrato de swap como forma de hedge em percentual do CDI. O saldo devedor em aberto em 30 de junho de 2024 era de R\$452.533 mil.
6. Contrato referente à 3ª Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, datado em 10 de junho de 2021, liquidado em 08 de julho de 2021, no valor de R\$ 1.000.000 mil. O vencimento da primeira série ocorrerá em 15/06/2026, o da segunda e terceira série em 16/06/2031. A remuneração é de 100% DI + limite de 2,30% a.a. para a primeira série, 100% DI + limite de 2,75% a.a. para a segunda série, e, IPCA + 6,3605% para a terceira série, observado ainda que a Companhia celebrou contrato de swap como forma de hedge em % do CDI. O saldo devedor em aberto em 30 de junho de 2024 era de R\$1.018.253 mil.
7. Contrato referente à 4ª Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, em até 3 (três) séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, datado em 15 de outubro de 2021, liquidado em 12 de novembro de 2021, no valor de R\$ 2.000.000 mil. O vencimento da primeira série ocorrerá em 15/10/2028, o da segunda e terceira série em 15/10/2031. A remuneração é de 100% DI + limite de 2,40% a.a. para a primeira série, 100% DI + limite de 2,80% a.a. para a segunda série, e, IPCA + 7,6897%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

para a terceira série, observado ainda que a Companhia celebrou contrato de swap como forma de hedge em % do CDI para a terceira série. O saldo devedor em aberto em 30 de junho de 2024 era de R\$2.077.980 mil.

8. Contrato referente à 1ª (primeira) emissão de notas promissórias comerciais, em 14 (séries), para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com o Banco Bradesco BBI S.A, datado e liquidado em 03/12/2021, no valor de R\$ 500.000 mil. A remuneração é de 100% DI + limite de 2,40% a.a. O saldo devedor em aberto em 30 de junho de 2024 era de R\$509.022 mil.
9. Contrato referente à 5ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 séries, com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A como emissora, e Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário, emitido em 08 de abril de 2022. A quantidade emitida foi de 600.000 (seiscentas mil) debêntures, todas com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), perfazendo um montante de total de R\$ 600.000 mil. A Emissão insere-se no contexto de uma operação de securitização dos Direitos Creditórios do Agronegócio. A primeira série totaliza R\$ 303.642 mil, e, a segunda série totaliza R\$ 296. O vencimento para a primeira série ocorrerá em 14 de maio de 2032, e, da segunda série o vencimento ocorrerá em 14 de maio de 2037. A remuneração é IPCA+6,5473% a.a. para o a primeira série, e, IPCA+6,9739% a.a. para a segunda série, observado ainda que a Companhia celebrou contrato de swap como forma de hedge em percentual do CDI. Em 30 de junho de 2024, o saldo devedor em aberto era de R\$592.155 mil.
10. Contrato referente à 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com o Banco Safra S.A, datado e liquidado em 07 de junho de 2022, no valor de R\$ 250.000 mil, com vencimento em 07 de junho de 2028. A remuneração é de 114,75% DI a.a. O saldo devedor em aberto em 30 de junho de 2024 era de R\$249.575 mil.
11. Crédito Internacional celebrado com o Citibank S.A, assinado pela Vamos Máquinas e Equipamentos, referente à operação de empréstimo junto a instituição financeira por meio da Lei 4.131. O contrato é remunerado (i) por taxas pré-fixadas de 0,90%; e (ii) pela variação do dólar, observado ainda que a Companhia celebrou contrato de swap como forma de hedge (proteção) contra a exposição ao dólar. O vencimento de tal contrato será até junho de 2025. Em 30 de junho de 2024, o saldo devedor em aberto era de R\$110.871 mil.
12. Crédito Internacional celebrado com o Citibank S.A, assinado pela Vamos Comércio de Máquinas Agrícolas, referente à operação de empréstimo junto a instituição financeira por meio da Lei 4.131. O contrato é remunerado (i) por taxas pré-fixadas de 0,90%; e (ii) pela variação do dólar, observado ainda que a Companhia celebrou

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

contrato de swap como forma de hedge (proteção) contra a exposição ao dólar. O vencimento de tal contrato será até junho de 2025. Em 30 de junho de 2024, o saldo devedor em aberto era de R\$110.872 mil

13. Crédito Internacional celebrado com o Citibank S.A, assinado pela Transrio, Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda., referente à operação de empréstimo junto a instituição financeira por meio da Lei 4.131. O contrato é remunerado (i) por taxas pré-fixadas de 0,90%; e (ii) pela variação do dólar, observado ainda que a Companhia celebrou contrato de swap como forma de hedge (proteção) contra a exposição ao dólar. O vencimento de tal contrato será até junho de 2025. Em 30 de junho de 2024, o saldo devedor em aberto era de R\$110.872 mil.
14. Contratos de Swap com o Banco JP Morgan S.A., assinados em 20 de março de 2020 e 30 de setembro de 2021, no valor Nominal de US\$ 40.000 mil e US\$ 60.000 mil, ambos com vencimento em 15 de janeiro de 2025. A remuneração é de 126,20% CDI. Em 30 de junho de 2024, o valor justo deste instrumento estava passivo em R\$ 33.008 mil.
15. Contrato de Swap com o Banco JP Morgan S.A., assinado em 27 de maio de 2020 no valor Nominal de R\$ 98.036 mil e vencimento em 14 de novembro de 2024. A remuneração é de 139% CDI. Em 30 de junho de 2024, o valor justo deste instrumento estava passivo em R\$ 559 mil.
16. Contrato de Swap 2º Série com o Banco JP Morgan S.A., assinado em 27 de maio de 2020 no valor Nominal de R\$ 121.964 mil e vencimento em 13 de novembro de 2026. A remuneração é de 133,80% CDI. Em 30 de junho de 2024, o valor justo deste instrumento estava passivo em R\$ 8.243 mil.
17. Contrato de Swap com o Banco Safra S.A., assinado em 07 de agosto de 2020 no valor Nominal de R\$ 502.652 mil e vencimento em 14 de junho de 2027. A remuneração é de 165% CDI. Em 30 de junho de 2024, o valor justo deste instrumento estava ativo em R\$ 97.374 mil.
18. Contrato de Swap com o Banco JP Morgan S.A., assinado em 26 de novembro de 2020 no valor Nominal de R\$ 400.000 mil e vencimento em 14 de novembro de 2030. A remuneração é de 133,60% CDI. Em 30 de junho de 2024, o valor justo deste instrumento estava ativo em R\$ 55.079 mil.
19. Contrato de Swap com o Banco JP Morgan S.A., assinado em 06 de julho de 2021 no valor Nominal de R\$ 311.790 mil e vencimento em 15 de junho de 2029. A remuneração é de 127,20% CDI. Em 30 de junho de 2024, o valor justo deste instrumento estava passivo em R\$ 8.772 mil.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

20. Contrato de Swap com o Banco JP Morgan S.A., assinado em 06 de julho de 2021 no valor Nominal de R\$ 223.750 mil e vencimento em 16 de junho de 2031. A remuneração é de 131,75% CDI. Em 30 de junho de 2024, o valor justo deste instrumento estava passivo em R\$ 9.798 mil.
21. Contrato de Swap com o Banco JP Morgan S.A., assinado em 06 de julho de 2021 no valor Nominal de R\$ 464.460 mil e vencimento em 16 de junho de 2031. A remuneração é de 136,29% CDI. Em 30 de junho de 2024, o valor justo deste instrumento estava ativo em R\$ 37.736 mil.
22. Contrato de Swap com o Banco BTG Pactual, assinado em 10 de novembro de 2021 no valor Nominal de R\$ 567.039 mil e vencimento em 15 de outubro de 2031. A remuneração é de 127,50% CDI. Em 30 de junho de 2024, o valor justo deste instrumento estava ativo em R\$ 37.536 mil.
23. Contrato de Swap com o Banco BTG Pactual, assinado em 12 de maio de 2022 no valor Nominal de R\$ 150.000 mil e vencimento em 17 de maio de 2032. A remuneração é de 108,80% CDI. Em 30 de junho de 2024, o valor justo deste instrumento estava ativo em R\$ 4.595 mil.
24. Contrato de Swap com o Banco BTG Pactual, assinado em 12 de maio de 2022 no valor Nominal de R\$ 296.358 mil e vencimento em 15 de maio de 2037. A remuneração é de 116,50% CDI. Em 30 de junho de 2024, o valor justo deste instrumento estava passivo em R\$ 1.782 mil.
25. Contrato de Swap com o Banco Santander, assinado em 18 de maio de 2022 no valor Nominal de R\$ 153.642 mil e vencimento em 17 de maio de 2032. A remuneração é de 111,25% CDI. Em 30 de junho de 2024, o valor justo deste instrumento estava ativo em R\$ 2.420 mil.
26. Contrato de Swap, assinado pela Vamos Máquinas e Equipamentos, com o Banco Citibank, assinado em 07 de junho de 2022 no valor Nominal de R\$ 95.678 mil, e vencimento em 06 de junho de 2025. A remuneração é de 114,75% CDI. Em 30 de junho de 2024, o valor justo deste instrumento estava ativo em R\$ 14.557 mil.
27. Contrato de Swap, assinado pela Vamos Comércio de Máquinas Agrícolas com o Banco Citibank, assinado em 07 de junho de 2022 no valor Nominal de R\$ 95.678 mil, e vencimento em 06 de junho de 2025. A remuneração é de 114,75% CDI. Em 30 de junho de 2024, o valor justo deste instrumento estava ativo em R\$ 14.557 mil.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

28. Contrato de Swap, assinado pela Transrio, Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda com o Banco Citibank, assinado em 07 de junho de 2022 no valor Nominal de R\$ 95.678 mil, e vencimento em 06 de junho de 2025. A remuneração é de 114,75% CDI. Em 30 de junho de 2024, o valor justo deste instrumento estava ativo em R\$ 14.557 mil.
29. Certificado de Recebíveis do Agronegócio com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A como emissora, e, Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário emitido em 03 de fevereiro de 2023. A quantidade emitida foi de 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) CRA, sendo (i) 233.535 (duzentos e trinta e três mil e quinhentos e trinta e cinco) CRA Pré I; (ii) 265.526 (duzentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e vinte e seis) CRA Pré II e (iii) 150.939 (cento e cinquenta mil novecentos e trinta e nove) CRA Pré III. O valor nominal unitário dos CRA foi de R\$1.000,00 (mil reais), na data de emissão dos CRA. O valor total ficou em R\$ 650.000 mil. O vencimento para o CRA Pré I ocorrerá em 17/01/2028, e, CRA Pré II e Pré III o vencimento ocorrerá em 15/01/2030. A remuneração é pré-fixada em CDI+0,90% a.a. para o CRA Pré I, CDI+1,20% a.a. para o CRA Pré II, e, IPCA+7,1638% a.a. para o CRA Pré III. Em 30 de junho de 2024, o saldo devedor em aberto era de R\$ 715.029 mil.
30. Certificado de Recebíveis do Agronegócio com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A como emissora, e, Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário emitido em 05 de dezembro de 2023. A quantidade emitida foi de 700.000 (setecentos mil) CRA, sendo (i) 554.395 (quinhentos e cinquenta e quatro mil trezentos e noventa e cinco) CRA Pré I; (ii) 73.167 (setenta e três mil e cento sessenta e sete) CRA Pré II e (iii) 72.438 (setenta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito) CRA Pré III. O valor nominal unitário dos CRA foi de R\$1.000,00 (mil reais), na data de emissão dos CRA. O valor total ficou em R\$ 700.000 mil. O vencimento para o CRA Pré I e CRA Pré II ocorrerá em 15/11/2030, e, Pré III o vencimento ocorrerá em 15/11/2033. A remuneração é fixada em 12,05% a.a. para o CRA Pré I, IPCA+6,5494% a.a. para o CRA Pré II, e, IPCA+6,8453% a.a. para o CRA Pré III. Em 30 de junho de 2024, o saldo devedor em aberto era de R\$ 695.952mil.
31. Contrato referente à 7ª Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 1 (uma) série, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, datado em 16 de junho de 2023, no valor de R\$ 250.000 mil. O vencimento da série única ocorrerá em 15/06/2028. A remuneração é de 100% DI + 2,17% a.a. para a série única. O saldo devedor em aberto em Em 30 de junho de 2024 era de R\$ 249.273 mil.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

32. Contrato referente à 9ª Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 1 (uma) série, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, datado em 28 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 550.000 mil. O vencimento da série única ocorrerá em 15/12/2028. A remuneração é de 100% DI + 2,35% a.a. para a série única. O saldo devedor em aberto em 30 de junho de 2024 era de R\$ 549.084 mil.
33. Contrato referente à 1ª (primeira) emissão de nota de crédito à exportação, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com o Banco Santander S.A, datado e liquidado em 29 de março de 2023, no valor de R\$ 450.000 mil, com vencimento em 30 de março de 2026. A remuneração é de CDI+2,60% a.a. O saldo devedor em aberto em 30 de junho de 2024 era de R\$ 462.813 mil.
34. Contrato referente à 2ª (segunda) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com o Banco Santander S.A, datado e liquidado em 23 de junho de 2023, no valor de R\$ 750.000 mil, com vencimento em 21 de junho de 2028. A remuneração é de CDI+2,20% a.a. O saldo devedor em aberto em 30 de junho de 2024 era de R\$ 741.708 mil.
35. Contrato referente à Finame, com o Banco Mercedes, datado e liquidado em 09 de setembro de 2022, no valor de R\$ 374.781 mil, com vencimento em 15 de agosto de 2028. A remuneração é de Selic + 1,73% a.a. O saldo devedor em aberto em 30 de junho de 2024 era de R\$ 391.180 mil.
36. Contrato referente à Finame Direto, com o BNDES, datado e liquidado em 06 de março de 2023, no valor de R\$ 497.226 mil, com vencimento em 15 de fevereiro de 2027, com remuneração é de IPCA + 5,06% a.a., em 06 de março de 2024, no valor de R\$ 13.404 mil, com vencimento em 15 de fevereiro de 2027, com remuneração é de IPCA + 4,64% a.a., em 9 de janeiro de 2024 no valor de R\$ 241.202 mil, com vencimento em 15 de janeiro de 2028, com remuneração é de IPCA + 7,01% a.a., em 9 de janeiro no valor de R\$ 16.043 mil, com vencimento em 15 de janeiro de 2028, com remuneração é de IPCA + 6,59% a.a., em 17 de abril de 2024 no valor de R\$ 174.015 mil, com vencimento em 15 de abril de 2028, com remuneração é de IPCA + 7,01% a.a., em 17 de abril de 2024, no valor de R\$ 142.267 mil, com vencimento em 15 de abril de 2028, com remuneração é de IPCA + 6,59% a.a., em 23 de maio de 2024, no valor de R\$ 86.878 mil, com vencimento em 15 de maio de 2028, com remuneração é de IPCA + 7,01% a.a., em 13 de junho de 2024, no valor de R\$ 70.029 mil, com vencimento em 15 de junho de 2028, com remuneração é de IPCA + 6,59% a.a., em 13 de junho de 2024, no valor de R\$ 20.802 mil, com vencimento em 15 de junho de 2028, com remuneração é de IPCA + 7,01% a.a., O saldo devedor em aberto em 30 de junho de 2024 era de R\$ 1.273.594 mil.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

37. Contrato referente à 10ª Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 1 (uma) série, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, datado em 23 de fevereiro de 2024, no valor de R\$ 500.000 mil. O vencimento da série única ocorrerá em 21 de fevereiro de 2029. A remuneração é de 100% DI + 2,35% a.a. para a série única. O saldo devedor em aberto em 30 de junho de 2024 era de R\$ 519.694 mil.
38. Crédito Internacional celebrado com o Tokio S.A., refere-se à operação de empréstimo junto a instituição financeira por meio da Lei 4.131, no valor de R\$ 275.685 mil. O contrato é remunerado (i) por taxas pré-fixadas de CDI+ 2,10%; O vencimento de tal contrato será em 28 de junho de 2027. Em 30 de junho de 2024, o saldo devedor em aberto era de R\$ 275.685 mil.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro. A Companhia não tem outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas acima.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

iii. Grau de subordinação de dívida

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre, também, todas as demais obrigações previstas nos respectivos contratos de financiamentos, as quais se referem a determinadas restrições – alienação de ativos, alienação de controle societário – dentre outras cláusulas usuais de mercado; e, inclusive, seus *covenants* financeiros, os quais estão apresentados abaixo:

1. Contratos de Debêntures emitidos pela Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.” – *covenant* financeiro a ser observado pela Companhia:

Restrição	Limites	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2024	Exercício findo em 31 de dezembro de	
			2023	2022
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA consolidado ⁽²⁾	Menor ou igual a 3,75	3,39 ^(*)	3,32	3,07

⁽¹⁾ Dívida financeira líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, inclusive os CDCA e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (hedge) e subtraídos (a) os valores em caixa, em aplicações financeiras; e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, como concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (Veículos Floor Plan).

⁽²⁾ EBITDA consolidado para fins de *covenants*: consiste no lucro ou prejuízo líquido, em bases consolidadas, antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, imparidade dos ativos, custo líquido de veículos avariados e sinistrados e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses de sociedades incorporadas e/ou adquiridas.

^(*) embora já previsto nos contratos de financiamentos, a Companhia incluiu no cálculo do EBITDA consolidado para fins de *covenants* o valor relativo a “imparidade de ativos” apenas para o período findo em 30 de junho de 2024. Caso fosse incluído também nos exercícios de 2023 e 2022, esta relação de dívida líquida/EBITDA ficaria em 3,22x e 3,02x respectivamente.

2. Contrato de crédito internacional (4131) em dólar, assinado pela Companhia – *covenant* financeiro a ser observado pelo Grupo Vamos:

Restrição	Limites	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2024	Exercício findo em 31 de dezembro de	

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

			2023	2022
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA consolidado ⁽²⁾	Menor ou igual a 3,75	3,39 ^(*)	3,32	3,07

⁽¹⁾ Dívida líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, inclusive os CDCA e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (hedge) e subtraídos (a) os valores em caixa, em aplicações financeiras; e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, como concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (Veículos Floor Plan).

⁽²⁾ EBITDA consolidado para fins de *covenants*: consiste no lucro ou prejuízo líquido, em bases consolidadas, antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, imparidade dos ativos, custo líquido de veículos avariados e sinistrados e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses de sociedades incorporadas e/ou adquiridas.

(*) embora já previsto nos contratos de financiamentos, a Companhia incluiu no cálculo do EBITDA consolidado para fins de *covenants* o valor relativo a "imparidade de ativos" apenas para o período findo em 30 de junho de 2024. Caso fosse incluído também nos exercícios de 2023 e 2022, esta relação de dívida líquida/EBITDA ficaria em 3,22x e 3,02x respectivamente.

Os *covenants* descritos no contrato de crédito internacional são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas anualizadas do Grupo Vamos e estavam cumpridos em 30 de junho de 2024.

3. Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A – *covenant* financeiro a ser observado pela Companhia:

Restrição	Limites	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2024	Exercício findo em 31 de dezembro de	
			2023	2022
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA consolidado ⁽²⁾	Menor ou igual a 3,75	3,39 ^(*)	3,32	3,07

⁽¹⁾ Dívida líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, inclusive os CDCA e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (hedge) e subtraídos (a) os valores em caixa, em aplicações financeiras; e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

peças automotivas, como concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (Veículos Floor Plan).

⁽²⁾ EBITDA consolidado para fins de *covenants*: consiste no lucro ou prejuízo líquido, em bases consolidadas, antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, imparidade dos ativos, custo líquido de veículos avariados e sinistrados e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses de sociedades incorporadas e/ou adquiridas.

(*) embora já previsto nos contratos de financiamentos, a Companhia incluiu no cálculo do EBITDA consolidado para fins de *covenants* o valor relativo a "imparidade de ativos" apenas para o período findo em 30 de junho de 2024. Caso fosse incluído também nos exercícios de 2023 e 2022, esta relação de dívida líquida/EBITDA ficaria em 3,22x e 3,02x respectivamente.

4. Contrato de crédito internacional (4131) em reais, assinado pela Companhia – *covenant* financeiro a ser observado pelo Grupo Vamos:

Restrição	Limites	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2024	Exercício findo em 31 de dezembro de	
			2023	2022
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA consolidado ⁽²⁾	Menor ou igual a 3,75	3,39 ^(*)	3,32	3,07

⁽¹⁾ Dívida líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, inclusive os CDCA e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (hedge) e subtraídos (a) os valores em caixa, em aplicações financeiras; e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, como concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (Veículos Floor Plan).

⁽²⁾ EBITDA consolidado para fins de *covenants*: consiste no lucro ou prejuízo líquido, em bases consolidadas, antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, imparidade dos ativos, custo líquido de veículos avariados e sinistrados e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses de sociedades incorporadas e/ou adquiridas.

(*) embora já previsto nos contratos de financiamentos, a Companhia incluiu no cálculo do EBITDA consolidado para fins de *covenants* o valor relativo a "imparidade de ativos" apenas para o período findo em 30 de junho de 2024. Caso fosse incluído também nos exercícios de 2023 e 2022, esta relação de dívida líquida/EBITDA ficaria em 3,22x e 3,02x respectivamente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

5. Contratos referente a emissão de nota promissória para distribuição pública com esforços restritos – *covenant* financeiro a ser observado pela Companhia:

Restrição	Limites	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2024	Exercício findo em 31 de dezembro de	
			2023	2022
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA consolidado ⁽²⁾	Menor ou igual a 3,75	3,39 ^(*)	3,32	3,07

⁽¹⁾ Dívida líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, inclusive os CDCA e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (hedge) e subtraídos (a) os valores em caixa, em aplicações financeiras; e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, como concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (Veículos Floor Plan).

⁽²⁾ EBITDA consolidado para fins de *covenants*: consiste no lucro ou prejuízo líquido, em bases consolidadas, antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, imparidade dos ativos, custo líquido de veículos avariados e sinistrados e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses de sociedades incorporadas e/ou adquiridas.

(*) embora já previsto nos contratos de financiamentos, a Companhia incluiu no cálculo do EBITDA consolidado para fins de *covenants* o valor relativo a "imparidade de ativos" apenas para o período findo em 30 de junho de 2024. Caso fosse incluído também nos exercícios de 2023 e 2022, esta relação de dívida líquida/EBITDA ficaria em 3,22x e 3,02x respectivamente.

6. Contratos de emissões de Notas Comerciais para distribuição pública com esforços restritos – *covenant* financeiro a ser observado pela Companhia:

Restrição	Limites	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2024	Exercício findo em 31 de dezembro de	
			2023	2022
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA consolidado ⁽²⁾	Menor ou igual a 3,75	3,39 ^(*)	3,32	3,07

⁽¹⁾ Dívida líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, inclusive os CDCA e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (hedge) e

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

subtraídos (a) os valores em caixa, em aplicações financeiras; e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, como concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (Veículos Floor Plan).

⁽²⁾ EBITDA consolidado para fins de *covenants*: consiste no lucro ou prejuízo líquido, em bases consolidadas, antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, imparidade dos ativos, custo líquido de veículos avariados e sinistrados e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses de sociedades incorporadas e/ou adquiridas.

(*) embora já previsto nos contratos de financiamentos, a Companhia incluiu no cálculo do EBITDA consolidado para fins de *covenants* o valor relativo a “imparidade de ativos” apenas para o período findo em 30 de junho de 2024. Caso fosse incluído também nos exercícios de 2023 e 2022, esta relação de dívida líquida/EBITDA ficaria em 3,22x e 3,02x respectivamente.

7. Contrato de emissão de Nota de Crédito à Exportação (NCE), para distribuição pública com esforços restritos – covenant financeiro a ser observado pela Companhia:

Restrição	Limites	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2024	Exercício findo em 31 de dezembro de	
			2023	2022
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA consolidado ⁽²⁾	Menor ou igual a 3,75	3,39 ^(*)	3,32	3,07

⁽¹⁾ Dívida líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, inclusive os CDCA e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (hedge) e subtraídos (a) os valores em caixa, em aplicações financeiras; e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, como concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (Veículos Floor Plan).

⁽²⁾ EBITDA consolidado para fins de *covenants*: consiste no lucro ou prejuízo líquido, em bases consolidadas, antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, imparidade dos ativos, custo líquido de veículos avariados e sinistrados e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses de sociedades incorporadas e/ou adquiridas.

(*) embora já previsto nos contratos de financiamentos, a Companhia incluiu no cálculo do EBITDA consolidado para fins de *covenants* o valor relativo a “imparidade de ativos” apenas para o período findo em 30 de junho de 2024. Caso fosse incluído também nos exercícios de 2023 e 2022, esta relação de dívida líquida/EBITDA ficaria em 3,22x e 3,02x respectivamente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

8. Contratos referente a FINAME Direto com o BNDES – covenant financeiro a ser observado pela Companhia:

Restrição	Limites	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2024	Exercício findo em 31 de dezembro de	
			2023	2022
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA consolidado ⁽²⁾	Menor ou igual a 3,75	3,39 ^(*)	3,32	3,07

⁽¹⁾ Dívida líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, inclusive os CDCA e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (hedge) e subtraídos (a) os valores em caixa, em aplicações financeiras; e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, como concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (Veículos Floor Plan).

⁽²⁾ EBITDA consolidado para fins de *covenants*: consiste no lucro ou prejuízo líquido, em bases consolidadas, antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, imparidade dos ativos, custo líquido de veículos avariados e sinistrados e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses de sociedades incorporadas e/ou adquiridas.

^(*) embora já previsto nos contratos de financiamentos, a Companhia incluiu no cálculo do EBITDA consolidado para fins de *covenants* o valor relativo a "imparidade de ativos" apenas para o período findo em 30 de junho de 2024. Caso fosse incluído também nos exercícios de 2023 e 2022, esta relação de dívida líquida/EBITDA ficaria em 3,22x e 3,02x respectivamente.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Até a data da publicação deste Formulário de Referência, a Companhia não possui limites de utilização de financiamentos contratados ou não utilizados.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras apresentadas neste item são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(i) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras apresentadas neste item são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Demonstrações do Resultados

DRE	30.06.2024	AV	AH	30.06.2023	AV	31.12.2023	AV	AH	31.12.2022	30.06.2024 x 30.06.2023	2023 x 2022
Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	3.609.366	100,00%	14,54%	3.151.232	100,00%	6.085.482	100,00%	23,85%	4.913.454	458.134	1.172.028
(-) Custo das vendas, locações e prestação de serviços (-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(1.651.353)	-45,75%	9,66%	(1.505.827)	-47,79%	(2.720.446)	-44,70%	5,19%	(2.586.285)	(145.526)	(134.161)
(=) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados	(295.105)	-8,18%	1,44%	(290.929)	-9,23%	(608.424)	-10,00%	159,16%	(234.766)	(4.176)	(373.658)
(=) Lucro bruto	1.662.908	46,07%	22,77%	1.354.476	42,98%	2.756.612	45,30%	31,74%	2.092.403	308.432	664.209
(=) Despesas Gerais e Administrativas	(435.650)	-12,07%	43,14%	(304.352)	-9,66%	(686.023)	-11,27%	35,57%	(506.030)	(131.298)	(179.993)
Despesas comerciais	(126.636)	-3,51%	5,35%	(120.208)	-3,81%	(258.766)	-4,25%	21,42%	(213.115)	(6.428)	(45.651)
Despesas administrativas	(173.673)	-4,81%	13,74%	(152.697)	-4,85%	(339.801)	-5,58%	28,57%	(264.298)	(20.976)	(75.503)
Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(135.341)	-3,75%	330,38%	(31.447)	-1,00%	(87.456)	-1,44%	205,61%	(28.617)	(103.894)	(58.839)
Outras receitas operacionais, líquidas	(4.257)	-0,12%	-128,11%	15.146	0,48%	13.353	0,22%	-46,18%	24.812	(19.403)	(11.459)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.223.001	33,88%	14,81%	1.065.270	33,80%	2.083.942	34,24%	29,34%	1.611.185	157.731	472.757
Receitas financeiras	116.455	3,23%	11,71%	104.247	3,31%	197.373	3,24%	-41,09%	335.030	12.208	(137.657)
Despesas financeiras	(919.163)	-25,47%	7,94%	(851.523)	-27,02%	(1.771.962)	-29,12%	52,07%	(1.165.228)	(67.640)	(606.734)
(=) Resultado financeiro líquido	(802.708)	-22,24%	7,42%	(747.276)	-23,71%	(1.574.589)	-25,87%	89,66%	(830.198)	(55.432)	(744.391)
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	420.293	11,64%	32,17%	317.994	10,09%	509.353	8,37%	-34,78%	780.987	102.299	(271.634)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(7.842)	-0,22%	-52,05%	(16.356)	-0,52%	19.694	0,32%	-139,70%	(49.602)	8.514	69.296
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(88.588)	-2,45%	241,89%	(25.911)	-0,82%	57.912	0,95%	-192,28%	(62.756)	(62.677)	120.668
(=) Total do imposto de renda e contribuição social	(96.430)	-2,67%	128,14%	(42.267)	-1,34%	77.606	1,28%	-169,07%	(112.358)	(54.163)	189.964
(=) Lucro líquido do exercício	323.863	8,97%	17,46%	275.727	8,75%	586.959	9,65%	-12,21%	668.629	48.136	(81.670)
LL básico por ação no final do exercício (Em R\$)	0,2964			0,2710		0,55539			0,68069	0,0254	-0,1253
LL diluído por ação no final do exercício (Em R\$)	0,2962			0,2710		0,55539			0,68069	0,0252	-0,1253

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2024 COMPARADO AO PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2023

Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços ("Receita Líquida")

A receita líquida da Companhia aumentou 14,5% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, passando de R\$ 3.151,2 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023 para R\$ 3.609,4 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024. O aumento da receita operacional líquida reflete principalmente o aumento da receita de locação, com crescimento de 41,8% no período.

Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, o Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados foi de R\$ 1.946,5 milhões comparativamente a R\$ 1.796,8 milhões no mesmo período de 2023.

Lucro bruto

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$ 1.662,9 milhões, um aumento de R\$ 308,4 milhões ou 22,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, em que o lucro bruto totalizou R\$ 1.354,4 milhões, aumento decorrente do aumento da receita de locação. Desta forma, a margem bruta da Companhia aumentou 3,1 p.p. de 43,0% em 30 de junho de 2023 para 46,1% em 30 de junho de 2024, destes, 2,4 p.p. são referentes ao ganho de participação da receita de locação na receita total do grupo.

Despesas comerciais, administrativas e perdas esperadas (impairment) de contas a receber

As despesas comerciais, administrativas e perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber da Companhia passaram de R\$ 304,4 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 para R\$ 435,7 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, crescimento de 43,1% proforma, resultado principalmente do aumento de inadimplência na locação em empresas expostas ao setor do agronegócio.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outras receitas operacionais, líquidas

As outras receitas operacionais líquidas totalizaram no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 com resultado de R\$4,3 milhões uma diminuição de R\$ 19,4 milhões frente ao mesmo período em 2023, em que as despesas foram de R\$ 15,1 milhões, sendo certo que ambos os saldos decorrem de despesas (saldo líquido). Esta diminuição está relacionada principalmente a "provisão para eventos climáticos" de R\$ 19,3 milhões constituída em função dos danos causados pelas chuvas no Rio Grande do Sul.

Resultado financeiro, líquido

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, a despesa financeira líquida da Companhia totalizou R\$ 802,6 milhões, representando um aumento de R\$ 55,3 milhões, frente ao mesmo período de 2023, em que a despesa financeira líquida totalizou R\$ 747,3 milhões. Esse aumento decorre, principalmente, do aumento da base de ativos imobilizado gerando receita na locação, demandando capital de terceiros como fonte de financiamento ao crescimento.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social foi de R\$ 420,3 milhões, um aumento de 32,2% ou R\$ 102,3 milhões, em comparação ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social de R\$ 318,0 milhões no mesmo período em 2023, variação esta resultante do acima exposto.

Imposto de renda e contribuição social

A taxa de impostos efetiva foi de 22,9% durante o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, em comparação com 13,3% durante o período correspondente em 2023, resultando em um aumento do imposto de renda e da contribuição social de 128,1% ou R\$ 54,2 milhões, o qual passou de R\$ 42,3 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 para R\$ 96,4 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024. A taxa de impostos efetiva aumentou principalmente como resultado do fim da subvenção do ICMS em 2023.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 foi de R\$ 323,9 milhões, patamar 17,5% superior ao mesmo período de 2023, em que atingiu R\$ 275,7 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços ("Receita Líquida")

A receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$6.085,5 milhões comparativamente a R\$4.913,5 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação positiva de R\$1.172,0 milhões ou 23,9%. Essa variação foi impactada, principalmente pelo crescimento da operação de locação, o que gerou um aumento na receita líquida de locação de R\$1.052,1 milhões (R\$2.686,6 milhões em 2023 contra R\$1.634,5 milhões em 2022), bem como um aumento de R\$502,5 milhões na receita líquida de venda de ativos desmobilizados (R\$823,6 milhões em 2023 contra R\$321,1 milhões em 2022). Em contrapartida a esse aumento na geração de receita, houve um aumento também nas deduções, no montante de R\$649,4 milhões.

Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados

O Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$3.328,9 milhões comparativamente a R\$2.821,0 milhões no exercício de 2022, o que representou uma variação de R\$507,8 milhões ou 18,0%, principalmente por conta do aumento do custo com depreciação no montante de R\$262,2 milhões, que é reflexo do aumento no volume de ativos de locação, bem como de um aumento no custo de venda de ativos desmobilizados no montante de R\$373,7 milhões.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$2.756,6 milhões comparativamente com o ano de 2022 no montante de R\$2.092,4 milhões, o que representou uma variação de R\$664,2 milhões ou 31,7%. A margem bruta, que corresponde o lucro bruto sobre a receita líquida, foi de 45,3% e 42,6% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, devido principalmente a expansão das operações de locação que é o segmento com maior margem na Companhia.

O segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos é estrategicamente importante para o ciclo de investimentos da Companhia, principalmente por permitirem maior eficiência na venda dos ativos desmobilizados que retornam para a Companhia ao final dos contratos de locação.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas comerciais, administrativas e perdas esperadas (impairment) de contas a receber

As despesas comerciais, administrativas e perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$686,0 milhões comparativamente a R\$506,0 milhões no mesmo período de 2022, o que representou aumento de despesas operacionais de R\$180,0 milhões ou 35,6%. Esse aumento no volume de despesas é atribuído principalmente ao aumento de R\$123,3 milhões de despesas com pessoal da Companhia, decorrente de novas contratações, além do aumento de R\$58,8 milhões de despesas com perdas esperadas de contas a receber, impactada principalmente pela expansão do segmento de concessionárias, através de abertura de novas lojas e da aquisição das controladas Tietê e DHL.

Outras receitas operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$13,3 milhões comparativamente a R\$24,8 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de R\$11,5 milhões ou 46,2%. Essa redução foi impactada principalmente por sinistros incorridos em 2023 no montante de R\$10,7 milhões.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro, líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$1.574,6 milhões comparativamente a R\$830,2 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$744,4 milhões ou 89,7%. Este aumento é atribuído principalmente aos juros das novas captações de empréstimos, financiamentos, debêntures e cessão de direitos creditórios que ocorreram no período, com a finalidade de fortalecer o capital de giro e de investimento na expansão das atividades da Companhia.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$509,3 milhões comparativamente a R\$781,0 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação negativa de R\$271,6 milhões ou 34,8%. O Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 8,4% e 15,9% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$77,6 milhões comparativamente a R\$112,4 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação positiva de R\$190,0 mil milhões ou 169,1%. Essa variação é decorrente principalmente por conta do efeito da subvenção para investimentos das controladas e de imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal e constituição de saldo negativo de anos anteriores no montante de R\$118,8 milhões, além de maior impacto de JCP, R\$25,8 milhões mais elevado que no ano anterior. Assim, a alíquota efetiva em 2023 foi de -15,2%, em comparação com 14,4% apresentado em 2022.

Lucro líquido do exercício

O lucro do exercício no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$587,0 milhões comparativamente a R\$668,6 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação negativa de R\$81.670 mil ou 12,2%. Esta variação é atribuída, principalmente aos fatores mencionados de aumento da margem bruta e variação no resultado financeiro. A margem líquida, que corresponde o lucro líquido sobre a receita líquida, foi de 9,7% e 13,6% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Balancos Patrimoniais

Balanco Patrimonial											Variações R\$			
(Em milhares de R\$)	30.06.2024	AV	AH	31.12.2023	AV	AH	31.12.2022	AV	AH	31.12.2021	AV	30.06.2024 x 2023	2023 x 2022	2022 x 2021
ATIVO	22.657.784	100,00%	8,89%	20.808.826	100,00%	24,79%	16.675.416	100,00%	63,70%	10.185.525	100,00%	1.848.958	4.133.410	6.489.891
Circulante	5.992.064	26,45%	0,57%	5.957.885	28,60%	42,19%	4.190.099	25,10%	-13,90%	4.868.367	47,80%	34.179	1.767.786	(678.268)
Caixa e equivalentes de caixa	240.149	1,06%	145,63%	97.768	0,47%	15,70%	84.498	0,50%	-44,80%	153.161	1,50%	142.381	13.270	(68.663)
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	1.847.373	8,15%	-15,88%	2.196.244	10,55%	34,04%	1.638.513	9,80%	-55,40%	3.671.780	36,00%	(348.871)	557.731	(2.033.267)
Instrumentos financeiros derivativos	51.146	0,23%	1747,09%	2.769	0,01%	100,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	48.377	2.769	-
Contas a receber	932.200	4,11%	-5,15%	982.814	4,72%	-14,94%	1.155.403	6,90%	119,50%	526.487	5,20%	(50.614)	(172.589)	628.916
Estoques	1.572.849	6,94%	-4,71%	1.650.613	7,93%	116,17%	763.582	4,60%	129,60%	332.518	3,30%	(77.764)	887.031	431.064
Tributos a recuperar	190.021	0,84%	4,18%	182.398	0,88%	168,79%	67.859	0,40%	117,90%	31.143	0,30%	7.623	114.539	36.716
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	300.840	1,33%	1,43%	296.610	1,40%	49,39%	198.554	1,20%	192,00%	67.997	0,70%	4.230	98.056	130.557
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	625.271	2,76%	57,12%	397.968	1,90%	85,07%	215.035	1,30%	411,80%	42.016	0,40%	227.303	182.933	173.019
Despesas antecipadas	87.941	0,39%	388,15%	18.015	0,10%	-29,96%	25.722	0,20%	70,70%	15.072	0,10%	69.926	(7.707)	10.650
Adiantamentos a terceiros	52.994	0,23%	-51,47%	109.196	0,50%	248,75%	31.311	0,20%	47,30%	21.257	0,20%	(56.202)	77.885	10.054
Outros créditos	91.280	0,40%	288,59%	23.490	0,10%	144,13%	9.622	0,10%	38,70%	6.936	0,10%	67.790	13.868	2.686
Não circulante	16.665.720	73,55%	12,22%	14.850.941	71,40%	18,95%	12.485.317	74,90%	134,80%	5.317.158	52,20%	1.814.779	2.365.624	7.168.159
Realizável a Longo Prazo	821.881	3,63%	-14,66%	963.081	4,60%	310,73%	234.482	1,40%	90,10%	123.356	1,20%	(141.200)	728.599	111.126
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	10.638	0,05%	-2,85%	10.950	0,10%	-42,85%	19.160	0,10%	169,40%	7.112	0,10%	(312)	(8.210)	12.048
Instrumentos financeiros derivativos	334.462	1,48%	-35,48%	518.412	2,50%	1376,70%	35.106	0,20%	274,60%	9.371	0,10%	(183.950)	483.306	25.735
Contas a receber	85.961	0,38%	54,85%	55.511	0,30%	54,75%	35.871	0,20%	42,50%	25.175	0,20%	30.450	19.640	10.696
Fundo para capitalização de concessionárias	68.060	0,30%	-33,77%	102.760	0,50%	117,66%	47.211	0,30%	10,20%	42.826	0,40%	(34.700)	55.549	4.385
Imposto de renda e contribuição social diferidos	216.142	0,95%	21,70%	177.600	0,90%	357,99%	38.778	0,20%	103,60%	19.049	0,20%	38.542	138.822	19.729
Ativo de indenização	86.281	0,38%	4,64%	82.458	0,40%	83,06%	45.045	0,30%	415,40%	8.740	0,10%	3.823	37.413	36.305
Depósitos judiciais	12.887	0,06%	3,96%	12.396	0,10%	18,06%	10.500	0,10%	47,50%	7.121	0,10%	491	1.896	3.379
Outros créditos	7.450	0,03%	148,83%	2.994	0,00%	6,51%	2.811	0,00%	-29,10%	3.962	0,00%	4.456	183	(1.151)
Imobilizado	15.350.112	67,75%	14,71%	13.381.557	64,30%	11,49%	12.002.386	72,00%	140,50%	4.990.944	49,00%	1.968.555	1.379.171	7.011.442
Intangível	493.727	2,18%	-2,48%	506.303	2,40%	103,79%	248.449	1,50%	22,50%	202.858	2,00%	(12.576)	257.854	45.591
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.657.784	100,00%	8,89%	20.808.826	100,00%	24,79%	16.675.416	100,00%	63,70%	10.185.525	100,00%	1.848.958	4.133.410	6.489.891
Circulante	4.558.028	20,12%	33,57%	3.412.501	16,40%	-21,11%	4.325.800	25,90%	263,60%	1.189.725	16,40%	1.145.527	(913.299)	3.136.075
Fornecedores	1.554.677	6,86%	42,54%	1.090.698	5,20%	-59,83%	2.715.028	16,30%	330,00%	631.339	5,24%	463.979	(1.624.330)	2.083.689
Risco sacado a pagar	-	0,00%	-100,00%	53.289	0,30%	70,15%	31.319	0,20%	-	-	0,26%	(53.289)	21.970	31.319
Floor Plan	277.486	1,22%	291,01%	70.966	0,30%	-57,32%	166.275	1,00%	21,00%	137.397	0,34%	206.520	(95.309)	28.878
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.647.375	7,27%	92,74%	854.734	4,10%	56,72%	545.377	3,30%	164,00%	206.594	4,11%	792.641	309.357	338.783
Arrendamento por direito de uso	25.747	0,11%	-4,25%	26.891	0,10%	84,74%	14.556	0,10%	41,70%	10.274	0,13%	(1.144)	12.335	4.282
Cessão de direitos creditórios	413.269	1,82%	20,37%	343.328	1,70%	12,74%	304.539	1,80%	1294,80%	21.834	1,65%	69.941	38.789	282.705
Obrigações trabalhistas	76.871	0,34%	5,56%	72.819	0,40%	9,95%	66.228	0,40%	93,10%	34.291	0,35%	4.052	6.591	31.937
Instrumentos financeiros derivativos	150.640	0,66%	-33,53%	226.617	1,10%	100%	-	0,00%	0,00%	-	1,09%	(75.977)	226.617	-

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social a recolher	3.020	0,01%	-22,62%	3.903	0,00%	-28,08%	5.427	0,00%	-46,20%	10.082	0,02%	(883)	(1.524)	(4.655)
Tributos a recolher	43.385	0,19%	10,34%	39.321	0,20%	-29,75%	55.973	0,30%	293,20%	14.234	0,19%	4.064	(16.652)	41.739
Adiantamentos de clientes	108.237	0,48%	-12,23%	123.317	0,60%	25,99%	97.881	0,60%	35,40%	72.272	0,59%	(15.080)	25.436	25.609
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	0,00%	-100,00%	300.174	1,40%	21,57%	246.924	1,50%	0,00%	-	1,44%	(300.174)	53.250	246.924
Compra de ações a termo	104.284	0,46%	100,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	104.284	-	-
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	70.639	0,31%	-51,11%	144.476	0,70%	362,60%	31.231	0,20%	59,00%	19.637	0,69%	(73.837)	113.245	11.594
Outras contas a pagar	82.398	0,36%	32,97%	61.968	0,30%	37,58%	45.042	0,30%	41,80%	31.771	0,30%	20.430	16.926	13.271
Não circulante	13.076.228	57,71%	3,28%	12.661.030	60,80%	45,35%	8.710.728	52,20%	37,10%	6.355.614	60,84%	415.198	3.950.302	2.355.114
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.356.217	50,12%	6,32%	10.680.950	51,30%	56,00%	6.846.719	41,10%	17,80%	5.810.621	51,33%	675.267	3.834.231	1.036.098
Arrendamento por direito de uso	166.623	0,74%	7,89%	154.433	0,70%	101,78%	76.536	0,50%	26,20%	60.636	0,74%	12.190	77.897	15.900
Tributos a recolher	1.814	0,01%	114,67%	845	0,00%	100%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	969	845	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	526.775	2,32%	32,66%	397.080	1,90%	21,40%	327.078	2,00%	24,20%	263.385	1,91%	129.695	70.002	63.693
Provisão para demandas judiciais e administrativas	94.364	0,42%	3,87%	90.851	0,40%	68,43%	53.941	0,30%	286,60%	13.952	0,44%	3.513	36.910	39.989
Cessão de direitos creditórios	685.347	3,02%	-33,68%	1.033.419	5,00%	3,21%	1.001.290	6,00%	3116,50%	31.130	4,97%	(348.072)	32.129	970.160
Instrumentos financeiros derivativos	18.720	0,08%	-73,08%	69.545	0,30%	-75,07%	278.976	1,70%	105,90%	135.509	0,33%	(50.825)	(209.431)	143.467
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	202.888	0,90%	-4,19%	211.762	1,00%	75,77%	120.474	0,70%	251,60%	34.261	1,02%	(8.874)	91.288	86.213
Outras contas a pagar	23.480	0,10%	6,03%	22.145	0,10%	287,56%	5.714	0,00%	-6,60%	6.120	0,11%	1.335	16.431	(406)
Patrimônio Líquido	5.023.528	22,17%	6,09%	4.735.295	22,80%	30,13%	3.638.888	21,80%	37,80%	2.640.186	22,76%	288.233	1.096.407	998.702

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS NO PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 30 DE JUNHO DE 2023 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Ativo circulante

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, o ativo circulante era de R\$5.992,0 milhões em comparação com R\$5.957,9 milhões em 31 de dezembro de 2023. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, as rubricas de "caixa e equivalentes de caixa" e "títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras" apresentaram saldo de R\$240,1 milhões e R\$1.847,4 milhões, respectivamente e para 31 de dezembro de 2023 os saldos foram de R\$97,8 milhões e de R\$2.196,2 milhões. Essa redução decorreu, principalmente, dos valores pagos pela aquisição de ativo imobilizado para locação (variações observadas também no ativo imobilizado e em fornecedores).

Contas a receber

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, a rubrica de "contas a receber" apresentou saldo de R\$932,2 milhões e R\$982,8 milhões para 31 de dezembro de 2023. A redução de R\$50,6 milhões, foi decorrente, substancialmente, pela segregação entre curto e longo prazo.

Estoques

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, a rubrica de "estoques" apresentou saldo de R\$1.572,8 milhões e R\$1.650,6 milhões para 31 de dezembro de 2023. Essa diminuição de R\$77,8 milhões, decorreu principalmente do pela venda dos estoques de 2023, reprecizados pela baixa das vendas, porém as aquisições do período de 2024 tem se dado de forma estratégica para itens específicos.

Ativo imobilizado disponibilizado para venda

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, o saldo de ativos disponibilizados para venda demonstrou um aumento de R\$227,3 milhões, apresentando um saldo de R\$625,3 milhões e R\$398,0 milhões em 31 de dezembro de 2023. O aumento dos saldos reflete o maior número de desmobilização do período quando comparado ao exercício anterior, foram 1727 novos ativos desmobilizados, com venda de 694.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas antecipadas

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, o saldo de despesas antecipadas demonstrou um aumento de R\$69,9 milhões, apresentando um saldo de R\$87,9 milhões e R\$18,0 milhões em 31 de dezembro de 2023. O aumento dos saldos reflete substancialmente por IPVA e Licenciamentos que serão apropriados no decorrer do exercício de 2024.

Adiantamentos a terceiros

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, o saldo de adiantamento a terceiros demonstrou uma redução de R\$56,2 milhões, apresentando um saldo de R\$53 milhões e R\$109,2 milhões em 31 de dezembro de 2023. A redução dos saldos reflete a baixa dos adiantamentos efetuados para a aquisição dos ativos da cervejaria petrópolis, conforme condições contratuais.

Outros créditos

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, o saldo de adiantamento a terceiros demonstrou um aumento de R\$67,8 milhões, apresentando um saldo de R\$91,3 milhões e R\$23,5 milhões em 31 de dezembro de 2023. O saldo dessa rubrica é composto basicamente por créditos a receber com partes relacionadas e comissões a receber que as concessionárias possuem com as fábricas, o aumento dos saldos reflete substancialmente a adequação dos processos da controlada Tietê, que reconheciam a comissão somente no momento do recebimento da venda efetuada, e agora passam a reconhecer no momento da venda.

Ativo não circulante

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, o ativo não circulante era de R\$16.665,7 milhões em comparação com R\$14.850,9 milhões em 31 de dezembro de 2023. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Instrumentos financeiros derivativos

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, a rubrica de "instrumentos financeiros derivativos" apresentou saldo de R\$334,5 milhões e R\$518,4 milhões para 31 de dezembro de 2023. Essa diminuição decorreu principalmente pelas amortizações de principais conforme datas de vencimentos estabelecidos em contratos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Contas a receber

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, a rubrica de “contas a receber” apresentou saldo de R\$86,0 milhões e R\$55,5 milhões para 31 de dezembro de 2023. O aumento de R\$30,5 milhões, foi decorrente substancialmente pela reclassificação do curto para o longo prazo, referente clientes com títulos a vencer acima de 365 dias.

Fundo para capitalização de concessionárias

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, a rubrica de “fundo para capitalização de concessionárias” apresentou saldo de R\$68,1 milhões e R\$102,8 milhões para 31 de dezembro de 2023. A redução de R\$34,7 milhões, foi decorrente, substancialmente pela maior utilização do fundo pelas concessionárias através dos planos R30-R60.

Imposto de renda e contribuição social diferido

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, a rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos” apresentou saldo de R\$216.142 mil em comparação com R\$177,6 milhões em 31 de dezembro de 2023. O aumento de R\$ 38,5 milhões, decorre da constituição de IR diferido sobre prejuízo fiscal.

Imobilizado

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, a rubrica de “imobilizado” apresentou saldo de R\$15.350,1 milhões e R\$13.381,6 milhões para 31 de dezembro de 2023. Este aumento de R\$1.968,6 milhões decorreu principalmente de adições ao ativo imobilizado de R\$2.875,6 milhões, parcialmente compensado pelo maior volume de bens destinados a venda (ativos desmobilizados), no montante líquido de R\$526,1 milhões, pela depreciação do exercício em R\$364,4 milhões e pela baixa de ativos no montante líquido de R\$16,5 milhões.

Passivo circulante

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, o passivo circulante era de R\$4.558,0 milhões em comparação com R\$3.412,5 milhões em 31 de dezembro de 2023. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 20,12% em 30 de junho de 2024 e 16,40% em 31 de dezembro de 2023. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Fornecedores

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, a rubrica de "Fornecedores" apresentou saldo de R\$1.554,7 milhões e R\$1.090,7 milhões para 31 de dezembro de 2023, este aumento de R\$463.979 decorreu, principalmente pelo maior volume de aquisição de novos ativos quando comparado com 31 de dezembro de 2023, os principais fornecedores são: Mercedes, Volvo e Scania.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, a rubrica de "empréstimos, financiamentos e debêntures" apresentou saldo de R\$1.647,4 milhões em comparação com R\$854,7 milhões em 31 de dezembro de 2023. O aumento corresponde, principalmente, a captação de recursos por meio da emissão de debêntures, Linha 4131 e aquisição de veículos para locação por meio de Finame, pela Vamos Locação, os juros acruados no exercício, assim como à reclassificação para o curto prazo dos saldos de dívidas com vencimentos de principal a partir de 30 de junho de 2025.

Floor plan

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, a rubrica de "Floor Plan" apresentou saldo de R\$277,5 milhões em comparação com R\$71,0 em 31 de dezembro de 2023. Este aumento de R\$206,5 milhões se deu pela maior utilização do Floor Plan pelas concessionárias, para a dilatação do prazo de vencimento, planos com prazo 30, 60, 90". Transfere-se a obrigação do fornecedor para o Floor Plan.

Cessão de direitos creditórios

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, a rubrica de "cessão de direitos creditórios" apresentou saldo de R\$413.269 mil em comparação com R\$343,3 milhões em 31 de dezembro de 2023. O aumento de R\$69,9 milhões, decorre, principalmente, da reclassificação da parcela de curto prazo, renegociação junto a instituição financeira realizada em maio de 2024, no montante total de R\$1.073,0 milhões e de liquidação de parcelas de cessões anteriores no montante de R\$372,9 milhões, além de juros que foram acruados no exercício no montante de R\$94,8 milhões.

Instrumentos financeiros derivativos

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, a rubrica de "instrumentos financeiros derivativos", no passivo circulante, apresentou saldo de R\$150,6 milhões e R\$226,6 milhões para 31 de dezembro de 2023. Essa redução se deu principalmente pela reclassificação de parte do saldo de instrumentos financeiros

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

derivativos do passivo não circulante para o passivo circulante, por se tratar de um passivo de curto prazo.

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, a rubrica de "obrigações a pagar por aquisição de empresas" apresentou saldo de R\$70.639 mil em comparação com R\$144,5 milhões em 31 de dezembro de 2023. Essa diminuição decorre, principalmente pela liquidação de uma parcela do valor a pagar pela aquisição da Tietê Veículos.

Passivo não circulante

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, o passivo não circulante era de R\$13.076,3 milhões em comparação com R\$12.661,0 milhões em 31 de dezembro de 2023. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos, financiamentos e debêntures

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, a rubrica de "empréstimos, financiamentos e debêntures" apresentou saldo de R\$11.356,2 milhões em comparação com R\$10.681,0 milhões em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento de R\$675,3 milhões se deve principalmente pela captação de recursos por meio da emissão de debêntures, Linha 4131 e aquisição de veículos para locação por meio de Finame, pela Vamos Locação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, a rubrica de "Imposto de renda e contribuição social diferidos" apresentou saldo de R\$526,8 milhões em comparação com R\$397,1 milhões em 31 de dezembro de 2023. Este aumento de R\$129,7 milhões decorre, principalmente, da diferença entre depreciação fiscal e econômica dos ativos imobilizados locados, em função da maior base de ativos, e revisão da taxa fiscal dos ativos da Companhia.

Instrumentos financeiros derivativos

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, a rubrica de "instrumentos financeiros derivativos", no passivo, apresentou saldo de R\$18.720 mil e R\$69,5 milhões para 31 de dezembro de 2023. Essa redução decorreu principalmente devido a reclassificação de parte do saldo para o passivo circulante e amortizações de principais conforme datas de vencimentos estabelecidos em contratos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Cessão de direitos creditórios

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, a rubrica de "cessão de direitos creditórios" apresentou saldo de R\$685,3 milhões em comparação com R\$1.033,4 milhões em 31 de dezembro de 2023. A diminuição de R\$348,1 milhões, decorre, principalmente da liquidação de parcelas de cessões anteriores no montante de R\$372,9 milhões e reclassificação de longo para curto prazo.

Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2024 o patrimônio líquido era de R\$5.023,5 milhões em comparação com R\$4.735,3 milhões em 31 de dezembro de 2023. Este aumento de R\$288,2 milhões, decorreu substancialmente do resultado do período em 30 de junho de 2024 de R\$323.863 mil, menos as recompras de ações ocorridas no período de R\$45,5 milhões.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o ativo circulante era de R\$5.957.885 mil em comparação com R\$4.190,1 milhões em 31 de dezembro de 2022. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 28,6% em 31 de dezembro de 2023 e 25,1% em 31 de dezembro de 2022. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023, as rubricas de "caixa e equivalentes de caixa" e "títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras" apresentaram saldo de R\$97,8 milhões e R\$2.196,2 milhões, respectivamente e para 31 de dezembro de 2022 os saldos foram de R\$84.498 mil e de R\$1.638,5 milhões. Esse aumento decorreu, principalmente, das captações de empréstimos, debêntures e cessão de direitos creditórios.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica de "contas a receber" apresentou saldo de R\$982,8 milhões e R\$1.155,4 milhões para 31 de dezembro de 2022. Embora ter

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ocorrido um crescimento operacional do segmento de locação e aumento dos saldos de contas a receber de empresas adquiridas, esta redução de R\$172,6 milhões ou 14,9%, foi decorrente, substancialmente, pelas devoluções que ocorreram nas concessionárias do agronegócio e por conta do saldo de desconto de duplicatas no montante de R\$150,4 milhões em 31 de dezembro de 2023.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de "estoques" apresentou saldo de R\$1.650,6 milhões e R\$763,6 milhões para 31 de dezembro de 2022. Esse aumento de R\$887,0 milhões ou 116,2% decorreu principalmente do volume de devoluções que ocorreram no segmento de concessionárias do agronegócio no ano de 2023, assim como dos estoques das empresas adquiridas em 2023, que apresentaram em 31 de dezembro de 2023 um montante de R\$129,3 milhões em estoque.

Ativo imobilizado disponibilizado para venda

O saldo de ativos disponibilizados para venda demonstrou um aumento de R\$182,9 milhões ou 85,0%, apresentando um saldo de R\$398,0 milhões em 31 de dezembro de 2023 e R\$215,0 milhões em 31 de dezembro de 2022. O aumento dos saldos reflete a ampliação da operação de locação (origem dos ativos disponibilizados para venda após o término dos contratos) e a renovação de frota da Companhia.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2023 o ativo não circulante era de R\$14.850,9 milhões em comparação com R\$12.485,3 milhões em 31 de dezembro de 2022. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 71,4% em 31 de dezembro de 2023 e 74,9% em 31 de dezembro de 2022. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica de "instrumentos financeiros derivativos" apresentou saldo de R\$518,4 milhões e R\$35,1 milhões para 31 de dezembro de 2022. Esse aumento decorreu principalmente pelo preço da curva de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das dívidas captadas pela controladora Vamos Locação.

Ativos de indenização

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica "ativos de indenização" apresentou saldo de R\$82,5 milhões em comparação com R\$45,0 milhões em 31 de dezembro de 2022. O aumento de R\$37,4 milhões, ou 83,1%, decorre, substancialmente, do

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

reconhecimento dos ativos de indenização, considerando a previsão de indenização, por parte dos vendedores, conforme contratos de compra e venda das participações societárias, no caso de perda dos valores atribuídos aos passivos contingentes e riscos não materializados identificados nas combinações de negócios das aquisições da Tietê Veículos e da DHL Tratores. Os montantes foram registrados em contrapartida às provisões de demandas judiciais e administrativas.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de "imobilizado" apresentou saldo de R\$13.381,6 milhões e R\$12.002,4 milhões para 31 de dezembro de 2022. Este aumento de R\$1.379,2 milhões ou 11,5% decorreu principalmente de adições ao ativo imobilizado de R\$ 2.789,7 milhões, parcialmente compensado pelo maior volume de bens destinados a venda (ativos desmobilizados), no montante líquido de R\$791,4 milhões, pela depreciação do exercício em R\$570,5 milhões e pela baixa de ativos no montante líquido de R\$106,2 milhões.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica de "intangível" apresentou saldo de R\$506,3 milhões e R\$248,5 milhões para 31 de dezembro de 2022. Este aumento de R\$ 257,9 milhões ou 103,8% decorreu principalmente por conta da alocação do preço pago nas aquisições da Tietê Veículos e da DHL Tratores.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2023 o passivo circulante era de R\$3.412,5 milhões em comparação com R\$4.325,8 milhões em 31 de dezembro de 2022. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 16,4% em 31 de dezembro de 2023 e 25,9% em 31 de dezembro de 2022. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica de "Fornecedores" apresentou saldo de R\$1.090.698 mil e R\$2.715,0 milhões para 31 de dezembro de 2022, esta redução de R\$1.624,3 milhões ou 59,8% decorreu, principalmente de uma redução no saldo a pagar a fornecedores de veículos, máquinas e equipamentos para locação no montante de R\$1.905,0 milhões em 31 de dezembro de 2023 em relação ao mesmo período de 2022 gerada pelo menor volume de aquisição de novos ativos em 2023 em relação a 2022. Em contrapartida, ocorreu um aumento no saldo a pagar a fornecedores de veículos e máquinas para estoque de concessionárias no montante de R\$302,0 milhões, decorrente da expansão do segmento através de abertura de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

novas concessionárias em 2023, bem como da aquisição das novas controladas Tietê Veículos e DHL Tratores.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de "empréstimos, financiamentos e debêntures" apresentou saldo de R\$854,7 milhões em comparação com R\$545,4 milhões em 31 de dezembro de 2022. O aumento corresponde, principalmente, aos juros acruados no exercício, assim como à reclassificação para o curto prazo dos saldos de dívidas com vencimentos de principal a partir de 2024.

Floor plan

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica de "Floor Plan" apresentou saldo de R\$71,0 milhões em comparação com R\$166,3 milhões em 31 de dezembro de 2022. Esta redução de R\$95,3 milhões ou 57,3% se deve a uma queda das vendas de concessionárias nos últimos meses de 2023, conseqüentemente, há uma redução nos investimentos para atendimento às demandas.

Cessão de direitos creditórios

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica de "cessão de direitos creditórios" apresentou saldo de R\$343,3 milhões em comparação com R\$304,5 milhões em 31 de dezembro de 2022. O aumento de R\$38,8 milhões, ou 12,7%, decorre, principalmente, da parcela de curto prazo de nova cessão de direitos creditórios junto a instituição financeira realizada em março de 2023, na qual foi captado pela Companhia o montante total de R\$678,4 milhões e de liquidação de parcelas de cessões anteriores no montante de R\$860,4 milhões, além de juros que foram acruados no exercício no montante de R\$252,9 milhões.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica de "instrumentos financeiros derivativos", no passivo circulante, apresentou saldo de R\$226,6 milhões e R\$0 para 31 de dezembro de 2022. Isso ocorreu pela reclassificação de parte do saldo de instrumentos financeiros derivativos do passivo não circulante para o passivo circulante, por se tratar de um passivo de curto prazo.

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica de "obrigações a pagar por aquisição de empresas" apresentou saldo de R\$144,5 milhões em comparação com R\$31,2 milhões em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento decorre, principalmente do

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

reconhecimento do valor a pagar pelas aquisições das empresas Tietê Veículos e DHL Tratores.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2023 o passivo não circulante era de R\$12.661,0 milhões em comparação com R\$8.710,7 milhões em 31 de dezembro de 2022. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 60,8% em 31 de dezembro de 2023 e 52,2% em 31 de dezembro de 2022. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica de "empréstimos, financiamentos e debêntures" apresentou saldo de R\$10.681,0 milhões em comparação com R\$6.846,7 milhões em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento de R\$3.834,2 milhões ou 56,0% se deve principalmente pela captação de recursos por meio da emissão de certificados de recebíveis agrícolas (CRAs), nota comercial, emissão de debêntures, nota de crédito à exportação e aquisição de veículos para locação por meio de Finame, pela Vamos Locação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica de "Imposto de renda e contribuição social diferidos" apresentou saldo de R\$397,1 milhões em comparação com R\$327,1 milhões em 31 de dezembro de 2022. Este aumento de R\$70,0 milhões ou 21,4% decorre, principalmente, da diferença entre depreciação fiscal e econômica dos ativos imobilizados locados, em função da maior base de ativos, e revisão da taxa fiscal dos ativos da Companhia.

Provisão para demandas judiciais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica "provisão para demandas judiciais e administrativas" apresentou saldo de R\$90,9 milhões em comparação com R\$53,9 milhões em 31 de dezembro de 2022. O aumento de R\$36,9 milhões, ou 68,4%, decorre, substancialmente, da atribuição de valor justo aos passivos contingentes e riscos não materializados identificados nas combinações de negócios das aquisições da Tietê Veículos e da DHL Tratores. Os montantes foram registrados em contrapartida aos ativos de indenização da Companhia, considerando a previsão de indenização, por parte dos vendedores, conforme contratos de compra e venda das participações societárias.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica de "obrigações a pagar por aquisição de empresas" apresentou saldo de R\$211,8 milhões em comparação com R\$120,5 milhões em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento decorre, principalmente do reconhecimento do valor a pagar pelas aquisições das empresas Tietê Veículos e DHL Tratores.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica de "instrumentos financeiros derivativos", no passivo, apresentou saldo de R\$69,5 milhões e R\$279,0 milhões para 31 de dezembro de 2022. Essa redução decorreu principalmente devido à reclassificação de parte do saldo para o passivo circulante em 2023, pelo preço da curva de marcação a mercado de instrumentos de financeiros derivativos contratados para proteção de dívida, além da adição de contratos de swap para a dívidas captadas em 2023.

Cessão de direitos creditórios

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica de "cessão de direitos creditórios" apresentou saldo de R\$1.033,4 milhões mil em comparação com R\$1.001,3 milhões em 31 de dezembro de 2022. O aumento de R\$32,1 milhões, ou 3,2%, decorre, principalmente, da parcela de longo prazo da cessão de direitos creditórios junto a instituições financeiras realizada em março de 2023, na qual foi captado pela Companhia o montante total de R\$678,4 milhões.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023 o patrimônio líquido era de R\$4.735,3 milhões em comparação com R\$3.638,9 milhões em 31 de dezembro de 2022. Este aumento de R\$1.096,4 milhões ou 30,1%, decorreu do aumento de capital pela oferta subsequente de ações (*follow-on*), no montante de R\$868,2 milhões e pela retenção (destinação de reservas) de parte do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Fluxo de Caixa										
(Valores em milhares de R\$)	30/06/2024	AV	30/06/2023	AV	31/12/2023	AV	31/12/2022	AV	jun24xjun23	2023x2022
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	433.129	304,20%	(1.759.586)	-1700,43%	-2.686.027	-20241,35 %	-2.318.972	3377,32%	-124,62%	15,83%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	59.558	41,83%	(204.802)	-197,92%	-275.039	-2072,64- %	-140.960	205,29%	-129,08%	95,12%
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento	(350.306)	-246,03%	2.067.867	1998,34%	2.974.336	22413,99 %	2.391.269	-3482,62 %	-116,94%	24,38%
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	142.381	100,00%	103.479	100,00%	13.270	100,00%	-68.663	100,00%	37,59%	-119,33%
Caixa e equivalentes de caixa										
No início do exercício	97.768	68,67%	84.498	81,66%	84.498	637%	153.161	223,1%	15,70%	-44,83%
No final do exercício	240.149	168,67%	187.977	181,66%	97.768	737%	84.498	123,1%	27,75%	15,70%
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	142.381	100,00%	103.479	100,00%	13.270	100%	-68.663	100%	37,59%	-119,33%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2024 COMPARADO AO PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2023

Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais

O caixa gerado nas atividades operacionais totalizou R\$433,1 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, comparado a um caixa utilizado de R\$1.759,5 milhões no mesmo período de 2023, representando uma diminuição na utilização de R\$2.192,7 milhões, em função, principalmente, da redução no pagamento de fornecedores, contudo compensado pela utilização de caixa para aquisição de ativo imobilizado para locação.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento totalizou R\$59,6 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, comparado a utilização de R\$204,8 milhões no mesmo período do ano anterior. Essa diminuição de utilização de R\$264,4 milhões, ou -129,08%, é justificado principalmente por não ter aquisições de empresas no período de 2024 e também pela alienação de ações a termo da Companhia no montante de R\$101,5 milhões.

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$350,3 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, comparado com uma geração de caixa de R\$ 2.067,9 milhões no mesmo período de 2023. Esta diminuição de geração de caixa de R\$2.418,2 milhões, ou -167,97%, é justificado, principalmente pelo menor volume de captação de recursos por meio de dívidas e cessão de direitos creditórios (total de R\$775,7 milhões em 30 de junho de 2024 em comparação a R\$2.988,9 milhões em 30 de junho de 2023).

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais

O caixa utilizado nas atividades operacionais totalizou R\$2.686,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a um caixa utilizado de R\$2.319,0 milhões no mesmo período de 2022, representando um aumento na utilização de R\$367,0 milhões, em função, principalmente, de aplicações em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras em dezembro de 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Adicionalmente, em 2023 houve um volume menor de aquisição de imobilizado para locação (R\$1.975,4 milhões, em comparação com R\$7.168,3 milhões em 2022, representando uma diferença de R\$5.192,9 milhões), apenas parcialmente compensado pelos valores a pagar das aquisições demonstrados pelas variações dos saldos de fornecedores (variação de R\$1.706,8 milhões em 2023 contra R\$2.059,1 milhões em 2022).

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$275,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$141,0 milhões no mesmo período do ano anterior. Esse aumento de utilização de R\$134,1 milhões, ou 95,1%, é justificado principalmente pelos pagamentos por aquisições de empresas realizadas em 2023 que foram R\$96,1 milhões maiores que em 2022, assim como por maiores adições de ativos imobilizados não considerados para fins de locação, R\$25,8 milhões maiores em 2023 do que em 2022.

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R\$2.974,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado com uma geração de caixa de R\$2.391,3 milhões no mesmo período de 2022. Este aumento de geração de caixa de R\$583,1 milhões, ou 24,4%, é justificado, principalmente pelo maior volume de captação de recursos por meio de captação de dívidas e cessão de direitos creditórios (total de R\$2.644,2 milhões em 2023 em comparação a R\$2.070,6 milhões em 2022).

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Resultados operacional e financeiro

a. Resultados das nossas operações, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é mensurada pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento.

Os negócios da Companhia foram divididos em três segmentos operacionais: (i) locação de veículos pesados; (ii), concessionárias de veículos e (iii) customização. O detalhamento referente a cada categoria dessas receitas consiste em:

1. Locação de caminhões, máquinas e equipamentos: locação de caminhões, máquinas e equipamentos e gestão de frotas.;
2. Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos: comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos, revenda de caminhões, máquinas e equipamentos seminovos, peças, máquinas e acessórios, prestação de serviços de mecânica, funilaria e pintura; e
3. Industrialização e customização de caminhões.

As informações da receita por segmento de negócios para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são as seguintes:

Receita por segmento	30 de junho				31 de dezembro						Variação %		
	2024	AV	2023	AV	2023	AV	2022	AV	2021	AV	jun/24 x jun/23	2023 x 2022	2022 x 2021
Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	2.098.738	58,15%	1.654.807	52,51%	3.484.104	57,25%	2.005.324	40,80%	1.094.627	38,80%	26,83%	73,75%	83,20%
Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	1.417.393	39,27%	1.460.138	46,34%	2.624.848	43,13%	2.807.880	57,20%	1.713.238	60,70%	-2,93%	-6,52%	63,90%
Industrialização e customização de caminhões	239.568	6,64%	209.986	6,66%	441.090	7,25%	232.175	4,70%	38.409	1,30%	14,09%	89,98%	504,50%
(-) eliminações	-146.333	-4,05%	-173.699	-5,51%	-464.560	-7,63%	-131.925	-2,70%	-22.779	-0,80%	-15,75%	252,19%	479,10%
Receita Líquida	3.609.366	100,0%	3.151.232	100,0%	6.085.482	100,0%	4.913.454	100,0%	2.823.495	100,0%	14,54%	23,85%	74,02%

2.2 Resultados operacional e financeiro

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Além da contribuição do resultado das empresas adquiridas em 2021, 2022 e 2023, conforme descrito no item 2.4 (b), não foram identificados fatores que pudessem afetar os resultados da Companhia materialmente.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os diretores da Companhia entendem que as variações positivas na receita dos períodos de 6 meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão principalmente relacionadas ao crescimento das atividades da Companhia através do aumento da base de clientes e aumento do número de novos contratos, com exceção das receitas provenientes do segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos entre os períodos de 30 de junho de 2024 e 2023 e entre os exercícios de 2023 e 2022.

No segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos, mais especificamente nas concessionárias do agronegócio, os diretores entendem que as variações negativas se deu pela retração de vendas no setor.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não foi constatado variações em nossas receitas diretamente decorrentes a modificações de taxas de câmbio, dado que os contratos são precificados em reais.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Administração supervisiona a gestão dos riscos financeiros com o suporte de um Comitê Financeiro, que presta assessoria na avaliação dos referidos riscos financeiros.

Em decorrência dos instrumentos de dívida obtidos no último semestre e no último exercício findo em 31 de dezembro de 2023, um dos principais indexadores da Companhia é o CDI. Dessa maneira, um aumento ou diminuição do CDI poderá impactar o montante dos juros a serem pagos das dívidas da Companhia.

Por fim, os Diretores da Companhia esclarecem que no último exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, não houve nenhum impacto que represente montante relevante em função da inflação tanto pouco da variação de preços dos insumos e do câmbio.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Risco de variações de taxas de câmbio: O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é denominado, e a respectiva moeda funcional da Companhia. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerado pelas operações comerciais da Companhia, principalmente em Reais, mas também em Dólares Americanos. Esse empréstimo foi protegido contra a variação de taxa de câmbio por um instrumento de swap, que troca a indexação cambial por CDI, limitando a exposição à eventuais perdas por variações cambiais.

Risco de taxas de juros: É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como às obrigações com empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, da Companhia, sujeitas a taxas de juros.

No período de seis meses encerrado em encerrado em 30 de junho de 2024, o Grupo apresentou lucro líquido de R\$323,9 milhões, EBITDA de R\$1.597,6 milhões, EBITDA Ajustado de R\$1.695,5 milhões, margem EBITDA de 44,26% e margem EBITDA Ajustado de 46,98%. Em 30 de junho de 2024, a geração futura da receita dos contratos já implantados e entregue aos nossos clientes ("backlog implantado") totalizou R\$14,1 bilhões e a frota total de locação contava com 50.384 ativos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo apresentou lucro líquido de R\$587,0 milhões, EBITDA de R\$2.668,2 milhões e margem EBITDA de 43,8% (EBITDA de serviços de R\$2.453,0 mil e margem EBITDA de serviços de 46,6%). Na comparação ano a ano, o aumento nos indicadores do Grupo está em linha com a estratégia de expansão operacional, impactados também pelas aquisições ocorridas no período. Em 31 de dezembro de 2023, a geração futura da receita dos contratos já implantados e entregue aos nossos clientes ("backlog implantado") totalizou R\$12,6 bilhões e a frota total de locação contava com 45.727 ativos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo apresentou um Lucro Líquido de R\$668,6 milhões, um EBITDA de R\$1.933,1 milhões e margem EBITDA de 39,3% (EBITDA de serviços de R\$1.846,8 mil e margem EBITDA de serviços de 40,2%). Isso está em linha com a estratégia de expansão operacional e crescimento com rentabilidade da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da Receita futura contratada de locação ("backlog contratado") já totalizava R\$12,6 bilhões e a frota total de locação contava com 43.829 ativos.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Mudanças na práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia não teve mudanças significativas em suas práticas contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2024.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Em 09 de junho de 2024, a Companhia reemitiu as Informações Trimestrais (ITR) individuais e consolidadas relativa ao período de 30 de junho de 2024, que haviam sido inicialmente emitidas no dia 05 de junho de 2024 devido a correção de divulgação efetuada na nota explicativa 32 relativo aos vencimentos dos recebimentos de arrendamento futuros de ativos já implantados, mas sem alterar o valor total desses arrendamentos.

Por ser apenas uma reclassificação dos valores de arrendamentos futuros entre os vencimentos, conforme mencionado anteriormente, não houve qualquer impacto no balanço patrimonial, nas demonstrações do resultado, resultado abrangente, valor adicionado, mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, incluindo as demais notas explicativas, exceto na nota explicativa 32.

Por conta disto, o relatório do auditor foi reemitido na mesma data de 09 de junho de 2024 com o seguinte parágrafo de ênfase:

“Ênfase - Reemissão das Informações Trimestrais (ITR) e do relatório do auditor

Em 5 de agosto de 2024, emitimos relatório de revisão sem modificação sobre as Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 30 de junho de 2024. Chamamos atenção para a Nota 3.3 às Informações Trimestrais (ITR), que descreve que o ITR originalmente emitido pela Companhia em 5 de agosto de 2024 está sendo reemitido em função da atualização das divulgações apresentadas na Nota 32. Devido à atualização descrita na referida nota, fornecemos este novo relatório de revisão sobre as Informações Trimestrais (ITR) reemitidas. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.”

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Efeito relevantes nas DFs

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

No período de seis meses findo, não houve nenhuma introdução de novo segmento operacional ou alienação de qualquer segmento operacional o qual o Grupo Vamos atua.

No ano de 2023, não houve nenhuma introdução de novo segmento operacional ou alienação de qualquer segmento operacional o qual o Grupo Vamos atua.

No ano de 2022, o Grupo Vamos passou a atuar com a produção, locação e venda de implementos rodoviários para veículos pesados e unidades móveis, adicionados ao portfólio de produtos do Grupo por meio da aquisição da Truckvan. Considerando a natureza das operações e forma de gestão de negócio e agregação das operações pelo Grupo, essas atividades foram consideradas como parte do segmento de Industrialização e customização de caminhões (anteriormente denominada apenas como "Customização de caminhões").

A aquisição da HM Empilhadeiras, em abril de 2022, não constitui segmento operacional adicional considerando que o Grupo já atuava no segmento de locação de equipamentos intralogísticos.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

(i) Movimentação ocorrida durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Incorporação parcial HM Comércio e Manutenção de Empilhadeiras Ltda. ("HM Empilhadeiras")

Em 31 de maio de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovada a reestruturação societária do Grupo Vamos, na qual foram cindidos alguns contratos e ativos e passivos do segmento de locação da controlada HM Comércio e Manutenção de Empilhadeiras Ltda. ("HM Empilhadeiras") e alocados na Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. O objetivo da reestruturação foi centralizar a atividade de locação apenas na controladora, simplificando as atividades do Grupo.

O acervo líquido contábil para fins de cisão no montante de R\$ 56,5 milhões foi avaliado por empresa especializada com data base de 31 de março de 2023, e resultou na seguinte movimentação:

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

	31/05/2023		
	HM Empilhadeiras	Acervo cindido (i)	HM Empilhadeiras s após cisão
Caixa e equivalentes de caixa	819	-	819
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	83	-	83
Contas a receber	23.304	(15.314)	7.990
Estoques	50.198	(5.644)	44.554
Tributos a recuperar	8.296	-	8.296
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.217	-	2.217
Despesas antecipadas	379	-	379
Adiantamentos a terceiros	76	-	76
Outros créditos	7.407	-	7.407
Total do ativo circulante	92.779	(20.958)	71.821
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	-	7
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.168	-	1.168
Depósitos judiciais	361	-	361
Imobilizado	63.615	(56.809)	6.806
Total do ativo não circulante	65.151	(56.809)	8.342
Total do ativo	157.930	(77.767)	80.163
Fornecedores	2.184	-	2.184
Arrendamento por direito de uso	1.074	-	1.074
Obrigações trabalhistas	3.355	-	3.355
Tributos a recolher	16	-	16
Adiantamentos de clientes	143	-	143
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	8.538	(8.538)	-
Outras contas a pagar	7.534	(7.406)	128
Total do passivo circulante	22.844	(15.944)	6.900
Arrendamento por direito de uso	891	-	891
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.296	(5.296)	-

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Provisão para demandas judiciais e administrativas	909	-	909
Total do passivo não circulante	7.096	(5.296)	1.800
Total do passivo	29.940	(21.240)	8.700
Patrimônio Líquido	127.990	(56.527)	71.463

(i) Os números utilizados na cisão foram na data de 31 de maio de 2023.

Os efeitos da incorporação na controladora estão demonstrados a seguir:

Ativo	Vamos Locação	Acervo Incorpora do	Reclassificaçõ es de Incorporação	Vamos Locação Após Incorporação
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	267.789	-	-	267.789
Títulos e valores mobiliários	413.787	-	-	413.787
Contas a receber	781.895	15.314	-	797.209
Estoques	2.255	5.644	272	8.171
Tributos a recuperar	23.435	-	-	23.435
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	153.734	-	-	153.734
Ativos não circulantes mantidos para venda	261.037	-	-	261.037
Despesas antecipadas	57.966	-	-	57.966
Adiantamentos a terceiros	1.195	-	-	1.195
Dividendos a receber	8.538	(8.538)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	133.130	-	-	133.130
Depósitos judiciais	605	-	-	605
Ativo de Indenização	9.572	-	-	9.572
Créditos com partes relacionadas	287.128	-	-	287.128
Outros créditos	784	-	-	784
Investimentos	1.313.005	(56.527)	(99.225)	1.157.253
Imobilizado	12.097.825	56.809	74.689(i)	12.229.323
Intangível	95.178	-	24.264(ii)	119.442

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Total do ativo	15.908.858	12.702	-	15.921.560
Passivo e patrimônio líquido				
Fornecedores	407.631	-	-	407.631
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9.076.009	-	-	9.076.009
Arrendamento por direito de uso	19.822	-	-	19.822
Cessão de direitos creditórios	1.841.272	-	-	1.841.272
Obrigações trabalhistas	32.668	-	-	32.668
Tributos a recolher	3.556	-	-	3.556
Adiantamentos de clientes	33.343	-	-	33.343
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	17.600	-	-	17.600
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	47.183	-	-	47.183
Imposto de renda e contribuição social diferidos	372.301	5.296	-	377.597
Provisão para demandas judiciais e administrativas	10.309	-	-	10.309
Instrumentos financeiros derivativos	154.067	-	-	154.067
Outras contas a pagar	15.940	7.406	-	23.346
Patrimônio líquido	3.877.157	-	-	3.877.157
	7			
Total do passivo e patrimônio líquido	15.908.858	12.702	-	15.921.560

(i)O montante reclassificado para o imobilizado refere-se ao saldo da mais-valia dos ativos incorporados na data da transação.

(ii) O montante reclassificado para o intangível refere-se ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) decorrente da aquisição da HM Empilhadeiras.

Esta transação não teve impacto nos saldos das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Vamos em 31 de dezembro de 2023, uma vez que trata-se de transação mantida entre empresas sob o mesmo controle societário.

Transferência de participação societária entre empresas do Grupo Vamos

A partir de 1 de julho de 2023, a Vamos Locação (controladora) transferiu o controle da HM Comércio e Manutenção de Empilhadeiras Ltda. ("HM Empilhadeiras") para sua controlada direta Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda. ("Vamos

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Linha Amarela”) por meio de aporte ao capital social em contrapartida ao investimento na HM Empilhadeiras. Com a transação, a HM Empilhadeiras passa ser controlada indireta da Companhia.

Esta transação não teve impacto nos saldos das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Vamos em 31 de dezembro de 2023, uma vez que se trata de transação mantida entre empresas sob o mesmo controle societário.

Aquisição Tietê Veículos Ltda. (“Tietê”)

Em 7 de junho de 2023, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento ao Fato Relevante divulgado pela Companhia em 6 de abril de 2023, que realizou em 2 de junho de 2023 o fechamento da transação de aquisição da Tietê Veículos Ltda. (“Tietê”), através de sua controlada Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. (“Transrio”), após a conclusão das condições precedentes, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”).

Do preço de aquisição de R\$306.111, R\$161.289 foram pagos à vista, na data de fechamento, e o valor remanescente será pago em duas parcelas nos montantes de R\$73.924, em até um ano da data de fechamento da transação, e R\$57.377, em até dois anos, corrigidas por 100% do CDI.

O montante de R\$13.521 será retido e controlado pela adquirente, em conta gráfica (“Escrow”), para garantia de obrigação de indenização por parte dos vendedores e deverá ser corrigido por 100% do CDI. O saldo, líquido de perdas materializadas, deverá ser liberado aos vendedores em 04 de junho de 2029.

Em conformidade com o CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinação de Negócios, o valor justo preliminar dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito da mensuração do método de alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

Tietê Veículos	Valor contábil	Ajuste do valor justo	Valor justo na data de aquisição
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	31.272	-	31.272
Contas a receber	10.481	-	10.481
Estoques	64.143	53	64.196

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Tributos a recuperar	1.164	-	1.164
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.337	-	2.337
Despesas antecipadas	375	-	375
Adiantamentos a terceiros	6.505	-	6.505
Fundo para capitalização de concessionárias	18.667	-	18.667
Depósitos judiciais	372	-	372
Ativo de indenização (i)	-	8.557	8.557
Outros créditos	2.648	-	2.648
Imobilizado	19.079	2.655	21.734
Intangível	46	212.789	212.835
<i>Softwares</i>	44	-	44
<i>Marcas e patentes</i>	2	-	2
<i>Contrato de distribuição</i>	-	212.789	212.789
Total dos ativos adquiridos	157.089	224.054	381.143
Passivo e Patrimônio Líquido			
Fornecedores	(44.455)	-	(44.455)
Floor plan	(3.309)	-	(3.309)
Arrendamentos por direito de uso	(10.854)	-	(10.854)
Obrigações trabalhistas	(3.848)	-	(3.848)
Tributos a recolher	(1.874)	-	(1.874)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(1.855)	-	(1.855)
Lucro a distribuir e juros sobre capital próprio	(383)	-	(383)

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Adiantamento de clientes	(1.030)		(1.030)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-		-
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(1.141)	(7.416)	(8.557)
Outras contas a pagar	(1.482)	-	(1.482)
Total dos passivos assumidos	(70.231)	(7.416)	(77.647)
Total dos ativos adquiridos e passivos assumidos	86.858	216.638	303.496
Valor pago à vista			161.289
Valor a pagar			131.301
Valor a pagar - gráfica (parcela retida)			13.521
Valor justo da contraprestação			306.111
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)			2.615

(i) Conforme estabelecido no contrato de compra e venda, a Companhia será integralmente indenizada pelo vendedor caso qualquer contingência que tenha fato ocorrido até a data do fechamento se materialize. Os montantes reconhecidos como provisão para contingências em contrapartida aos ativos de indenização correspondem ao valor atribuído aos riscos tributários e trabalhistas não materializados identificados na *due dilligence*.

Esta combinação de negócios contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da Companhia com R\$ 321.370 de receita líquida e R\$ 30.836 de lucro líquido, a partir de 2 de junho de 2023, data em que a Companhia assumiu o controle. Se a aquisição da empresa tivesse ocorrido em 1 de janeiro de 2023, a receita líquida consolidada da Companhia para o exercício seria aumentada em R\$ 186.746 e o lucro líquido consolidado aumentado em R\$ 14.156 (valores não auditados).

Aquisição DHL Distribuidora de Peças e Serviços Ltda. ("DHL Tratores")

Em 8 de agosto de 2023, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento ao Fato Relevante divulgado pela Companhia em 26 de

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

abril de 2023, que realizou nesta data o fechamento da transação de aquisição da DHL Distribuidora de Peças e Serviços Ltda. ("DHL Tratores"), através de sua controlada Vamos Máquinas e Equipamentos S.A. ("Vamos Máquinas"), após a conclusão das condições precedentes, incluindo a aprovação pelo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE").

Do preço de aquisição de R\$96.986, R\$30.896 foram pagos à vista, na data de fechamento da transação, e R\$20.252 deverão ser pagos no primeiro dia útil que se suceder ao 1º aniversário da data de fechamento da transação, acrescidos de 90% do CDI. O valor remanescente, no montante de R\$33.838 deverá ser pago em três parcelas anuais de igual valor, acrescidas de 90% do CDI, devendo a primeira parcela remanescente ser paga no primeiro dia útil que se suceder ao 2º aniversário da data de fechamento da transação e os pagamentos das demais parcelas no primeiro dia útil que se suceder aos demais aniversários da data de fechamento da transação.

O montante de R\$ 12.000 será retido e controlado pela adquirente, em conta gráfica ("Escrow"), para garantia de obrigação de indenização por parte dos vendedores e deverá ser corrigido por 90% do CDI. O saldo, líquido de perdas materializadas, deverá ser liberado aos vendedores no primeiro dia útil que se seguir do 6º aniversário da data de fechamento.

Em conformidade com o CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinação de Negócios, o valor justo provisório preliminar dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação dada mensuração do método de alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir

DHL Tratores	Valor contábil	Ajuste do valor justo	Valor justo na data de aquisição
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	2.508	-	2.508
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	101	-	101
Contas a receber	25.932	-	25.932
Estoques	47.648	6.570	54.218
Tributos a recuperar	28.495	-	28.495
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	- 4.001	-	- 4.001
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	
		-	
Despesas antecipadas	82	-	82

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Adiantamentos a terceiros	80	-	80
Fundo para capitalização de concessionárias	-	-	-
Depósitos judiciais	-	-	-
Ativo de indenização (i)	-	28.856	28.856
Outros créditos Investimentos	84	-	84
Imobilizado	- 11.162	- 24.649	- 35.811
Intangível	47	33.645	33.692
<i>Software</i>	47	-	47
<i>Contrato de distribuição</i>	-	33.645	33.645
Total dos ativos adquiridos	120.140	93.720	213.860
Passivo e Patrimônio Líquido			
Fornecedores	(38.001)	-	(38.001)
Floor plan	(1.092)	-	(1.092)
Empréstimos e financiamentos	(33.634)	-	(33.634)
Arrendamentos por direito de uso	(289)	-	(289)
Obrigações trabalhistas	(3.396)	-	(3.396)
Tributos a recolher	(11.029)	-	(11.029)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(3.778)	-	(3.778)
Lucro a distribuir e juros sobre capital próprio	-	-	-
Adiantamento de clientes	(2.185)	-	(2.185)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(1.080)	(27.776)	(28.856)
Outras contas a pagar	(124)	-	(124)
Total dos passivos assumidos	(94.608)	(27.776)	(122.384)
Total dos ativos adquiridos e passivos assumidos	25.532	65.944	91.476
Valor pago à vista			30.896

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Valor a pagar	54.090
Valor a pagar - gráfica (parcela retida)	12.000

Valor justo da contraprestação	96.986
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	5.510

(i) Conforme estabelecido no contrato de compra e venda, a Companhia será integralmente indenizada pelo vendedor caso qualquer contingência que tenha fato ocorrido até a data do fechamento se materialize. Os montantes reconhecidos como provisão para contingências em contrapartida aos ativos de indenização correspondem ao valor atribuído aos riscos tributários e trabalhistas não materializados identificados na *due dilligence*.

Esta combinação de negócios contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da Companhia com R\$ 57.164 de receita líquida e R\$ 1.254 de prejuízo líquido, a partir de 8 de agosto de 2023, data em que a Companhia assumiu o controle. Se a aquisição da empresa tivesse ocorrido em 1 de janeiro de 2023, a receita líquida consolidada da Companhia para o exercício seria aumentada em R\$ 64.456 e o lucro líquido consolidado aumentado em R\$ 7.087 (valores não auditados).

(ii) Movimentação ocorrida durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Incorporação Borgato Serviços

Em 30 de abril de 2022, a Companhia realizou a incorporação de sua controlada Borgato Serviços Agrícolas S.A. A incorporação tem como objetivo promover benefícios de ordem administrativa e econômica, assim como a consequente simplificação operacional do segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos.

Abaixo, demonstramos os saldos contábeis da Companhia e da controlada na data de incorporação:

Balanco Patrimonial	Vamos Locação	Borgato Serviços	Reclassificação de Incorporação	Vamos Locação após incorporação
Ativo				
Caixa Equivalente	237.986	23.174		261.160
Títulos e valores mobiliários	2.119.579	-	-	2.119.579
Contas a receber	367.032	11.666	-	378.698

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Estoques	1.281	-	-	1.281
Tributos a recuperar	7.740	66	-	7.806
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	88.356	1.049	-	89.405
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	62.544	947	1.090	64.581
Despesas antecipadas	27.327	714	-	28.041
Adiantamentos a terceiros	137.583	2	-	137.585
Dividendos a receber	108.994	-	-	108.994
Instrumentos financeiros derivativos	25.378	-	-	25.378
Depósitos judiciais	557	-	-	557
Outros créditos	404.334	165	-	404.499
Investimentos	456.262	-	(172.105)	284.157
Imobilizado	6.616.201	86.977	26	6.703.204
Intangível (i)	8.532	-	91.743	100.275
Total do ativo	10.669.686	124.760	(79.246)	10.715.200
Passivo				
Fornecedores	1.104.959	-	-	1.104.959
Empréstimos e financiamentos	6.014.672	-	-	6.014.672
Arrendamento por direito de uso	17.851	10	-	17.861
Cessão de direitos creditórios	83.898	-	-	83.898
Obrigações trabalhistas	14.547	-	-	14.547
Tributos a recolher	3.318	354	-	3.672
Adiantamentos de clientes	15.781	-	-	15.781
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	52.973	-	-	52.973
Outras contas a pagar	20.858	2.885	-	23.743
Imposto de renda e contribuição social diferidos	300.817	42.265	-	343.082
Provisão para demandas judiciais e administrativas	142	-	-	142
Instrumentos financeiros derivativos	256.345	-	-	256.345
Patrimônio líquido	2.783.525	79.246	(79.246)	2.783.525
Total do passivo e patrimônio líquido	10.669.686	124.760	(79.246)	10.715.200

Fechamento da transação de aquisição da HM Empilhadeiras

Em 8 de abril de 2022, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento ao Fato Relevante divulgado pela Companhia em 9 de dezembro de 2021, que realizou nesta data o fechamento da transação de aquisição da HM Empilhadeiras Ltda. ("HM Empilhadeiras" ou "HM"), após a conclusão das

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

condições precedentes, incluindo a aprovação pelo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”).

Do preço de aquisição de R\$ 150.000, R\$ 75.909 (setenta e cinco milhões e novecentos e nove mil reais) foram pagos à vista na data de fechamento, R\$ 15.000 (quinze milhões de reais) serão retidos para garantia da obrigação de indenizar dos antigos proprietários (a serem registrados em conta gráfica) e o valor remanescente será pago em 36 parcelas mensais corrigidas por 100% do CDI até a data do pagamento.

Em conformidade com o CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinação de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

HM Empilhadeiras	Valor contábil	Ajuste do valor justo	Valor justo na data de aquisição
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	6.335	-	6.335
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	274	-	274
Contas a receber	14.524	-	14.524
Estoques	2.526	272	2.798
Tributos a recuperar	167	-	167
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	139	-	139
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.843	-	1.843
Despesas antecipadas	287	-	287
Adiantamentos a terceiros	17	-	17
Ativo de indenização (i)	-	9.572	9.572
Imobilizado	35.761	84.991	120.752
Total dos ativos adquiridos	61.873	94.835	156.708
Passivo e Patrimônio Líquido			
Fornecedores	(2.327)	-	(2.327)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(33.282)	-	(33.282)
Arrendamentos a pagar	(13.414)	-	(13.414)
Arrendamentos por direito de uso	(1.965)	-	(1.965)
Obrigações trabalhistas	(2.789)	-	(2.789)

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Tributos a recolher	(311)	-	(311)
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(909)	(9.572)	(10.481)
Outras contas a pagar	(5.668)	-	(5.668)
Total dos passivos assumidos	(60.665)	(9.572)	(70.237)
Total dos ativos adquiridos e passivos assumidos	1.208	85.263	86.471
Valor pago à vista			75.909
Valor a pagar			35.045
Valor justo da contraprestação			110.954
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)			24.483

- (i) O referido valor foi registrado em "Obrigações a pagar por aquisição de empresas" e será pago em 36 parcelas mensais com vencimentos até junho de 2024. As parcelas serão corrigidas por 100% do CDI até a data de pagamento.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(c) Eventos ou operações não usuais

Além dos eventos societários descritos abaixo, não houve, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

Em 29 de junho de 2023, foi realizada uma oferta pública de ações primária e secundária, com o preço de emissão por ação de R\$11,00, referindo-se a distribuição de 118.389.898 ações ordinárias de emissão da Companhia, sendo: (i) 78.926.599 novas ações, no âmbito da oferta primária, e (ii) 39.463.299 ações de emissão da Companhia e titularidade da Simpar S.A., na qualidade de acionista vendedor. Com base no preço por ação de R\$11,00, os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária foram de aproximadamente R\$841 milhões, após a dedução de comissões e despesas estimadas. Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da oferta primária, o capital social da Companhia passou a ser de R\$2.142.576.124,79, dividido em 1.104.324.569 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 22 de dezembro de 2023, conforme comunicado ao mercado¹ divulgado pela Companhia, foi informado (i) a alienação de 57.828.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, e (ii) a realização de contratos derivativos de liquidação financeira referenciados em 57.828.000 ações ordinárias de emissão da Companhia por meio de uma subsidiária integral da Simpar.

A Operação em conjunto teve por efeitos:

1. Redução da participação direta da Simpar para baixo do patamar de 55% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia por meio da alienação – uma redução de 5,24 p.p. na participação da Simpar na Companhia;
2. Aumento da participação indireta da Simpar em derivativos de liquidação financeira referenciados em valores mobiliários de emissão da Companhia para cima do patamar de 5% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia por meio do Termo Sintético – um aumento de 5,24% da participação econômica indireta da Simpar na Companhia efetivando que a exposição econômica continue a mesma.

Em 31 de dezembro de 2023, a Simpar detinha 60,06%² do capital social da Companhia (68,5% em 31 de dezembro de 2022). Excluindo as ações em tesouraria, a participação remanescente de 38,71% correspondente a ações de circulação livre (*free float*).

¹ Comunicado a mercado de 22/12/2023

² Considera participação direta e indireta.

2.5 Medições não contábeis

2.5 Mediações não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

Medições não contábeis

A Companhia divulgou as seguintes medições não contábeis:

(Em milhares de reais, exceto alavancagem líquida)	Período de seis meses findo em		Exercício findo em	
	30/06/2024	30/06/2023	31/12/2023	31/12/2022
(1) EBITDA	1.597.603	1.324.379	2.668.134	1.933.140
(2) EBITDA Ajustado	1.695.541	1.324.379	-	-
(1) EBITDA de serviços	1.509.483	1.229.050	2.452.997	1.846.824
(2) EBITDA de serviços Proforma	1.607.392	1.229.050	-	-
(1) Margem EBITDA	44,26%	42,03%	43,84%	39,34%
(2) Margem EBITDA ajustado	46,98%	42,03%	43,84%	39,34%
(1) Margem EBITDA de serviços	46,80%	44,45%	46,62%	40,22%
(2) Margem EBITDA de serviços ajustado	49,84%	44,45%	46,62%	40,22%
(3) Dívida Bruta	12.787.344	10.334.491	11.363.954	7.667.285
(3) Dívida Líquida	10.689.184	8.972.685	9.058.992	5.925.114
(4) Alavancagem Líquida (vezes - "x")	3,39x	3,58x	3,32x	3,07x

(*) considera o EBITDA dos últimos doze meses e a dívida das empresas adquiridas Tietê Veículos e DHL Tratores no montante de R\$2.726.211 mil.

(1) EBITDA (LAJIDA), EBITDA (LAJIDA) DE SERVIÇOS, MARGEM EBITDA E MARGEM EBITDA DESERVIÇOS

EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, é uma medida não contábil que elaboramos de acordo com a Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012. Consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido dos efeito do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido e das despesas com depreciação e amortização. Por meio da utilização do EBITDA, procura-se demonstrar a performance operacional da Companhia. O EBITDA de serviços é calculado desconsiderando o efeito da receita líquida e dos custos de venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços (ativos desmobilizados).

A "Margem EBITDA" consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida total da Companhia. E a "Margem EBITDA de serviços" consiste no resultado da divisão do EBITDA de serviços pela "Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços".

2.5 Medições não contábeis

(2) EBITDA (LAJIDA) AJUSTADO, EBITDA (LAJIDA) DE SERVIÇOS AJUSTADO, MARGEM EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA DE SERVIÇOS AJUSTADO

“EBITDA ou LAJIDA Ajustado” e o “EBITDA de serviços ajustado” é o EBITDA (LAJIDA) e o EBITDA de serviços conforme definido no item (1) acima, desconsiderando despesas com imparidade, tanto de contas a receber (Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD) não recorrentes quanto imparidade de outros ativos como estoques, imobilizado ou ativos circulantes mantidos para venda.

A “Margem EBITDA ajustado” consiste no resultado da divisão do “EBITDA ajustado” pela receita líquida total da Companhia. E a “Margem EBITDA de serviços ajustado” consiste no resultado da divisão do “EBITDA de serviços ajustado” pela “Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços”.

(3) DÍVIDA BRUTA E DÍVIDA LÍQUIDA

Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) empréstimos, financiamentos e debentures, (ii) risco sacado a pagar e (iii) saldos ativos e/ou passivos de instrumentos financeiros derivativos, todos circulantes e não circulantes. Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como o saldo de Dívida Bruta, subtraída do caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, todos circulantes e não circulantes.

Os valores mencionados de Dívida Bruta e Dívida Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

(4) ALAVANCAGEM LÍQUIDA

A “Alavancagem Líquida” é um indicador não contábil que procura medir o nível do endividamento da Companhia, em determinado período, em relação ao seu resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA para fins de *covenants*^(*) de determinado período.

Os valores mencionados de Alavancagem Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa, e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

2.5 Medições não contábeis

(*) **EBITDA para fins de covenants** significa o lucro ou prejuízo líquido antes dos efeitos do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, imparidade de ativos, tanto de contas a receber (Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD) recorrente e não recorrentes, quanto de outros ativos como estoques, imobilizado ou ativos circulantes mantidos para venda e equivalências patrimoniais e da participação de acionistas não controladores apurado ao longo dos últimos 12 meses, incluindo o EBITDA dos últimos 12 meses de sociedades incorporadas e/ou adquiridas pela emissora.

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

As tabelas abaixo apresentam a reconciliação do EBITDA, da Margem EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA Ajustada, do EBITDA para fins de *covenants*, da Dívida Líquida e da Alavancagem Líquida com os valores das demonstrações financeiras auditadas:

Reconciliação do EBITDA, EBITDA de serviços, Margem EBITDA e Margem EBITDA de serviços

(em milhares de reais, exceto percentuais)	Período de doze meses findo em	Período de seis meses findo em		Exercício findo em	
	30/06/2024	30/06/2024	30/06/2023	31/12/2023	31/12/2022
	(A+B-C)	(A)	(C)	(B)	
Lucro líquido do período / exercício	635.095	323.863	275.727	586.959	668.629
(+) Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	-23.443	96.430	42.267	-77.605	112.358
(+) Resultado financeiro, líquido	1.630.021	802.708	747.276	1.574.589	830.198
(+) Depreciação e amortização	699.682	374.602	259.111	584.191	321.955
EBITDA	2.941.355	1.597.603	1.324.381	2.668.134	1.933.140
(-) Receita líquida de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	819.576	382.323	386.308	823.561	321.082
(+) Custo de venda de ativos desmobilizados	612.600	295.105	290.929	608.424	234.766
EBITDA de serviços	2.734.382	1.510.385	1.229.050	2.452.997	1.846.824
Receita líquida de locação, venda e prestação de serviços	5.724.040	3.227.043	2.764.924	5.261.921	4.592.372
Receita líquida de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	819.576	382.323	386.308	823.561	321.082
Receita líquida total	6.543.616	3.609.366	3.151.232	6.085.482	4.913.454
EBITDA	2.941.355	1.597.603	1.324.379	2.668.134	1.933.140
EBITDA de serviços	2.734.382	1.510.385	1.229.050	2.452.997	1.846.824
Margem EBITDA	44,95%	44,26%	42,03%	43,84%	39,34%
Margem EBITDA de serviços	47,77%	46,80%	44,45%	46,62%	40,22%

Embora já previsto nos contratos de financiamentos, a Companhia incluiu no cálculo do EBITDA consolidado para fins de *covenants* o valor relativo à "imparidade de ativos" apenas para o período findo em 30 de junho de 2024.

2.5 Medições não contábeis

Em milhares de R\$	30/06/2024	30/06/2023	31/12/2023	31/12/2022
(+) Empréstimos e Financiamentos (Passivo Circulante)	1.647.375	637.740	854.734	545.377
(+) Empréstimos e Financiamentos (Passivo Não Circulante)	11.356.217	9.731.788	10.680.950	6.846.719
(+) Risco sacado a pagar (Passivo Circulante)	-	37.503	53.289	31.319
(+) Instrumentos financeiros derivativos (passivo circulante)	150.640	-	226.617	-
(+) Instrumentos financeiros derivativos (passivo não circulante)	18.720	180.184	69.545	278.976
(-) Instrumentos financeiros derivativos (ativo circulante)	(51.146)	-	-2.769	-
(-) Instrumentos financeiros derivativos (ativo não circulante)	(334.462)	(252.724)	-518.412	-35.106
Dívida Bruta	12.787.344	10.334.491	11.363.954	7.667.285
(-) Caixa e Equivalentes de caixa	(240.149)	(187.977)	-97.768	-84.498
(-) Títulos e Valores Mobiliários (Ativo Circulante)	(1.847.373)	(1.155.052)	-2.196.244	-1.638.513
(-) Títulos e Valores Mobiliários (Ativo Não Circulante)	(10.638)	(18.777)	-10.950	-19.160
Dívida Líquida	10.689.184	8.972.685	9.058.992	5.925.114

Reconciliação da Alavancagem Líquida

Em milhares de R\$	30/06/2024	30/06/2023	2023	2022
Dívida Líquida	10.689.184	8.972.685	9.058.992	5.925.114
EBITDA para fins de covenants	3.151.978	2.503.904	2.668.134	1.933.140
Alavancagem Líquida (vezes - "x") (*)	3,39x	3,58x	3,32x	3,07x

(*) Caso fosse incluído as "imparidades dos ativos" nos exercícios findos em 2023 e 2022, esta relação de dívida líquida/EBITDA ficaria em 3,22x e 3,02x respectivamente.

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que devido a necessidade de maior agilidade na tomada de decisão e tendo em vista a dinâmica dos atuais negócios, faz-se necessário a implementação e análise de medidas não contábeis, além das medidas contábeis apresentadas nas demonstrações financeiras.

A Companhia utiliza os indicadores não contábeis EBITDA e o EBITDA Ajustado, e suas respectivas margens, para medir sua performance operacional, pois acredita facilitar a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros e outros impactos que refletem diretamente em seu fluxo de caixa.

2.5 Medições não contábeis

A Companhia ressalta que o EBITDA e o EBITDA Ajustado, e suas respectivas margens, são apenas informações adicionais às suas demonstrações contábeis. Considerando que o EBITDA e o EBITDA ajustado não são medidas contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas IFRS, estes não devem ser utilizados como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional; ou (iii) indicadores de liquidez.

Quanto aos índices de Endividamento (Dívida Líquida e Alavancagem Líquida) são importantes indicadores, que objetivam medir a capacidade de pagamento da Companhia em relação ao seu endividamento com terceiros.

Apesar de serem medidas não contábeis, estes índices são comumente utilizados pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo assim maior comparabilidade de negócios semelhantes ao da Companhia.

Outras medidas operacionais

(1) RETORNO SOBRE O PATRIMONIO LÍQUIDO – ROE

O ROE - *Return On Equity* (em português: Retorno sobre o Patrimônio) é uma medida não contábil que reflete em percentuais o retorno sobre o patrimônio líquido médio da Companhia, evidenciando assim a capacidade da Companhia em agregar valor à ela mesma utilizando os seus próprios recursos. Seu cálculo é feito a partir da divisão do resultado líquido do exercício pelo patrimônio líquido médio que é obtido através da média entre os patrimônios líquidos finais dos períodos apresentados.

(2) RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO – ROIC

O ROIC - *Return On Invested Capital* é uma medida não contábil que é utilizada para análises financeiras e reflete, em percentuais, o lucro gerado pelas operações da Companhia. É calculado a partir do lucro operacional ("EBIT"), subtraído do Imposto de Renda calculado através da alíquota efetiva de determinado período, dividido pela média do capital investido, a qual é representado pela soma da dívida líquida média e pela média do patrimônio líquido.

2.5 Medições não contábeis

ROE

Em milhares de R\$	Período de seis meses findo em		Exercício findo em	
	30/06/2024	30/06/2023	2023	2022
Lucro Líquido (LTM)	699.739 (*)	680.010	586.959	668.629
Patrimônio Líquido (Final de Período)	5.085.253 (**)	3.912.113	4.735.295	3.638.888
Patrimônio Líquido Médio (Média do mesmo período)	4.498.683 (**)	3.396.073	4.187.092	3.139.537
ROE	15,55%	20,02%	14,0%	21,3%

(*) Lucro líquido ajustado

(**) Patrimônio líquido ajustado

ROIC

Em milhares de R\$	Em milhares de R\$		Em milhares de R\$	
	30/06/2024	30/06/2023	2023	2022
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro (LTM)	2.339.413(*)	2.000.458	2.083.942	1.611.185
Alíquota efetiva do imposto de renda	-10,14%	-5,49%	3,01% (**)	-14,39%
NOPAT	2.102.239	1.890.541	2.146.669	1.379.389
Patrimônio Líquido (***)	5.085.253	3.912.113	4.735.295	3.638.888
Patrimônio Líquido Médio (***)	4.498.683	3.396.073	4.187.092	3.139.537
Dívida Líquida	10.689.184	8.972.685	9.058.992	5.925.114
Dívida Líquida média	9.830.935	6.776.402	7.492.053	4.118.207
Capital Empregado Médio	14.329.618	10.172.475	11.679.145	7.257.744
ROIC	14,67%	18,58%	18,4%	19,0%

(*) Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro Ajustado (LTM)

(**) considera o efeito da subvenção de ICMS dos doze meses de 2023

(***) Patrimônio líquido ajustado

Os valores mencionados de ROE E ROIC não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa, e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Eventos subsequentes às DFs

Em 11 de julho de 2024, a Companhia registrou junto a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), a realização da 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública segundo rito de registro automático, exclusivamente a investidores profissionais, nos termos da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022. Os recursos captados serão destinados para fins corporativos gerais, incluindo, mas não se limitando a capital de giro, gestão de caixa e reforço de liquidez da Companhia.

Os principais termos e condições da Oferta estão resumidos a seguir:

Série	Quantidade	Valor Nominal	Valor Total	Prazo	Taxa	Amortização
Única	1.050	1.000	1.050.000	5 anos	DI + 2,35% a.a.	Anual (4º e 5º ano)

2.7 Destinação de resultados

2.7 Destinação de resultados

Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

	Exercício findo em 31/12/2023	Exercício Social 31/12/2022	Exercício Social 31/12/2021
Lucro líquido ajustado (R\$)	557.611.004,56	635.197.934,14	382.257.163,64
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	62,77%	44,65%	49,70%
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	12,40%	18,37%	15,24%
Dividendo distribuído total (R\$)	350.000.000,00	283.600.000,00	190.000.000,00
Lucro líquido retido (R\$)	207.611.004,56	351.597.934,14	192.257.163,64
Data da aprovação da retenção	25/04/2024	18/04/2023	28/04/2022

Dividendo distribuído (por classe e espécie de ações)	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2021	
	Montante	Forma e datade pagamento	Montante	Forma e data de pagamento	Montante	Forma e datade pagamento
Dividendos						
Ações ordinárias	-	-	17.600.000,00	Dinheiro em 04/04/2023	143.800.000,00	Dinheiro em 22/12/2021
Juros Sobre Capital Próprio						
Ações ordinárias	350.000.000,00	Dinheiro em 07/05/2024	266.000.000,00	Dinheiro em 04/04/2023	46.200.000,00	Dinheiro em 22/12/2021

Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos, tampouco reservas constituídas em exercícios anteriores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos, tampouco reservas constituídas em exercícios anteriores.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidade, incluindo respectivos passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

O Grupo Vamos possui contratos de locação de veículos, máquinas e equipamentos que são classificados como arrendamento operacional com prazos de vencimento até 2034. Esses contratos normalmente têm prazo de vigência que variam de 1 (um) a 10 (dez) anos, sendo o prazo mais comum o de 5 (cinco) anos. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado.

A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos pagamentos de arrendamento, demonstrando os recebimentos referente a ativos já implantados gerando receita para a Companhia na data base de 30 de junho de 2024:

Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
3.970.946	3.525.983	2.819.049	2.001.106	1.116.295	670.372	14.103.751

A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos pagamentos de arrendamento, demonstrando os recebimentos referente a ativos já implantados gerando receita para a Companhia na data base de 31 de dezembro de 2023:

Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
3.636.144	2.923.753	2.480.140	1.781.793	1.025.888	713.640	12.561.358

(iii) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme informado no item 2.8, com exceção do número (iii) Contratos de futuras vendas de produtos ou serviços, a Companhia não possui itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024.

As informações mencionadas no item 2.8, número (iii) referem-se a recebimento de arrendamentos futuros de ativos já implantados, portanto não alteram a receita ou qualquer outro item das demonstrações financeiras divulgadas.

(b) Natureza e o propósito da operação

Conforme informado no item 2.8, com exceção do número (iii) Contratos de futuras vendas de produtos ou serviços, a Companhia não possui itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024.

As informações mencionadas no item 2.8, número (iii) referem-se a recebimento de arrendamentos futuros de ativos já implantados, portanto não alteram a receita ou qualquer outro item das demonstrações financeiras divulgadas.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme informado no item 2.8, com exceção do número (iii) Contratos de futuras vendas de produtos ou serviços, a Companhia não possui itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024.

As informações mencionadas no item 2.8, número (iii) referem-se a recebimento de arrendamentos futuros de ativos já implantados, portanto não alteram a receita ou qualquer outro item das demonstrações financeiras divulgadas.

2.10 Planos de negócios

2.10 Planos de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, foram investidos R\$2.875,6 milhões (R\$1.306,8 milhões no mesmo período de 2023), sendo composto principalmente por R\$2.490,6 milhões na aquisição de veículos, incluindo caminhões, carretas e cavalos mecânicos (R\$550,1 milhões no mesmo período de 2023) e R\$334,4 milhões na aquisição de máquinas e equipamentos (R\$669,0 milhões no mesmo período de 2023). Tais investimentos são parte do ciclo do negócio de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, o principal segmento da empresa, e referem-se à aquisição de ativos a serem entregues a clientes que assinaram o contrato de locação de longo prazo com a Companhia.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram investidos R\$2.789,7 milhões, sendo composto principalmente por R\$1.470,1 milhões investidos na aquisição de veículos, incluindo caminhões, carretas e cavalos mecânicos, e R\$1.089,6 milhões investidos na aquisição de máquinas e equipamentos. Tais investimentos são parte do ciclo do negócio de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, o principal segmento da empresa, e referem-se à aquisição de ativos a serem entregues a clientes que assinaram o contrato de locação de longo prazo com a Companhia.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos é caracterizado pela necessidade de uso intensivo de capital e, dessa forma, o acesso ao mercado financeiro e de capitais é fundamental para financiar a expansão e renovação da frota. Atualmente, as principais fontes de financiamento dos investimentos da Companhia correspondem a emissão de títulos de dívida patrimoniais (debêntures) e de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs), notas promissórias e cessão de direitos creditórios decorrentes dos contratos de locação. A Companhia também utiliza de recursos próprios para financiar seus investimentos.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não está em andamento ou prevista a realização de quaisquer desinvestimentos que não estejam no curso normal das operações da Companhia.

2.10 Planos de negócios

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 7 de junho de 2023, em complemento ao Fato Relevante divulgado pela Companhia em 6 de abril de 2023, a Companhia realizou em 2 de junho de 2023 o fechamento da transação de aquisição da Tietê Veículos Ltda. ("Tietê"), através de sua controlada Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. ("Transrio"), após a conclusão das condições precedentes, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") pelo preço de aquisição de R\$306.111 mil. Fundada em 1992, a Tietê é uma rede de concessionárias de Caminhões e Ônibus Volkswagen, com lojas nas cidades de São Paulo (SP), Campinas (SP) e Guarulhos (SP). A Tietê foi eleita pela MAN América Latina, por sete anos consecutivos, como concessionária premium de Caminhões e Ônibus Volkswagen, uma comprovação da sua alta qualidade de serviço.

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 8 de agosto de 2023, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento ao Fato Relevante divulgado pela Companhia em 26 de abril de 2023, que realizou nesta data o fechamento da transação de aquisição da DHL Distribuidora de Peças e Serviços Ltda. ("DHL Tratores"), através de sua controlada Vamos Máquinas e Equipamentos S.A. ("Vamos Máquinas"), após a conclusão das condições precedentes, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). O preço da aquisição foi de R\$96.986 mil. Fundada em 2004, a DHL Tratores é uma rede de concessionárias de tratores e equipamentos agrícolas Valtra, com lojas nas cidades paranaenses de Ponta Grossa, Araucária, Cambará, Londrina, Ivaiporã e Cornélio Procópio.

c. Novos produtos e serviços

Não há pesquisas de novos produtos/serviços em andamento previstas pela Companhia.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Somos os pioneiros e incentivadores na adoção de novas tecnologias em caminhões e máquinas com o objetivo de reduzir as emissões de GEE¹, atuamos junto às montadoras presentes no Brasil na busca de alternativas. Além disso, buscamos alternativas, para apresentar aos nossos clientes, respeitando as melhores soluções socioambientais e economicamente viáveis disponíveis. Diante de um setor com tamanho relevante e sub penetrado onde existe uma dependência prioritária do uso

2.10 Planos de negócios

do modal rodoviário no Brasil, uma urgência da renovação da frota, um elevado potencial para aluguel de caminhões e uma oportunidade de reverter a tendência de envelhecimento da frota no Brasil, a plataforma de negócios da Companhia apresenta oportunidades para promover sinergia entre o desenvolvimento e modernização da frota nacional e gerar o menor impacto possível ao meio ambiente, atuando de modo a promover mais eficiência em nossas atividades do dia a dia.

Exemplo prático de nosso pioneirismo, são as empilhadeiras elétricas, que evitam a emissão de 36 ton de CO₂e em sua operação anual, considerando 400h em operação/mês, quando comparado da modelos tradicionais movidos a GLP. Hoje já contamos com uma frota de mais de 3.300 empilhadeiras elétricas que representa mais de 50% do total de ativos locados nessa categoria, levando a inovação de uma economia de baixo carbono para os nossos clientes.

Para seguir na vanguarda desse movimento, mantemos diálogo próximo com fabricantes a fim de contribuir para o desenvolvimento de opções de produtos de transição para uma economia de baixo carbono. Trata-se de uma tendência que ainda precisa de avanços significativos, mas temos a certeza de que estamos no caminho certo. Acreditamos que esse movimento é natural e se mescla à nossa cultura à medida que a proposta da Vamos está interconectada com o propósito de: "Criar oportunidades para renovação da frota brasileira, gerando valor e impulsionando o desenvolvimento dos nossos clientes, nossa gente e nosso país."

Entendemos que as tecnologias com menor impacto ou sem impacto ambiental ainda não estão maduras para atender o modelo de carga pesada, setor que a VAMOS está inserido, compreendemos que a compensação é um meio de transição até que tenhamos essa maturidade nas tecnologias economicamente viável, lançamos em 2021 o VAMOS Carbono Zero, uma iniciativa para aumentar o volume de emissões neutralizadas na cadeia de valor da companhia, hoje contamos com mais de 150 ativos com as suas emissões neutralizadas.

Além das iniciativas de redução, compensamos desde anualmente nossas emissões de escopos 1 e 2, já tendo sido compensados desde 2019 mais de 8.200 tonCO₂e, em projetos que evitaram emissões.

De qualquer maneira, estamos empenhados para reduzir a intensidade de emissões do negócio, testando modelos de eletrificação e redução de consumo de combustíveis, acreditamos que nosso modelo de negócio permite renovar a frota dos nossos clientes de forma sistemática, incorporando novas tecnologias economicamente viáveis e escaláveis que surjam com nenhuma ou menor emissão.

¹ Conforme declaração de verificação de gases de efeito estufa BR21/10897 emitida em nome da Companhia pela SGS do Brasil Ltda.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

A Companhia não identificou outros fatores com influência relevante além dos já comentados nos demais itens deste Formulário de Referência.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não possui projeções em andamento.

3.2 Acompanhamento das projeções

Não aplicável uma vez que a Companhia não possui projeções divulgadas em andamento.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4. Fatores de Risco

4.1. Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos, devendo os potenciais investidores analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, as demonstrações financeiras da Companhia e as respectivas notas explicativas, antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia.

Os negócios, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira material e adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de riscos, hipóteses em que poderá haver perda no investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia aos seus titulares.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia de forma material e adversa. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados menos relevantes pela Companhia também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e de suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto. Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção "4. Fatores de Risco".

4.1 Descrição dos fatores de risco

a) Riscos relacionados ao emissor

A Companhia pode ser incapaz de implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento.

A capacidade de crescimento da Companhia depende de diversos fatores, incluindo: (a) a habilidade de captar novos clientes ou aumentar receitas de clientes existentes em seus setores de atuação; (b) a capacidade de financiar investimentos para crescimento da frota (seja por meio de endividamento ou não); e (c) o aumento da capacidade operacional e expansão da capacidade atual para atendimento de novos clientes. Um desempenho insatisfatório da Companhia no que tange aos referidos fatores, entre outros, seja originado por dificuldades competitivas ou fatores de custo ou ainda limitação à capacidade de fazer investimentos, pode limitar a implementação com sucesso da sua estratégia de crescimento. É possível que, para a implementação de sua estratégia de crescimento, a Companhia precise financiar seus novos investimentos por meio de endividamentos adicionais. Para maiores informações sobre os riscos associados ao endividamento da Companhia, vide fator de risco intitulado "A Companhia pode vir a obter capital adicional no futuro por meio da emissão de ações ou títulos conversíveis em ações, o que poderá resultar numa diluição da participação dos acionistas em seu capital social" deste Formulário de Referência. O crescimento e a expansão em seus mercados atuais e nos mercados em que poderá vir a atuar poderão requerer adaptações da estrutura operacional da Companhia, incluindo, mas não se limitando, investimentos significativos na expansão e gerenciamento de sua frota de caminhões, máquinas e equipamentos. Os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia poderão vir a ser adversamente afetados se a Companhia não responder de modo rápido e adequado a tal expansão e necessidade de adaptação.

O sucesso da Companhia depende de sua habilidade de atrair, contratar, treinar, motivar e reter profissionais capacitados.

O sucesso da Companhia depende da sua habilidade de atrair, contratar, treinar, motivar e reter profissionais capacitados para a condução de seu negócio. Há competição na contratação de profissionais qualificados no setor de aluguel de caminhões, máquinas e equipamentos e carência de mão de obra especializada e qualificada, sendo certo que tal competição e carência têm efeitos também sobre a Companhia. Ainda, a Companhia não pode garantir que não incorrerá em custos substanciais para contratar, treinar e manter profissionais qualificados.

Adicionalmente, os negócios da Companhia são altamente dependentes dos membros de sua alta administração, os quais têm desempenhado papel fundamental no sucesso das operações da Companhia. Se a Companhia não for capaz de atrair ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, a Companhia pode não ter capacidade para conduzir seu negócio com sucesso e, conseqüentemente, seus negócios e resultados operacionais poderão ser material e adversamente afetados.

A Companhia depende de sistemas automatizados e informatizados, de tal forma que qualquer interrupção pode ter um efeito material adverso sobre os negócios da Companhia.

A Companhia é dependente de sistemas automatizados para operar os negócios, inclusive para o seu canal de vendas. Além disso, a tecnologia da informação é essencial para manter o sistema de controles internos da Companhia. Adicionalmente, os sistemas de informação estão expostos a vírus, softwares nocivos e outros problemas que podem interferir inesperadamente na operação, além de falhas nos controles de segurança de rede que podem também afetar o desempenho, uma vez que os servidores estão vulneráveis a vírus, quebras ou panes, que podem resultar em interrupções, atrasos, perda de dados ou na incapacidade de aceitar e atender as reservas dos clientes. Qualquer interrupção nos sistemas ou sua infraestrutura subjacente poderia resultar em um efeito material adverso sobre os negócios como perdas financeiras, aumento dos custos e prejudicar de forma geral a Companhia.

Adicionalmente, os sistemas da Companhia podem sofrer violações resultando no acesso não autorizado, apropriação indébita de informações ou dados, supressão ou modificação de informações sobre clientes, ou ataques de negação de serviço ou outra interrupção das operações comerciais. Dado que as técnicas utilizadas para obter o acesso não autorizado e sistemas de sabotagem mudam constantemente e poderão não ser conhecidos até que sejam lançados contra a Companhia ou seus prestadores de serviços terceirizados, a Companhia poderá não ser capaz de antecipar ou implementar medidas adequadas para fornecer proteção contra esses ataques. Caso não seja possível evitar essas violações de segurança, a Companhia poderá estar sujeita às obrigações legais e financeiras, sua reputação seria prejudicada e poderia sofrer perda substancial de receita decorrente da perda de vendas e descontentamento dos clientes.

Os resultados da Companhia poderão ser afetados por erros no estabelecimento de preços em decorrência de falhas no cálculo da desvalorização estimada de sua frota em relação à sua desvalorização efetiva no futuro.

Os preços do segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos inclui uma estimativa do valor futuro das vendas e, conseqüentemente, de sua depreciação efetiva (ou seja, custo de aquisição dos caminhões, máquinas e equipamentos menos

4.1 Descrição dos fatores de risco

o preço de venda da receita adicional obtida da venda menos despesas com vendas). Superestimar o valor de venda futuro dos caminhões, máquinas e equipamentos resultará em custos de depreciação supervalorizados, que poderão impactar no aumento das tarifas de aluguel, impactando a competitividade da Companhia no segmento de mercado de locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Por outro lado, subestimar o valor de venda futuro dos caminhões, máquinas e equipamentos resultará em custos de depreciação menores e custos de venda de veículos maiores, podendo causar uma redução na margem operacional da Companhia. Em qualquer um dos casos, o negócio, situação financeira e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados adversamente por estimativas imprecisas da depreciação efetiva.

A Companhia pode não ser bem sucedida na execução de eventuais aquisições, assim como a Companhia pode assumir certas contingências não identificadas e/ou não identificáveis em decorrência de aquisições de outras empresas.

A Companhia pode aproveitar oportunidades de crescimento por meio de aquisições estratégicas. Não há como assegurar que a Companhia será bem-sucedida em identificar, negociar ou concluir tais aquisições. Adicionalmente, a integração dos negócios e atividades da Companhia aos das empresas adquiridas poderá se mostrar mais custosa do que originalmente previsto, não podendo a Companhia garantir que será capaz de integrar tais empresas ou bens adquiridos em seus negócios de forma bem-sucedida, tampouco de diligenciar devidamente as contingências das empresas adquiridas. O insucesso da sua estratégia de aquisições pode afetar, material e adversamente, sua situação financeira e os resultados da Companhia.

Além disso, determinadas aquisições que a Companhia vier a considerar poderão estar sujeitas à obtenção de autorizações das autoridades brasileiras de defesa da concorrência e demais autoridades aplicáveis, o que pode, além de resultar em custos significativos para a Companhia, desviar a atenção dos administradores da Companhia. A Companhia pode não ter sucesso na obtenção de tais autorizações necessárias ou na sua obtenção em tempo hábil para integrar as empresas adquiridas de modo eficaz e estratégico.

Eventuais ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências de qualquer natureza envolvendo as empresas adquiridas, incluindo-se contingências ou pendências relacionadas ao suposto envolvimento de seus funcionários e/ou demais colaboradores em alegadas práticas indesejadas na gestão de pessoas, bem como a ocorrência de eventos ou apresentação de documentos posteriores a tais aquisições que resultem ou possam resultar em ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências materiais de qualquer natureza com relação às empresas adquiridas

4.1 Descrição dos fatores de risco

poderão impactar a Companhia de forma negativa e, por consequência, impactar seus resultados operacionais, sua reputação e prejudicar os seus acionistas.

O financiamento da estratégia de crescimento da Companhia requer capital intensivo de longo prazo, o qual pode não estar disponível, ou não estar disponível em condições favoráveis à Companhia.

A competitividade e a implementação da estratégia de crescimento da Companhia dependem de sua capacidade de fazer investimentos, renovar e expandir sua frota. Para financiar esse crescimento da frota de caminhões e equipamentos, a Companhia depende do seu desempenho operacional e da sua capacidade da obtenção de financiamentos de longo prazo. Não é possível garantir que a Companhia será capaz de obter financiamento suficiente para custear a totalidade dos investimentos previstos em seu plano de negócios atual e para financiar sua estratégia de expansão. Além disso, não é possível garantir que tais financiamentos, inclusive via emissões de dívidas e/ou operações securitizadas, serão obtidos em custos ou com taxas de desconto razoáveis. Adicionalmente, condições macroeconômicas adversas, condições específicas da indústria em que a Companhia atua, desempenho operacional da Companhia ou outros fatores externos ao ambiente de negócios da Companhia, poderá afetar de forma adversa seu crescimento. Além disso, por força de determinados contratos financeiros, a Companhia está sujeita a certas limitações de margens de endividamento e outras métricas financeiras, que podem restringir a sua capacidade de investimento e de captação de novos financiamentos.

Caso a capacidade da Companhia de captar recursos para financiamento de suas atividades ou para a sua expansão seja afetada, poderá haver impacto negativo na renovação e expansão da frota e, conseqüentemente, na competitividade da Companhia, o que pode afetar negativamente os negócios, resultados e, conseqüentemente, a condição financeira da Companhia.

A Companhia não mantém seguro contra todos os riscos a que está exposta e está sujeita à ocorrência de eventos não segurados. A Companhia não tem a garantia de que os seguros serão renovados em condições favoráveis ou similares.

A Companhia está sujeita à ocorrência de eventos não segurados (tais como caso fortuito e força maior ou interrupção de certas atividades), ou de danos maiores do que os limites de cobertura previstos em suas apólices. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes nas respectivas apólices pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em reembolso menor do que o esperado.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos por suas apólices, tais como, exemplificativamente, guerra, caso fortuito, força maior, atos de terrorismo, interrupção de certas atividades e riscos cibernéticos.

Proporcionalmente, os ativos não cobertos por seguros correspondem a aproximadamente 80% do total de ativos da Companhia, considerando que tais ativos são assegurados pelos clientes da Companhia durante o período do contrato. Ainda, no caso de eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. Caso a Companhia esteja inadimplente com o pagamento do prêmio de uma apólice, na eventualidade de um sinistro, a Companhia estará exposta tendo em vista que a apólice não proporcionará cobertura para esse sinistro.

Os ativos locados podem eventualmente não ter seguro contra terceiros ou ter cobertura limitada para danos materiais, roubo, morais e corporais durante o período em que estão alugados pelos clientes, a depender da modalidade de seguro contratada pelo cliente, ou ainda caso o cliente opte pela não contratação de cobertura securitária, ou caso o sinistro não esteja coberto pelo seguro contratado ou se enquadre nas hipóteses de não cobertura. Dessa forma, a Companhia está exposta a responsabilidades para as quais pode não estar segurada, decorrentes de dano material aos ativos alugados acima do valor coberto pelo seguro contratado ou para os ativos não segurados. Na eventualidade da ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, podemos sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer o andamento normal de nossas atividades.

Além disso, a Companhia não pode garantir que conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso quaisquer desses fatores venha a ocorrer, os negócios e resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

Dificuldades na gestão dos riscos de crédito e liquidez podem causar impactos adversos no desempenho financeiro e operacional e limitar o crescimento da Companhia.

A Companhia possui créditos com prazos variáveis e seus clientes possuem diversos graus de solvabilidade, o que expõe a Companhia ao risco de não recebimento ou inadimplementos no âmbito de seus contratos e outros acordos com eles. Caso um número significativo de clientes inadimpla suas obrigações de pagamento com a

4.1 Descrição dos fatores de risco

Companhia, sua condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa podem ser adversamente afetados.

Por fim, eventual impacto na capacidade da Companhia de honrar seus compromissos pode levar a perda de seus ativos, em virtude dos contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro (*Leasing*) firmados pela Companhia junto a instituições financeiras, os quais preveem a reintegração de posse dos ativos em caso de inadimplemento, podendo impactar adversamente os seus resultados financeiros e operacionais e, por consequência, seu crescimento.

A Companhia pode ser afetada de forma material e adversa por decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos.

A Companhia enfrenta e/ou pode vir a enfrentar processos judiciais, administrativos e arbitrais, incluindo-se processos decorrentes do suposto envolvimento de seus funcionários e/ou demais colaboradores em alegadas práticas indesejadas na gestão de pessoas, nas esferas cível, tributária, trabalhista e ambiental, cujos resultados desfavoráveis podem impactar de forma relevante a Companhia. Se tais processos judiciais, administrativos e arbitrais forem decididos de forma desfavorável para a Companhia, isso pode ter um impacto adverso material nos seus negócios, condição financeira, resultados operacionais e na sua imagem perante o mercado. Além dos custos com honorários advocatícios para o patrocínio dessas causas, a Companhia poderá se ver obrigada a oferecer garantias em juízo relacionadas a tais processos, o que poderia afetar a sua capacidade financeira ou sua liquidez.

Ainda, a Companhia está sujeita a fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais, incluindo fiscais, trabalhistas e ambientais. Essas autoridades poderão autuar a Companhia e tais autuações podem se converter em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, os quais, caso decididos de forma desfavorável para a Companhia, poderão ter um efeito negativo.

Da mesma forma, os membros do conselho de administração, da diretoria e acionistas da Companhia podem vir a se tornar réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, criminal, tributária e trabalhista, entre outros. Podem também ser alvo de investigações, por exemplo em decorrência de violações relacionadas a atos de corrupção e/ou atos de improbidade administrativa, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente em se tratando de processos de natureza criminal. Isso poderia, eventualmente, impossibilitá-los do exercício de suas funções na Companhia e/ou impedir a Companhia e suas controladas de contratar com o Poder Público, o que poderia causar efeito adverso relevante em sua reputação, nos seus negócios ou nos seus resultados, direta ou indiretamente. Para maiores informações sobre os procedimentos dos administradores da Companhia, vide item 7.8 deste Formulário de Referência.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode vir a obter capital adicional no futuro por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar numa diluição da participação dos acionistas em seu capital social

A Companhia pode precisar captar recursos adicionais no futuro por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações para financiar suas iniciativas de crescimento que pode resultar em uma alteração no preço de mercado de suas ações ordinárias e diluir a participação dos acionistas no capital social da Companhia.

Qualquer captação de recursos por meio da distribuição pública de parcela primária de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações que seja feita sem que seja ofertado aos acionistas o respectivo direito de preferência, ou em que os acionistas optem por não exercer tal direito, nos termos da regulamentação aplicável, poderá resultar na diluição da participação destes investidores no capital social da Companhia.

Não há como garantir o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia no futuro.

Qualquer decisão futura de pagar dividendos para as ações de emissão da Companhia será discricionária, observado também o disposto na Lei das Sociedades por Ações. A decisão de distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio dependerá da rentabilidade, condição financeira, plano de investimentos e restrições impostas pela legislação aplicável. Além disso, a capacidade da Companhia de pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio dependerá da sua capacidade de gerar lucro líquido. Deste modo, a depender do desempenho da Companhia na geração de lucros, não há como assegurar que a Companhia irá pagar ou será capaz de pagar proventos aos seus acionistas.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual está sendo revista atualmente no Projeto de Lei nº 3.061, o qual, na data deste Formulário de Referência, segue sob tramitação no Congresso, o qual tem por objeto estabelecer a cobrança de Imposto de Renda na distribuição de lucros e dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas aos seus sócios e acionistas.

Assim sendo, tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação

4.1 Descrição dos fatores de risco

majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados da Companhia.

A maior parte das concessionárias e lojas de seminovos da Companhia não estão localizadas em imóveis próprios. Caso a Companhia não seja capaz de manter ou renovar as locações de suas lojas ou caso renove em termos menos favoráveis, suas operações poderão ser material e adversamente afetadas.

Em 30 de junho de 2024, 90% dos estabelecimentos comerciais da Companhia estavam localizados em imóveis alugados de terceiros e sobre os quais a Companhia não possui plena propriedade, apenas posse direta. Se seus contratos de locação forem extintos, se não conseguir renová-los ou se a renovação implicar em condições desfavoráveis aos seus interesses, a Companhia poderá ser obrigada a alterar a localização das suas lojas para locais sem a mesma visibilidade que possuem atualmente ou que não sejam tão adequados considerando as localidades em que estão situadas o público-alvo da Companhia. A renovação de contratos de locação em termos menos favoráveis do que os atuais, poderá reduzir a rentabilidade de suas concessionárias e afetar material e adversamente suas receitas operacionais. Um eventual aquecimento do mercado imobiliário pode, ainda, inviabilizar ou retardar seus planos de expansão, na medida em que torne mais onerosa a locação de espaços para a implantação de novas lojas.

Ademais, a Companhia não possui todos os contratos de locação registrados e averbados nas matrículas dos imóveis correspondentes, hipótese em que, caso os respectivos proprietários decidam vender os imóveis durante a vigência dos contratos de locação, os novos proprietários poderão solicitar a sua desocupação no prazo de 90 dias contados da aquisição, ainda que o prazo locatício esteja em vigor por prazo determinado, livre de qualquer penalidade. Adicionalmente, em caso de alienação dos imóveis locados, nosso direito de preferência só será oponível a terceiros se os respectivos contratos de locação estiverem averbados nas respectivas matrículas.

Além disso, se decidirmos fechar qualquer uma das nossas unidades localizadas em imóveis alugados de terceiros antes do fim do prazo contratual da locação, poderemos ser obrigados a pagar uma multa contratual ao proprietário como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação. A quantidade de tal multa poderia nos afetar adversamente, principalmente se a decisão de fechamento se aplicar a mais de uma unidade.

A Companhia pode não conseguir obter, manter ou renovar suas licenças e alvarás para operação de seus estabelecimentos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia depende de diversos cadastros perante órgãos e autarquias da administração pública federal, estadual e municipal e também de permissões, autorizações, licenças e alvarás para ocupação dos imóveis e funcionamento das operações. Parte das licenças municipais de funcionamento e dos alvarás do corpo de bombeiros ainda está em processo de obtenção ou de renovação ou, ainda, os processos de pedido de emissão não foram iniciados. Os alvarás de funcionamento e os alvarás do corpo de bombeiros em diversas localidades possuem prazo de validade e devem ser renovados de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Em razão das dificuldades e lentidão de alguns órgãos governamentais ou de eventual dificuldade da Companhia em fornecer documentos a relativos aos imóveis, a Companhia pode não ser capaz de obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias ou, ainda, não obter as suas renovações de forma tempestiva.

A não obtenção ou a não renovação das nossas licenças poderá, caso a caso (i) resultar em autos de infração; (ii) nos sujeitar ao pagamento de multas; (iii) nos impedir de abrir e operar as nossas unidades; (iv) resultar na interdição ou fechamento das nossas unidades; (v) expor-nos a riscos adicionais no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar, afetar adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente; (vi) resultar na aplicação de outras penalidades, tais como advertência e apreensão de produtos, de acordo com a legislação específica aplicável (federal, estadual e municipal); e (vii) expor-nos, bem como os representantes da Companhia, a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças e autorizações ambientais.

A nossa estratégia de negócios poderá ser substancialmente e adversamente afetada se não conseguirmos abrir e operar novas unidades, se tivermos que suspender ou fechar algumas das nossas unidades em consequência da nossa incapacidade de obter ou renovar as licenças, ou se um acidente afetar adversamente uma unidade enquanto estiver com uma licença pendente.

O valor de revenda de ativos utilizados nas operações da Companhia é parte importante de contribuição para o retorno consolidado dos resultados da Companhia

O modelo de negócios da Companhia consiste em um ciclo que se inicia com a compra financiada de ativos a serem utilizados na prestação de serviços a seus clientes e sua posterior revenda ao final dos contratos. A restrição ao crédito e aumento da taxa de juros, por exemplo, podem afetar direta ou indiretamente o mercado secundário desses ativos e reduzir de forma significativa a liquidez dos mesmos. A volatilidade de preços de mercado pode também reduzir o valor de revenda do ativo, criando um maior deságio em relação ao preço em que a Companhia o adquiriu. A Companhia não pode assegurar o comportamento do mercado na absorção destes ativos para a

4.1 Descrição dos fatores de risco

conclusão do seu ciclo de negócio, sendo que a piora em qualquer dessas variáveis, que dificultará a revenda dos ativos, pode afetar de forma adversa seus negócios.

Os processos de governança da Companhia, gestão de riscos e compliance podem falhar ou não ser suficientes para detectar ou evitar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, podendo ocasionar impactos materiais e adversos em seus negócios, situação financeira, reputação, resultados operacionais e cotação de mercado de suas ações ordinárias.

A Companhia está sujeita a regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei nº 2.848/1940 (“Código Penal”), a Lei nº 8.429/1992 (“Lei de Improbidade Administrativa”), a Lei nº 8.666/1993 (“Lei de Licitações”), a Lei nº 9.613/1998 (“Lei de Lavagem de Dinheiro”), a Lei nº 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”), o Decreto nº 11.129/2022, assim como outras normas relacionadas ao combate a corrupção (em conjunto, a “Legislação Brasileira de Combate à Corrupção”).

A Lei Anticorrupção, nesse sentido, impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos lesivos contra a Administração Pública praticados em interesse ou benefício da Companhia, exclusivo ou não. Dentre as sanções aplicadas àqueles considerados responsáveis estão: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, (ii) perdimento de bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito, direta ou indiretamente, obtidos da infração, (iii) suspensão ou interdição parcial de suas atividades, ou (iv) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos provenientes da Administração Pública ou proibição de contratar com a Administração Pública, em ambos os casos por até 5 anos, entre outras. Essas sanções, se aplicadas, podem ter efeito adverso relevante sobre a Companhia, bem como afetar material e adversamente seus resultados.

Os processos de governança, políticas, gestão de riscos e compliance da Companhia, incluindo o Comitê de Auditoria Interna e as áreas de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade da Companhia, nos termos descritos nos itens da Seção 5 deste Formulário de Referência, podem não ser capazes de detectar ou evitar: (i) violações à Legislação de Combate à Anticorrupção, exemplificada acima ou outras violações relacionadas, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos que sejam praticados em seu interesse ou benefício (exclusivo ou não), inclusive por parte de administradores, empregados, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes ou terceiros que possam representar ou atuarem nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, (iii) mitigação dos riscos que a sua política de gerenciamento de riscos identifica atualmente e/ou a previsibilidade na identificação de novos riscos, e (iv) outras ocorrências de

4.1 Descrição dos fatores de risco

comportamentos não condizentes com a legislação ou com princípios éticos e morais por parte dos funcionários da Companhia, ou pessoas físicas e jurídicas e outros agentes agindo em nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, que possam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

Da mesma forma a Companhia não pode evitar que seu nome venha a ser envolvido em investigações, inquéritos e/ou processos judiciais ou administrativos, visando a apuração de infrações contra a Administração Pública, praticadas por ela ou terceiros em seu nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, como os previstos não somente na Lei Anticorrupção e seu Decreto regulamentador 11.129/2022, mas também na Lei o Decreto-Lei nº 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei nº 8.429/1992, a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 9.613/1998, o Decreto nº 3.678/2000, o Decreto nº 4.410/2002, o Decreto nº 5.687/2006, assim como outras normas relacionadas à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE, que podem resultar nas sanções exemplificadas acima e em resultados como, por exemplo, (i) ações coercitivas ou responsabilização pela violação a leis aplicáveis e (ii) vencimento antecipado de determinados contratos.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas. Todas essas situações, podem afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

Os instrumentos de financiamento celebrados pela Companhia possuem certas cláusulas restritivas (*covenants*). O não cumprimento desses *covenants* pode desencadear o vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (*cross-default* e *cross-acceleration*) de outras obrigações da Companhia.

A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (*covenants*) de acordo com os termos e as condições dos documentos dos seus títulos de dívida e contratos de financiamento, que incluem disposições de vencimento antecipado, como a não manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas suas demonstrações financeiras. Caso os índices financeiros ultrapassem os limites fixados nos *covenants* previstos nos referidos documentos, a Companhia pode ser obrigada a pagar algumas dívidas de forma antecipada gerando a necessidade de uma disponibilidade de caixa imediata, afetando seu planejamento financeiro. Adicionalmente, tal evento pode resultar no vencimento antecipado ou vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration* e *cross default*, respectivamente), o que pode

4.1 Descrição dos fatores de risco

afetar negativamente os negócios, a condição financeira e os resultados da Companhia. Para mais informações, ver Seção 2.1.(f) do Formulário de Referência.

A Companhia pode sofrer impactos negativos em suas despesas financeiras devido a necessidades emergenciais de contratação de empréstimos e financiamentos.

Caso haja retração do mercado financeiro ocasionada por instabilidade econômica ou fator correlacionado, a Companhia poderá ter dificuldades para realizar captações para fazer expandir seus investimentos nas condições financeiras adequadas. Isto poderá obrigar a Companhia a reduzir seus investimentos e, como resultado, reduzir seu crescimento e/ou, contratar empréstimos com custos maiores que os planejados, aumentando assim suas despesas financeiras, prejudicando seu resultado econômico e financeiro, bem como afetando sua liquidez.

As despesas financeiras da Companhia podem ainda ser negativamente afetadas, pela eventual necessidade de contratação emergencial de empréstimos ou financiamentos necessários para cobrir compromissos não contemplados no planejamento de suas operações, ou por eventuais descasamentos entre as receitas e os custos/investimentos realizados.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de controles poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderia afetar adversamente seus negócios.

Os sistemas, políticas e procedimentos da Companhia de controles internos podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar ou evitar práticas inapropriadas, erros ou fraudes.

Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes por parte dos funcionários ou membros da alta administração da Companhia, ou mesmo terceiros agindo em seu nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não). Caso os funcionários ou outras pessoas relacionadas à Companhia, ou agindo em seu nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não), se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou as políticas da Companhia, a Companhia poderá ser responsabilizada por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente os negócios e a reputação da Companhia.

Essa responsabilização pode sedar, inclusive, mas não se limitando, por aplicação de multa prevista na Lei Anticorrupção, que pode chegar até 20% do faturamento bruto da Companhia. Além disso, a falha ou a ineficácia nos controles internos, tais como

4.1 Descrição dos fatores de risco

aquelas apontadas pelos auditores da Companhia, poderá ter um efeito adverso significativo em sua reputação e seus negócios. Para mais informações a respeito do tema, vide Seção 5.2. deste Formulário de Referência.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

O tratamento de dados pessoais no Brasil e outras jurisdições em que a Companhia opera é regulamentado por uma série de normas previstas de forma esparsa na legislação, como por exemplo na Constituição Federal, no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) e no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14). Ainda, no ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados - "LGPD" (Lei nº 13.709/18) que está transformando o sistema de proteção de dados pessoais no Brasil. A LGPD entrou em vigor em setembro de 2020 e as sanções administrativas ali estabelecidas são aplicáveis desde agosto de 2021.

A LGPD estabelece um marco legal a ser respeitado nas operações de tratamento de dados pessoais. Especificamente para dados pessoais sensíveis, a LGPD traz um regramento específico prevendo obrigações adicionais a serem observadas. Ademais, a LGPD, estabelece, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, requisitos para obtenção de consentimento, obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e transferências de dados, bem como remete à criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. A Companhia não pode garantir que terá proteção de dados totalmente adequada e que atendam às regras estabelecidas na legislação vigente.

Caso seja configurada uma violação à LGPD, a Companhia pode estar sujeita às sanções de advertência, obrigação de divulgação de incidente, eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, podendo alcançar, no total, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração, além de estar sujeita ao pagamento de indenizações aos titulares dos dados pessoais. Adicionalmente, a Companhia mantém um banco de dados com informações sobre as pessoas físicas devidamente cadastradas como seus clientes, inclusive informações envolvendo seus cartões de crédito, débito e contas bancárias, o qual pode ser objeto de acesso não autorizado. Caso a Companhia sofra uma quebra em um incidente de segurança, a integridade do seu banco de dados pode ser afetada. Dúvidas ou desconfiças quanto à segurança e privacidade dos dados de seus clientes podem afetar a reputação da Companhia, fazendo com que os clientes resistam em se matricular nas suas unidades, o que pode afetar a Companhia de forma significativa. Ademais, qualquer uso indevido ou não autorizado de

4.1 Descrição dos fatores de risco

informações dos clientes ou qualquer percepção pública de que a Companhia divulgou informações de clientes sem sua autorização prévia poderão sujeitar a Companhia a processos judiciais e impactar a manutenção ou obtenção de clientes, o que pode afetá-la adversamente.

Adicionalmente às sanções administrativas previstas pela LGPD, desde já o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD também apresenta os seguintes riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da Agência Nacional de Proteção de Dados ("ANPD") ter iniciado o seu trabalho, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Ainda, os esforços para proteção desses dados inseridos e/ou disponibilizados em sistemas da Companhia podem não garantir que essas proteções sejam adequadas e que atendam às regras estabelecidas na legislação vigente relativa à coleta, tratamento e uso de dados dos usuários no ambiente da Internet. A não observância de determinados termos da legislação aplicável, especialmente no que tange (i) ao processamento de dados pessoais de acordo com uma das bases legais que permitam o seu tratamento sob a égide da LGPD; (ii) aos limites legais de armazenamento e exclusão de dados dos usuários; e (iii) à adoção dos padrões de segurança legalmente exigidos para a preservação e inviolabilidade dos dados coletados e armazenados, pode gerar penalidades à Companhia, tais como multas e a suspensão temporária ou definitiva das atividades de tratamento de dados pessoais. Desta forma, eventual inadequação de suas práticas e modelo de negócio à LGPD, bem como o uso inadequado dos dados de terceiros em seus sistemas e/ou a ausência de medidas suficientes para proteger tais dados podem resultar em custos significativos e desviar os recursos e a atenção da administração da Companhia, o que poderá adversamente afetar seus negócios, posição competitiva, situação financeira, reputação, resultados operacionais e fluxos de caixa.

Incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter os sistemas de TI da Companhia podem resultar em danos financeiros e à reputação da Companhia.

Incidentes de segurança cibernética podem resultar em apropriação indevida de informações da Companhia e/ou das informações de seus clientes ou em tempo de inatividade em seus servidores ou operações, o que pode afetá-la material e adversamente. Eventual perda de propriedade intelectual, segredos comerciais ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das suas operações podem afetar negativamente os resultados financeiros da Companhia.

A infraestrutura de Tecnologia da Informação da Companhia está sujeita a problemas em sua segurança cibernética, que podem englobar: ataques cibernéticos, os quais podem incluir invasão das plataformas e dos sistemas de tecnologia da informação com os objetivos de acessar, alterar, furtar, corromper ou destruir plataformas e sistemas utilizados pela Companhia, redes de computadores e informações armazenadas ou transmitidas da Companhia ou de parceiros de negócio; e violação de privacidade e dados pessoais, bem como acesso ou divulgação não autorizados, de dados confidenciais e/ou particulares de clientes por pessoas dentro ou fora da Companhia.

Os fatores acima podem ser decorrentes de malware (como vírus de computador), ransomware, worm, phishing, engenharia social, exploração de fraquezas do ambiente e sistemas, contaminação (seja intencional ou acidental) das redes e sistemas por terceiros com os quais existe a troca de dados, bem como outros tipos de ataques. Além disso, devido à pandemia da COVID-19, as práticas de trabalho remoto pelos colaboradores da Companhia aumentaram, o que pode tornar as nossas plataformas e sistemas de tecnologia de informação mais suscetíveis às falhas de segurança cibernética acima citados.

Quaisquer ataques cibernéticos bem-sucedidos podem resultar em impactos na imagem e reputação da organização, na paralisação de sistemas ou na indisponibilidade de serviços. Em consequência, é possível que haja perdas de negócios, contaminação, corrupção ou perda de dados de clientes e outras informações sensíveis armazenadas, violação de segurança de dados, divulgação não autorizada de informações ou, ainda, perda de níveis significativos de ativos líquidos (incluindo valores monetários).

Tentativas de ataques cibernéticos continuam evoluindo em dimensão e sofisticação, e a Companhia pode incorrer em custos significativos na tentativa de modificar ou melhorar as medidas de proteção, ou para investigar ou remediar quaisquer vulnerabilidades ou violação, ou, ainda, para comunicar ataques cibernéticos a seus clientes.

Caso a Companhia não seja capaz de proteger de maneira eficiente seus sistemas e plataformas contra ataques cibernéticos, isso pode ocasionar: violações à privacidade, de dados pessoais e confidencialidade de clientes; prejuízos decorrentes de danos à segurança de rede e violação de dados de clientes; conflitos com clientes; danos de imagem e reputação da Companhia; responsabilidade de mídia e custos relacionados; processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenções, reembolsos e outros custos de indenização; custos decorrentes de gerenciamento de

4.1 Descrição dos fatores de risco

crises para identificação e preservação de dados, consultoria jurídica, contratação de terceiros, defesas emergenciais e indenizações; custos necessários à restauração de ambientes (custos relativos à utilização da estrutura de backup da Companhia para restaurar informações ou sistemas da Companhia); e custos relacionados a indenizações decorrentes de ações judiciais.

Além disso, a Companhia administra, retém e mantém parcerias com terceiros para o arquivamento, processamento, manutenção e disponibilização, na internet, de dados eletrônicos que contêm informações pessoais confidenciais de clientes no curso regular de suas operações, as quais podem ser objeto de acesso e divulgações não autorizados.

Qualquer uso indevido ou não autorizado de informações de clientes, ou qualquer percepção pública de que a Companhia divulgou informações de clientes sem sua autorização prévia, poderá sujeitar a Companhia a ações judiciais e sanções administrativas, que podem afetar de forma prejudicial e substancial sua reputação e situação financeira.

Ainda, é importante ressaltar a LGPD estabelece responsabilidade solidária entre os controladores de dados, como a Companhia, e os operadores de dados, definidos como os agentes que realizam tratamento de dados pessoais em seu nome e no seu interesse, sempre que os controladores de dados estiverem diretamente envolvidos no tratamento de dados pessoais pelos operadores. Isto significa que as violações à legislação de proteção de dados por contratados e subcontratados da Companhia que realizem tratamento de dados em seu interesse, inclusive os provedores de aplicativos e conexão na internet, poderão resultar em deveres de compensação e indenização perante terceiros à Companhia, que poderão gerar custos e despesas relevantes e impactar os resultados financeiros da Companhia e sua reputação.

b) Riscos relacionados aos seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Os interesses do atual acionista controlador da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

Os interesses do nosso acionista controlador poderão não coincidir com os interesses dos demais acionistas, uma vez que ele tem o poder de nos controlar, inclusive com poderes para: (i) eleger e destituir os membros do nosso Conselho de Administração, estabelecer a nossa política administrativa e exercer o controle geral sobre a nossa administração e nossas Controladas; (ii) vender ou de alguma forma transferir ações que representem o nosso controle por ele detidas, nos termos do nosso Estatuto Social; e (iii) determinar o resultado de qualquer deliberação da Companhia, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e

4.1 Descrição dos fatores de risco

alienações de ativos, submetidos à aprovação dos acionistas, incluindo a venda de todos ou substancialmente todos os ativos, ou a retirada das nossas ações do Novo Mercado, assim como determinar a época de distribuição e o pagamento de quaisquer dividendos futuros. Para mais informações sobre as transações com partes relacionadas da Companhia, vide Seção 11 deste Formulário de Referência.

O acionista controlador da Companhia detém o poder de eleger a maioria dos membros do seu Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a sua administração, determinar suas políticas e resultado de qualquer deliberação dos seus acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros.

O acionista controlador da Companhia poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias dos resultados operacionais da Companhia. Além disso, o acionista controlador da Companhia pode vender ou de alguma forma transferir as ações que representem o controle da Companhia. Qualquer mudança no controle da Companhia pode afetar adversa e materialmente sua administração, seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

c) Riscos relacionados à suas controladas e coligadas

A Companhia pertence a um grupo econômico do qual fazem parte outras sociedades operacionais, incluindo-se sociedades adquiridas pela Companhia ao longo do tempo.

No curso de suas atividades, essas sociedades são ou poderão vir a ser parte em processos administrativos ou judiciais cujo resultado, caso desfavorável poderá afetar a Companhia de forma solidária ou subsidiária. Caso alguma das sociedades do grupo econômico da Companhia sofra qualquer condenação ou julgamento desfavorável nesse sentido e a Companhia seja requerida a responder subsidiária ou solidariamente por referida condenação, seus resultados reputacionais, operacionais e financeiros poderão ser adversamente afetados.

d) Riscos relacionados aos seus administradores

Decisões desfavoráveis ou desdobramentos de investigações em processos judiciais ou administrativos que envolvam administradores da Companhia podem ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia podem vir a ser partes ou serem envolvidos e/ou requeridos a depor em processos administrativos e judiciais, incluindo processos nas esferas cível, criminal, tributária e/ou trabalhista, cuja instauração e/ ou cujos resultados, caso desfavoráveis, podem vir a afetá-los negativamente, impactando negativamente a reputação da Companhia direta ou indiretamente, e eventualmente impossibilitando o exercício de suas funções na Companhia, sobretudo caso sejam condenados em processos de natureza criminal. A Companhia não pode prever se surgirão futuras investigações, desdobramentos de eventuais investigações em curso ou alegações envolvendo diretores, membros do Conselho de Administração ou empregados da Companhia. Eventuais investigações ou alegações desfavoráveis aos administradores da Companhia, bem como seus possíveis desdobramentos, poderão afetar adversamente a reputação, os negócios, a situação financeira e patrimonial da Companhia, bem como a cotação das ações da Companhia.

e) *Riscos relacionados aos seus fornecedores*

As atividades da Companhia dependem de seu relacionamento com seus fornecedores.

O sucesso das atividades da Companhia relacionadas à aquisição e venda de ativos depende, em grande medida, da condição financeira, da reputação, do marketing, da estratégia gerencial e, principalmente, do relacionamento comercial da Companhia com tais fornecedores e da capacidade de seus fornecedores de projetarem, produzirem e distribuírem ativos desejados pelo público.

As atividades da Companhia e de suas controladas relacionadas ao setor de locação de caminhões, máquinas e equipamentos agrícolas dependem de seu relacionamento com as montadoras desses ativos e fornecedores de peças para celebrar contratos de concessão, sem os quais a Companhia não pode revender ou prestar serviços de manutenção autorizada.

Ainda, os fornecedores da Companhia, por meio dos referidos contratos de concessão, exercem grande influência sobre parte de suas atividades, podendo requerer que atendamos a determinados padrões de estética, qualidade, satisfação do consumidor, critérios financeiros como capital mínimo de giro, padrões de manutenção e preservação de seus estoques, bem como restringir a liberdade da Companhia de associar suas atividades e produtos às suas imagens e marcas, o que pode acarretar em custos substanciais. Caso seus fornecedores rescindam ou não renovem os contratos de concessão, por conta de inadimplementos, falta de alcance aos padrões de satisfação, alterações em estruturas internas de gerência e controle societário da Companhia que não contem com suas aprovações, ou por outros critérios, a Companhia pode não ser contemplada com programas de benefícios e

4.1 Descrição dos fatores de risco

outras vantagens como a consolidação de um estoque atraente, por exemplo, suas atividades, resultados operacionais e financeiros, podem ser prejudicados.

Adicionalmente, tendo em vista que os fornecedores de veículos geralmente distribuem seus veículos entre seus concessionários com base nos respectivos históricos de venda e nos relacionamentos existentes entre fornecedores e concessionários, e que o histórico de vendas depende da capacidade dos fornecedores da Companhia de projetarem e produzirem veículos desejados pelo público, caso os automóveis produzidos por seus fornecedores não tenham aceitação pelo público, ou a capacidade da Companhia de consolidar estoque de veículos desejados pelo público reste prejudicada, seus resultados operacionais e financeiros podem ser afetados negativamente.

Caso a Companhia tenha desentendimentos comerciais com seus fornecedores e/ou caso os ativos produzidos por seus fornecedores não tenham aceitação pelo público, os resultados operacionais e financeiros da Companhia podem ser afetados de forma adversa.

Os resultados da Companhia poderão ser afetados caso esta não consiga manter suas atuais condições comerciais favoráveis de descontos na aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos novos junto aos fornecedores.

Os investimentos feitos pela Companhia em expansão e renovação da frota de veículos, máquinas e equipamentos, podem ser afetados caso a Companhia não consiga manter suas atuais condições comerciais junto aos fornecedores para aquisição dos referidos ativos, o que pode ser provocado, por exemplo, pela diminuição do volume de compras pela Companhia, pelo aumento na demanda por tais ativos no mercado, por uma alteração na política de venda praticada pelos fabricantes, por outras alterações macroeconômicas, dentre outros fatores. Nesse caso, a Companhia pode não mais usufruir, ou não usufruir na mesma medida, de tais condições.

Como os preços que a Companhia cobra de seus clientes levam em consideração o custo de aquisição de ativos novos para a prestação de seus serviços, tais preços poderão ser aumentados, diminuindo, assim, a competitividade da Companhia, ou esta poderá ter que reduzir suas margens para manter os preços praticados, impactando negativamente a rentabilidade de seus contratos. Consequentemente, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente impactados nas referidas hipóteses.

Há poucas montadoras de caminhões com capacidade instalada e de fabricantes de determinados tipos de máquinas e equipamentos no Brasil, o

4.1 Descrição dos fatores de risco

que pode prejudicar a capacidade da Companhia renovar e expandir sua frota operacional.

O principal grupo de fornecedores da Companhia é composto por montadoras com fábricas e de fabricantes de determinados tipos de máquinas e equipamentos localizadas no Brasil, das quais a Companhia adquire caminhões para locação. Caso tais fornecedores decidam alterar as condições de compra de forma adversa, por quaisquer razões, incluindo econômicas ou ainda em decorrência de transferência de localidade de suas fábricas, a Companhia poderá ser afetada negativamente na medida em que sua capacidade de renovar e expandir sua frota operacional será prejudicada e, conseqüentemente, seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas serão diretamente afetados.

Aumentos significativos nos custos dos insumos necessários às atividades da Companhia podem afetar adversamente seus resultados operacionais.

A Companhia está sujeita a aumentos, por parte de seus fornecedores e prestadores de serviços nos custos dos insumos e serviços necessários às suas atividades, tais como, peças de reposição ou mão de obra. A Companhia não pode prever quando os preços destes insumos e serviços sofrerão aumentos ou reajustes, inclusive aqueles provocados por aumento de demanda ou das políticas de venda praticadas pelos fabricantes, além de fatores externos como inflação e aumento da alíquota de tributos incidentes ou do preço de determinados commodities no mercado internacional. Caso haja um aumento na demanda ou uma mudança desfavorável na política de venda, a Companhia poderá enfrentar aumento de custos e conseqüente diminuição de suas margens. Como os preços cobrados pela Companhia de seus clientes nas atividades de locação de caminhões, máquinas e equipamentos levam em consideração o custo de aquisição dos seus insumos, principalmente nos casos em que há a contratação do serviço de manutenção, caso não seja possível à Companhia repassar os aumentos dos custos aos clientes, os negócios, sua condição financeira e resultados podem ser impactados material e adversamente.

f) Riscos relacionados aos seus clientes

A Companhia está sujeita ao risco de não renovação de contratos com seus clientes, bem como de rescisão antecipada dos contratos existentes.

O plano de negócios e estratégia da Companhia é baseado em contratos de longo prazo com clientes e a ampliação e diversificação desta carteira é um elemento importante na estratégia de negócios da Companhia. Dessa forma, a Companhia depende da manutenção e renovação de contratos com seus clientes de locação de caminhões, máquinas e equipamentos após seus respectivos vencimentos. Assim, a redução do nível de renovações por qualquer motivo, inclusive por crise econômica

4.1 Descrição dos fatores de risco

do setor, dificuldades financeiras do cliente, ou ainda outras circunstâncias alheias ao controle da Companhia, poderá resultar em uma redução de sua receita e afetar negativamente sua estratégia de crescimento. A Companhia não pode garantir que será bem-sucedida na renovação de todos ou parte significativa dos contratos celebrados com seus clientes, em termos razoáveis, bem como poderão migrar para outros concorrentes do mercado, o qual ainda não é consolidado e é pouco explorado, ou que seus clientes não irão rescindir antecipadamente os contratos existentes, de forma a impactar a receita futura da Companhia. A rescisão ou a não renovação de parte significativa dos contratos celebrados com seus clientes poderá resultar na redução da receita da Companhia e impactar adversamente seus negócios, condição financeira e seus resultados.

A Companhia está sujeita ao risco de rescisão ou não renovação de contratos de locação de caminhões, máquinas e equipamentos com seus principais clientes ou não celebração de novos contratos de caminhões, máquinas e equipamentos.

A atividade de locação de caminhões, máquinas e equipamentos junto a clientes representa uma importante atividade realizada pela Companhia. O insucesso na implementação de sua estratégia ou caso seus atuais clientes rescindam ou não renovem os contratos de locação de caminhões, máquinas e equipamentos com a Companhia ou caso a Companhia não seja capaz de obter novos contratos de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, ela pode sofrer uma redução significativa da sua receita, afetando seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

A busca de alternativas na forma de transporte por nossos clientes pode impactar adversamente a Companhia

Aumentos significativos nos custos do transporte rodoviário, incluindo em tributos, fretes, pedágios, burocracias logísticas, entre outros, podem impactar clientes que utilizam nossa frota como sua fonte de prestação de serviço. Caso esses clientes optem por alternativas de transporte, como por exemplo, ferroviário, náutico ou aéreo, os negócios da Companhia, sua condição financeira e/ou seu resultado operacional poderão sofrer um impacto negativo adverso.

A inadimplência e o atraso nos pagamentos dos clientes da Companhia pode afetar negativamente os seus negócios.

A Companhia pode incorrer em perdas decorrentes da inadimplência e do atraso de pagamentos por parte de seus clientes, de forma que não pode garantir que receberá o saldo total de contas a receber indicado em suas demonstrações financeiras, o que

4.1 Descrição dos fatores de risco

pode afetar negativamente o nosso fluxo de caixa e conseqüentemente os nossos negócios.

Adicionalmente, caso os ativos caracterizados pela Companhia como estimativa de perda de créditos duvidosos em suas demonstrações financeiras não sejam efetivamente pagos, a situação financeira da Companhia pode ser negativamente afetada.

g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue

Caso o governo crie uma linha de crédito com taxa de juros subsidiadas para aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos, ou tome decisões que reduzam os custos de aquisição de tais bens, a Companhia poderá ter dificuldades em expandir seus negócios

Caso o Governo venha a criar linhas de crédito para a aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos com a concessão de taxas de juros subsidiadas, ou tome decisões que reduzam os custos de aquisição de tais bens, o acesso à compra dos referidos ativos por seus concorrentes, clientes e mercado em geral poderá ser facilitado. Diante dessa situação, a Companhia poderá enfrentar dificuldades em expandir seus negócios, dada a vantagem econômica que seus concorrentes e clientes poderiam ter para a aquisição dos ativos, em detrimento à opção de locação da frota, o que poderia impactar de maneira adversa o crescimento e fechamento de novos contratos pela Companhia, assim como aumentar a depreciação da frota existente.

A redução na demanda ou no valor de revenda de caminhões, máquinas e equipamentos usados no mercado secundário pode impactar material e adversamente os negócios da Companhia.

A venda de caminhões, máquinas e equipamentos usados é um importante fator do ciclo de negócios, sendo o seu volume e preço elementos importantes para o atingimento do retorno esperado de cada operação. Uma redução na demanda pelos ativos desmobilizados da Companhia, bem como restrições à concessão de crédito e aumento das taxas de juros aplicáveis a financiamentos de aquisição de veículos podem afetar direta ou indiretamente o mercado secundário desses ativos e reduzir de forma significativa sua liquidez. A volatilidade de preços de mercado pode, ainda, reduzir o preço dos ativos desmobilizados da Companhia ou de seu valor de venda, criando um maior deságio em relação ao preço em que são adquiridos. Todos estes fatores podem afetar a capacidade de venda destes ativos desmobilizados aos preços inicialmente estimados, o que pode afetar material e adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, uma queda no nível de atividade econômica no Brasil também poderá afetar negativamente os resultados do segmento de terceirização de frotas e de venda de usados.

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos no Brasil é altamente competitivo, o que pode impactar material e adversamente os negócios da Companhia.

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos é uma atividade incipiente no Brasil, sendo amplamente segmentado e pulverizado. Sua atratividade poderá resultar no aumento da concorrência no futuro próximo, tanto em termos de preços como em termos de atendimento. Qualquer alteração no ambiente competitivo pode implicar em uma queda de demanda nos segmentos de negócios nos quais a Companhia opera ou um aumento nos custos de captação ou retenção de seus clientes, afetando adversamente seu crescimento e rentabilidade.

Adicionalmente, fatores políticos e econômicos nacionais ou internacionais que influenciem as condições concorrenciais do setor podem impactar os resultados e as operações da Companhia, tais como alterações da carga tributária, principalmente por meio da majoração das alíquotas de impostos sobre produtos industrializados e da criação de tributos temporários, alterações das taxas de juros, flutuações da taxa de câmbio, concessão de benefícios a importadores, diminuição de barreiras alfandegárias para produtos provenientes de determinados países, modificação legislativas, entre outros.

Nesse sentido, em um cenário onde a Companhia passe a enfrentar maior concorrência, seja com empresas nacionais ou estrangeiras (sendo que parte delas conta com significativos recursos financeiros próprios e de terceiros, podendo suportar estratégias de expansão de sua participação de mercado através de políticas comerciais mais agressivas) e de diferentes portes, não é possível garantir que a Companhia será capaz de manter ou aumentar sua participação de mercado no segmento em que atua de acordo com a sua estratégia atual e na forma pretendida.

Tendo em vista que uma parcela das receitas da Companhia está concentrada no setor de agronegócio, condições adversas que afetem esse setor podem impactar negativamente suas operações.

Em 30 de junho de 2024, aproximadamente 30% do Capex (investimentos em veículos pesados e bens de capital) contratado da Companhia era

4.1 Descrição dos fatores de risco

decorrente de seus serviços prestados para o setor do agronegócio. A indústria do agronegócio está sujeita a diversos fatores internos e externos que influenciam materialmente seu desempenho, tais como sazonalidade de safras, condições meteorológicas e preços de mercadoria no mercado de commodities. Assim, oscilações adversas neste setor da economia que afetem negativamente os clientes da Companhia podem impactar de maneira adversa seus negócios e resultados operacionais.

h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que o emissor atue

Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem afetar a Companhia e, por fim, a demanda dos clientes por seus produtos e serviços. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, sua carga tributária, o que pode aumentar os preços que cobram por seus produtos e serviços, restringir suas respectivas capacidades de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa seus negócios e resultados operacionais e financeiros.

A título exemplificativo, existem discussões recentes sobre a possível instituição de novos tributos, tais como o empréstimo compulsório e contribuição sobre transações financeiras, bem como foram retomadas discussões sobre a revogação da isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos.

Atualmente, tramitam no Congresso Nacional propostas para a implementação da Reforma Tributária Brasileira. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança integral no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS bem como o imposto estadual ICMS e o imposto municipal ISS para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços ("IBS") que incidiria sobre o consumo. Ainda, o Governo Federal apresentou, por meio do Projeto de Lei nº 3.887/2020, nova proposta da Reforma Tributária Brasileira para a criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços ("CBS"), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS, prevendo a alíquota única de 12%, amplo direito ao crédito e regra mais benéfica para produtos da cesta básica.

Mais recentemente, o Governo Federal apresentou o Projeto de Lei nº 2.337/2021, intitulado de "segunda fase" da Reforma Tributária Brasileira, que trata de alterações na tributação da renda, incluindo diversas disposições sobre o tema, inclusive já

4.1 Descrição dos fatores de risco

aprovadas pela Câmara dos Deputados, tais como a redução da alíquota do IRPJ e da CSLL, a previsão de tributação de dividendos, a extinção dos juros sobre o capital próprio, a extensão do prazo mínimo para amortização de intangíveis, alterações às regras relacionadas aos ganhos relativos a investimentos no mercado de capitais brasileiro (i.e.: tributação de ativos financeiros, fundos de investimento, etc.), dentre outros.

A implementação da Reforma Tributária Brasileira está submetida ao processo legislativo, o qual inclui avaliação, votação, veto e emendas, todos realizados pelo Poder Legislativo, por meio do Congresso Nacional, e pelo Poder Executivo, na figura do Presidente da República. Por isso, não é possível determinar, desde logo, quais propostas de modificação serão efetivamente implementadas e como elas podem vir a afetar direta ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia.

Caso a Reforma Tributária Brasileira se efetive, ou caso haja quaisquer mudanças na legislação e regulamentação tributária aplicáveis, que alterem os tributos aplicáveis, benefícios fiscais ou regimes especiais da Companhia, durante ou após seus prazos de vigência, os negócios e resultados da Companhia poderão ser direta ou indiretamente afetados, e a Companhia poderá não ser capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis às suas operações.

Além disso, novas “ondas” relacionadas a pandemia da COVID-19 e a decretação do estado de calamidade pública podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no país e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia. Tais medidas, se concretizadas, poderão afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com as interpretações da Companhia, as empresas poderão ser adversamente afetadas, inclusive pela cobrança de tributos, acrescidos de juros e multa, sem prejuízo de multas pelo descumprimento de obrigações acessórias.

Destaca-se ainda que a Companhia está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. Os provisionamentos para tais processos (se e quando houver) poderão não estar corretos, poderá haver identificação de exposição fiscal adicional, e poderá ser

4.1 Descrição dos fatores de risco

necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados e a sua condição financeira.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, pode afetar negativamente a Companhia. Seus resultados poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde o emissor atue

Não há riscos envolvendo a Companhia com relação a países estrangeiros, tendo em vista que as operações estão concentradas no Brasil, com apenas uma operação pontual do segmento de customização no México.

j) Riscos relacionados às questões sociais

As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que a Companhia atualmente incorre para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

A Companhia está sujeita à legislação federal, estadual e municipal, bem como a regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Tais normas obrigam a Companhia a obter licenças, permissões e autorizações para suas operações e eventuais projetos de ampliação. As dificuldades para obter licenças, permissões e autorizações podem levar a atrasos na instalação de projetos.

Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades criminais e administrativas (Companhia e seus administradores), além da obrigação de reparação dos danos ambientais na esfera cível.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e autoridades governamentais que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância à legislação. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas – variando de R\$50,00 a R\$50.000.000,00, de acordo com o Decreto Federal nº 6.514/2008, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, até mesmo a suspensão temporária ou definitiva das atividades da Companhia, sem prejuízo da condenação para reparação de possíveis danos ambientais causados. Esses fatores podem afetar adversamente a reputação da Companhia, assim como sua disponibilidade de caixa e seus resultados operacionais.

Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos poderão aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. Quaisquer custos ambientais relevantes não previstos poderão prejudicar de modo relevante seus negócios, resultados, situação financeira e perspectivas.

Além de penalidades administrativas, se a Companhia não observar a legislação relativa à proteção ao meio ambiente, poderá sofrer a imposição de sanções penais, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados ao meio ambiente e a terceiros afetados (responsabilidade civil). A Lei Federal nº 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais") prevê a responsabilidade da pessoa jurídica, não excluindo, contudo, a das pessoas físicas. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o Poder Público, podendo ter impacto negativo em suas receitas e, ainda, inviabilizar a captação de recursos no mercado financeiro. Para mais informações acerca da legislação ambiental a que a Companhia está sujeita vide item 1.6 deste Formulário de Referência.

A Companhia está sujeita a obrigações relativas ao respeito aos direitos humanos de todos os stakeholders, que podem fazer com que a Companhia incorra em custos adicionais, bem como em contingências significativas referentes a questões sociais.

De forma geral, os riscos sociais decorrem dos potenciais e efetivos impactos adversos das atividades empresariais da Companhia nos direitos humanos de todos os stakeholders envolvidos em sua operação, incluindo seus próprios funcionários, consumidores, fornecedores, investidores e comunidade local onde a Companhia atua, sendo estes conectados direta ou indiretamente às suas atividades.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia também deve garantir condições dignas de trabalho aos seus empregados, zelando por sua saúde, segurança e bem-estar e assegurando seu direito de associação e participação em entidades sindicais, em conformidade com leis e regulamentos locais, respeitando os direitos humanos. Um local de trabalho identificado como perigoso, hostil ou discriminatório pode resultar em contingências legais e inibir a capacidade da Companhia de atrair e reter talentos, negociar junto a entidades associativas e sindicais, prevenir incidentes de saúde e segurança do trabalho, e impulsionar a inovação.

k) Riscos relacionados às questões ambientais

A Companhia está sujeita a leis e regulamentações ambientais.

A Companhia está sujeita às leis e regulamentações federais, estaduais e municipais referentes à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essas leis e regulamentações estabelecem padrões e exigências de licenciamento ambiental e padrões para emissões atmosféricas, parâmetros de emissões de ruídos, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Qualquer falha no cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis pode submeter a Companhia a sanções administrativas e penais, além da obrigação de remediar os danos causados ou indenizar terceiros. A Companhia também está sujeita a normas do Poder Público relacionadas ao descarte de resíduos sólidos.

A Companhia não pode garantir que essas leis e regulamentações não ficarão mais rigorosas. Caso fiquem mais rigorosas, a Companhia poderá ter que aumentar significativamente os seus gastos para cumprimento dessas leis e regulamentações ambientais. Investimentos ambientais não previstos podem reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e podem afetar substancial e negativamente os negócios da Companhia. Com relação especificamente à resíduos de serviço de saúde gerados, inclusive caso o acidente seja causado por alguma empresa contratada pela Companhia para fazer a coleta, transporte e destinação adequada desse tipo de material, a Companhia poderá vir a ser objetiva e solidariamente responsabilizada por eventuais danos ambientais causados pelos terceiros contratados, de forma que os negócios e imagem da Companhia poderão ser adversamente afetados.

l) Riscos relacionados às questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

A escassez de recursos naturais ocasionada por fatores climáticos ou antrópicos pode afetar as operações da Companhia, implicando na necessidade de adoção de medidas de contingência complementares.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A falta de recursos como água e energia, ocasionada por alterações climáticas associadas ao aquecimento global e à atuação do homem sobre o ambiente, pode impactar as operações da Companhia, dependentes destes recursos. A imprevisibilidade dos regimes de chuvas e a sazonalidade do clima e das temperaturas nas diferentes estações do ano impactam as estimativas de consumo dos recursos. As recentes crises hídrica e energética demonstram ser este um tema atual e ponto de preocupação para os diferentes segmentos econômicos brasileiros. Caso quaisquer dos riscos apontados acima se materialize, a Companhia poderá sofrer impactos relevantes em suas operações.

Impactos ambientais e mudanças climáticas podem ocasionar danos e/ou medidas legais e regulamentares, as quais podem impactar negativamente os seus negócios e resultados.

A Companhia e o segmento em que ela atua podem ser negativamente afetados em caso de paralisações dos serviços de seus clientes e/ou fornecedores em decorrência de impactos climáticos, tal como a tragédia ocorrida em decorrência das enchentes no estado do Rio Grande do Sul no primeiro semestre de 2024.

Ainda, há uma preocupação crescente sobre os impactos adversos causados pelas mudanças climáticas, decorrentes da crescente emissão de dióxido de carbono e de outros gases de efeito estufa, que ocasionam o aumento das temperaturas globais, mudanças dos padrões de tempo e a maior frequência e gravidade dos climas extremos e desastres naturais.

Diante de tais cenários, é possível que as operações da Companhia sejam interrompidas ou negativamente afetadas, além de poderem ser estabelecidas novas medidas legais e regulamentares que imponham novas obrigações à Companhia e à economia em geral. Tais obrigações poderão resultar em aumento do custo da energia e do transporte e podem exigir que a Companhia faça investimentos adicionais em instalações e equipamentos. Eventual aumento das pressões regulatórias e/ou sociais acerca do tema também poderão gerar custos adicionais à Companhia, afetando negativamente seus resultados operacionais e sua situação econômico-financeira.

m) Riscos relacionados à outras questões não compreendidas nos itens anteriores

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, particularmente em países da América Latina, de países de economia emergente, nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), na China ou na União Europeia, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da

4.1 Descrição dos fatores de risco

Companhia e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive de países da América Latina, de países de economia emergente, dos Estados Unidos, da China ou da União Europeia. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores.

Potenciais crises nos países da América Latina, em outros países de economia emergente, nos Estados Unidos, na China ou na União Europeia podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

Ademais, fatores relacionados à geopolítica internacional podem afetar adversamente a economia brasileira e, por consequência, o mercado de capitais. O conflito envolvendo a Federação Russa e a Ucrânia, por exemplo, traz como risco uma nova alta nos preços dos combustíveis e do gás, os quais são produzidos em larga escala pela Federação Russa e importados pelos países União Europeia; ocorrendo simultaneamente à possível valorização do dólar, esses aumentos causariam ainda mais pressão inflacionária e poderiam dificultar a retomada econômica brasileira. Diante das invasões, afloram-se as animosidades não apenas entre os países diretamente envolvidos, mas outras nações indiretamente interessadas na questão, trazendo um cenário de alta incerteza para a economia global. Nesse sentido, a incerteza da economia global está produzindo e/ou poderá produzir uma série de efeitos que afetam, direta ou indiretamente, os mercados de capitais e a economia brasileira, incluindo as flutuações de preços de títulos de empresas cotadas, menor disponibilidade de crédito, deterioração da economia global, flutuação em taxas de câmbio e inflação, impactar negativamente a cadeia de fornecimento de suprimentos de matéria-prima primordial às montadoras de caminhões e maquinários, com consequente aumento inflacionários e de taxas e juros sobre as mercadorias, entre outras, e que podem afetar negativamente a situação financeira da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A volatilidade e incertezas nos preços dos combustíveis podem afetar as margens operacionais e as posições competitivas de negócio da Companhia

Os preços de combustíveis estão historicamente sujeitos a volatilidade, podendo continuar dessa forma no futuro. Os preços dos combustíveis são influenciados por inúmeros fatores, incluindo, entre outros, o nível da demanda de petróleo pelo consumidor, o fornecimento e o processamento contingentes, a disponibilidade de transporte, o preço e disponibilidade de fontes de combustível alternativas, condições climáticas, catástrofes naturais e condições políticas ou hostilidades nas regiões produtoras de petróleo, além de outros fatores políticos relacionados à política de preços do governo seguida pela Petrobras.

Os preços do petróleo estão altamente sujeitos a fatores políticos e econômicos nacionais e internacionais que fogem ao controle da Companhia. Incertezas internacionais podem provocar flutuações e os negócios da Companhia dependem fortemente do uso de combustíveis.

Alterações significativas nos preços dos combustíveis podem trazer dificuldades para a Companhia em repassar tais aumentos para seus clientes, o que poderá afetar as margens operacionais e as posições competitivas de negócio da Companhia.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial ea economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do coronavírus causador da COVID-19, a Varíola dos Macacos, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Caso a Organização Mundial da Saúde (OMS) venha a decretar novos surtos de doenças, e os países adotem medidas restritivas para contenção da propagação de tais surtos de doenças, tais como restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, como realizado em 2020 quando da pandemia da COVID-19, poderá ser verificada uma volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Tais impactos também podem repercutir negativamente na economia e no mercado de capitais global e do Brasil, e diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre a Companhia.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do governo federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro. A Companhia poderá vir a ser material e adversamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- a. expansão ou contração da economia brasileira, conforme medida pelas taxas de crescimento do PIB;
- b. inflação
- c. taxas de câmbio;
- d. taxas de juros;
- e. aumento do desemprego;
- f. mudanças nas leis fiscais e tributárias;
- g. liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- h. restrições nas remessas de fundos ao exterior;
- i. racionamento de água e/ou energia
- j. política monetária;
- k. controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- l. política fiscal; e
- m. outros fatores políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com

4.1 Descrição dos fatores de risco

um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente nossas atividades e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais, e também podem afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações.

A instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, e pode vir a impactar os negócios da Companhia e o preço de negociação de suas ações.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

A recente instabilidade econômica no Brasil contribuiu para a redução da confiança do mercado na economia brasileira e para o agravamento da situação do ambiente político interno. Além disso, os mercados brasileiros tiveram um aumento na volatilidade devido às incertezas decorrentes de várias investigações em andamento sobre acusações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pela Polícia Federal brasileira e pelo Ministério Público Federal, incluindo a maior investigação conhecida como "Lava Jato". Tais investigações tiveram um impacto negativo na economia e no ambiente político do país. Os efeitos da Lava Jato, assim como outras investigações relacionadas à corrupção, resultaram em um impacto adverso na imagem e na reputação das empresas envolvidas, bem como na percepção geral do mercado sobre a economia brasileira, o ambiente político e do mercado de capitais. A Companhia não tem controle e não pode prever se tais investigações ou denúncias em andamento levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se novas alegações contra funcionários do governo e/ou funcionários ou executivos de empresas surgirão no futuro.

A economia brasileira experimentou uma queda acentuada nos últimos anos devido, em parte, às políticas econômicas e monetárias intervencionistas do governo brasileiro e à queda global nos preços das commodities.

As incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, principalmente considerando que a maioria eleita para o legislativo federal é de partido de oposição do presidente eleito, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como o clima político instaurado após as eleições, com manifestações massivas e/ou greves, podem contribuir para a instabilidade econômica do país. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira.

Tais acontecimentos podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia. Historicamente, o cenário político no Brasil influenciou o desempenho da economia brasileira. Em particular, crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, o que afetou adversamente o desenvolvimento econômico no Brasil, o que, conseqüentemente, pode impactar a cotação das ações de emissão da Companhia.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre a Companhia e sobre o preço de mercado das ações ordinárias da Companhia.

O Brasil já experimentou, no passado, índices de inflação extremamente elevados. Durante esse período, a economia brasileira foi negativamente impactada por medidas adotadas pelo Governo Federal com o intuito de controlar a inflação ou até mesmo por receio e especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas. Esse cenário contribuiu diretamente para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo IBGE, as taxas de inflação do Brasil foram de 5,78%, 10,05% e 4,50% para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente. O Brasil pode experimentar taxas de inflação mais altas no futuro, e pressões inflacionárias podem levar o governo brasileiro a intervir na economia e introduzir políticas que impactem negativamente os negócios e o preço de negociação das ações da Companhia. O Governo Federal tem adotado medidas de controle da inflação que, frequentemente, têm incluído a manutenção de política monetária restritiva, com taxas de juros elevadas, o que torna mais custoso os empréstimos e financiamentos, o que pode restringir a disponibilidade de crédito e reduzir o crescimento econômico.

Políticas do Governo Federal e do Banco Central mais lenientes e a variação nas taxas de juros já causaram e podem vir a causar aumento na inflação e,

4.1 Descrição dos fatores de risco

consequentemente, volatilidade na taxa de crescimento da economia e a necessidade de aumentos repentinos e significativos nas taxas de juros.

Caso uma inflação ou deflação substancial venha a ocorrer no Brasil, a Companhia pode não ser capaz de ajustar os valores cobrados de seus clientes para compensar o impacto da inflação nas suas despesas, o que geraria um aumento de despesas e redução na margem operacional líquida da Companhia.

Flutuações da taxa de câmbio e variações significativas nas taxas de juros podem afetar de forma negativa os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia importa diversos insumos, peças e equipamentos, de forma que possui alta exposição em Dólar, inclusive sendo parte em contratos de swap. Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização significativas em relação ao Dólar, e a instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito negativo significativo sobre os resultados operacionais da Companhia. Por exemplo, a moeda brasileira durante as últimas décadas experimentou variações frequentes e significativas em relação ao Dólar e a outras moedas estrangeiras. Em 30 de junho de 2022, a taxa de câmbio de venda do dólar foi de R\$5,24 por US\$1,00 refletindo uma depreciação do Real em relação ao dólar norte-americano de 4,80% em comparação a 30 de junho de 2021 (R\$ 5,00). Em 30 de junho de 2023, a taxa de câmbio de venda do dólar foi de R\$4,81 por US\$1,00 refletindo uma valorização do Real em relação ao dólar norte-americano de 8,21% em comparação a 30 de junho de 2022. Em 30 de junho de 2024, a taxa de câmbio de venda do dólar foi de R\$5,56 por US\$1,00 refletindo uma depreciação do Real em relação ao dólar norte-americano de 15,59% em comparação a 30 de junho de 2023.

As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados operacionais da Companhia, por conta da retração no consumo e aumento dos custos da Companhia. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias

4.1 Descrição dos fatores de risco

brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Desta forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários.

Qualquer queda adicional no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e custo em emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores.

A dificuldade em promover crescimento sustentável da economia e promover o equilíbrio fiscal, dentre outros fatores, pode levar a novos rebaixamentos do risco de crédito soberano. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderá aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia.

A desvalorização em condições econômicas e de mercado, em geral, ou a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e o preço de mercado de valores mobiliários brasileiros.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes embora as condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas na B3, por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as nossas ações ordinárias. Esses

4.1 Descrição dos fatores de risco

eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das nossas ações ordinárias, restringir o nosso acesso aos mercados de capitais internacionais, afetando as condições de financiamento necessárias às nossas operações no futuro.

Uma eventual recessão e/ou desaceleração econômica global, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e por sua vez levar a uma menor atividade comercial e de consumo, bem como a um aumento em nossas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou aos aumentos nas taxas domésticas de juros ou ao aumento no nível de desemprego, um maior percentual de nossos clientes pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso em nossos negócios.

Na medida em que problemas econômicos em países de mercados emergentes ou em outros lugares afetem o Brasil negativamente, o negócio e o preço de mercado das ações ordinárias da Companhia também podem ser afetados negativamente.

A diminuição do investimento estrangeiro no Brasil pode afetar negativamente o crescimento e a liquidez na economia brasileira, que, por sua vez, pode ter um impacto negativo sobre os nossos negócios.

A interrupção ou volatilidade nos mercados financeiros globais pode aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o cenário econômico e financeiro no Brasil, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

A volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderá restringir consideravelmente a capacidade dos investidores de vender as ações da Companhia pelo preço desejado e no momento desejado.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações da Companhia, envolve um grau de risco maior do que o investimento em valores mobiliários de emitentes de países cujos cenários políticos e econômicos são mais estáveis, e, em geral, tais investimentos são considerados especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, tais como, dentre outros:

- a. alterações no cenário regulatório, tributário, econômico e político que possam afetar a capacidade dos investidores de receber pagamento, no todo ou em parte, relativo a seus investimentos; e
- b. restrições ao investimento estrangeiro e à repatriação do capital investido.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O mercado brasileiro de valores mobiliários é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os grandes mercados de valores mobiliários internacionais, como o dos Estados Unidos.

A Companhia não pode garantir que haverá um mercado líquido ou que não haverá restrição possível à negociação das ações ordinárias, o que pode limitar consideravelmente a capacidade dos titulares das ações da Companhia de vendê-las pelo preço e na data que desejarem, afetando de modo desfavorável os preços de comercialização das ações da Companhia.

Além disso, o preço das ações está frequentemente sujeito a volatilidade. Se um mercado de negociação ativo e líquido de ações ordinárias emitidas pela Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação de suas ações ordinárias poderá ser negativamente afetado.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e mercados emergentes, o que poderá afetar negativamente a economia brasileira, inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários, o que pode impactar o preço de negociação de nossas ações.

O crescimento da Companhia está diretamente atrelado à expansão do mercado interno brasileiro, estando os negócios da Companhia bastante integrados às operações de seus clientes, distribuídos em diversos setores econômicos. A redução do ritmo de crescimento econômico do país, com retração da demanda no atacado e varejo, a redução de investimentos em bens de capital e infraestrutura, além do acirramento da concorrência no setor, podem afetar diretamente o resultado operacional e financeiro da Companhia.

Além disso, o valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive economias desenvolvidas como Estados Unidos e certos países europeus, e emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Qualquer aumento nas taxas de juros de outros países, especialmente os Estados Unidos, pode reduzir a liquidez global e o interesse dos investidores nos mercados de capitais brasileiros, afetando negativamente nossas ações. Ainda, crises ou acontecimentos relevantes em outros países e mercados de capitais podem reduzir

4.1 Descrição dos fatores de risco

o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia e o seu respectivo preço de negociação, tal como a recente crise entre Estados Unidos e Irã, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o acesso da Companhia aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos da Companhia poderá ser afetado pela queda no nível de confiança e na atividade econômica do Brasil.

A demanda por locação de caminhões, máquinas e equipamentos poderá ser afetada pelo nível de confiança e de atividade econômica no Brasil. A redução na atividade econômica implica em redução na empregabilidade, em investimentos, transporte e, conseqüentemente, na redução da demanda por locação de caminhões, máquinas e equipamentos, o que poderá levar a Companhia a reduzir o tamanho de sua frota. Esses fatores poderão acarretar perda de escala com o conseqüente aumento dos seus custos fixos e na diminuição da receita do segmento de terceirização de frotas, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, especialmente os Estados Unidos e países de economia emergente, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros

Os investidores internacionais consideram, geralmente, o Brasil como um mercado emergente. Historicamente, a ocorrência de fatos adversos em economias em desenvolvimento resultou na percepção de um maior risco pelos investidores do mundo, incluindo investidores dos Estados Unidos e de países europeus. Tais percepções em relação aos países de mercados emergentes afetam significativamente o Brasil, o mercado de capitais brasileiro e a disponibilidade de crédito no Brasil, tanto de fontes de capital nacionais como internacionais.

Adicionalmente, a economia brasileira e o valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras são influenciados, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado do Brasil e de outros países, inclusive Estados Unidos, países da Europa e de economias emergentes. Ainda que as condições econômicas nesses países possam diferir consideravelmente das condições econômicas no Brasil, as reações dos investidores aos acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso na economia brasileira e no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros. No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O Brasil está sujeito à acontecimentos que incluem, por exemplo, (i) a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos, (ii) o conflito entre a Ucrânia e a Rússia, que desencadeou a invasão pela Rússia em determinadas áreas do território ucraniano, dando início a uma crise militar e geopolítica com reflexos mundiais, (iii) o recente conflito armado entre o Hamas e Israel na Faixa de Gaza, (iv) a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, e (v) crises na Europa e em outros países, que afetam a economia global, que estão produzindo e/ou poderão produzir uma série de efeitos que afetam, direta ou indiretamente, os mercados de capitais e a economia brasileira, incluindo as flutuações de preços de títulos de empresas cotadas, menor disponibilidade de crédito, deterioração da economia global, flutuação em taxas de câmbio e inflação, impactar negativamente a cadeia de fornecimento de suprimentos de matéria-prima primordial às montadoras de caminhões e maquinários, com consequente aumento inflacionários e de taxas e juros sobre as mercadorias, entre outras, e que podem afetar negativamente a situação financeira da Devedora.

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. O Grupo Vamos utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração. Geralmente, o Grupo Vamos busca aplicar a contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Descrição dos 5 (cinco) principais fatores de risco

1. A Companhia pode ser incapaz de implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento.
2. As atividades da Companhia dependem de seu relacionamento com seus fornecedores.
3. O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, particularmente em países da América Latina, de países de economia emergente, nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), na China ou na União Europeia, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia.
4. O sucesso da Companhia depende de sua habilidade de atrair, contratar, treinar, motivar e reter profissionais capacitados.
5. A Companhia depende de sistemas automatizados e informatizados, de tal forma que qualquer interrupção pode ter um efeito material adverso sobre os negócios da Companhia.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrição dos principais riscos de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros.

Risco de variação de taxa de juros e de câmbio

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado às quais a Companhia está exposta. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos, financiamentos e debêntures, obrigações a pagar por aquisição de empresas e arrendamento por direito de uso do Grupo, sujeitas a taxas de juros.

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é denominado, e a respectiva moeda funcional do Grupo. Em geral, os empréstimos são contratados em Reais, mas também em dólares norte-americanos ("dólar").

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de escassez de recursos para o cumprimento de obrigações assumidas pela Companhia. A Companhia está exposta ao risco de liquidez no que se refere aos seus principais passivos financeiros, tais como o saldo de empréstimos bancários e financiamentos, incluindo sua capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais, fornecedores e outras contas a pagar.

Análise de sensibilidade

A Administração da Companhia efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, arrendamento por direito de uso, e impactos nas variações de juros e câmbio sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. A dívida foi segregada em partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas à Selic e dívida atrelada ao dólar e ao euro, as quais podem ter movimentações distintas, de acordo com a taxa inerente.

As seguintes taxas prováveis, impactaram proporcionalmente as dívidas e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras do Grupo: CDI em 11,68% a.a., com base na curva futura de juros (fonte: B3); SELIC de 10,50% a.a. (fonte: Banco Central do

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Brasil), taxa do Dólar norte-americano (“Dólar”) de R\$ 5,56 (fonte: Banco Central do Brasil).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros do Grupo Vamos nas receitas e despesas financeiras, considerando os demais indicadores de mercado constantes. Quando ocorrer a liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser diferentes dos demonstrados abaixo.

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Consolidado						
Operação	Exposição	Risco	Taxa média provável	Cenário provável I	Cenário II + Cenário III + deterioração de 25% de 50%	
Derivativos designados como hedge accounting						
Swap - Valor nominal (em milhares de reais)	98.036	Aumento do CDI	11,65%	11.421	14.276	17.132
CRA (objeto) (em milhares de reais)	(98.036)	Aumento do CDI	11,65%	(11.421)	(14.276)	(17.132)
Swap - Valor nominal (em milhares de reais)	121.964	Aumento do CDI	11,65%	14.209	17.761	21.314
CRA (objeto) (em milhares de reais)	(121.964)	Aumento do CDI	11,65%	(14.209)	(17.761)	(21.314)
Swap - Valor nominal (em milhares de reais)	502.652	Aumento do CDI	11,65%	58.559	73.199	87.839
CRA (objeto) (em milhares de reais)	(502.652)	Aumento do CDI	11,65%	(58.559)	(73.199)	(87.839)
Swap - Valor nominal (em milhares de reais)	400.000	Aumento do CDI	11,65%	46.600	58.250	69.900
CRA (objeto) (em milhares de reais)	(400.000)	Aumento do CDI	11,65%	(46.600)	(58.250)	(69.900)
Swap - Valor nominal (em milhares de reais)	153.642	Aumento do CDI	11,65%	17.899	22.374	26.849
CRA (objeto) (em milhares de reais)	(153.642)	Aumento do CDI	11,65%	(17.899)	(22.374)	(26.849)
Swap - Valor nominal (em milhares de reais)	150.000	Aumento do CDI	11,65%	17.475	21.844	26.213
CRA (objeto) (em milhares de reais)	(150.000)	Aumento do CDI	11,65%	(17.475)	(21.844)	(26.213)
Swap - Valor nominal (em milhares de reais)	296.358	Aumento do CDI	11,65%	34.526	43.158	51.789
Debêntures (objeto) (em milhares de reais)	(296.358)	Aumento do CDI	11,65%	(34.526)	(43.158)	(51.789)
Swap - Valor nominal (em milhares de reais)	311.790	Aumento do CDI	11,65%	36.324	45.405	54.486
Debêntures (objeto) (em milhares de reais)	(311.790)	Aumento do CDI	11,65%	(36.324)	(45.405)	(54.486)
Swap - Valor nominal (em milhares de reais)	223.750	Aumento do CDI	11,65%	26.067	32.584	39.101
Debêntures (objeto) (em milhares de reais)	(223.750)	Aumento do CDI	11,65%	(26.067)	(32.584)	(39.101)
Swap - Valor nominal (em milhares de reais)	464.460	Aumento do CDI	11,65%	54.110	67.638	81.165
Debêntures (objeto) (em milhares de reais)	(464.460)	Aumento do CDI	11,65%	(54.110)	(67.638)	(81.165)
Swap - Valor nominal (em milhares de reais)	567.039	Aumento do CDI	11,65%	66.060	82.575	99.090
Debêntures (objeto) (em milhares de reais)	(567.039)	Aumento do CDI	11,65%	(66.060)	(82.575)	(99.090)
Swap - Valor nominal (em milhares de reais)	USD 100.000	Aumento do USD	4,84	484.000	605.000	726.000
Dívida 4131 (objeto) (em milhares de reais)	USD (100.000)	Aumento do USD	4,84	(484.000)	(605.000)	(726.000)
Swap - Valor nominal (em milhares de reais)	USD 20.000	Aumento do USD	4,84	96.800	121.000	145.200
Dívida 4131 (objeto) (em milhares de reais)	USD (20.000)	Aumento do USD	4,84	(96.800)	(121.000)	(145.200)
Swap - Valor nominal (em milhares de reais)	USD 20.000	Aumento do USD	4,84	96.800	121.000	145.200

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

<i>Dívida 4131 (objeto) (em milhares de reais)</i>	USD (20.000)	Aumento do USD	4,84	(96.800)	(121.000)	(145.200)
<i>Swap - Valor nocional (em milhares de reais)</i>	USD 20.000	Aumento do USD	4,84	96.800	121.000	145.200
<i>Dívida 4131 (objeto) (em milhares de reais)</i>	USD (20.000)	Aumento do USD	4,84	(96.800)	(121.000)	(145.200)
Efeito líquido da exposição	-			-	-	-
Efeito líquido da exposição de taxa						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (CRA)	(43.966)	Pré-fixado	16,19%	(7.120)	(7.120)	(7.120)
<i>Swap CRA - Valor nocional (ativo)</i>	43.966	Pré-fixado	16,19%	7.120	7.120	7.120
Empréstimos, financiamentos e debêntures (CRA)	(113.653)	Pré-fixado	15,59%	(17.716)	(17.716)	(17.716)
<i>Swap CRA - Valor nocional (ativo)</i>	113.653	Pré-fixado	15,59%	17.716	17.716	17.716
<i>Swap - Valor nocional (passivo)</i>	(164.911)	Aumento do CDI	11,65%	(19.212)	(24.015)	(28.818)
Efeito líquido da exposição	(164.911)			(19.212)	(24.015)	(28.818)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (CRA)	(637.027)	Pré-fixado	19,22%	(122.453)	(122.453)	(122.453)
<i>Swap CRA - Valor nocional (ativo)</i>	637.027	Pré-fixado	19,22%	122.453	122.453	122.453
<i>Swap - Valor nocional (passivo)</i>	(574.638)	Aumento do CDI	11,65%	(66.945)	(83.681)	(100.418)
Efeito líquido da exposição em IPCA	(574.638)			(66.945)	(83.681)	(100.418)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (CRA)	(498.225)	Pré-fixado	15,56%	(77.546)	(77.546)	(77.546)
<i>Swap CRA - Valor nocional (ativo)</i>	498.225	Pré-fixado	15,56%	77.546	77.546	77.546
<i>Swap - Valor nocional (passivo)</i>	(467.223)	Aumento do CDI	11,65%	(54.431)	(68.039)	(81.647)
Efeito líquido da exposição em IPCA	(467.223)			(54.431)	(68.039)	(81.647)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (CRA)	(163.293)	Pré-fixado	12,96%	(21.164)	(21.164)	(21.164)
<i>Swap CRA - Valor nocional (ativo)</i>	163.293	Pré-fixado	12,96%	21.164	21.164	21.164
Empréstimos, financiamentos e debêntures (CRA)	(159.422)	Pré-fixado	12,68%	(20.207)	(20.207)	(20.207)
<i>Swap CRA - Valor nocional (ativo)</i>	159.422	Pré-fixado	12,68%	20.207	20.207	20.207
Empréstimos, financiamentos e debêntures (CRA)	(315.124)	Pré-fixado	13,57%	(42.769)	(42.769)	(42.769)
<i>Swap CRA - Valor nocional (ativo)</i>	315.124	Pré-fixado	13,57%	42.769	42.769	42.769
<i>Swap - Valor nocional (passivo)</i>	(661.917)	Aumento do CDI	11,65%	(77.113)	(96.391)	(115.670)
Efeito líquido da exposição em IPCA	(661.917)			(77.113)	(96.391)	(115.670)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Debêntures)	(313.274)	Pré-fixado	14,82%	(46.423)	(46.423)	(46.423)
<i>Swap Debêntures - Valor nocional (ativo)</i>	313.274	Pré-fixado	14,82%	46.423	46.423	46.423
<i>Swap - Valor nocional (passivo)</i>	(343.384)	Aumento do CDI	11,65%	(40.004)	(50.005)	(60.006)
Efeito líquido da exposição em CDI	(343.384)			(40.004)	(50.005)	(60.006)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Debêntures)	(224.850)	Pré-fixado	15,35%	(34.512)	(43.140)	(51.768)
<i>Swap Debêntures - Valor nocional (ativo)</i>	224.850	Pré-fixado	15,35%	34.512	43.140	51.768
<i>Swap - Valor nocional (passivo)</i>	(258.912)	Aumento do CDI	11,65%	(30.163)	(37.704)	(45.245)
Efeito líquido da exposição em CDI	(258.912)			(30.163)	(37.704)	(45.245)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Debêntures)	(545.320)	Pré-fixado	15,88%	(86.585)	(108.231)	(129.878)
<i>Swap Debêntures - Valor nocional (ativo)</i>	545.320	Pré-fixado	15,88%	86.585	108.231	129.878
<i>Swap - Valor nocional (passivo)</i>	(547.712)	Aumento do CDI	11,65%	(63.808)	(79.760)	(95.712)
Efeito líquido da exposição em CDI	(547.712)			(63.808)	(79.760)	(95.712)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Debêntures)	(646.107)	Pré-fixado	14,85%	(95.971)	(119.964)	(143.957)
<i>Swap Debêntures - Valor nocional (ativo)</i>	646.107	Pré-fixado	14,85%	95.971	119.964	143.957
<i>Swap - Valor nocional (passivo)</i>	(661.625)	Aumento do CDI	11,65%	(77.079)	(96.349)	(115.619)
Efeito líquido da exposição em CDI	(661.625)			(77.079)	(96.349)	(115.619)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (4131)	(490.317)	Pré-fixado	14,70%	(72.088)	(90.110)	(108.132)
<i>Swap 4131 - Valor nocional (ativo)</i>	490.317	Pré-fixado	14,70%	72.088	90.110	108.132
<i>Swap - Valor nocional (passivo)</i>	(598.590)	Aumento do CDI	11,65%	(69.736)	(87.170)	(104.604)
Efeito líquido da exposição em IPCA	(598.590)			(69.736)	(87.170)	(104.604)

Consolidado (continuação)

Operação	Exposição	Risco	Taxa média provável	Cenário provável	I	Cenário II + Cenário de deterioração de 25% 50%
----------	-----------	-------	---------------------	------------------	---	--

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Empréstimos, financiamentos e debêntures - CRA VI		(693.401)		14,10%	(97.747)	
		(122.184)			(146.621)	
Empréstimos, financiamentos e debêntures (4131)	97.241	Pré-fixado	14,70%	97.241	121.551	145.862
Swap 4131 - Valor notional (ativo)	(97.241)	Pré-fixado	14,70%	(97.241)	(121.551)	(145.862)
Swap - Valor notional (passivo)	(98.220)	Aumento do CDI	11,65%	(98.220)	(122.775)	(147.330)
Efeito líquido da exposição em CDI	(98.220)			(98.220)	(122.775)	(147.330)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (4131)	97.241	Pré-fixado	14,70%	97.241	121.551	145.862
Swap 4131 - Valor notional (ativo)	(97.241)	Pré-fixado	14,70%	(97.241)	(121.551)	(145.862)
Swap - Valor notional (passivo)	(98.220)	Aumento do CDI	11,65%	(98.220)	(122.775)	(147.330)
Efeito líquido da exposição em CDI	(98.220)			(98.220)	(122.775)	(147.330)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (4131)	97.241	Pré-fixado	14,70%	97.241	121.551	145.862
Swap 4131 - Valor notional (ativo)	(97.241)	Pré-fixado	14,70%	(97.241)	(121.551)	(145.862)
Swap - Valor notional (passivo)	(98.219)	Aumento do CDI	11,65%	(98.219)	(122.774)	(147.329)
Efeito líquido da exposição em CDI	(98.219)			(98.219)	(122.774)	(147.329)
<i>Opção de compra IDI (Posição comprada em opção de Compra "call" curva passiva)</i>	98.707	Pré-fixado	11,45%	11.302	11.302	11.302
Efeito líquido das operações de hedge accounting	(4.474.864)			(781.848)	(980.136)	(1.178.426)
Demais operações - Pós-fixada						
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	74.750	Aumento do CDI	11,65%	8.708	10.885	13.062
Outros investimentos (Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras)	10.950	Aumento do CDI	11,65%	1.276	1.595	1.914
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	(356.238)	Aumento do CDI	11,65%	(41.502)	(51.878)	(62.253)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Capital de Giro	(2.626)	Aumento do CDI	11,65%	(306)	(383)	(459)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CRA I	(16.517)	Aumento do CDI	12,55%	(2.073)	(2.591)	(3.110)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CRA II	(146.871)	Aumento do CDI	15,86%	(23.291)	(29.114)	(34.937)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CRA III	(585.955)	Aumento do CDI	11,65%	(68.264)	(85.330)	(102.396)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CRA IV	(473.835)	Aumento do CDI	11,65%	(55.202)	(69.003)	(82.803)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CRA V	(633.348)	Aumento do CDI	11,65%	(73.785)	(92.231)	(110.678)
		Aumento do CDI e				
		IPCA				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Debêntures	(635.827)	Aumento do CDI	13,46%	(85.582)	(106.978)	(128.373)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Debêntures	(1.061.588)	Aumento do CDI	15,43%	(163.808)	(204.760)	(245.712)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Debêntures	(2.115.536)	Aumento do CDI	16,51%	(349.379)	(436.724)	(524.069)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Debêntures	(249.147)	Aumento do CDI	14,07%	(35.062)	(43.828)	(52.593)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Nota de Crédito à Exportação	(501.052)	Aumento do CDI	14,25%	(71.400)	(89.250)	(107.100)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Nota comercial	(250.743)	Aumento do CDI	13,28%	(33.301)	(41.626)	(49.952)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Nota comercial	(739.383)	Aumento do CDI	14,83%	(109.665)	(137.081)	(164.498)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Nota promissória	(510.034)	Aumento do CDI	14,05%	(71.660)	(89.575)	(107.490)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Finame	(386.789)	Aumento da SELIC	14,48%	(56.007)	(70.009)	(84.011)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Finame direto	(499.966)	Aumento do IPCA	9,70%	(48.497)	(60.621)	(72.746)
Crédito internacional (4131) - USD	(489.453)	Aumento do USD	4,84	(489.453)	(611.816)	(734.180)
Crédito internacional (4131) - USD	(291.608)	Aumento do USD	4,84	(291.608)	(364.510)	(437.412)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pós fixada	(10.554.217)			(2.157.608)	(2.697.012)	(3.236.417)
Demais operações - Pré-fixadas						
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras - Fundo de investimento	2.196.244	Pré-fixado	12,75%	280.021	280.021	280.021
Risco sacado a pagar	(53.289)	Pré-fixado	16,43%	(8.755)	(8.755)	(8.755)
Arrendamentos por direito de uso	(181.324)	Pré-fixado	8,96%	(16.247)	(16.247)	(16.247)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CCB	(4.814)	Pré-fixado	8,56%	(412)	(412)	(412)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDC	(187)	Pré-fixado	1,99%	(4)	(4)	(4)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pré fixada	1.956.630			254.603	254.603	254.603
Exposição líquida e impacto total da despesa financeira no resultado	(13.072.451)			(2.684.853)	(3.422.545)	(4.160.240)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas:

Na data desse Formulário, a Companhia e suas controladas não eram partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais significativos.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Não há valores provisionados, já que não foram descritos processos no item 4.4.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 Processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4:

Na data deste Formulário, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

4.7 Outras contingências relevantes

Não existem outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas neste item 4 do Formulário de Referência.

Para informações sobre as ações envolvendo membros da administração da Companhia, vide item 7.8 deste Formulário de Referência.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

5.1. Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos alinhada com aquela de sua controladora SIMPAR S.A. e tais diretrizes aplicam a todas as empresas controladas, incluindo a Companhia, e foi ratificada pelo seu Conselho de Administração, em 05 de fevereiro de 2024. O referido documento encontra-se disponível no website de Relações com Investidores da Companhia em <https://ri.simpar.com.br/>.

A Política tem por objetivo identificar, controlar e mitigar os riscos aos quais está exposta no desenvolvimento de suas atividades.

b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece princípios, conceitos, diretrizes e responsabilidades sobre o processo de gestão de riscos corporativos, de forma a possibilitar a adequada identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos. Além disso, descreve as etapas deste processo de gestão para: (i) identificação dos eventos de risco, (ii) instrumentos utilizados para o gerenciamento dos riscos, (iii) estrutura organizacional de gerenciamento dos riscos e (iv) as responsabilidades de cada um dos envolvidos neste processo, estabelecendo limites para estas responsabilidades conforme os níveis de risco identificados.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1. deste formulário de referência e busca prevenir, mitigar e tratar os riscos que possam impactar as suas atividades e operações, o alcance dos seus objetivos e os padrões de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico. Tais riscos foram classificados em 7 (sete) principais grupos:

- Riscos estratégicos: são riscos associados às decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente. Entre os riscos estratégicos, incluem-se a incapacidade de captar recursos financeiros suficientes para custear a

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

totalidade dos investimentos previstos e para financiar sua estratégia de expansão.

- Riscos operacionais: São aqueles decorrentes da inadequação, falha, deficiência ou fraude nos processos internos, pessoas ou ambiente de tecnologia, ou ainda relacionados a situações de força maior, que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia. Estes riscos estão associados tanto à execução das atividades da Companhia (relacionadas aos seus objetos sociais), bem como às demais áreas administrativas de suporte. Entre os riscos operacionais, incluem-se impactos relevantes de incidentes de segurança cibernética, falhas nos sistemas, falta de informatização nos processos e decisões desfavoráveis em processos judiciais e/ou administrativos.
- Riscos de mercado: são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação cambial, inflação, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). A Companhia define regras próprias para essa modalidade de risco na Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado.
- Riscos de liquidez: são definidos como a possibilidade de a Companhia cumprir com as obrigações assumidas nos prazos acordados, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
- Riscos de crédito: são a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao financiamento concedido aos clientes na operacionalização dos negócios, além dos riscos de contraparte assumidos nas operações de tesouraria (aplicação financeira, empréstimo, gestão da dívida, cobrança e recuperação).
- Riscos de imagem: são decorrentes das práticas internas, de outros riscos e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa das empresas por parte dos clientes, acionistas, investidores, parceiros comerciais e demais partes interessadas ("terceiros"), em suma, que possam gerar danos à reputação, credibilidade e marca da Companhia, com consequentes perdas financeiras relevantes.
- Riscos de conformidade (compliance): decorrem da inobservância das leis e normas aplicáveis aos negócios da Companhia, principalmente, mas não se limitando à Lei nº 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção e respectivo regulamento - Decreto nº 11.129/22 e a Lei nº 13.709/2018 – Lei

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Geral de Proteção de Dados Pessoais, o que pode acarretar perda financeira por meio do pagamento de multas, indenizações, bem como acarretar danos à imagem e à credibilidade da Companhia no mercado. Entre os riscos de conformidade, inclui-se a possibilidade das controladas de a Companhia não conseguirem obter ou renovar suas licenças e alvarás para as respectivas operações.

- **Riscos Socioambientais:** riscos relacionados aos problemas e processos sociais e ambientais relevantes; potenciais danos gerados ao meio ambiente, às relações sociais e às comunidades relacionadas com as atividades econômicas das empresas controladas pela Companhia.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia para proteção dos riscos são compostos principalmente pelo seguinte:

I. Identificação dos riscos

Definir o conjunto de eventos, externos e/ou internos, que possam impactar nos objetivos da Companhia, inclusive aqueles relacionados aos ativos intangíveis. Esse processo deve ser continuamente aprimorado e revisado inclusive face às alterações dos objetivos e consequentes riscos da Companhia. A abordagem de identificação de riscos utilizada pela Companhia é o *Self Assessment* e mapeamento de processos, partindo de entrevistas com os gerentes e diretores de cada linha de negócio da Companhia, tendo em vista os principais processos pelos quais são responsáveis. O produto da identificação é uma lista abrangente de riscos que possam ameaçar a realização dos objetivos do negócio e, consequentemente, da Companhia. Os riscos aos quais a Companhia está sujeita devem ser documentados e formalizados de forma estruturada para que sejam conhecidos e tratados adequadamente, sendo categorizados sua natureza e origem, como seguem: (i) riscos estratégicos; (ii) riscos operacionais; (iii) riscos de mercado; (iv) risco de liquidez; (v) riscos de crédito; (vi) riscos de imagem; (vii) riscos de conformidade (compliance) e (viii) riscos socioambientais.

II. Avaliação e Análise dos Riscos

Estas etapas consistem na avaliação da percepção dos impactos e probabilidades de ocorrência de determinado evento os gestores e diretores de todas as linhas de negócios classificando-os por meio de fatores qualitativos, sendo:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Impacto	Descrição
Alto	Consequência alta para a Companhia caso o risco seja materializado, afetará a companhia.
Médio	Consequência média para a Companhia caso o risco seja materializado, afetará a companhia.
Baixo	Consequência baixa para a Companhia caso o risco seja materializado, afetará a companhia.

Probabilidade	Descrição
Alto	É quase certo que o risco irá acontecer
Médio	É mais provável que o risco ocorra do que não ocorra
Baixo	Chance baixa que o risco ocorra

O resultado da avaliação dos riscos entre probabilidade *versus* impacto de sua ocorrência é representado pela matriz de riscos (Matriz 3x3), aprovada pelo Comitê de Auditoria, que permite o cálculo do risco inerente, conforme demonstrado abaixo:

R= PXI		Probabilidade		
		Baixo	Médio	Alto
Impacto	Alto	Médio	Alto	Alto
	Médio	Baixo	Médio	Alto
	Baixo	Baixo	Baixo	Médio

Após identificação e avaliação de riscos, sua priorização se dará pela maior relação entre impacto e probabilidade, estabelecendo assim o grau de exposição ao risco que orientará a prioridade de acompanhamento periódico. Desta forma, referida avaliação de riscos fornece um mapa dos riscos inerentes da Companhia, proporcionando um mecanismo para priorização da tratativa destes por meio de uma estrutura de controles internos alinhada aos objetivos e estratégias da Companhia.

III. Tratamento dos riscos

O tratamento dos riscos envolve a classificação e alinhamento com a estratégia para a elaboração do plano de trabalho de Controles Internos nas áreas selecionadas.

Após a avaliação e cálculo do risco inerente, o tratamento envolve a seleção de uma ou mais opções: evitar, mitigar, compartilhar ou aceitar.

As seguintes iniciativas também são tratadas nesta etapa:

- Implementação de controles e/ou processo para acompanhamento;
- Definição de planos de ação necessários para o tratamento dos riscos e monitoramento destes por meio da ferramenta automatizada de Gerenciamento de Riscos da Companhia que encaminhará alertas de cobranças aos responsáveis;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Submissão ao fórum específico (Comitê de Auditoria) para o acompanhamento dos planos de ações e direcionamento dos trabalhos.

IV. Monitoramento dos riscos:

O monitoramento dos riscos aos quais a Companhia está submetida ocorre por meio das seguintes iniciativas:

- Análise de indicadores que demonstram a probabilidade, impacto, risco residual e inerente obtidos através da ferramenta automatizada de Gerenciamento de Riscos da Companhia.
- Teste de eficácia operacional dos controles internos que mitigam os riscos da Companhia, utilizando de amostragens que são selecionadas conforme metodologia AICPA – American Institute Of CPAs – Instituto Americano de Contadores.

Ademais, a aceitação de riscos residuais deve ser avaliada pelo Comitê de Auditoria e validada pelo Conselho de Administração, em linha com o nível de apetite ao risco da Companhia. Atendido esse fluxo e aceito o risco, deverá ser formalizada a referida aceitação.

V. Informação e Comunicação

Essa etapa consiste na comunicação clara e objetiva dos resultados de todas as etapas de gerenciamento de riscos a todas as partes interessadas, contribuindo para o entendimento da situação atual e para a eficácia dos planos de ação estabelecidos.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia separa áreas, funções e profissionais, definindo de forma clara as responsabilidades de cada um e estabelecendo limites para tais responsabilidades. Nesse sentido, o processo de gestão de riscos da Companhia está estruturado conforme organograma e descrições abaixo:

A Companhia mantém uma **Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade**, responsável por liderar os trabalhos de monitoramento de riscos e teste da eficácia dos controles internos com o objetivo de mitigá-los. São suas principais atribuições:

- (i) monitorar as não conformidades com as leis e regulamentos aplicáveis;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (ii) atualizar as diretrizes do Código de Conduta sempre que necessário e disseminá-las entre funcionários;
- (iii) atualizar as diretrizes do Código de Conduta de Terceiros sempre que necessário e disseminá-las;
- (iv) informar ao Comitê de Ética e Conformidade: a) situações que caracterizem um risco de conformidade e de imagem para a Companhia, b) informações sobre as denúncias recebidas pelo Canal de Denúncia e status das investigações de acordo com a matriz aprovada pelo Comitê de Auditoria; c) as sugestões de alteração das Políticas Anticorrupção da Companhia;
- (v) eventuais descumprimentos das Políticas Anticorrupção da Companhia e validar a aplicação de medidas disciplinares sobre referidos descumprimentos; e) informações sobre doações e patrocínios à órgãos da Administração Pública para validação;
- (vi) avaliar, investigar e tratar as denúncias recebidas pela empresa terceirizada que administra o canal da Companhia que tratem sobre (i) desvios de conduta, (ii) descumprimento do Código de Conduta, das Políticas Anticorrupção ou dos demais procedimentos da Companhia; (iii) situações de conflito de interesses;
- (vii) reportar o status dos planos de ação para ações preventivas e a aplicação de eventuais medidas disciplinares;
- (viii) apoiar os administradores na definição dos planos de ações necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação destes planos;
- (ix) apoiar o departamento jurídico na avaliação das cláusulas de conformidade/compliance dos contratos da Companhia; 3
- (x) avaliar e apontar os riscos para validação da diretoria das obrigações que envolvam o tema conformidade/compliance impostas por clientes e terceiros.

A Diretoria é responsável por:

- (i) garantir e facilitar o acesso dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês, do Conselho Fiscal (quando instalado), das auditorias interna e externa e dos órgãos de assessoramento, às instalações da Companhia e às informações, aos arquivos e aos documentos comprovadamente necessários ao desempenho de suas funções;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (ii) garantir que todos os seus liderados estejam em dia com os treinamentos obrigatórios.

A Administração é responsável por atuar diretamente no gerenciamento de riscos, privilegiando a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento. Assim, cabe à Administração:

- (i) assegurar a implementação dos planos de ação definidos para tratamento dos riscos;
- (ii) auxiliar a Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade nos processos de identificação e desenvolvimento dos portfólios de riscos, respondendo aos questionários de autoavaliação de riscos e possibilitando o mapeamento dos processos sob sua responsabilidade;
- (iii) desenvolver e executar planos de ações para as falhas, ausências e insuficiências identificadas dentro do prazo adequado para cada apontamento formalizado pela função de Controles Internos, Riscos e Conformidade;
- (iv) justificar a impossibilidade de atendimento de um plano de ação e/ou atraso no atendimento de um;
- (v) justificar eventual assunção de risco para validação pela estrutura de governança;
- (vi) prestar esclarecimentos sob a condução do gerenciamento dos riscos sob sua responsabilidade ao Comitê de Auditoria, sempre que solicitado;
- (vii) prestar as necessárias atualizações sobre os riscos da sua atividade à função de Controles Internos, Riscos e Conformidade.

O Comitê de Auditoria da Companhia estatutário tem como competência:

- (i) opinar sobre a contratação, avaliação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (iii) avaliar e opinar sobre o relatório de controles internos emitidos pelos auditores independentes e propor recomendações à administração e Conselho de Administração;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (iv) acompanhar as atividades da função de Controles, Internos Riscos e Conformidade da Companhia, podendo receber ou solicitar reportes da Diretoria de Controles, Internos Riscos e Conformidade sobre a execução e cumprimento do Programa de Conformidade da Companhia. Assessorar o Conselho na avaliação, sobre a efetividade das atividades e propor recomendações, sempre que necessário, quanto a atividades, estrutura, qualificação e orçamento para apreciação da Diretoria e do Conselho de Administração;
- (v) assessorar o Conselho de Administração no gerenciamento de riscos e monitorar as exposições de risco, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia;
- (vi) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas, a Política de Gerenciamento de Riscos, o Código de Conduta, os demais normativos do Programa de Conformidade da Companhia;
- (vii) receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, incluindo potenciais violações à Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção – e demais leis que proíbem práticas de suborno, fraude, oferecimento ou recebimento de vantagem indevida, bem como recomendar e verificar a aplicação de medidas disciplinares pelas áreas responsáveis, ou, no caso de denúncias contra diretores da Companhia, pelo Conselho de Administração;
- (viii) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado exclusivamente ao Conselho de Administração, contendo a descrição de: (a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e suas recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da companhia;
- (ix) acompanhar e avaliar se as transações com partes relacionadas estão sendo realizadas dentro de condições de mercado, nos termos da política de transações com partes relacionadas vigente da Companhia. Para o desempenho de suas funções, o Comitê de Auditoria disporá de autonomia operacional e dotação orçamentária, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social da Companhia;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (x) avaliar anualmente a estrutura e orçamento da área de Auditoria Interna, a fim de que sejam suficientes ao desempenho das suas funções;
- (xi) Reportar o resultado das atividades da área de Auditoria Interna ao Conselho de Administração.

A Auditoria Interna da Companhia

É terceirizada e possui estrutura e orçamentos considerados suficientes ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada por pelo Comitê de Auditoria. A Auditoria Interna é responsável por:

- (i) monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos e de governança, bem como dos controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações;
- (ii) fornecer ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas;
- (iii) consolidar, avaliar, monitorar e comunicar os riscos da Companhia ao Comitê de Auditoria;
- (iv) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da companhia.

A Auditoria Interna deverá reportar suas atividades ao Comitê de Auditoria que, por sua vez, se reportará ao Conselho de Administração.

Alternativamente à constituição de área própria de Auditoria Interna, a Companhia poderá contratar auditor independente registrado na CVM para executar essa função.

O **Conselho de Administração** é o órgão central do sistema de governança da Companhia, sendo responsável pela sua perenidade e a criação de valor ao longo prazo. Portanto, cabe ao Conselho de Administração avaliar periodicamente a exposição dos riscos aos quais a Companhia está exposta, a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*). Caberá, ainda, ao Conselho de Administração:

- (i) zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados, incluindo o programa de integridade da

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Companhia, visando o cumprimento de leis, regulamentos e normas externas e internas;

- (ii) validar o nível de apetite a riscos da Companhia aprovado pela Administração;
- (iii) deverá garantir que o Comitê de Auditoria tenha orçamento próprio para a contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo;
- (iv) aprovar a presente política e futuras revisões;
- (v) aprovar as atribuições da área de Auditoria Interna.

O **Comitê de Ética e Conformidade** é um órgão não-estatutário, de caráter permanente, que tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. Compete ao Comitê de Ética e Conformidade:

- (i) no cumprimento, disseminação e atualização do Código de Conduta e normas internas da Companhia;
- (ii) na recomendação e acompanhamento de ações preventivas para os casos de violação à legislação nacional aplicável aos negócios da Companhia, principalmente o cumprimento da Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção – e demais leis que proíbem práticas de suborno, fraude, oferecimento ou recebimento de vantagem indevida;
- (iii) na avaliação da eficiência e da eficácia dos requisitos legais do Programa de Integridade, exigidos pelo Decreto nº 11.129/22 e demais normas do Ministério de Estado da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – CGU, visando enraizar a cultura de conformidade, a mitigação e a prevenção de riscos e prejuízos;
- (iv) na validação de sugestões de alteração das Políticas Anticorrupção da Companhia;
- (v) na validação pedidos de doações e patrocínios à órgãos da Administração Pública;
- (vi) na avaliação dos casos relevantes que envolverem ações e omissões dos colaboradores da Companhia e de terceiros, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros e consultores de negócios que mantenham alguma relação com a Companhia; e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (vii) no acompanhamento dos indicadores relacionados ao Programa de Conformidade e sugerir melhorias e ajustes para os resultados identificados.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Conforme descrito na Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia separa áreas, funções e profissionais, definindo de forma clara as responsabilidades de cada um e estabelecendo limites para estas responsabilidades, conforme descritas na seção (b) acima. Cabe ao Conselho de Administração avaliar periodicamente a eficácia dos sistemas de gerenciamentos de riscos, controles internos e do sistema de conformidade, ao Comitê de Auditoria avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas e controles de gerenciamento de riscos e, finalmente, a Diretoria avaliar o ambiente de controle a fim de assegurar a governança de gestão de riscos da Companhia, apoiando os administradores na definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação destes planos.

A área de Auditoria Interna também é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia, reportando-se ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria. Adicionalmente, suas atribuições, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração, são: (a) monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos riscos e de governança, bem como dos controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações; (b) fornecer ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas; e (c) consolidar, avaliar, monitorar e comunicar os riscos (estratégicos, financeiros, operacionais e de compliance) da Companhia ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. Por fim, a área de auditoria interna terá seu orçamento avaliado e aprovado pelo Conselho de Administração a cada exercício social corrente.

O Comitê de Auditoria tem competência para tratar dos assuntos de responsabilidade da Auditoria Interna e da Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade. Sua criação e atribuições foram aprovadas pelo Conselho de Administração, e seu orçamento será avaliado e aprovado pelo mesmo órgão a cada exercício social corrente.

Além disso, as práticas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia são revisadas ao menos uma vez ao ano e sempre que necessário pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, sendo que as revisões deverão ser submetidas ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Dessa forma, a administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política adotada, considerando o seu porte e seus objetivos operacionais e estratégicos. Além disso, a Companhia realiza investimentos financeiros contínuos de forma a melhorar a performance de seu sistema de controles internos e a adequar-se às melhores práticas e manter seu negócio sustentável.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Descrição dos controles internos

a) *Práticas da organização relativas ao seu sistema de controles internos, que monitora processos operacionais e financeiros, inclusive os relacionados com a gestão de riscos e de conformidade (compliance), fazendo comentários sobre o grau de eficiência e ações em andamento para aperfeiçoar os níveis de controle da organização*

Os controles internos utilizados pela Companhia objetivam: (i) a manutenção de registros que, em detalhe razoável e de forma rigorosa e justa, registra transações e disposições dos ativos da empresa; (ii) o fornecimento de segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro; e (iii) o fornecimento de uma garantia razoável relativa à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada, de ativos da Companhia o que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

O processo de avaliação dos controles internos da Companhia prevê atuação conjunta das áreas de negócio para validação dos riscos, mapeamento dos processos e validação de controles aplicáveis que visam a mitigação dos riscos que podem afetar a capacidade da Companhia em iniciar, autorizar, registrar, processar e divulgar informações.

Adicionalmente, durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, o conjunto de processos que regem os procedimentos de controles internos são executados, a fim de fornecer confiabilidade para a informação contábil e financeira registrada.

Nesse contexto, as principais práticas de controles internos adotadas pela Companhia são:

- Mensalmente, são realizadas reconciliações das contas contábeis, fornecendo segurança razoável em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras;
- Validação dos controles existentes que mitigam ou detectam irregularidades e/ou falhas, garantindo a eficácia operacional dos controles internos;
- Definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e controles e assegurar a implementação destes planos visando a eficácia dos controles internos com o objetivo de mitigar os riscos da Companhia;

5.2 Descrição dos controles internos

- Ações preventivas, orientativas e de monitoramento, comunicações internas, treinamentos e aplicação de medidas disciplinares para garantir a aplicação das normas internas da Companhia e da legislação aplicável aos negócios; e
- Durante o exercício, quaisquer falhas identificadas na execução de controles são corrigidas por meio da aplicação de planos de ação com o objetivo de garantir sua correta execução no encerramento do exercício e evitar recorrências.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

As áreas da Companhia responsáveis pelos controles internos e pela elaboração das Demonstrações Financeiras, além das descritas no item 5.1.(b), são: a Controladoria e o Departamento de Demonstrações Financeiras.

A Controladoria e o Departamento de Demonstrações Financeiras são as áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia com a adoção dos princípios contábeis aplicáveis. A Controladoria também realiza mensalmente as reconciliações das contas contábeis, fornecendo segurança razoável em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Quaisquer exceções identificadas são direcionadas para as áreas envolvidas para as devidas correções.

A Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade avalia periodicamente os controles internos aplicáveis que visam a mitigação e detecção de irregularidades e/ou falhas que possam acarretar a formalização de registros contábeis errôneos, a fim de assegurar a efetividade e eficácia operacional de tais controles. Para as exceções identificadas, são definidos em conjunto com os gestores dos processos os planos de ação necessários para o tratamento dos riscos e implementação destes planos.

Por sua vez, o Comitê de Auditoria supervisiona o processo de avaliação de controles internos executada pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade por meio de reuniões periódicas para apresentação e reporte dos resultados dos trabalhos e respectivos planos de remediação estabelecidos pelos responsáveis dos processos da Companhia.

Durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras, o conjunto de processos que regem nossos procedimentos de controles internos são executados, a fim de fornecer confiabilidade para a informação contábil e financeira registrada.

A estrutura de controles internos, riscos e conformidade da Companhia pode ser encontrada no item 5.1 deste formulário de referência.

5.2 Descrição dos controles internos

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo acompanhamento

A Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade identifica os riscos e controles, conforme disposto no item 5.1.(b) acima. As deficiências são reportadas para o gestor responsável pelo processo avaliado, que apresenta o(s) plano(s) de ação adequado(s) e estipula prazos para o cumprimento do(s) mesmo(s). Ademais, como já mencionado, o Comitê de Auditoria supervisiona o processo de avaliação de controles internos executado pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, bem como os respectivos planos de remediação estabelecidos pelos responsáveis dos processos da Companhia.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Em conexão com o exame das demonstrações financeiras da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. e suas controladas referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conduzido de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com o objetivo de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, os auditores externos não identificaram deficiências significativas.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os auditores externos obtiveram entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria e conduziram procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias em conexão com as demonstrações financeiras referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. Durante este trabalho, os auditores independentes não identificaram deficiências significativas.

5.3 Programa de integridade

5.3. Programa de integridade

a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia adota o Programa de Conformidade alinhado com aquele de sua controladora SIMPAR S.A. tais diretrizes aplicam a todas as empresas controladas, incluindo a Companhia, e tem o objetivo de prevenir, detectar e remediar a ocorrência de desvios, fraudes, irregularidade e atos ilícitos, principalmente no ambiente público, bem como fortalecer os princípios éticos e padrões de transparência dentro do Grupo Simpar.

De modo a orientar a interação da Companhia com a Administração Pública, o Programa de Conformidade foi construído com base nos ditames do Decreto nº 11.129/2022, que regulamenta a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e nos pilares e normas estabelecidas pela Controladoria Geral da União – CGU, também considerando as disposições previstas em outras legislações aplicáveis aos negócios da Companhia, como por exemplo: (i) Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro); (ii) Lei nº 12.529/2011 (Lei de Defesa da Concorrência); (iii) Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal); (iv) Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa); (v) Lei 8.666/1993 (Lei de Licitações); e (vi) Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Nesse sentido, o Programa de Conformidade da Companhia e de suas controladas tem como normativos internos principais as seguintes políticas, todas aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e implementadas diariamente no dia-a-dia de suas atividades: (i) Código de Conduta; e (ii) Política Anticorrupção, composta pelas seguintes políticas (doravante denominadas “Políticas Anticorrupção”): Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidade; Doações e Patrocínios; Participação em Licitações Públicas e Interação com o Poder Público.

Todos os referidos documentos foram revisados em 2023 e aprovados pelos órgãos de governança: Comitê de Ética e Conformidade e Conselho de Administração, podendo ser consultados no site <https://vamos.com.br/conformidade-vamos>.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

5.3 Programa de integridade

A Companhia descreve a seguir as principais políticas e procedimentos de integridade adotados no âmbito do Programa de Conformidade da Simpar e suas controladas, que inclui a Companhia:

- Código de Conduta: O Código de Conduta da Companhia foi aprovado em reunião de seu Conselho de Administração, realizada em 05 de fevereiro de 2024 ("Código de Conduta") é aplicável a todos os seus conselheiros, diretores, gerentes, colaboradores, estagiários, trainees, prestadores de serviço, fornecedores, parceiros de negócios, consultores e terceiros em geral. O Código de Conduta é composto por um conjunto de orientações sistematizadas que retratam os valores da Companhia e que devem nortear sua atuação. Os assuntos tratados no Código de Conduta incluem, sem limitação: (i) cumprimento de leis e regulamentos; (ii) respeito aos direitos humanos e às relações de trabalho; condutas esperadas do colaborador; (v) combate à corrupção; (vi) conflito de interesses; (vii) doações e patrocínios; (viii) presentes, brindes, entretenimento e hospitalidade; (ix) relações com o ambiente externo; (x) descumprimento e medidas disciplinares; e (xi) Linha Transparente e (xii) Canal de denúncia.
- Código de Conduta de Terceiros: O Código de Conduta de Terceiros impõe a esse público as regras e obrigações que deverão se comprometer na relação estabelecida com a Companhia. Trata-se do compromisso com a conformidade à legislação, com o comportamento ético, transparente e íntegro com a sustentabilidade inclusive nas relações dos terceiros com a sua cadeia de valor, para que se estejam alinhados com os objetivos e práticas da Companhia.
- Política de Doações e Patrocínios: A Companhia aplica a Política de Doações e Patrocínios da Controladora a todos os colaboradores, independente do cargo ou função, bem como a qualquer pessoa, física ou jurídica, interessada em receber doação ou patrocínio da própria Companhia e/ou do Instituto Júlio Simões. A Política de Doações e Patrocínios define as diretrizes que devem ser observadas a fim de manter registros que garantam a rastreabilidade do processo, a observância da legislação vigente, a ausência de conflito de interesse e o atendimento das premissas estabelecidas pela Companhia.
- Política de Participação em Licitação Pública: A Companhia aplica a Política de Participação em Licitação Pública a todos os colaboradores das empresas, e define as diretrizes, proibições e regramentos que devem ser observados quando estes estiverem atuando em processos de licitações públicas, além de estabelecer premissas para que a empresa participe de certames.
- Política de Interação com o Poder Público: Companhia aplica a Política de Interação com o Poder Público a todos os colaboradores e terceiros que atuem

5.3 Programa de integridade

em seu nome, define as diretrizes, proibições e regramentos que devem ser observados no exercício de atividades e sempre que interagirem com os membros da Administração Pública em todas as suas esferas – Legislativo, Judiciário e Executivo, a fim de garantir o cumprimento da legislação aplicável e evitar a ocorrência de fraudes, corrupção e outros ilícitos.

- Política de Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidades: Companhia aplica a Política de Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidades a todos os colaboradores e terceiros, definindo as diretrizes e orientações que devem ser observadas durante o oferecimento e recebimento de brindes presentes, hospitalidades e entretenimento, com regras especiais aplicáveis a órgãos da Administração Pública.
- Linha Transparente: Canal dedicado ao recebimento de dúvidas e/ou sugestões de melhoria sobre o Código de Conduta, normas internas e as políticas da Companhia, bem como a comunicações previstas pelas Políticas Anticorrupção. Esse canal está disponível por meio do telefone 0800 726 7250 (atendimento das 8h00 às 17h48), ou pelo e-mail conformidade@grupavamoscom.br, por qualquer colaborador, fornecedor, prestador de serviços, terceirizados, clientes e outras partes interessadas;
- Canal de Denúncia: atendido por empresa totalmente independente, visando dar maior credibilidade ao anonimato do denunciante e tornar mais eficiente o retorno da apuração da denúncia. O Canal de Denúncia da Companhia funciona 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, sendo conferido ao denunciante a possibilidade de formalizar sua denúncia pelos seguintes canais de comunicação: telefone e site, administrados exclusivamente por empresa terceirizada. O anonimato é garantido ao denunciante de boa-fé, bem como a possibilidade do acompanhamento da tratativa da denúncia de forma independente por meio de número de protocolo. O fluxo de funcionamento garante a imparcialidade e a não ocorrência de conflitos de interesse no recebimento das denúncias, principalmente em caso de denúncias em face da alta administração, Conselho de Administração, Comitê de Ética e Conformidade e membros da função de Controles Internos, Riscos e Conformidade. É acessível ao público interno e externo.

Após a conclusão da apuração das denúncias o fluxo prevê duas frentes de atuação e utilizando a ferramenta de GRC (*Governance, Risk and Compliance*): (i) a documentação e tratativa de planos de ação para ações preventivas e melhorias de processo e (ii) apontamentos para a célula de Controles Internos e Riscos visando enriquecer as matrizes de trabalho.

5.3 Programa de integridade

- Processo de Homologação de Terceiros: para que os objetivos do Programa de Conformidade sejam de fato atingidos, o mesmo padrão adotado pela Companhia deve ser exigido dos terceiros com os quais ela se relaciona, desta forma, a empresa aplica o processo de homologação e faz a gestão do monitoramento dos mesmos e impõe obrigações para execução do contrato firmado com a Companhia. Referido processo possui níveis de aprofundamento de avaliação que variam de acordo com o risco representado pelo terceiro.

No momento do cadastro do terceiro no sistema da Companhia, para que ele possa prestar o serviço ou fornecimento, são realizadas consultas que permitem avaliar a sua regularidade mínima, como: cadastro da situação da empresa (CNPJ); inscrição estadual/municipal; certidão de regularidade de tributos Municipais, Estaduais e Federais; certidão de regularidade com a Seguridade Social, cadastro de empresas punidas ou impedidas de contratar com a administração Pública (CEIS e CENEP), pesquisa em lista de trabalho escravo.

Aindano momento do cadastro, o terceiro responde a um questionário que visa identificar a criticidade da sua atividade e do negócio que manterá com a Companhia. Por fim, ele é obrigado a ler e declarar ciência do Código de Conduta de Terceiros, da Companhia, também validado pelo Conselho de Administração.

A empresa identificou alguns terceiros como “de alto risco” em razão da natureza e/ou da relação de contratação, e eles são submetidos a um questionário de *due diligence*, avaliação de documentos, pesquisas (mídia e processos judiciais e administrativos) e assinatura de declaração de conformidade. A Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade é responsável por realizar pesquisas complementares, avaliar as respostas prestadas no questionário e emitir parecer sobre os riscos da contratação.

A Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade monitora periodicamente o cumprimento e execução do Programa de Conformidade da Companhia realizando, entre outras atividades: (i) avaliação das doações e patrocínios a órgãos públicos e privados; (ii) avaliação de todas as cláusulas de conformidade dos contratos da Companhia; (iii) condução de processo de homologação/duo diligence/similares que são aplicados quanto a terceiros contratados pela Companhia; (iv) promoção da transparência das informações prestadas; (v) orientações em caso de dúvidas sobre o Programa de Conformidade; (vi) emissão de pareceres sobre as algumas obrigações legais aplicáveis aos negócios da companhia; e (vii) homologação de terceiros que são contratados pela Companhia para prestarem serviços que compreendem interação com órgãos públicos.

Ressalte-se que a Companhia realiza treinamentos periódicos sobre o tema de integridade, presenciais e online, a todos os seus administradores, funcionários e

5.3 Programa de integridade

estagiários. Além disso, no momento da integração (contratação) todos os novos colaboradores recebem um treinamento sobre o Código de Conduta e as Políticas Anticorrupção.

Todos os processos relacionados ao Programa de Conformidade são revisados com periodicidade não superior a 2 (dois) anos, sendo que, dos resultados dessas revisões, são implementados os eventuais ajustes dos processos e dos normativos internos da adotados pela Companhia.

Além dos procedimentos acima, a Companhia realiza anualmente a avaliação dos riscos junto aos gestores avaliando a probabilidade de efetivação das referidas consequências e seu impacto em caso de eventual ocorrência. Após a identificação dos riscos, os mesmos são gerenciados de acordo com sua criticidade e avaliadas as melhores alternativas para mitigação, definição de controles ou aceitação do risco cujo impacto seja menor que o custo-benefício de seu gerenciamento.

A Administração da Companhia entende que as políticas e procedimentos de integridade existentes estão adequados ao perfil de riscos da Companhia, que apresenta nível moderado de interação com entidades da Administração Pública de acordo com os negócios das empresas controladas.

Visando aprimorar seus processos, principalmente, sob a ótica da transparência e conformidade, como já esclarecido de forma detalhada nos itens anteriores, as empresas controladas que contratam com a Administração Pública, instituíram políticas, procedimentos e controles para buscar prevenção de fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios e na execução de contratos administrativos de forma efetiva, bem como para garantir a regular interação com o Poder Público. As regras e controles exigidos pelas Políticas Anticorrupção, compostas inclusive, como já esclarecido, pelas Políticas de Participação em Licitação Pública e de Interação com o Poder Público, bem como os demais meios de controle (por exemplo, Sistema de Licitação, sala de Licitação, Linha Monitorada, etc) estabelecem rígidos critérios que buscam a transparência e legalidade durante as concorrências e execução dos contratos públicos.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As estruturas organizacionais envolvidas no funcionamento e eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, em especial, do Programa de Conformidade da Companhia, são a Função de Controles Internos, Riscos e

5.3 Programa de integridade

Conformidade, a área de Auditoria Interna e o Comitê de Auditoria da Companhia, cujas atribuições são previstas na Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, descritas no item 5.1 acima.

A independência e autonomia da Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, são garantidas através do dever de reporte ao Comitê de Auditoria sobre todas as ações que envolvem o programa de conformidade e seus indicadores, bem como a gestão de riscos e de controles internos.

A Função de Controles, Internos Riscos e Conformidade, tem como missão zelar pelo cumprimento de leis, regulamentações, autorregulações, normas internas e os mais altos padrões éticos, orientando e conscientizando quanto à prevenção de atividades e condutas que possam ocasionar riscos à instituição, clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores e sociedade, permitindo o crescimento sustentável e a melhoria contínua do negócio da Companhia.

A Função de Controles, Internos Riscos e Conformidade e o Comitê de Ética e Conformidade são responsáveis por monitorar o funcionamento e a eficiência do Programa de Conformidade da Companhia e, se reportam ao Comitê de Auditoria da Companhia.

O Comitê de Ética e Conformidade, por sua vez, é órgão consultivo da Companhia, que assessora o Comitê de Auditoria, a Diretoria Executiva e o principal responsável pela manutenção do Programa de Conformidade de forma adequada à estrutura de negócios da Companhia, com base na legislação aplicável, melhores práticas de mercado e sustentabilidade.

O Comitê de Auditoria da Companhia é órgão de assessoramento do Conselho de Administração com poderes deliberativos e, com relação a temas de conformidade e integridade, tem como objetivo fiscalizar o cumprimento do Código de Conduta, bem como das políticas e demais normas internas das Empresas do grupo, assim como em todas as questões que envolverem violações aos valores éticos da Companhia, visando enraizar a cultura de conformidade e ética, a mitigação de riscos e prejuízos e a observância da legislação vigente, conforme determina o seu Regimento Interno.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando (i) se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados, (ii) as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas, e (iii) órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta,

5.3 Programa de integridade

locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui um Código de Conduta, que foi aprovado por seu Conselho de Administração em 05 de fevereiro de 2024 e é aplicado a todas as suas controladas e coligadas.

O Código de Conduta se aplica a todas as empresas por ela controladas, às suas coligadas e consorciadas da Companhia, no âmbito de seus respectivos contratos, e a todos os conselheiros, diretores, gerentes, colaboradores, estagiários e trainees, assim como prestadores de serviço, fornecedores, parceiros de negócios, consultores e terceiros em geral da Companhia (em conjunto, "Colaboradores").

Os Colaboradores recebem o primeiro treinamento no momento da contratação/integração e um treinamento anual.

Adicionalmente, a cada ano os principais executivos da Companhia se reúnem com o objetivo de alinhar os atingimentos e metas da Companhia, onde neste momento, é reservada uma pauta específica para a apresentação de questões relacionadas ao Programa de Conformidade.

Conforme disposto no próprio Código de Conduta, o descumprimento de quaisquer das suas diretrizes ou das demais normas internas adotadas pela Companhia poderão ensejar a aplicação das seguintes medidas disciplinares, independentemente do nível hierárquico e sem prejuízo da sujeição a outras medidas legais pertinentes:

- (i) advertência, oral ou por escrito;
- (ii) suspensão; ou
- (iii) rescisão do contrato de trabalho, com ou sem justa causa.

No caso de comprovação de descumprimento das normas do Programa de Conformidade por terceiros a Companhia poderá resilir a relação comercial, aplicar as sanções contratuais, solicitar a substituição de mão de obra interna, buscar ressarcimentos e indenizações, tudo nos termos do previsto no contrato firmado entre as partes e a legislação aplicável.

b) se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia possui Canal de Denúncia, conforme descrito abaixo.

5.3 Programa de integridade

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Denúncia foi criado em 2010, e em novembro de 2016 foi terceirizado para atendimento por empresa totalmente independente, visando dar maior credibilidade ao anonimato do denunciante e tornar mais eficiente o retorno da apuração da denúncia. Desde então o Canal de Denúncia da Companhia funciona 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, sendo conferido ao denunciante a possibilidade de formalizar sua denúncia pelos seguintes canais de comunicação: telefone e site, todos administrados exclusivamente por empresa terceirizada.

O anonimato é garantido, bem como a possibilidade do acompanhamento da tratativa da denúncia de forma independente por meio de número de protocolo. O fluxo de funcionamento garante a imparcialidade e a não ocorrência de conflitos de interesse no recebimento das denúncias, principalmente em caso de denúncias em face da alta administração, Conselho de Administração, Comitê de Ética e Conformidade e membros da Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade da Companhia.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Denúncias está disponível para todos os Colaboradores, bem como para terceiros, prestadores de serviços e clientes que tenham interesse em denunciar ações, omissões, irregularidades, desconformidades, bem como qualquer fato que viole a legislação vigente e/ou as diretrizes do Código de Conduta ou das demais políticas internas da Companhia, ou, ainda, que possam causar algum dano a qualquer atividade da Companhia, aos seus Colaboradores, acionistas e demais interessados.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O Canal de Denúncia da Companhia foi projetado de forma a manter a confidencialidade das denúncias e informações comunicadas. Todas as comunicações realizadas ao Canal de Denúncias da Companhia são confidenciais o denunciante poderá optar pela forma anônima.

As denúncias são recebidas por empresa terceirizada e a Companhia não tem acesso a qualquer informação do denunciante. Adicionalmente, de acordo com o Código de Conduta, Companhia não tolera qualquer tipo de retaliação contra aquele que, de boa-fé, relate uma preocupação sobre uma conduta ilegal ou não conforme com as instruções estabelecidas no Código de Conduta e qualquer conduta dessa natureza ensejaria a aplicação de medidas disciplinares.

5.3 Programa de integridade

A Companhia garante a possibilidade de acompanhamento da denúncia pelo denunciante, inclusive quando a denúncia é feita de forma anônima. Por meio de sistema eletrônico, todo o processo de tratativa da denúncia é evidenciado. O fluxo de funcionamento garante a imparcialidade e a não ocorrência de conflitos de interesse no recebimento das denúncias.

Após a conclusão do processo de investigação, além da aplicação de medidas disciplinares, quando cabível, são gerados planos de ação em conjunto com as áreas envolvidas para mitigar os riscos identificados, como ação preventiva e melhorias nos controles internos. O Canal de Denúncia é objeto de periódicas campanhas internas de comunicação.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias são recebidas pela empresa terceirizada que administra o canal e transmitidas para a Função Controles Internos, Riscos e Conformidade da Companhia, que é responsável por avaliar, investigar e tratar as denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias.

Cumprе ressaltar que conforme matriz aprovada pelo Conselho de Administração, denúncias contra diretores estatutários, membros do Comitê de Auditoria, Conselho de Administração, Comitê de Ética e Conformidade e da Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, são destinadas a pessoas diferentes do fluxo padrão, a depender do denunciado, de forma a garantir a ausência de conflito de interesse.

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos três exercícios, não houve casos confirmados de fraudes, irregularidades e/ou atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, já que a Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme descrito nesta seção 5.3.

5.4 Alterações significativas

5.4. Alterações significativas

Não houve alterações significativas quanto às práticas adotadas para gerenciamento de riscos em relação ao último exercício social e ao exercício social corrente.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Outras informações relevantes

Políticas

A Companhia possui uma série de políticas que tem por objetivo estabelecer diretrizes, proibições, regramentos que visam orientar e auxiliar os colaboradores da Companhia e de suas controladas em relação as diferentes temáticas abordadas em cada uma das políticas e que devem ser observados nos exercícios das suas atividades, independente do cargo ou função que exerçam. A Companhia destaca, ainda, que algumas de suas políticas também se aplicam a clientes, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros, terceiros e consultores de negócios que estejam atuando para/com a Companhia e também devem ser observados nos exercícios das atividades.

Todas as políticas aplicáveis estão reunidas e disponíveis em website (<https://ri.grupovamos.com.br/estatuto-codigo-politicas-regimentos-internos-e-relato-anual/>) , sendo de acesso público.

Algumas das políticas adotadas pela Companhia são de sua controladora, a Simpar S.A. ("Controladora"), quais sejam:

- Política de Participação em Licitação Pública;
- Política de Brinde, Presente, Entretenimento e Hospitalidade;
- Política de Doações e Patrocínios; e
- Políticas de Interação com o Poder Público.

As demais políticas da Companhia são:

- Política de Sustentabilidade;
- Política de Negociação de Valores Mobiliários;
- Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse;
- Política de Remuneração dos Executivos e dos Conselheiros;
- Política de Gerenciamento de Riscos;

5.5 Outras informações relevantes

- Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.;
- Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária;
- Política de Investimento Social;
- Política de Direitos Humanos; e
- Política de Saúde, Segurança e Meio ambiente.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FMR LLC						
11.261.547/0001-67	Estados Unidos	Não	Não	14/06/2024		
Sim	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A		Juridica		33.868.597/0001-40	
55.336.195	5,119	0	0,000	55.336.195	5,119	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
JSP Holding S.A.						
32.392.209/0001-34	Brasil	Não	Sim	29/06/2023		
Não						
11.838.990	1,095	0	0,000	11.838.990	1,095	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
SIMPAR S.A.						
07.415.333/0001-20	Brasil	Não	Sim	22/12/2023		
Não						
605.382.717	56,000	0	0,000	605.382.717	56,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
408.474.635	37,786	0	0,000	408.474.635	37,786	
TOTAL						
1.081.032.537	100,000	0	0,000	1.081.032.537	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JSP Holding S.A.				32.392.209/0001-34	
Fernando Antonio Simões					
088.366.618-90	Brasil	Não	Sim	30/04/2024	
Não	Fernando Antonio Simões		Física	088.366.618-90	
148.917.116	52,000	0	0,000	148.917.116	52,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Julio Eduardo Simões					
524.947.648-15	Brasil	Não	Sim	30/04/2024	
Não					
34.365.489	12,000	0	0,000	34.365.489	12,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Jussara Elaine Simões					
933.515.508-04	Brasil	Não	Sim	30/04/2024	
Não					
34.365.489	12,000	0	0,000	34.365.489	12,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JSP Holding S.A.				32.392.209/0001-34		
Marita Simões						
076.697.098-12	Brasil	Não	Sim	30/04/2024		
Não						
34.365.488	12,000	0	0,000	34.365.488	12,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Solange Maria Simões Reis						
906.438.528-91	Brasil	Não	Sim	30/04/2024		
Não						
34.365.488	12,000	0	0,000	34.365.488	12,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JSP Holding S.A.				32.392.209/0001-34		
286.379.070	100,000	0	0,000	286.379.070	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SIMPAR S.A.				07.415.333/0001-20		
Fernando Antonio Simões						
088.366.618-90	Brasil	Não	Não	01/02/2023		
Não						
53.329.273	6,108	0	0,000	53.329.273	6,108	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
JSP Holding S.A.						
32.392.209/0001-34	Brasil	Não	Sim	03/08/2020		
Não						
515.448.549	59,041	0	0,000	515.448.549	59,041	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
10.937.798	1,253	0	0,000	10.937.798	1,253	
OUTROS						
293.324.913	33,598	0	0,000	293.324.913	33,598	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SIMPAR S.A.				07.415.333/0001-20		
873.040.533	100,000	0	0,000	873.040.533	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JSP Holding S.A.				32.392.209/0001-34	
Fernando Antonio Simões					
088.366.618-90	Brasil	Não	Sim	30/04/2024	
Não					
148.917.116	52,000	0	0,000	148.917.116	52,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Julio Eduardo Simões					
524.947.648-15	Brasil	Não	Sim	30/04/2024	
Não					
34.365.489	12,000	0	0,000	34.365.489	12,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Jussara Elaine Simões					
933.515.508-04	Brasil	Não	Sim	30/04/2024	
Não					
34.365.489	12,000	0	0,000	34.365.489	12,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JSP Holding S.A.				32.392.209/0001-34		
Marita Simões						
076.697.098-12	Brasil	Não	Sim	30/04/2024		
Não						
34.365.488	12,000	0	0,000	34.365.488	12,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Solange Maria Simões Reis						
906.438.528-91	Brasil	Não	Sim	30/04/2024		
Não						
34.365.488	12,000	0	0,000	34.365.488	12,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JSP Holding S.A.				32.392.209/0001-34		
286.379.070	100,000	0	0,000	286.379.070	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	25/04/2024
Quantidade acionistas pessoa física	46.722
Quantidade acionistas pessoa jurídica	344
Quantidade investidores institucionais	784

Ações em Circulação

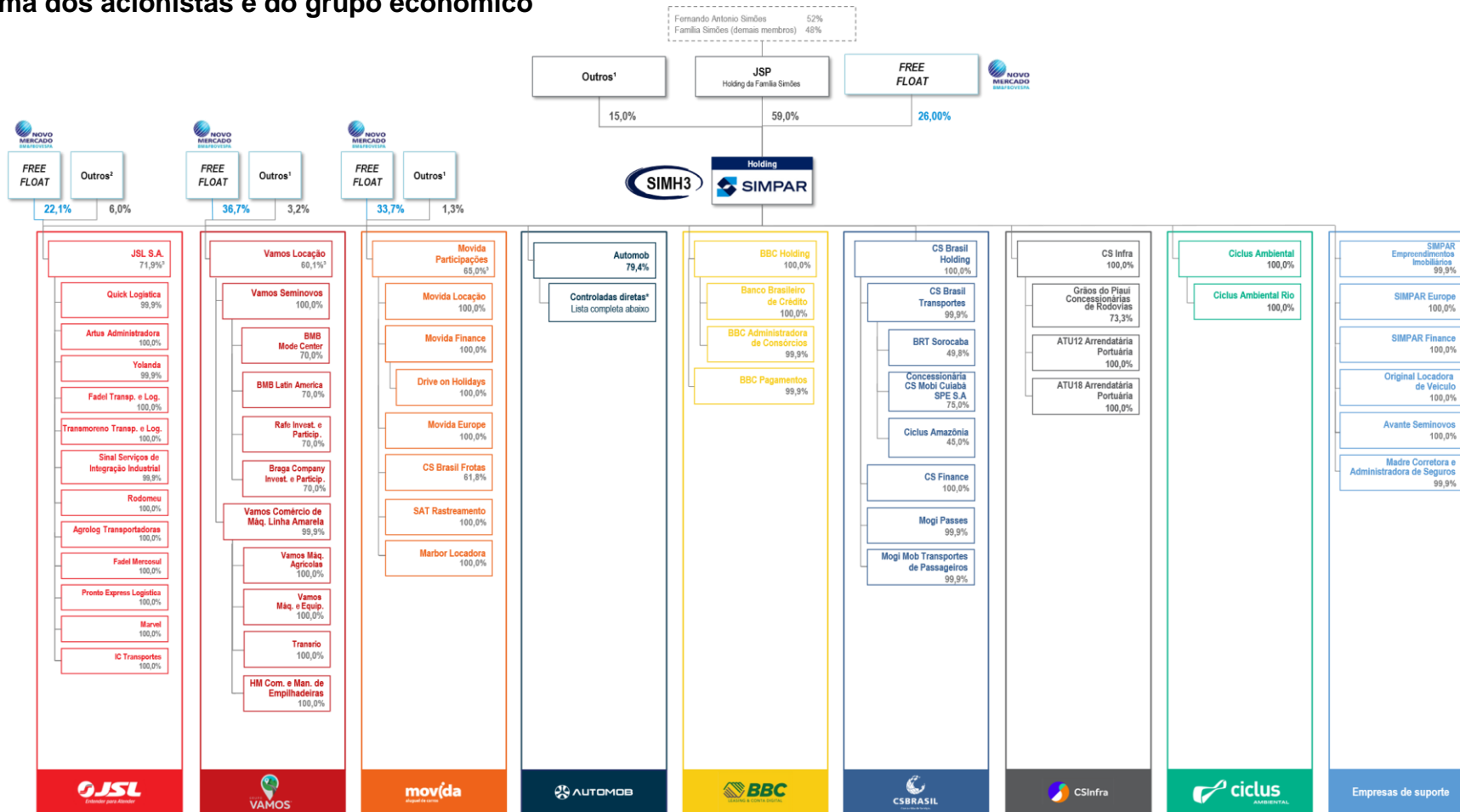
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	485.166.826	44,880%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	485.166.826	44,880%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda.	35.654.688/0001-08	99,99998
Vamos Seminovos S.A.	18.163.414/0001-05	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



Notas: (1) Posições detidas diretamente na pessoa física por membros da Família Simões, Conselheiros e Ações em Tesouraria; (2) Posições detidas diretamente na pessoa física por membros da Família Simões, Conselheiros, Ações em Tesouraria e JSP Holding; (3) Composição societária informada acima considera a participação direta da SIMPAR nas subsidiárias e a posição via derivativos referenciados em ações contratado pela CS Brasil Holding e Locação S.A., subsidiária integral da SIMPAR, conforme comunicado ao mercado divulgado em 22/12/2023.

Controladas diretas Automob*

• Original Suécia – 100%	• UAB Motors Participações Ltda – 3,3%
• Original Ranger – 100%	• Original Pequim – 100%
• Original Com. de Motos - 100 %	• Original Nagano – 100%
• Original Munique – 100%	• Original Tokyo – 100%
• Original Distribuidora Ltda – 100%	• Original Alemanha – 100%
• Original Milwaukee – 100%	• Original New England Com. de Motocicletas S/A – 100%
• Original Empreend. Imobiliários – 100%	• Original Nara Com. De Motos S/A - 100%
• Original Xangai – 100%	• Original Xian – 100%
• Original Berlin – 100%	• Original Hamburgo – 100%

6.6 Outras informações relevantes

Conforme art. 11 resol. 44 de fevereiro de 2024, a Companhia realizou algumas operações de recompra totalizando 3.320.200 ações, atingindo uma posição ao final do mês de 11.211.732 ações em Tesouraria.

Em março de 2024, conforme art. 11 resol. 44 divulgado na CVM e no site de RI, a VAMOS realizou mais uma recompra de 620.100 ações totalizando 11.831.832 ações no dia 19/03/2024.

No dia 26/03/2024, também foi realizada uma venda à vista de 11.750.000 ações em Tesouraria e a contratação de swap com exposição ativa em ações VAMO3 no mesmo montante de 11.750.000 ações. Dessa forma, houve uma redução da participação direta e um aumento na participação indireta na mesma proporção, de modo que a exposição da Tesouraria continuou a mesma.

Conforme comunicado ao mercado divulgado em 22 de dezembro de 2023¹ pela VAMOSLOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A., foi informado (i) a alienação de 57.828.000 ações ordinárias de emissão da VAMOS e (ii) a realização de contratos derivativos de liquidação financeira referenciados em 57.828.000 ações ordinárias de emissão da VAMOS por meio de uma subsidiária integral da SIMPAR.

A Operação em conjunto teve por efeitos:

1. Redução da participação direta da SIMPAR para baixo do patamar de 55% do total de ações ordinárias emitidas pela VAMOS por meio da Alienação – uma redução de 5,24 p.p. na participação da SIMPAR na VAMOS;
2. Aumento da participação indireta da SIMPAR em derivativos de liquidação financeira referenciados em valores mobiliários de emissão da VAMOS para cima do patamar de 5% do total de ações ordinárias emitidas pela VAMOS por meio do Termo Sintético – um aumento de 5,24% da participação econômica indireta da SIMPAR na VAMOS, efetivando que a exposição econômica continue a mesma.

¹Comunicado a mercado de 22/12/2023 - [acesse aqui](#)

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

A estrutura administrativa da Companhia é constituída pelos seguintes órgãos: (i) Conselho de Administração, (ii) Diretoria e (iii) Conselho Fiscal não permanente, os quais possuem as atribuições indicadas abaixo. Adicionalmente, a Companhia possui comitês que assessoram o Conselho de Administração, conforme indicado no item 7.2(a) deste Formulário de Referência.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos. O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe as atribuições previstas em lei e no estatuto social da Companhia.

Diretoria

A Diretoria será composta de no mínimo 03 (três) e no máximo 15 (quinze) membros eleitos pelo Conselho de Administração, autorizada a cumulação de mais de um cargo por qualquer Diretor, sendo designado um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais diretores sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos, cumprindo-lhe as atribuições previstas em lei e no estatuto social da Companhia.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 01 (um) ano, sendo permitida a reeleição. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Para mais informações sobre descrições, competências e atribuições do conselho de administração, diretoria e conselho fiscal, vide estatuto social e respectivos regimentos internos, conforme o caso, disponíveis para consulta no site de relações com investidores da Companhia (<https://ri.grupovamos.com.br>).

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado.

A Companhia possui “Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria”, conforme aprovada na reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de janeiro de 2021. A Política pode ser consultada no site: www.ri.grupovamos.com.br.

De maneira geral, a indicação de membros do Conselho de Administração, incluindo os membros independentes, e da Diretoria, deverá obedecer aos seguintes critérios, além dos requisitos legais, regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado e demais pactos societários porventura existentes que tenham a Companhia como objeto: (i) Possuir alinhamento e comprometimento com os valores e à cultura da Companhia e suas políticas internas; (ii) Ter reputação ilibada, conforme estabelecido pelo artigo 147, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações; (iii) Ter formação acadêmica, conhecimento e experiência profissional compatíveis com as suas atribuições, conforme descritas no Estatuto Social da Companhia; (iv) Não ter sido objeto de decisão irrecorrível que o suspendeu ou o inabilitou, por parte da CVM, que o tornou inelegível aos cargos de administrador de companhia aberta; (v) Não tenha sido impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ativa ou passiva, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

propriedade ou o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede acesso a cargos públicos; e (vi) Esteja isento de conflito de interesse com a Companhia.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

Com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Conselheiros a analisarem suas contribuições bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho de Administração realizará, ao menos uma vez a cada dois anos, a avaliação formal do desempenho da efetividade do próprio Conselho, como órgão colegiado, dos Comitês e da Diretoria.

A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho e é facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Em relação à metodologia adotada, o processo da última avaliação realizada consistiu nas seguintes etapas: (a) aplicação de instrumentos, questionários, entrevistas individuais e de escuta para a coleta dos dados necessários; (b) realização de *benchmark* com empresas nacionais abertas na B3, em sua maioria de controle acionário familiar; e (c) tabulação dos dados para a produção do relatório e consequente apresentação ao Conselho de Administração.

O processo de avaliação foi estruturado levando em consideração as características/responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros, seu Presidente e de cada um dos Comitês, buscando, assim, alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

Os principais critérios utilizados na avaliação dos membros do Conselho de Administração e dos Comitês foram: (i) dinâmica do colegiado; (ii) alinhamento estratégico; (iii) alinhamento cultural; (iv) alinhamento com a gestão; (v) consciência digital.

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia contratou os serviços da Exec Consultoria em Recursos Humanos Ltda. para auxiliar no procedimento de avaliação da efetividade do Conselho de Administração, tendo realizado internamente a avaliação da efetividade dos Comitês de Assessoramento.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a “Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesses”, os potenciais conflitos de interesse são aqueles nos quais os objetivos pessoais dos tomadores de decisão, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos objetivos da Companhia em matérias específicas.

Tendo em vista o potencial conflito de interesses nestas situações, a Companhia busca assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus acionistas, administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionadas, sejam tomadas com total lisura, respeitando o interesse da Companhia.

Nas situações em que as Transações com Partes Relacionadas necessitem de aprovação nos termos da referida Política, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Caso alguma pessoa em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo. A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e a da Política, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração.

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal.

Não há objetivo específico com relação à diversidade de gênero, cor, raça ou outros atributos entre os membros dos órgãos do emissor.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A governança em sustentabilidade na Companhia tem instâncias formais, como o Comitê de Sustentabilidade, além de grupos de trabalho e uma Academia Executiva de Sustentabilidade. O Conselho de Administração, mais alto órgão de governança, tem olhar atento no acompanhamento do desempenho socioambiental e financeiro, sendo responsável pela validação de estratégia e alinhamento da visão do negócio. O Comitê de Sustentabilidade possui caráter corporativo e está diretamente vinculado ao Comitê de Administração da Companhia, ao qual reporta, os resultados das ações realizadas e dos indicadores monitorados para uma atuação equilibrada entre as buscas por desempenho econômico e socioambiental. Nesse contexto, realiza análises de cenários de riscos e de oportunidades. É também responsável por zelar pelo cumprimento de obrigações, investimentos e projetos socioambientais. Para tanto, é liderado por um conselheiro e um membro independente e conta com a participação de executivos da Companhia, somando três integrantes. Para garantir o compromisso com a sustentabilidade e aspectos EASG, compartilha experiências e projetos com os demais comitês de sustentabilidade das controladas da Simpar. Os diretores e demais colaboradores são orientados a considerar riscos e oportunidades associados ao meio ambiente e ao clima, a mitigação de impactos e a identificação de oportunidades de eficiência na operação e na cadeia de valor, com a proteção dos recursos naturais.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	4	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 9	1	8	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 9	0	9	0	0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Comitê de Auditoria

A Companhia possui Comitê de Auditoria estatutário, que é órgão de assessoramento e reporte direto ao Conselho de Administração, com as atribuições e encargos estabelecidos na regulamentação em vigor e no seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 15 de janeiro de 2021. O Comitê de Auditoria tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração quanto à supervisão da qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes, o Comitê exerce suas funções em conformidade com as disposições do Estatuto Social, de seu regimento interno, e com as regulamentações da CVM e B3 aplicáveis, e suas deliberações são meramente opinativas, não vinculadas àquelas do Conselho de Administração. O comitê responde e reporta suas atividades ao Conselho de Administração, por intermédio do Coordenador do Comitê.

A íntegra do regimento interno do Comitê de Auditoria poderá ser acessada no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria “Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário”, e no site de relações com investidores da Companhia (<http://ri.grupovamos.com.br>), na aba “Governança Corporativa” e no ícone “Estatuto, Código, Políticas, Regimentos internos e Relato Anual”.

Comitê de Sustentabilidade

O Comitê de Sustentabilidade será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 ano. O Comitê de Sustentabilidade é responsável por assessorar o Conselho de Administração nas questões de sustentabilidade, formular recomendações sobre os objetivos de sustentabilidade e acompanhar as políticas, estratégias, ações e projetos que se relacionem ao desenvolvimento sustentável dos negócios da Companhia e de suas controladas. O Comitê de Sustentabilidade possui regimento interno, o qual poderá ser consultado no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria “Regimento Interno de Comitês”, e no site de relações com investidores da Companhia (<http://ri.grupovamos.com.br>), na aba “Governança Corporativa” e no ícone “Estatuto, Código, Políticas, Regimentos internos e Relato Anual”.

Comitê de Ética e Conformidade

O Comitê de Ética e Conformidade será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 anos. O Comitê de Ética e Conformidade é responsável por assessorar o Comitê de Auditoria, a Diretoria Executiva e os responsáveis pelas Funções de Controles Internos, Riscos e Conformidade, e possui regimento interno, o qual poderá ser consultado no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria “Regimento Interno de Comitês”, e no site de relações com investidores da Companhia (<http://ri.grupovamos.com.br>), na aba “Governança Corporativa” e no ícone “Estatuto, Código, Políticas, Regimentos internos e Relato Anual”.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

A composição do referido Comitê está descrita no item 7.4 deste Formulário de Referência.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui política de contratação de serviços de extra-auditoria. O Conselho de Administração da Companhia seleciona o serviço de auditoria independente dentre as empresas com melhores reputação e experiência no mercado. Nos termos do Estatuto Social da Companhia, os resultados e apontamentos de risco da auditoria deverão ser reportados ao Conselho de Administração, adicionalmente, compete ao Comitê de Auditoria opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia possui um canal de denúncias como meio de comunicação disponibilizado para os colaboradores, terceiros, prestadores de serviços e clientes denunciarem ações, omissões, irregularidades, desconformidades, qualquer fato que contrarie a legislação e regulamentações vigentes e/ ou as normas e condutas descritas no Código de Conduta e demais políticas e normas internas da Companhia. Dentre esses temas, estão incluídos temas ligados a práticas ASG e de conformidade.

Nos casos de denúncias que envolvam diretores estatutários, membros dos Conselhos de Administração, Comitê de Auditoria e Comitê de Ética e Conformidade, esta é encaminhada diretamente aos membros do Conselho de Administração ou do Comitê de Auditoria (considerando critérios definidos na Matriz de Comunicação do Canal), exceto para a pessoa denunciada. O Conselho de Administração e/ou Comitê de Auditoria tem a prerrogativa de contratar empresas que apoiem neste processo e de conduzir a investigação de forma independente, bem como de aplicar as medidas que julgar necessárias a cada caso.

O canal poderá ser acessado 24 horas, 7 dias por semana, pelos seguintes meios:

- Ligar no nº 0800 726 7111; ou
- Registrar a denúncia através do endereço www.contatoseguro.com.br/grupovamos;

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome Antônio da Silva Barreto Junior **CPF:** 003.245.181-45 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 13/02/1984

Experiência Profissional: O Sr. Antonio é graduado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV). Iniciou sua carreira no mercado financeiro em 2006, trabalhando em uma boutique de investimentos em operações de M&A e Private Equity. Em 2009, trabalhando em um Fundo de Private Equity Americano, assumiu a posição em empresa investidor no setor de Energia Renovável (Etanol e Biodiesel) como Gerente de Novos Negócios. De 2010 a 2018 trabalhou no grupo J&F investimentos em diversas funções, onde terminou como Diretor de M&A. É Diretor e membro do conselho de administração da JSL desde 2019. O Sr. Antonio não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	AGO 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		05/05/2023	Sim	18/01/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome Christian Hahn da Silva **CPF:** 046.253.396-42 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 08/11/1981

Experiência Profissional: CChristian Hahn da Silva é graduado em Ciência Política (UEMG), especialização em gestão de negócios e marketing (UNIMONTES), Controladoria e Finanças (FG), MBA em Gestão de Concessionários (Fundação Dom Cabral). Atua há 15 anos no mercado de concessionárias de veículos, máquinas e equipamentos pesados. Foi Diretor Executivo do Grupo Tracbel, por onde atuou 8 anos. O Sr. Christian Hahn da Silva foi admitido como Diretor Geral das concessionárias Transrio Caminhões, Máquinas e Motores Ltda. em 2018 e como Diretor da Vamos em 2019. O Sr. Christian não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	16/01/2023	2 anos	Outros Diretores	N/A	16/01/2023	Sim	25/02/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome DENYS MARC FERREZ **CPF:** 009.018.327-40 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 20/07/1970

Experiência Profissional: Denys Marc Ferrez é graduado em administração de empresas e pós-graduado em corporate finance. Possui experiência como diretor de relações com investidores da Redecard (administradora de cartões de crédito), em 2008, tendo ainda atuado por 10 anos na tesouraria e relações com investidores da Aracruz (setor de celulose) e 5 anos na PricewaterhouseCoopers (empresa de auditoria independente). Foi admitido como diretor Administrativo e Financeiro da JSL S.A. em 2008 e em 2009 passou a cumular o cargo de Diretor de Relações com Investidores. O Sr. Denys não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	AGO 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		05/05/2023	Sim	18/01/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome Fernando Antonio Simões **CPF:** 088.366.618-90 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresário **Data de Nascimento:** 13/06/1967

Experiência Profissional: Há 40 anos na Companhia, Fernando Antonio Simões é presidente da SIMPAR, holding de capital aberto (B3) que controla as empresas: Movida, JSL, Vamos, Automob, CS Brasil, CS Infra e banco BBC Digital. O empresário é também presidente do Conselho de Administração da JSL, Movida e Vamos - as três empresas de capital aberto do grupo - e membro do Conselho de Administração da SIMPAR. Trabalhando na Companhia desde os 14 anos de idade, o empresário tem se dedicado ao desenvolvimento da Companhia fundada pelo seu pai, Julio Simões, em 1956. Entre as décadas de 1990 e 2000, compartilhando a gestão com o pai, Fernando liderou o processo de diversificação das operações e serviços logísticos e, na sequência, a abertura de capital da JSL, em 2010. Dando continuidade à essa transformação, o empresário estruturou a Companhia em unidades de negócios e, depois, em empresas independentes, vindo a liderar o processo de reorganização societária que simplificou a estrutura do grupo dentro de um modelo de gestão que tem a SIMPAR como holding e controladora das empresas com gestão e operação totalmente independentes e alinhadas pelo seu modelo de gestão. Como parte desse processo conduzido pelo empresário e executado pelos mais de 36 mil colaboradores do grupo, a Companhia vem se expandindo fortemente nos segmentos de mobilidade, infraestrutura e saneamento - setores essenciais e presentes na economia real -, além da oferta de produtos e serviços financeiros e que fazem da Simpar um dos maiores grupos empresariais do país. Cultura e Valores que fortalecem o desenvolvimento do grupo. O Sr. Fernando não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	AGO 2025	Presidente do Conselho de Administração		05/05/2023	Sim	18/01/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome Gustavo Henrique Braga Couto **CPF:** 617.152.125-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 05/04/1975

Experiência Profissional: O Sr. Gustavo é engenheiro civil formado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), pós-graduado em marketing pela ESPM e MBA em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral/MG. Experiência Profissional: Diretor executivo da Swissport Brasil como COO (Country Operations Officer) de 2016 a 2017, diretor de Supply Chain da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de 2013 a 2015, diretor de Supply Chain e TI da Suzano Papel e Celulose de 2006 a 2013. Foi profissional de vendas, gerente de marketing e planejamento de grandes consumidores, entre outras funções, da Shell no período de 1997 a 2006. Foi Diretor Executivo na Petrobras Distribuidora de 2017 a 2019. Foi eleito Diretor Presidente da Companhia em 25 de fevereiro de 2019.
O Sr. Gustavo Henrique Braga Couto declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50. O Sr. Gustavo Henrique Braga Couto declarou ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3º-B1º do Anexo A da Resolução CVM 50, por ter atuado como Diretor Executivo da Petrobras Distribuidora S.A. entre o período de julho/2017 e fevereiro/2019.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	16/01/2023	2 anos	Diretor Presidente / Superintendente		16/01/2023	Sim	25/02/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome José Cezário Menezes de Barros Sobrinho **CPF:** 499.791.165-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 07/05/1971

Experiência Profissional: Cezário tem mais de 30 anos de experiência na área financeira, com sólidos conhecimentos em finanças, contabilidade e planejamento tributário. Como executivo, atuou em empresas brasileiras e internacionais de grande porte, incluindo a RUMO Logística, COSAN S.A., Grupo FEMSA, BRF, EMBRAER e PwC. Formado em ciências contábeis e com mestrado em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas, é contador público certificado no Brasil e nos Estados Unidos ("CPA"). O Sr. José Cezário não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	16/04/2024	16/01/2025	Diretor de Relações com Investidores		01/06/2024	Sim	01/06/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome José Geraldo Santana Franco **CPF:** 158.510.708-54 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Diretor Comercial **Data de Nascimento:** 30/03/1975
Junior

Experiência Profissional: José Geraldo Santana Franco Júnior, 43 anos, graduado em Engenharia Industrial Mecânica (Unimep), com especialização em Propaganda e Marketing (Universidade Toledo) e MBA em Gestão de Negócios (FIA SP). Atua há 15 anos no mercado de veículos comerciais pesados, máquinas e equipamentos, com especialidade no mercado de terceirização de frota e especificação de produtos com implementos e equipamentos. Foi Superintendente Comercial na Rodobens; Gerente Comercial Nacional na Klin Calçados Infantis Ltda., Gerente Comercial Nacional na Indústria Metalúrgica Natalaço e engenheiro na IBM Brasil. O Sr. José Geraldo Santana Franco Júnior é Diretor Comercial da Companhia desde maio de 2011. O Sr. José Geraldo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	16/01/2023	2 anos	Outros Diretores	N/A	16/01/2023	Sim	30/10/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome Maria Fernanda Teixeira **CPF:** 765.087.908-97 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administradora de Empresas **Data de Nascimento:** 10/08/1952

Experiência Profissional: Maria Fernanda Teixeira é bacharel em administração pela Universidade Metodista. A Sra. Maria Fernanda trabalhou na General Motors do Brasil entre 1975 e 1985, onde liderou diversas áreas de tecnologia. Entre 1985 e 2006 foi Vice-Presidente Comercial e Vice-Presidente de Operações da EDS - Electronic Data Systems. Posteriormente, foi Presidente América Latina do ICT Group Corporation, entre 2007 e 2009, quando assumiu os cargos de Presidente First Data Brasil, Vice-Presidente Senior e Vice-Presidente de Operações da América Latina da First Data Corporation, onde trabalhou entre 2009 e 2015. Atualmente, a Sra. Maria Fernanda é Presidente da Integrow. A Sra. Maria Fernanda não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	AGO 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		05/05/2023	Sim	28/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome PAULO SERGIO KAKINOFF **CPF:** 194.344.518-41 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 06/09/1974

Experiência Profissional: Paulo Sergio Kakinoff assumiu o cargo de Diretor-Presidente da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Gol") em julho de 2012, tendo sido membro independente do Conselho de Administração desta de janeiro de 2010 a 02 de julho de 2012, quando deixou o cargo junto ao Conselho de Administração para assumir a presidência da Gol. Foi Presidente da Audi Brasil até junho de 2012 e atuou na indústria automobilística por 18 anos, tendo ocupado anteriormente as funções de Diretor de Vendas & Marketing da Volkswagen do Brasil e Diretor Executivo para a América do Sul na matriz do Grupo Volkswagen na Alemanha. É membro do Comitê de Governança Corporativa e Pessoas, do Comitê de Políticas de Risco, do Comitê de Política Financeira e do Comitê de Alianças da Companhia. Formado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, ocupou o cargo de Vice-Presidente da ABEIVA - Associação Brasileira das Empresas Importadoras de Veículos Automotores e de membro do Conselho da Volkswagen Participações até junho de 2012. É conselheiro independente da Companhia desde abril/2019. O critério utilizado na determinação de sua independência foi o previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. O Sr. Paulo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	AGO 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		05/05/2023	Sim	18/01/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

7.4 Composição dos comitês

Nome: Antônio da Silva Barreto Junior **CPF:** 003.245.181-45 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 13/02/1984

Experiência Profissional:

O Sr. Antonio é graduado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV). Iniciou sua carreira no mercado financeiro em 2006, trabalhando em uma boutique de investimentos em operações de M&A e Private Equity. Em 2009, trabalhando em um Fundo de Private Equity Americano, assumiu a posição em empresa investidor no setor de Energia Renovável (Etanol e Biodiesel) como Gerente de Novos Negócios. De 2010 a 2018 trabalhou no grupo J&F investimentos em diversas funções, onde terminou como Diretor de M&A. É Diretor e membro do conselho de administração da JSL desde 2019. O Sr. Antonio não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	24/05/2024	1 ano			24/05/2024	Não	16/01/2023

Nome: CELY DE CAMPOS MANTOVANI **CPF:** 034.618.888-18 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 10/10/1960

Experiência Profissional:

A Sra. Cely DE CAMPOS MANTOVANI bacharelada e licenciada em Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de SP, com pós-graduação em Gestão e Negócios do Desenvolvimento Regional Sustentável pela INEPAD/UFMT. Iniciou sua carreira profissional no Banco Real, tendo posteriormente trabalhado na CAIXA ECONOMICA FEDERAL por 36 anos, onde atuou em diversas posições executivas, com destaque para Superintendente Regional nas regiões de São Paulo - Capital, Osasco e Municípios e Zona Leste e Municípios Alto Tiete. Posteriormente, assumiu funções executivas em diversas empresas públicas nas esferas federal, estadual e municipal, dentre elas: - Diretora Presidente Emplasa, - Diretora Presidente CODASP, - Diretora Presidente CPOS (Cia Paulista de Obras e Serviços) - Diretora Administrativa e de Processos da DSP (Desenvolve São Paulo), - Diretora Administrativa e Financeira do MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação), - Diretora Administrativa e Financeira da ADESEMPA (Agencia São Paulo de Desenvolvimento). É certificada pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, com diversas especializações na área de governança corporativa. Atuou também como Conselheira de Administração titular nas empresas CODASP, EMLASA e CPOS, Conselheira fiscal titular na DSP, COSESP e IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de SP (suplente). Atou ainda no Conselho Municipal de Habitação da Cidade de SP. Atualmente, atua como instrutora certificada em Programas de Capacitação para alta Administração através da Federação Nacional dos Gerentes da CAIXA. Em 31/05/2023 foi eleita membro do Comitê de Auditoria da Companhia. A Sra. Cely não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	31/05/2023	5 anos			31/05/2023	Não	31/05/2023

Nome: DENYS MARC FERREZ **CPF:** 009.018.327-40 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 20/07/1970

Experiência Profissional:

Denys Marc Ferrez é graduado em administração de empresas e pós-graduado em corporate finance. Possui experiência como diretor de relações com investidores da Redecard (administradora de cartões de crédito), em 2008, tendo ainda atuado por 10 anos na tesouraria e relações com investidores da Aracruz (setor de celulose) e 5 anos na PricewaterhouseCoopers (empresa de auditoria independente). Foi admitido como diretor Administrativo e Financeiro da JSL S.A. em 2008 e em 2009 passou a cumular o cargo de Diretor de Relações com Investidores. O Sr. Denys não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	24/05/2024	1 ano			24/05/2024	Não	16/01/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: Fabio Albuquerque Marques Velloso **CPF:** 040.916.268-07 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 12/06/1960

Experiência Profissional:

O Sr. Fabio Albuquerque Marques Velloso é graduado em engenharia elétrica e Pós-Graduado em Administração de Empresas. Possui especializações em Logística e em Fabricação de Celulose. Construiu sua carreira no setor de celulose e papel, tendo trabalhado por 11 anos na Cenibra (setor de celulose), por 12 anos na Aracruz (setor de celulose) e por 12 anos na Companhia. Atualmente atua como consultor na Companhia.

O Sr. Fabio Albuquerque Marques Velloso declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/05/2024	2 anos	Comitê de Ética e Conformidade		24/05/2024	Não	24/05/2024

Nome: Fernando Antonio Simões Filho **CPF:** 329.852.458-18 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 12/02/1987

Experiência Profissional:

O Sr. Fernando Simões Filho é Bacharel em direito pela UMC, Certificado em Ciências Holísticas e Economia para a Transição pela Schumacher College e Certificação Internacional em Negócios Sociais pela ESPM e Yunus Social Business, com MBA na Fundação Dom Cabral e com curso para Conselheiro de Administração pelo IBGC. Atuou por 10 anos na SIMPAR S.A. (ex - JSL S.A.), passando por áreas operacionais e corporativas. Atualmente é Sócio-Diretor na Bemtevi Investimento Social, membro do Conselho Consultivo da Black Jaguar Foundation, membro do Conselho Deliberativo do Sistema B Brasil e na SIMPAR S.A. é membro do Conselho de Administração e lidera os 5 Comitês de Sustentabilidade das empresas do Grupo.

O Sr. Fernando Antonio Simões Filho declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/05/2024	1 ano	Comitê de Sustentabilidade		24/05/2024	Não	24/05/2024

Nome: Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli **CPF:** 353.651.228-36 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 12/04/1986

Experiência Profissional: Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli é graduado em Administração de Empresas, com MBA em Finanças. Possui experiência como Diretor Financeiro na Gafisa (empresa do setor de construção), tendo atuado por mais de 10 anos nessa empresa. Foi admitido como Diretor Administrativo e Financeiro da Vamos em 2017. O Sr. Gustavo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	24/05/2024	1 ano			24/05/2024	Não	16/01/2023

Nome: José Mauro Depes Lorga **CPF:** 711.509.277-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 05/11/1960

Experiência Profissional:

José Mauro Depes Lorga é graduado em Economia pelo Instituto Metodista Bennett, com MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC. Atua como Professor Convidado da Fundação Dom Cabral - FDC e Diretor Voluntário da Junior Achievement (ONG de Empreendedorismo). Atua como Diretor de Operações - COO - Fundação do Câncer e Hospital Fundação do Câncer (desde 2015) e como membro do Comitê de Auditoria da Movida Participações S.A. (2019). Atuou como Diretor Executivo (CFO) na empresa GiraMais - Holding Grupo Giraffas e Diretor Presidente (CEO) da Brasil Gourmet Indústria e Comércio de Alimentos (2014). Entre 2011 e 2012, foi Diretor (CFO) na empresa Casa Saba - SA - maior empresa de atividades de logística e venda de medicamentos da América Latina. Entre 2009 e 2011, foi Diretor (COO) no Grupo Umbria, CFO do Grupo Outback SteakHouse e Starbucks Cafe (2007-2009), Gerente de Produtos - LA - Bank of America - Miami- EUA (2001-2006) Gerente de Finanças, Impostos e Imobiliário no McDonalds. O critério utilizado na determinação de sua independência foi o previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. O Sr. José Mauro não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	31/05/2023	5 anos			31/05/2023	Não	31/05/2023

Nome: Marco Antonio Nahum **CPF:** 264.770.928-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Desembargad or Aposentado **Data de Nascimento:** 13/12/1943

Experiência Profissional:

Marco Nahum é bacharel em direito e mestre em direito das Relações Sociais. Foi Juiz de Direito do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo e Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo e, foi Professor de Direito Penal e Processual Penal. O Dr. Marco Nahum, foi membro do Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM, gestão 2005/2006 e presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM, gestão 2003/2004. É autor de livro e artigos na área jurídica, além de palestrante em inúmeros Simpósios e Congressos.
 O Sr. Marco Antonio Nahum declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/05/2024	2 anos	Comitê de Ética e Conformidade		24/05/2024	Sim	24/05/2024

Nome: Maria Fernanda Teixeira **CPF:** 765.087.908-97 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador a de Empresas **Data de Nascimento:** 10/08/1952

Experiência Profissional:

Maria Fernanda Teixeira é bacharel em administração pela Universidade Metodista. A Sra. Maria Fernanda trabalhou na General Motors do Brasil entre 1975 e 1985, onde liderou diversas áreas de tecnologia. Entre 1985 e 2006 foi Vice-Presidente Comercial e Vice-Presidente de Operações da EDS - Electronic Data Systems. Posteriormente, foi Presidente América Latina do ICT Group Corporation, entre 2007 e 2009, quando assumiu os cargos de Presidente First Data Brasil, Vice-Presidente Senior e Vice-Presidente de Operações da América Latina da First Data Corporation, onde trabalhou entre 2009 e 2015. Atualmente, a Sra. Maria Fernanda é Presidente da Integrow. A Sra. Maria Fernanda não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	31/05/2023	5 anos			31/05/2023	Não	31/05/2023

Nome: Tarcila Reis Correa **CPF:** 176.122.698-30 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresária **Data de Nascimento:** 09/05/1974

Experiência Profissional:

Tarcila Reis Ursini é economista pela FEA/USP, advogada pela PUC/SP e mestre em Desenvolvimento e Direito pela Kings College, London, UK. Tarcila iniciou sua carreira como advogada, com experiências de trabalho no Brasil, Espanha e Inglaterra. Foi advogada associada ao Machado, Meyer, Sendancz e Opice na área societária e de M&A. Desde 2000 trabalha em estratégia, governança e inovação para a sustentabilidade, assessorando organizações dos mais diversos setores, portes e culturas. É Conselheira formada pelo IBGC, Conselheira independente de empresas, de negócios com impacto socioambiental e de organizações da sociedade civil, em organizações tais como Duratex AS, Banco Santander Brasil, Grupo Baumgart, JSL S.A. Movida Participações S.A. e Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. Foi membro do Conselho de Stakeholders Internacional da GRI (Global Reporting Initiative- Holanda), Conselheira suplente no ISE da B3. É membro da Comissão de Estudos de Inovação e da Comissão de Sustentabilidade do IBGC, membro da WCD - Women Corporate Directors (IFC/IBGC/KPMG) e é professora da pós graduação em gestão socioambiental da FIA.

A Sra. Tarcila Reis Correa declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/05/2024	1 ano	Comitê de Sustentabilidade		24/05/2024	Sim	24/05/2024

Nome: Vinicius José Ziveri Ralio **CPF:** 263.359.078-01 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 15/04/1978

Experiência Profissional:

O Sr. Vinicius José Ziveri Ralio é graduado em Direito pela Universidade de Mogi das Cruzes, Pós-Graduado em Direito Civil pela FMU e em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Ex-Professor Universitário. Desde 2008 é o responsável pelo Departamento Jurídico da Companhia.

O Sr. Vinicius José Ziveri Ralio declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/05/2024	2 anos	Comitê de Ética e Conformidade		24/05/2024	Não	24/05/2024

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Fernando Antonio Simões	088.366.618-90	Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	23.373.000/0001-32	
Presidente do Conselho de Administração; e membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Simpar S.A.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Fernando Antonio Simões Filho	329.852.458-18	SIMPAR S.A.	07.415.333/0001-20	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Membro do Comitê Financeiro e de Sustentabilidade da Simpar S.A. e membro do Comitê de Sustentabilidade da Vamos.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
N/A				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2023Administrador do Emissor

Fernando Antonio Simões	088.366.618-90	Prestação de serviço	Controlador Direto
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

SIMPAR S.A.	07.415.333/0001-20		
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Possui 52% das ações emitidas pela JSP Holding S.A., controladora direta da Simpar S.A.

Exercício Social 31/12/2022Administrador do Emissor

Fernando Antonio Simões	088.366.618-90	Prestação de serviço	Controlador Direto
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

SIMPAR S.A.	07.415.333/0001-20		
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Possui 52% das ações emitidas pela JSP Holding S.A., controladora direta da Simpar S.A.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2021**Administrador do Emissor**

Fernando Antonio Simões	088.366.618-90	Prestação de serviço	Controlador Direto
Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

SIMPAR S.A.	07.415.333/0001-20		
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Possui 52% das ações emitidas pela JSP Holding S.A., controladora direta da Simpar S.A.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Simpar S.A., controladora da Companhia, mantém uma apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O), com vigência de 13/06/2023 a 13/06/2024, que abrange também todas as suas controladas e seus respectivos administradores, incluindo a Companhia e os seus administradores. Este seguro prevê o pagamento ou reembolso de despesas até o valor máximo de USD30.000.000 (trinta milhões de dólares).

A apólice de seguro contratada possui coberturas para processos ou procedimentos administrativos, arbitrais e/ou judiciais; processos judiciais ou arbitrais movidos pela própria Companhia ou por suas controladas ou subsidiárias contra seus respectivos administradores; e cobertura para processos judiciais movidos por um administrador contra outro administrador, também no valor de USD30.000.000 (trinta milhões de dólares). A apólice de seguro contratada não possui cobertura para pagamento de multas e penalidades impostas aos administradores.

O valor do prêmio pago em relação à apólice de seguro acima mencionada é de USD 41.117 (quarenta e um mil, cento e dezessete dólares).

7.8 Outras informações relevantes

Processo nº 0315594-41.2015.8.05.0001.	
a. juízo	7ª Vara da Fazenda Pública – Salvador.
b. instância	1ª Instância.
c. data de instauração	01/06/2015
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado da Bahia. Réu: JSL S.A., Fernando Antonio Simões, LM Transportes Serviços e Comercio Ltda. E outros.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.023.664,20 (quatro milhões, vinte e três mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos) Valor atribuído à causa pelo autor. Não é possível, nesta fase processual, aferir o valor do efetivo risco envolvido.
f. principais fatos	<p>Trata-se de ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado da Bahia para discutir suposto ato de improbidade administrativa praticado pela Companhia e outras 27 pessoas, referente a um processo licitatório. O MP, em linhas gerais, alega a existência de uma organização de pessoas que agiram para fraudar diversas licitações relacionadas à Polícia Militar do Estado da Bahia, em benefício de empresas participantes. A Companhia foi mencionada em uma única licitação por ela vencida, referente a um contrato de venda de frota para a Polícia Militar do Estado da Bahia, com o fornecimento e manutenção, por 30 meses, de um total de 191 viaturas ("Contrato"). Alega-se, resumidamente, que esse processo licitatório teria sido fraudado de modo a favorecer a contratação da Companhia e, ainda, que funcionários da Companhia, teriam oferecido valores a outra pessoa, também acusada no processo, para que ele atuasse para agilizar o processo de pagamento pelo Estado da Bahia das várias parcelas vencidas e não pagas, uma vez que o Estado da Bahia não havia realizado desde o início da execução do Contrato qualquer um dos pagamentos nele previstos. A Companhia e o Sr. Fernando Antonio Simões apresentaram defesa prévia e rejeitaram todas as alegações e acusações apresentadas pelo MP, negando veementemente que tenham praticado qualquer conduta que possa ser considerada ilegal. Dentre outros aspectos, destacam-se: (i) a ação não especificou qual teria sido a conduta supostamente praticada pelo Sr. Fernando, incluído no processo por, na ocasião, ser Diretor Vice-presidente da Companhia; (ii) os elementos probatórios colhidos no investigação referem-se a fatos não relacionados à licitação e teriam ocorrido posteriormente ao encerramento do processo licitatório e da celebração do respectivo contrato administrativo; (iii) referidos elementos são nulos, em decorrência de violação às garantias individuais e aos procedimentos legais; (iv) não há como aceitar a alegação de que o edital da licitação teria sido dirigido à Companhia, visto que, em sua versão original, havia a exigência de que a empresa líder de eventuais consórcios licitantes tivesse obrigatoriamente sede no estado da Bahia (desde a sua constituição a Companhia é sediada no Estado de São Paulo); (v) tal exigência, manifestamente restritiva quanto à participação no certame, somente foi excluída do edital porque houve intervenção da Procuradoria Geral do Estado; (vi) a Companhia atendeu integralmente o objeto do contrato firmado com o Estado da Bahia no período de 16/01/2009 a 14/09/2010, o que incluiu o fornecimento da frota de veículos da polícia militar que foi pactuada (com a respectiva transferência da posse e propriedade ao Estado da Bahia) e a prestação de serviços de gestão e manutenção dessa frota, com fornecimento de mão de obra e de todos os itens necessários aos veículos (manutenção preventiva, corretiva e avarias), a despeito de o Estado da Bahia não ter honrado os devidos pagamentos. Além disso, importante registrar que (i) o valor do Contrato teve redução de 10% em referência à cotação inicial do objeto da licitação feita pelo órgão licitante; (ii) na época dos fatos, o valor do faturamento do Contrato representava 0,5% do faturamento da Companhia; e (iii) mais de 90% do faturamento da Companhia decorria de serviços prestados no setor privado. O processo está na fase inicial, aguardando a notificação de todos os réus para apresentação de defesa prévia.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não há decisões.
h. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
i. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa, suspensão/invalidação do contrato discutido, restrições ao exercício de atividades e/ou recebimento de benefícios junto ao Poder Público.

7.8 Outras informações relevantes

Processo nº 0015304-72.2013.8.26.0361.	
a. juízo	Vara da Fazenda Pública - Foro de Mogi das Cruzes.
b. instância	1ª Instância.
c. data de instauração	30/09/2013
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo. Réu: Junji Abe Fernando Antonio Simões; Antonio Alexandre Eroles e outros.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) Valor atribuído à causa. Não é possível, nesta fase processual, aferir o valor do efetivo risco envolvido.
f. principais fatos	<p>Trata-se de Ação Civil Pública que discute o contrato de concessão dos serviços de transporte público coletivo urbano de Mogi das Cruzes. O Ministério Público ("MP") ajuizou Ação de Responsabilidade Civil por Ato de Improbidade Administrativa com base em gravação de conversa mantida unicamente entre representantes da empresa Eroles, que na ocasião explorava os serviços de transporte público coletivo de Mogi das Cruzes a título de permissão, com o então prefeito municipal. Nesta conversa, a qual se deu sem a presença do Sr. Fernando Antonio Simões, supostamente teria sido prometido pagamento de quantia ao então prefeito em troca de favorecimento das empresas Júlio Simões Transportes e Serviços Ltda. (denominação anterior da JSL S.A.) e Mito na Concorrência Pública 05-5/2003. O MP ajuizou ação em face desses interlocutores, dos membros da Comissão de Licitação, de outros servidores públicos municipais, da JSL S.A. e do seu então diretor Vice-Presidente, Sr. Fernando Antônio Simões, alegando direcionamento da licitação para as empresas Mito, pertencente à família Eroles, e JSL S.A. O pedido liminar para determinar a indisponibilidade de bens dos Requeridos foi indeferido pelo juiz, que, em síntese, fundamentou que (i) os integrantes da família Eroles apresentaram representação ao MP após a cassação do contrato de concessão dos serviços de transporte público da empresa Mito; (ii) "presume-se a raiva e o rancor de quem perde uma permissão para explorar um lucrativo ramo de serviço e vê o patrimônio ruir"; (iii) a conversa gravada é dos integrantes da família Eroles; e (iv) inexistem provas que envolvam a JSL S.A. O Sr. Fernando Antônio Simões e a JSL S.A. apresentaram defesa preliminar em que refutam veementemente as alegações do MP, sob diversos argumentos, incluindo os que fundamentaram a decisão de indeferimento da liminar, dentre os quais: (i) a ação está prescrita; (ii) a família Eroles explorava há 70 anos os serviços de transporte público coletivo de Mogi das Cruzes, mediante permissão, com monopólio e sem licitação; (iii) não houve promessa e/ou pagamento de qualquer valor pela JSL S.A. e seu representante legal para ser beneficiada na licitação; (iv) o processo licitatório – sabidamente complexo no transporte público coletivo – teve início em 1997, sofrendo várias intercorrências, e somente em 2003, seis anos depois (em 29/09/2003) é que foi expedido o edital definitivo, contemplando as exigências e recomendações feitas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; (v) a divisão do objeto da licitação em dois lotes estava prevista desde o ano de 1998, conforme sugestão da Comissão de Licitação, validada pelo Tribunal de Contas; (vi) a ação é baseada em declaração unilateral da família Eroles, em suposta conversa que não teve participação de qualquer pessoa vinculada à JSL S.A.; (vii) a delação feita pela família Eroles ocorreu após quatro dias da cassação pela Prefeitura Municipal, do contrato de concessão dos serviços de transporte público coletivo que a Mito detinha; (viii) o próprio delator, Alexandre Eroles, ao prestar depoimento no Inquérito Civil afirmou que não sabe se a JSL S.A. efetuou qualquer pagamento supostamente solicitado pelo ex-prefeito; (ix) a empresa Mito, que o MP alega ter sido constituída exclusivamente para participar da licitação, existe desde 1973; (x) o não atendimento da exigência de certificação ISO 9002, constante do edital da licitação, ao contrário do alegado pelo MP, não impedia a participação das empresas que não a dispunham; (xi) houve efetiva competição na licitação entre as cinco empresas participantes; e (xii) não há qualquer vício, nulidade ou incorreção no processo licitatório no que diz respeito à JSL S.A., conforme manifestação inclusive do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ao analisar o processo licitatório em questão. Após o recebimento da petição inicial, o Sr. Fernando Antonio Simões e a JSL S.A. apresentaram contestação refutando todas as alegações apresentadas pelo Ministério Público e requerendo a improcedência da ação. A ação se encontra na</p>

7.8 Outras informações relevantes

	fase inicial, sem prolação de sentença.. Em audiência de instrução de uma ação penal decorrente dos mesmos fatos, o corréu Antonio Alexandre Eroles, em seu interrogatório perante o juízo, negou a participação do Sr. Fernando Antonio Simões em qualquer ato ilícito, desmentindo a falsa afirmação anteriormente feita em relação ao mesmo e que deu origem à sua indevida inclusão em ambas as ações. A ação penal foi julgada improcedente pela primeira instância, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e transitou em julgado.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não há decisões.
h. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
i. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa, suspensão/invalidação dos contratos discutidos, restrições ao exercício de atividades e/ou recebimento de benefícios junto ao Poder Público.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Trata-se de Ação Civil Pública envolvendo membro da administração, de forma que os possíveis impactos em caso de perda estão descritos no item "k" abaixo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa, suspensão/invalidação dos contratos discutidos, restrições ao exercício de atividades e/ou recebimento de benefícios junto ao Poder Público

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 Remuneração: descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma política formalizada de remuneração dos executivos e conselheiros da Companhia e suas subsidiárias, aprovada por meio de reunião do Conselho de Administração realizada no dia 24 de janeiro de 2020 (“Política de Remuneração”).

A Política de Remuneração está disponível no seguinte link da rede mundial de computadores da Companhia: <http://ri.grupovamos.com.br/pt-br/>.

A prática de remuneração da Companhia tem como objetivo atrair e reter profissionais altamente qualificados em seu Conselho de Administração, Diretoria estatutária e não estatutária, bem como demais colaboradores, a fim de estimular uma boa performance e alinhar seus objetivos aos objetivos de longo prazo da Companhia, bem como de remunerar visando ao crescimento do negócio e a valorização do potencial e performance individual.

A Companhia busca, ainda, compensar adequadamente a competência e a responsabilidade dos profissionais por ela contratados, orientando-se com base na meritocracia.

(b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração global da administração é anualmente fixada pela Assembleia Geral de Acionistas, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Adotamos estratégias de remuneração e benefícios que variam de acordo com a área de atuação e com parâmetros de mercado. Periodicamente, verificamos esses parâmetros por meio de:

- Participação em pesquisas realizadas em âmbito nacional, comparados às empresas de mesmo porte financeiro, a fim de comparar nossas práticas de remuneração com o mercado, buscando a equalização dentro da média de mercado; e
- Participação em fóruns especializados em remuneração e benefícios para conhecer as tendências do

8.1 Política ou prática de remuneração

mercado no que tange às práticas atuais de remuneração e benefícios.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia no mínimo anualmente a adequação da Política de Remuneração e, principalmente, a atualização e/ou aplicabilidade da prática adotada.

(c) Composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração poderá ser composta por 12 parcelas fixas mensais a título de honorários. Com a eleição dos membros independentes do Conselho de Administração em abril/2019, alguns de seus membros do Conselho de Administração passaram a fazer jus à remuneração fixa.

Diretoria Estatutária

A porção fixa da remuneração para os membros da Diretoria estatutária é composta por 12 parcelas fixas mensais a título de honorários e visa reconhecer o valor do cargo e das responsabilidades inerentes à posição, bem como refletir as condições gerais do mercado.

(ii) A porção variável da remuneração (bônus), quando aplicável, é estabelecida independentemente para cada membro e condicionada ao cumprimento de determinadas (i) metas objetivas, tanto individuais, como relacionadas à sua própria área, tais como volume total de vendas e EBITDA; e (ii) metas corporativas da própria Companhia, como faturamento total e lucro líquido, sendo que a proporção desta última para apuração da parcela variável é determinada em função do cargo exercido. Cabe destacar que parte do bônus está atrelada ao Plano de Ações Restritas e Matching da Companhia, conforme descrito no item 8.4 (a). Assim, a remuneração praticada concilia objetivos de curto, médio e longo prazos e tem como objetivo estimular e premiar o alcance das metas corporativas e a superação de metas individuais estabelecidas.

Além da remuneração descrita acima, os membros deste órgão têm a possibilidade de aderir a planos de assistência médica e odontológica em condições mais favoráveis às praticadas no mercado, em função das parcerias estabelecidas pela Companhia com os administradores de tais planos de assistência. A Companhia oferece um plano diferenciado de assistência médica familiar para os membros da Diretoria Estatutária, subsidiado em 70% para o titular, cônjuge e dependentes (filhos(as) até 18 anos).

8.1 Política ou prática de remuneração

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do conselho fiscal não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. Na data deste Formulário, o Conselho Fiscal não tinha sido instalado.

Comitês, incluindo o Comitê de Auditoria

Os membros dos Comitês são elegíveis a uma remuneração fixa mensal.

Por fim, em complemento à remuneração atualmente praticada pela Companhia e descrita nos itens acima, cabe destacar que os administradores que sejam considerados executivos-chave, os empregados e os prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas são elegíveis aos planos de remuneração baseados em ações, os quais estão dispostos no item 8.4 deste Formulário de Referência.

- sua proporção na remuneração total nos três últimos exercícios sociais

2023

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	41,53%	33,94%	24,53%	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%

2022

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	30,32%	47,35%	22,33%	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%

8.1 Política ou prática de remuneração

2021

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	32,38%	54,95%	12,67%	100,00%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações. A Assembleia Geral de Acionistas também é competente para aprovar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, nos termos do Artigo 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

O valor da remuneração da Diretoria é calculado de acordo com pesquisas de práticas de mercado realizadas em âmbito nacional e participação em fóruns especializados em remuneração e benefícios, conforme indicado acima, sendo que o valor da remuneração dos administradores pode ser reajustado anualmente mediante negociação entre a Companhia e o administrador.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Os principais indicadores de desempenho levados em consideração são a Receita Bruta, EBITDA, Lucro Líquido, ROIC, NPS, turn-over, entre outros.

(iii) razões que justificam a composição da remuneração

O modelo e a composição da remuneração têm o objetivo de refletir as responsabilidades dos cargos ocupados pelos administradores da Companhia, as práticas de mercado e seu nível de competitividade, de forma a atender as necessidades estratégicas da Companhia e atrair, reter e motivar profissionais, levando sempre em consideração a meritocracia.

(iv) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável, uma vez que todos os membros são remunerados.

8.1 Política ou prática de remuneração

(d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração suportada pelas controladas do emissor estão detalhadas no item 8.19.

(e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Na data deste Formulário, não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,00	12,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.680.000,00	4.335.549,40	319.662,00	6.335.211,40
Benefícios direto e indireto	0,00	116.626,75	0,00	116.626,75
Participações em comitês	168.000,00	0,00	0,00	168.000,00
Outros	0,00	840.000,00	0,00	840.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Os valores descritos no campo "Outros" acima referem-se ao pagamento de ajuda de custo aos Diretores no exercício da função.	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	3.201.170,00	0,00	3.201.170,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	18.188.541,85	0,00	18.188.541,85
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Os valores descritos no campo "Outros" acima referem-se ao pagamento de prêmios extraordinários.	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.150.450,00	0,00	1.150.450,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.848.000,00	27.832.338,00	319.662,00	30.000.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,08	3,00	12,08
Nº de membros remunerados	5,00	4,08	3,00	12,08
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.684.000,00	4.311.322,86	317.491,50	6.312.814,36
Benefícios direto e indireto	0,00	119.185,33	0,00	119.185,33
Participações em comitês	160.000,00	0,00	0,00	160.000,00
Outros	0,00	800.800,00	0,00	800.800,00
Descrição de outras remunerações fixas		Os valores descritos no campo "Outros" acima referem-se ao pagamento de ajuda de custo aos Diretores no exercício da função.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.795.900,00	0,00	2.795.900,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.479.044,92	0,00	1.479.044,92
Descrição de outras remunerações variáveis		Os valores descritos no campo "Outros" acima referem-se ao pagamento de prêmios extraordinários.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.089.311,36	0,00	3.089.311,36
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.844.000,00	12.595.564,47	317.491,50	14.757.055,97

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00	2,00	13,00
Nº de membros remunerados	5,00	6,00	2,00	13,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.680.000,00	5.466.674,13	212.295,00	7.358.969,13
Benefícios direto e indireto	0,00	177.405,11	0,00	177.405,11
Participações em comitês	168.000,00	0,00	0,00	168.000,00
Outros	0,00	829.500,00	0,00	829.500,00
Descrição de outras remunerações fixas		Os valores descritos no campo "Outros" acima referem-se ao pagamento de ajuda de custo aos Diretores no exercício da função.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	3.337.705,20	0,00	3.337.705,20
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	6.772.928,91	0,00	6.772.928,91
Descrição de outras remunerações variáveis		Os valores descritos no campo "Outros" acima referem-se ao pagamento de prêmios extraordinários.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.769.173,37	0,00	4.769.173,37
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.848.000,00	21.353.386,72	212.295,00	23.413.681,72

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,67	6,00	0,00	10,67
Nº de membros remunerados	4,67	6,00	0,00	10,67
Esclarecimento			Não houve instalação	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.694.000,00	4.541.334,54	0,00	6.235.334,54
Benefícios direto e indireto	0,00	142.146,54	0,00	142.146,54
Participações em comitês	154.000,00	0,00	0,00	154.000,00
Outros	0,00	672.000,00	0,00	672.000,00
Descrição de outras remunerações fixas		Os valores descritos no campo "Outros" acima referem-se ao pagamento de ajuda de custo aos Diretores no exercício da função.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.719.506,81	0,00	2.719.506,81
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	6.370.022,79	0,00	6.370.022,79
Descrição de outras remunerações variáveis		Os valores descritos no campo "Outros" acima referem-se ao pagamento de prêmios extraordinários.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.095.357,01	0,00	2.095.357,01
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	1.848.000,00	16.540.367,69	0,00	18.388.367,69

8.3 Remuneração Variável**Exercício Social: 31/12/2024**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,00	12,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4481638,00	0,00	4.481.638,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3201170,00	0,00	3.201.170,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,08	3,00	12,08
Nº de membros remunerados	0,00	4,08	0,00	4,08
Esclarecimento	-		-	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4457466,89	0,00	4.457.466,89
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3183904,92	0,00	3.183.904,92
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00	2,00	13,00
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	0,00	6,00
Esclarecimento	-		-	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4174611,71	0,00	4.174.611,71
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2981865,51	0,00	2.981.865,51
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	3337705,20	0,00	3.337.705,20

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,67	6,00	0,00	10,67
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	0,00	6,00
Esclarecimento	-		-	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5097787,00	0,00	5.097.787,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	4210365,00	0,00	4.210.365,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	2719507,00	0,00	2.719.507,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4- Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) Termos e condições gerais

Os administradores que sejam considerados executivos-chave, os empregados e os prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas são elegíveis aos seguintes planos de remuneração baseados em ações – os quais estão dispostos a seguir:

Plano de Opção

A Assembleia Geral de Acionistas da JSL S.A. (“JSL”), aprovou em 8 de fevereiro de 2010, o Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da JSL (“Plano de Opção”) que estabelece os termos e condições gerais para a outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da JSL para seus administradores, empregados, prestadores de serviços, bem como de outras sociedades sob o seu controle, incluindo a Companhia.

Na Assembleia Geral Extraordinária da Simpar, realizada em 5 de agosto de 2020, foi aprovada a assunção pela Simpar dos direitos e obrigações decorrentes do Plano de Opção de Compra de Ações da JSL e do Plano de Ações Restritas e Matching da JSL, com a respectiva aprovação do Plano de Opção e do Plano de Ações Restritas aprovação do Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia (“Planos de Opção”).

As condições específicas para a outorga e exercício das opções para os colaboradores elegíveis da Simpar (“Beneficiários”) serão estabelecidas pelo Conselho de Administração da Simpar, com base em contratos de opção de compra de ações que venham a ser celebrados pela Simpar e os Beneficiários de tal plano, o que abrange, inclusive, administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia. O Plano de Opção não depende de eventos e resultados relacionados à Companhia.

Plano de Ações Restritas e Matching

A Assembleia Geral de Acionistas da JSL aprovou, em 22 de outubro de 2018, Plano de Ações Restritas e Matching da JSL (“Plano de Ações Restritas”) que estabelece os termos e condições gerais para a outorga de opções de compra de ações restritas e ações matching, na medida em que os Beneficiários designem uma parcela de seu bônus para recebimento de ações de emissão da Simpar.

As condições específicas para a outorga e exercício das opções para os colaboradores elegíveis da Companhia (“Beneficiários”) serão estabelecidas pelo Conselho de Administração da Simpar, com base em contratos de outorga de direito ao recebimento de Ações Restritas celebrados entre a Simpar e os Beneficiários, por meio dos quais a Simpar e/ou as Controladas, inclusive a Companhia, outorgarão direito ao recebimento de Ações Restritas aos Beneficiários (“Contrato de Outorga”). O Plano de Ações Restritas não depende de eventos e resultados relacionados à Companhia.

Plano de Opção da Companhia

A Assembleia Geral de Acionistas da Companhia aprovou, em 25 de fevereiro de 2019, Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia (“Plano de Opção da Companhia”) que estabelece os termos e condições gerais para a outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia para

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

seus administradores, empregados, prestadores de serviços, bem como de outras sociedades sob o seu controle.

As condições específicas para a outorga e exercício das opções para os colaboradores elegíveis da Companhia (“Beneficiários”) serão estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, com base em contratos de opção de compra de ações (“Contrato de Opção”) que venham a ser celebrados pela Companhia e os Beneficiários do Plano de Opção.

Plano de Ações Restritas e Matching da Companhia

A Assembleia Geral de Acionistas da Companhia aprovou, em 25 de fevereiro de 2019, Plano de Ações Restritas e Matching da Companhia (“Plano de Ações Restritas da Companhia”) que estabelece os termos e condições gerais para a outorga de opções de compra de ações restritas e ações matching, na medida em que os Beneficiários designem uma parcela de seu bônus para recebimento de ações de emissão da Companhia.

As condições específicas para a outorga e exercício das opções para os colaboradores elegíveis da Companhia (“Beneficiários”) serão estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, com base em contratos de outorga de direito ao recebimento de Ações Restritas celebrados entre a Companhia e os Beneficiários, por meio dos quais a Companhia e/ou as Controladas outorgarão direito ao recebimento de Ações Restritas aos Beneficiários (“Contrato de Outorga”).

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

Em 19 de outubro de 2021, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia o Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Vamos (“ILP”). São elegíveis para participar do ILP os administradores e empregados da Companhia, os administradores (ou equivalentes) e empregados de suas controladas. Os valores de ILP fixados para os participantes serão convertidos em “Ações Virtuais Restritas”, com base na cotação média (ponderada pelo volume de negociação) das ações VAMO3 entre os dias 01/12 do ano anterior à Data de Concessão e 31/01 da Data de Concessão, conforme item “j” abaixo (“Data de Concessão”).

(b) Principais objetivos do plano

Plano de Opção, Plano de Opção da Companhia

O Plano de Opção tem por objetivos: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Simpar e da Companhia, conforme o caso; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Simpar aos de administradores, empregados e prestadores de serviços da Simpar ou outras sociedades sob o seu controle, inclusive a Companhia, e da Companhia, conforme o caso; e (c) possibilitar à Simpar ou outras sociedades sob o seu controle, inclusive a Companhia, e a Companhia, conforme o caso, a atrair e manter a ela vinculados administradores e empregados.

Plano de Ações Restritas e Matching

O Plano de Ações Restritas tem por objetivo permitir que os Beneficiários recebam (i) Ações Restritas e, (ii) conforme aplicável, Ações Matching, na medida em que os Beneficiários, dentre outras condições, designem uma parcela de seu Bônus para recebimento de Ações Próprias.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

O ILP tem por objetivo primordial manter na Companhia e nas empresas por ela controladas, direta ou indiretamente, e para elas atrair, pessoal altamente qualificado e alinhados com às estratégias e resultados da Companhia.

(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Opção, o Plano de Ações Restritas e Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares (“Planos”) conferem aos seus participantes a possibilidade de serem acionistas da Simpar e/ou da Companhia, conforme o caso, estimulando-os a trabalhar na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Simpar e/ou a Companhia, conforme o caso. Além disso, considerando os prazos de “vesting” das opções, os Planos também contribuem para promover a retenção dos Beneficiários na Simpar e/ou na Companhia, conforme o caso.

(d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

A Companhia possui uma política de valorização do mérito individual dos empregados, com base na obtenção de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. Os Planos constituem instrumentos incentivadores do bom desempenho individual e do comprometimento com metas empresariais. Adicionalmente, o ILP se insere na política de remuneração da Companhia como um incentivo potencial de longo prazo.

(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Planos

Os Planos alinham os interesses de administradores, Companhia, Simpar e acionistas por meio de benefícios de acordo com a performance das ações da Companhia e/ou da Simpar, conforme o caso. Por meio dos Planos, a Companhia busca estimular a melhoria na gestão e a permanência de seus executivos e empregados, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo. Ademais, os Planos visam possibilitar à Companhia a obtenção e manutenção dos serviços de executivos de alto nível, oferecendo a tais executivos, como vantagem adicional, se tornarem acionistas da mesma, nos termos e condições previstos nos Planos.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

O ILP integra o elemento de remuneração de longo prazo da Companhia, uma vez que o prazo para o pagamento do incentivo apenas se dá em um horizonte de 4 anos. Além disso, os Participantes somente adquirirão o direito ao recebimento do ILP se satisfeitas determinadas condições resolutivas, as quais envolvem o atendimento de metas de performance do Participante e sua permanência como empregado ou administrador da Companhia.

Outro elemento que alinha o interesse de longo prazo é a vinculação do pagamento dos valores de ILP ao valor de mercado das ações da Companhia, uma vez que o montante do pagamento é obtido mediante a conversão das Ações Virtuais em moeda nacional (R\$) com base na cotação média (ponderada pelo volume de negociação) das ações VAMO3 entre os dias 10/03 e 10/04 do ano do prazo de exercício apontados no

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

item “j” abaixo.

(f) Número máximo de ações abrangidas

Planos

Nos termos do Plano de Opção e do Plano de Opção da Companhia, podem ser outorgadas aos seus participantes, opções de compra de ações sobre um número de ações que não exceda 5% do total das ações de emissão da Companhia e 5% do total das ações de emissão da Simpar, conforme o caso, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano de Opção ou do Plano de Opção da Companhia estejam sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia ou da Simpar, conforme o caso.

Ainda, vale esclarecer que apenas o Plano de Opção da Companhia pode gerar diluição dos acionistas da Companhia e que, conforme acima, o limite de ações é de até 5% do total das ações de emissão da Companhia.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

Não aplicável, uma vez que o ILP não prevê a efetiva entrega de ações da Companhia aos participantes.

(g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Planos

Cada opção atribuirá ao seu titular o direito à aquisição ou subscrição de 1 ação. Nesse sentido, conforme mencionado na alínea “f” acima, as ações, somadas às opções ou outros direitos de recebimento de ações, no âmbito dos Planos de Opção da Companhia e da Simpar, poderão conferir direitos sobre um número de ações que não exceda, a qualquer tempo, 5% do capital social total e votante da Companhia e/ou da Simpar, conforme o caso, em bases totalmente diluídas.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

Não aplicável. Não há outorga de opções de compra de ações no âmbito do ILP.

(h) Condições de aquisição de ações

Planos

As opções poderão ser exercidas desde que atendidas as exigências e condições previstas nos Planos e nos respectivos Contratos, e desde que respeitado o prazo mínimo de 12 meses a contar da celebração do Contrato de Opção correspondente.

A Companhia celebrou Contratos de Opção, nos termos do Plano de Opção e do Plano de Ações Restritas da Simpar, conforme abaixo:

Conforme estabelecido no Programa 01/16, as opções podem ser exercidas em 3 parcelas anuais, sendo que a 1ª poderá abranger até 25% do total de opções outorgadas, a 2ª, até 50%, e a 3ª, até 100%. As condições relativas a preço e prazo de exercício para cada lote podem ser verificadas no item 8.4.i a seguir.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Conforme estabelecido no Programa 01/17, as opções podem ser exercidas em 3 parcelas anuais, sendo que a 1ª poderá abranger até 25% do total de opções outorgadas, a 2ª, até 50%, e a 3ª, até 100%. As condições relativas a preço e prazo de exercício para cada lote podem ser verificadas no item 8.4.i a seguir.

Conforme estabelecido no Programa 01/18, as ações restritas podem ser exercidas em 4 parcelas anuais, sendo que todas as parcelas serão de 25% da quantidade total de ações. As condições relativas a preço e prazo de exercício para cada lote podem ser verificadas no item 8.4.i a seguir.

Conforme estabelecido no Programa 01/19, as ações restritas podem ser exercidas em 4 parcelas anuais, sendo que todas as parcelas serão de 25% da quantidade total de ações. As condições relativas a preço e prazo de exercício para cada lote podem ser verificadas no item 8.4.i a seguir.

Por fim, no âmbito do Programa 01/20, que será devidamente aprovado em 2020, as ações restritas podem ser exercidas em 4 parcelas anuais, sendo que todas as parcelas serão de 25% da quantidade total de ações. As condições relativas a preço e prazo de exercício para cada lote podem ser verificadas no item 8.4.i a seguir.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

Não aplicável. Uma vez apurado, o valor devido aos executivos no âmbito do ILP é pago em espécie.

(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Planos

O preço a ser pago pelos participantes, para fins dos Planos, será equivalente à média da cotação das ações ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) pregões em que as Ações tenham sido negociadas na B3 imediatamente anteriores cada data de outorga e/ou transferência de lotes das ações restritas.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

Não aplicável.

(j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Planos

As opções outorgadas nos termos dos Planos de Opção da Companhia e da Simpar somente poderão ser exercidas, total ou parcialmente após o prazo mínimo de 12 meses a contar da celebração do Contrato de Opção correspondente, observados ainda os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Opção.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

O Participante terá o direito de receber o valor correspondente às Ações Virtuais Restritas nas proporções especificadas a seguir: (i) 25% em até 12 meses da Concessão; (ii) 25% em até 24 meses da Concessão. (iii) 25% em até 36 meses da Concessão; e (iv) 25% em até 48 meses da Concessão. Por meio do escalonamento

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

do recebimento do incentivo, a Companhia procura assegurar que os Participantes atuem com vistas à obtenção de resultados de médio e longo prazos para a Companhia.

(k) Forma de liquidação

Planos

O preço de exercício será pago pelos Beneficiários em dinheiro, observadas as formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

O ILP será liquidado em dinheiro.

(l) Restrições à transferência das ações

Planos

Enquanto o preço de exercício não for pago integralmente, as ações adquiridas com o exercício da opção nos termos dos Planos 01/16 e 01/17 não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Conselho de Administração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação integral do débito do Beneficiário para com a Simpar e/ou a Companhia, conforme o caso.

Adicionalmente, observado o disposto nas condições previstas nos Contratos, o Beneficiário se compromete, de forma irrevogável e irretroatável, a não vender, ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar a terceiros as Ações adquiridas em razão do exercício das Opções, sem antes oferecer as referidas Ações à Companhia.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares Não aplicável.

(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Planos

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do Plano de Opção.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

Nas hipóteses de dissolução e liquidação da Companhia, o ILP e os direitos com base nele concedidos e ainda não auferidos serão automaticamente extintos.

(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Planos de Ações Restritas e Matching da Companhia e da Simpar

Para os Planos de Ações Restritas e Matching da Companhia e da Simpar, na hipótese de desligamento de

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

um beneficiário, tal beneficiário (i) fará jus ao recebimento das ações restritas e ações próprias cujo direito ao recebimento já seja aplicável mas que ainda não tenham sido entregues a tal beneficiário, e não fará jus ao recebimento das ações matching que ainda não tenham sido entregues a tal beneficiário, restando automaticamente extinto, de pleno direito, o direito ao seu recebimento, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Planos de Opção da Companhia e da Simpar

Para os Planos de Opção da Companhia e da Simpar, se, a qualquer tempo durante a vigência do programa, o participante: (a) desligar-se da Companhia e/ou da Simpar por vontade própria, pedindo demissão, ou renunciando a cargo de administrador: (i) as opções ainda não exercíveis na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem conferir qualquer direito a indenização ao Participante ou a seus sucessores; e (ii) as opções já exercíveis na data do seu desligamento poderão ser exercidas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem conferir qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores; (b) for desligado por iniciativa exclusiva da Companhia ou da Simpar, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violação de deveres e atribuições de administrador, todas as opções, sejam elas exercíveis ou ainda não exercíveis na data do desligamento do participante restarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores; (c) for desligado por iniciativa exclusiva da Companhia ou da Simpar, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem que a violação dos deveres e atribuições de administrador tenha motivado a exoneração: (i) as opções ainda não exercíveis na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores; e (ii) as opções já exercíveis na data do seu desligamento poderão ser exercidas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores; (d) desligar-se da Companhia ou da Simpar por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) as opções ainda não exercíveis na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores, podendo o conselho de administração deliberar, entretanto, a seu exclusivo critério, pela alteração do prazo de exercício, para assegurar ao participante parte ou a totalidade de opções; e (ii) as opções já exercíveis na data do seu desligamento poderão ser exercidas no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores; e (e) vier a falecer: (i) as opções ainda não exercíveis na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores, podendo o conselho de administração deliberar, entretanto, a seu exclusivo critério, pela alteração do prazo de exercício, para assegurar ao participante parte ou a totalidade de opções; e (ii) as opções já exercíveis na data do seu falecimento poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do participante, desde que o façam no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização a seus herdeiros ou

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

sucessores a qualquer título.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

Nas hipóteses de aposentadoria ou de desligamento do Participante por iniciativa própria ou da Companhia, bem como em razão de morte ou invalidez permanente, antes da data da liquidação do ILP, o Participante não fará jus a quaisquer pagamentos de ILP, ressalvada deliberação diversa do Conselho de Administração.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)**Exercício Social: 31/12/2024**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00		9,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000		0,00
Esclarecimento	N/A	N/A		----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,08	3,00	12,08
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	N/A	N/A	Não houve remuneração	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00	2,00	13,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00	0,00	1,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	Não houve remuneração		Não houve remuneração	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	17060,00	0,00	17.060,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	17060,00	0,00	17.060,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,67	6,00		10,67
Nº de membros remunerados	0,00	1,00		1,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,003000		0,00
Esclarecimento	Não houve remuneração			----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	5,16		5,16
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	8,45		8,45

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores nos últimos três exercícios sociais, bem como não há previsão de outorga para o exercício social corrente.

8.7 Opções em aberto

Não havia opções de compra de ações em aberto no exercício social encerrado em 31/12/2023.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	4,08
Nº de membros remunerados	0	0
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	6
Nº de membros remunerados	0	1
Número de ações	N/A	17.060
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 2,26
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$ 12,08
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$ 167.529,20

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2021

8.8 Opções exercidas e ações entregues

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	4,67	6
Nº de membros remunerados	0	1
Número de ações	N/A	15.050
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 8,45
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$ 9,33
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$ 13.170,73

8.9 Diluição potencial por outorga de ações**PREVISÃO 2024**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	4
Nº de membros remunerados	0	4
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,01%

2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	4,08
Nº de membros remunerados	0	4,08
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,02%

2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	6
Nº de membros remunerados	0	6
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,03%

2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	6
Nº de membros remunerados	0	6
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,03%

8.10 Outorga de ações**PREVISÃO 2024**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Data de outorga	N/A	25/04/2024
Quantidade de ações outorgadas	N/A	124.239
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	25/04/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 9,26
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 1.150.450,00

2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	4,08
Nº de membros remunerados	0	4,08
Data de outorga	N/A	25/04/2023
Quantidade de ações outorgadas	N/A	269.016
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	25/04/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 12,28
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 3.303.511,36

8.10 Outorga de ações**2022**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	6
Nº de membros remunerados	0	6
Data de outorga	N/A	14/04/2022
Quantidade de ações outorgadas	N/A	292.997
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	14/04/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 11,52
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 3.375.325,44

2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	6
Nº de membros remunerados	0	6
Data de outorga	N/A	03/05/2021
Quantidade de ações outorgadas	N/A	258.024
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	03/05/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 5,87
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 1.514.600,88

8.11 Ações Entregues**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	4,08	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,08	0,00
Nº de ações	0	269.016	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	12,28	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	13,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-193.691,52	0,00
Esclarecimento	N/A		N/A

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	6,00	2,00
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	0,00
Nº de ações	0	292.997	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	11,52	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	12,08	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-164.078,32	0,00
Esclarecimento	-		-

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	4,67	6,00	0,00
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	0,00
Nº de ações	0	258.024	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	5,87	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	9,33	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-892.763,04	0,00
Esclarecimento	-		-

8.12 Precificação das ações/opções

(a) Metodologia de precificação:

Programa 01/18 - Por ser um plano baseado em ações, o valor justo das ações é a média da cotação das ações da JSL na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões do ano anterior.

Programa 01/19 - Por ser um plano baseado em ações, o valor justo das ações é a média da cotação das ações da JSL na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões do ano anterior.

Programa 01/20 - Por ser um plano baseado em ações, o valor justo das ações é a média da cotação das ações da JSL na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões do ano anterior.

Programa 01/21 - Por ser um plano baseado em ações, o valor justo das ações é a média da cotação das ações da Vamos na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões do ano anterior.

Programa 01/22 - Por ser um plano baseado em ações (*phantom shares*), o valor das ações é a média da cotação das ações da Vamos na B3, ponderada pelo volume de negociação entre os dias 01/12/2021 à 31/01/2022.

Programa 01/23 - Por ser um plano baseado em ações (*phantom shares*), o valor das ações é a média da cotação das ações da Vamos na B3, ponderada pelo volume de negociação entre os dias 01/12/2022 à 31/01/2023.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos e taxa de juros livre de risco:

Preço Médio Ponderado: os programas são calculados com base na média da cotação das ações da Companhia/Simpar na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores do ano anterior da data de concessão.

Preço de Exercício das Ações: preço da ação calculado conforme acima.

Volatilidade esperada, prazo de vida, dividendos e taxa de juros livre de risco - conforme planilha abaixo:

8.12 Precificação das ações/opções

Programa	Ano de outorga	Qtde de opções	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da ação na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida do plano de ações restritas	Período de aquisição	Data de transferência
jan/18	2018	6.933	1	8,12	6,26	36,70%	6,38%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2019	24/04/2019
jan/18	2018	6.933	2	8,12	6,13	36,70%	7,25%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2020	24/04/2020
jan/18	2018	6.933	3	8,12	5,99	36,70%	8,19%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2021	24/04/2021
jan/18	2018	6.933	4	8,12	5,86	36,70%	8,89%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2022	24/04/2022
Programa	Ano de outorga	Qtde de opções	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da ação na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida do plano de ações restritas	Período de aquisição	Data de transferência
jan/19	2019	20.002	1	6,52	9,3	41,16%	5,25%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2020	01/04/2020
jan/19	2019	20.002	2	6,52	9,31	41,16%	5,04%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2021	01/04/2021
jan/19	2019	20.002	3	6,52	9,29	41,16%	5,42%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2022	01/04/2022
jan/19	2019	20.002	4	6,52	9,27	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2023	01/04/2023
Plano	Ano de outorga	Qtde de opções	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da ação na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida do plano de ações restritas	Período de aquisição	Data de transferência
III	2020	14.910	1	-	18,14	63,79%	6,20%	2,22%	4 anos	04/05/2020 a 03/05/2021	03/05/2021
III	2020	14.910	2	-	18,14	63,79%	6,20%	2,22%	4 anos	04/05/2021 a 03/05/2022	03/05/2022
III	2020	14.910	3	-	18,14	63,79%	6,20%	2,22%	4 anos	04/05/2022 a 03/05/2023	03/05/2023
III	2020	14.905	4	-	18,14	63,79%	6,20%	2,22%	4 anos	04/05/2023 a 03/05/2024	03/05/2024
IV	2020	5.026	1	-	18,56	63,57%	5,30%	2,22%	3 anos	28/04/2020 a 27/04/2021	27/04/2021
IV	2020	5.026	2	-	18,56	63,57%	5,30%	2,22%	3 anos	28/04/2021 a 27/04/2022	27/04/2022
IV	2020	5.032	3	-	18,56	63,57%	5,30%	2,22%	3 anos	28/04/2022 a 27/04/2023	27/04/2021
V	2021	11.424	1	-	32,48	51,44%	10,50%	1,24%	4 anos	04/05/2021 a 03/05/2022	03/05/2022
V	2021	11.424	2	-	32,48	51,44%	10,50%	1,24%	4 anos	04/05/2022 a 03/05/2023	03/05/2023
V	2021	11.424	3	-	32,48	51,44%	10,50%	1,24%	4 anos	04/05/2023 a 03/05/2024	03/05/2024
V	2021	11.420	4	-	32,48	51,44%	10,50%	1,24%	4 anos	04/05/2024 a 03/05/2025	03/05/2025
VI	2021	6.924	1	-	32,48	51,44%	10,60%	1,24%	3 anos	28/04/2021 a 27/04/2022	27/04/2022
VI	2021	6.924	2	-	32,48	51,44%	10,60%	1,24%	3 anos	28/04/2022 a 27/04/2023	27/04/2021
VI	2021	6.926	3	-	32,48	51,44%	10,60%	1,24%	3 anos	28/04/2023 a 27/04/2024	27/04/2022

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, dado que o modelo não permite o exercício antecipado sem autorização do nosso Conselho de Administração, e este será responsável por definir métodos e premissas para incorporar os efeitos esperados de eventual exercício antecipado.

(d) Forma de determinação da volatilidade

A volatilidade esperada foi calculada com base na volatilidade histórica de ações da JSL / Companhia na B3.

8.12 Precificação das ações/opções

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, todas as características já estão descritas acima.

8.13 Participações detidas por órgão

Sociedade (31/12/2023)	Conselho de Administração	%	Diretoria Estatutária¹	%	Conselho Fiscal	%
SIMPAR S.A.	305.063.668	36,39%	34.604	0,0041%	2.000	0,0002%
VAMOS	258.985.824	23,45%	85.310	0,0077%	3.201	0,0003%
Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda.	12.847.385	23,43%	4.232	0,0077%	159	0,0003%
Vamos Seminovos S.A.	6.127.305	23,45%	2.018	0,0077%	76	0,0003%

¹ De forma a evitar duplicidade, no caso de um administrador ser membro do conselho de administração e da diretoria estatutária, os valores correspondentes são indicados como conselho de administração.

8.14 Planos de previdência

Na data deste Formulário de Referência, não há qualquer plano de previdência em vigor para os administradores da Companhia.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	4,08	6,00	6,00	5,00	5,00	4,67	3,00	2,00	0,00
Nº de membros remunerados	4,08	6,00	6,00	5,00	5,00	4,67	3,00	2,00	0,00
Valor da maior remuneraçãoReal	6.661.531,00	7.759.713,00	6.033.544,00	480.000,00	480.000,00	480.000,00	105.831,00	70.766,00	0,00
Valor da menor remuneraçãoReal	2.134.061,00	1.734.244,00	1.120.910,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	105.831,00	70.764,00	0,00
Valor médio da remuneraçãoReal	3.084.628,00	3.558.898,00	2.756.728,00	368.800,00	369.600,00	369.600,00	105.831,00	70.765,00	0,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.	
31/12/2022	N/A	
31/12/2021	N/A	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.	
31/12/2022	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.	
31/12/2021	N/A	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.	
31/12/2022	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.	
31/12/2021		Não houve remuneração

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Exceto pelos benefícios descritos no item 8.1 e do Seguro D&O detalhado no item 7.7, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Previsão para exercício social corrente (31/12/2024)	25,97%	0,00%	0,00%
Exercício encerrado em 31/12/2023	26,03%	0,00%	0,00%
Exercício encerrado em 31/12/2022	25,97%	0,00%	0,00%
Exercício encerrado em 31/12/2021	26,14%	0,00%	0,00%

8.18 Remuneração - Outras funções

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam nos últimos três exercícios sociais. Para o exercício social corrente, a Companhia também não prevê remuneração dos referidos administradores pelo exercício de outras funções que não as que ocupam.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Previsão para o exercício social 2024 – demais remunerações previstas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
Controladas do emissor	R\$ 0	R\$ 3.217.372	R\$ 0	R\$ 3.217.372
Sociedade sob controle comum	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0

Exercício social 2023 – demais remunerações previstas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
Controladas do emissor	R\$ 0	R\$ 2.134.061	R\$ 0	R\$ 2.134.061
Sociedade sob controle comum	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0

Exercício social 2022 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
Controladas do emissor	R\$ 0	R\$ 6.425.493	R\$ 0	R\$ 6.425.493
Sociedade sob controle comum	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0

Exercício social 2021 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
Controladas do emissor	R\$ 0	R\$ 4.753.354	R\$ 0	R\$ 4.753.354
Sociedade sob controle comum	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0

8.20 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 8.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	002879		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	61.562.112/0001-20	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
05/04/2021	05/04/2021		
Descrição dos serviços prestados			
<p>Serviços relacionados à: (i) à auditoria independente das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Companhia") relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB); (ii) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, relativas aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023, 2022 e 2021, preparadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting , emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB; e (iii) serviços relacionados a auditoria para a emissão de relatórios de procedimentos previamente acordados.</p>			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
<p>O montante total da remuneração dos auditores independentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 3.373 mil (líquidos dos tributos), sendo (i) R\$1.188 mil (líquidos dos tributos), correspondente a honorários de auditoria e outros serviços em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas; e (ii) R\$2.185 mil (líquidos dos tributos) de serviços referentes à procedimentos previamente acordados, sendo R\$1.742 mil no âmbito da oferta pública de distribuição subsequente de ações ordinárias (follow-on) e na oferta pública de distribuição de Certificados de Recebíveis do Agronegócio conforme item (iii) descritas acima nos serviços contratados, os quais representaram 52% dos honorários relativos aos de serviços de auditoria externa.</p>			
Justificativa da substituição			
Não aplicável			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

A Companhia adota como procedimento, na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente, a preservação da independência do auditor mitigando quaisquer tipos de ameaças relacionadas a:

- (a) o auditor não deve possuir interesses próprios, de natureza financeira ou outras;
- (b) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho;
- (c) o auditor não deve defender ou promover os interesses de seu cliente;
- (d) o auditor não deve tornar-se solidário aos interesses de seu cliente devido relacionamento de longo prazo ou próximo; e
- (e) o auditor não será dissuadido de agir objetivamente em decorrência de pressões, incluindo tentativa de exercício de influência indevida por seu cliente.

9.4 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	78	325	0	0	0
Não-liderança	560	2502	0	0	0
TOTAL = 3.465	638	2827	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	6	281	16	100	0	0	0
Não-liderança	38	1511	297	1173	27	16	0
TOTAL = 3.465	44	1792	313	1273	27	16	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	23	311	69
Não-liderança	1126	1545	391
TOTAL = 3.465	1149	1856	460

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	6	5	80	263	42	7
Não-liderança	61	60	543	2071	315	12
TOTAL = 3.465	67	65	623	2334	357	19

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	13	54	0	0	0
Nordeste	6	59	0	0	0
Centro-Oeste	114	509	0	0	0
Sudeste	452	1882	0	0	0
Sul	50	307	0	0	0
Exterior	3	16	0	0	0
TOTAL = 3.465	638	2827	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Norte	3	32	4	27	1	0	0
Nordeste	0	20	6	38	1	0	0
Centro-Oeste	8	297	51	261	4	2	0
Sudeste	33	1156	228	884	19	14	0
Sul	0	282	10	63	2	0	0
Exterior	0	5	14	0	0	0	0

TOTAL = 3.465	44	1792	313	1273	27	16	0
---------------	----	------	-----	------	----	----	---

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	26	35	6
Nordeste	16	41	8
Centro-Oeste	307	285	31
Sudeste	680	1299	355
Sul	112	189	56
Exterior	8	7	4
TOTAL = 3.465	1149	1856	460

10.1 Descrição dos recursos humanos

(b) Número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Atividade	31/12/2023 (exercício social corrente)					
	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	Total
ADMINISTRATIVO	0	0	0	60	0	60
Total	0	0	0	60	0	60

Atividade	31/12/2022					
	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	Total
ADMINISTRATIVO	0	0	0	335	0	335
Total	0	0	0	335	0	335

Atividade	31/12/2021					
	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	Total
ADMINISTRATIVO	0	0	80	27	0	107
Total	0	0	80	27	0	107

(c) Índice de rotatividade

31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
2,85%	2,19%	2,16%

10.2 Alterações relevantes

10.2 – Alterações relevantes: comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Em 2023, houve um aumento de 22,6% no quadro de colaboradores, este aumento ocorreu principalmente devido a aquisição da empresa TIETÊ VEÍCULOS LTDA.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
6.661.531,00	64.338,00	103,54

Esclarecimento

--

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 – Remuneração: descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

(a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia busca compensar adequadamente a competência e a responsabilidade dos profissionais, por meio da adoção de uma política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. O salário dos empregados é calculado na forma da lei e com base nos acordos coletivos de sindicatos de classe com os quais mantém relacionamento e sua remuneração é composta por salário base e, dependendo do cargo, bônus, baseado em um múltiplo de 0 a no máximo 16,8 salários, que pode variar de acordo com a atividade desempenhada

(b) Política de benefícios

A Companhia tem como política promover o bem-estar de seus empregados. Entre os benefícios oferecidos aos seus empregados estão: cesta básica, convênio com faculdades, convênio farmácia, subsídio parcial a plano odontológico e convênio médico, vale refeição, vale transporte e plano de participação nos lucros. O quadro abaixo demonstra os valores desembolsados para cada tipo de benefício no exercício social corrente e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	2023	31/12/2022	31/12/2021
Vale Transporte	R\$ 1.245.131	R\$ 1.160.036	R\$ 772.839
Vale Refeição e Alimentação	R\$ 6.590.359	R\$ 4.733.832	R\$ 3.304.238
Assistência médica	R\$ 2.824.173	R\$ 3.377.576	R\$ 2.404.462

(c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:

Informações já prestadas no item 8.4.

(d) Razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

A proporção entre a maior remuneração e a mediana da remuneração individual é de 103,54.

O cálculo da remuneração anual dos colaboradores engloba o salário base, somado à remuneração variável — que abarca horas extras, comissões e prêmios — além dos benefícios proporcionados pela empresa. Tal metodologia garante uma análise completa e exata da compensação total destinada a cada membro da equipe.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 – Sindicatos: descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia acredita ter um bom relacionamento com seus empregados e com os sindicatos que os representam, de forma que não houve greves ou paralizações nos últimos 3 exercícios.

10.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 10.

11.1 Regras, políticas e práticas

11. Transações com Partes Relacionadas

11.1. Regras, políticas e práticas

A "Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse" ("Política de Partes Relacionadas"), aprovada na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 24 de janeiro de 2020, visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado (conforme definição da própria Política de Partes Relacionadas), prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.

A Política de Transações com Partes Relacionadas define de forma objetiva conceitos sobre partes relacionadas e transações com partes relacionadas, além de estabelecer exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações.

Nos termos da Política de Partes Relacionadas, toda e qualquer operação ou conjunto de operações cujo valor supere o menor dos seguintes valores: **(i)** R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou **(ii)** 1% (um por cento) do ativo total da Companhia envolvendo a Companhia e qualquer Parte Relacionada ("Montante Relevante") envolvendo a Companhia e qualquer parte relacionada, deverá ser previamente aprovada pelos membros independentes do Conselho de Administração da Companhia, excluídas eventuais partes relacionadas envolvidas. O valor do ativo total deve ser apurado com base nas últimas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas pela Companhia. As demais operações com Partes Relacionadas que envolverem montante inferior ao Montante Relevante deverão ser previamente aprovadas somente pela Diretoria da Companhia.

O comitê de auditoria da Companhia tem como função descrita no seu Regimento Interno avaliar e monitorar juntamente com a administração e área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações. Nesse sentido, caso a Companhia tenha celebrado uma transação com parte relacionada que também tenha comitê de auditoria, deverão ser observadas as seguintes hipóteses:

- Hipótese 1. Caso 2 (dois) ou mais membros do comitê de auditoria da Companhia façam parte do comitê de auditoria da parte relacionada, esses membros estarão impedidos de avaliar a transação e tal análise deverá ser realizada integralmente pela auditoria interna. Nesta hipótese, o Comitê de Auditoria terá unicamente a função de enviar a avaliação realizada pela auditoria interna à Diretoria ou ao Conselho de Administração, conforme o caso.

11.1 Regras, políticas e práticas

- Hipótese 2. Caso 1 (um) membro do Comitê de Auditoria da Companhia faça parte do comitê de auditoria da parte relacionada, esse membro estará impedido de avaliar a transação e tal análise deverá ser realizada pelos demais membros do Comitê de Auditoria da Companhia. Todavia, caso não haja consenso dos demais membros do Comitê de Auditoria da Companhia, tal análise deverá ser realizada pela auditoria interna.
- Hipótese 3. Caso nenhum dos membros do comitê de auditoria da Companhia faça parte do comitê de auditoria, deverão ser observados os procedimentos descritos no Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

A Política de Partes Relacionadas está disponibilizada para consulta eletronicamente pelo *website* da Companhia <http://ri.grupovamos.com.br/pt-br/>; bem como fisicamente na sede social da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia segue as regras estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, que estabelecem que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas Assembleias Gerais ou nas reuniões da administração, deve abster-se de votar nas deliberações relativas: **(i)** ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; **(ii)** à aprovação de suas contas como administrador; e **(iii)** a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe, também, conselheiros e diretores de: **(i)** realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; **(ii)** receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e **(iii)** intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Companhia entende que as práticas acima descritas para realização de transações com partes relacionadas garantem a comutatividade de tais operações e preços e condições de mercado. As transações contratadas são resumidas no item 11.2 deste Formulário de Referência.

Código de Conduta

O Código de Conduta da Companhia, aprovada a emissão em 24 de janeiro de 2020 e aprovada sua alteração em 15 de janeiro de 2021, ambas em Reunião do Conselho de Administração, prevê que não serão aceitas quaisquer atividades e/ou situações que impliquem em ameaça à integridade dos valores, princípios e missões assumidos

11.1 Regras, políticas e práticas

pela Companhia ou que possam levantar suspeitas sobre o exercício íntegro das atividades das empresas do grupo.

Sobre relações de negócios com partes interessadas, dispõe que:

- Não é permitido solicitar, sugerir ou receber vantagens de qualquer espécie, utilizando o nome da Companhia, o cargo ou a função para a obtenção de benefícios para si ou para outrem;
- Não é permitido o recebimento de comissão ou vantagens de qualquer natureza de clientes e qualquer terceiro que mantenha relação com a Companhia;
- Não é permitido atuar na contratação de fornecedor ou prestador de serviços com quem tenha vínculo de parentesco e com aqueles que tenha mantido relação de emprego nos últimos 6 meses;
- Não é permitida a utilização de qualquer informação privilegiada para favorecer negócios de qualquer natureza, em benefício próprio ou de terceiros;
- É dever do colaborador comunicar ao gestor imediato e à área de conformidade, a existência de relacionamento profissional, de parentesco ou amoroso com fornecedores, prestadores de serviços, agentes públicos, clientes ou concorrentes da Companhia; e
- É dever do colaborador comunicar ao gestor imediato e à Área de Conformidade a sua participação societária, independente do grau, do objeto (incluindo agregados), em empresa que seja contratada para fornecer ou prestar serviços à Companhia, e concorrentes sendo que referida comunicação deverá se dar no momento do processo de compra, sob pena de nulidade com a consequente resilição do contrato firmado sem qualquer ônus para a Companhia.

Acordo Comercial

A Companhia e a Simpar celebraram Acordo Comercial e Outras Avenças ("Acordo") para regular os procedimentos relacionados à adesão das partes às compras de ativos negociadas pela outra parte junto a terceiros ("Fornecedor"), bem como a venda de ativos usados da Companhia para a Simpar.

Nos termos e conforme procedimento previsto no Acordo, a parte que pretender realizar uma compra de ativos novos junto a determinado Fornecedor poderá, a seu

11.1 Regras, políticas e práticas

exclusivo critério, notificar previamente a outra parte, que poderá aderir à compra, observadas as mesmas condições de compra para todas as partes.

Adicionalmente, a Simpar poderá adquirir da Companhia, ou vice-versa, observadas as condições previstas no Acordo, ativos utilizados pela Companhia sem seu segmento de locação.

O preço mínimo de venda ou compra dos ativos objeto do Acordo deverá corresponder ao preço médio de mercado, praticado pela Companhia nos sessenta dias anteriores ao recebimento da Intenção de Venda ou, alternativamente, mediante referência de mercado, respeita da Política de Transações com Partes Relacionadas.

As aquisições ou vendas de ativos estipuladas no Acordo poderão ser realizadas diretamente pela própria Simpar ou por meio de quaisquer de suas Controladas.

O Acordo prevê ainda uma cláusula de não concorrência entre as partes, de acordo com a qual a Companhia se obriga a não exercer atividades que tiverem como principal escopo a locação de caminhões, máquinas e equipamentos com adição de condutor, a locação de veículos ao setor público, com ou sem condutor, e, ainda, a locação de veículos leves de longo prazo (acima de doze meses) com adição de condutor e/ou que tenha oficinas e operações dedicadas e exclusivas.

O contrato possui prazo de vigência de 10 anos, podendo ser renovado automaticamente por iguais períodos sucessivos caso nenhuma das partes se manifeste em sentido contrário com trinta dias de antecedência ao término do Acordo.

Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Estrutura Administrativa

A Companhia e a Simpar celebraram o Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Estrutura Administrativa ("Contrato") para regular o compartilhamento de áreas estruturadas de atividades corporativas, bem como mão de obra especializada, infraestrutura, ferramentas, tecnologias e recursos atualizados ("Estrutura Administrativa") para o atendimento e retaguarda de necessidades comuns relacionadas às atividades de ambas não consideradas atividades fim ("Atividades Compartilhadas").

As Atividades Compartilhadas compreendem atividades relacionadas às áreas de gestão de ativos, controladoria, diretoria, jurídico, recursos humanos, serviços, suprimentos e tecnologia da informação, conforme identificadas no Anexo I ao Contrato, o qual poderá ser aditado de tempos em tempo para alterar o escopo das Atividades Compartilhadas ou os critérios de rateio dos custos.

11.1 Regras, políticas e práticas

O total de custos relacionados às Atividades Compartilhadas serão alocados às partes com base em custos reais e pro rata à utilização dos serviços por cada parte. Tais custos não deverão exceder, no agregado para cada uma das partes, o valor correspondente a 1% de sua receita líquida, salvo mediante aprovação por maioria de votos dos membros independentes dos Conselhos de Administração da parte respectiva.

O Contrato possui prazo de vigência de cinco anos, podendo ser renovado automaticamente por iguais períodos sucessivos caso nenhuma das partes se manifeste em sentido contrário.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Autostar Comercial	01/07/2022	7.000,00	00	7.000,00	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Acionista não controlador da empresa controlada.					
Objeto contrato	Acordo de acionistas prevendo opção de compra e opção de venda de empresa					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na prestação de serviços de manutenção e venda de equipamentos da empresa para a Autostar, respectivamente, aos seus clientes. Como os serviços possuem valor variável, pois cada transação possui valor próprio/não há valor fixo, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Autostar Comercial	01/07/2022	4.000,00	00	4.000,00	Prazo Indeterminado	00
Relação com o emissor	Subsidiária de controlada do controlador final.					
Objeto contrato	Contratação de serviços de manutenção e compra de equipamentos e acessórios					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na contratação de serviços de manutenção e compra de equipamentos da Autostar, respectivamente, aos clientes da Tietê. Como os serviços possuem valor variável, pois cada transação possui valor próprio/não há valor fixo, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BBC Leasing S.A. Arrendamento (anteriormente JSL Arrendamento Mercantil S.A.)	01/01/2023	8.266.000,00	712.000,00	8.266.000,00	Prazo indeterminado	0
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora					
Objeto contrato	Locação de máquinas e equipamentos/venda de veículo					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamentos de propriedade da Devedora para a parte relacionada BBC Leasing, para que seja realizada a locação de seus respectivos clientes. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada locação possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BBC Leasing S.A. Arrendamento (anteriormente JSL Arrendamento Mercantil S.A.)	01/01/2019	9.264.000,00	1.560.000,00	9.264.000,00	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora.					
Objeto contrato	Venda de máquinas, implementos e veículo					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A presente transação consiste na venda de máquinas, implementos e veículos para a BBC Leasing, para que seja realizado o arrendamento para seus respectivos clientes. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada serviço possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BBC Leasing S.A. Arrendamento (anteriormente JSL Arrendamento Mercantil S.A.)	01/01/2019	523.000,00	0	523.000,00	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora.					
Objeto contrato	Reembolsos de despesa					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Não aplicável.					
Natureza e razão para a operação	A presente transação consiste na prestação de serviços financeiros de controle de garantia de clientes que são depositados em Letras de Arrendamento Mercantil (LAM) na empresa relacionada BBC Leasing. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada serviço possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BBC Leasing S.A. Arrendamento (anteriormente JSL Arrendamento Mercantil S.A.)	01/01/2022	238.000,00	70.000,00	238.000,00	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora.					
Objeto contrato	Reembolsos de despesa					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados entre as empresas no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BBC Pagamentos	01/01/2023	139.000,00	39.000,00	139.000,00	Prazo indeterminado	0
Relação com o emissor	Subsidiária de controlada do controlador final					
Objeto contrato	Reembolsos de despesa					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BMB Brasil e BMB México (“BMBs”)	22/12/2019	0,00	25.244.000,00	00,0	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Juros sobre Capital Próprio e Dividendo					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato					
Natureza e razão para a operação	Obrigações a pagar por aquisição de empresas. Saldo a pagar de forma parcelada remanescente, conforme contrato de compra e venda de ações, e o acordo de acionistas entre a Vamos Seminovos e os antigos proprietários da BMB, prevê a opção de compra pela Vamos Seminovos, e, concomitantemente, a opção de venda pelos antigos proprietários, da participação societária remanescente após aquisição (30%) a partir do terceiro ano. informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BMB Brasil e BMB México (“BMBs”) - Vendedores	22/12/2019	0,00	29.400.000,00	0	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Acionista não controlador da empresa controlada.					
Objeto contrato	Acordo de acionistas prevendo opção de compra e opção de venda de empresa					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	Obrigações a pagar por aquisição de empresas. Saldo a pagar de forma parcelada remanescente, conforme contrato de compra e venda de ações, e o acordo de acionistas entre a Vamos Seminovos e os antigos proprietários da BMB, prevê a opção de compra pela Vamos Seminovos, e, concomitantemente, a opção de venda pelos antigos proprietários, da participação societária remanescente após aquisição (30%) a partir do terceiro ano. informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ciclus Amazônia	01/01/2022	6.363.000,00	1.970.000,00	6.363.000,00	Prazo Indeterminado	0,0
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora.					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamento					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na locação de caminhões, máquinas e equipamentos da credora para a parte relacionada Ciclus Ambiental, a fim de atender aos clientes Ciclus Amazônia, também na atividade de locação. Considerando que os contratos de locação possuem valor variável, visto que cada locação possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ciclus Ambiental	01/01/2022	121.000,00	55.000,00	121.000,00	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora.					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamentos.					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na locação de caminhões, máquinas e equipamentos da credora para a parte relacionada Ciclus Ambiental, a fim de atender aos clientes Ciclus Ambiental, também na atividade de locação. Considerando que os contratos de locação possuem valor variável, visto que cada locação possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
CS Brasil Frotas Ltda.	01/01/2020	39.000,00	44.000,00	39.000,00	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Subsidiária de controlada do controlador final.					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamentos					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamentos para a parte relacionada CS Brasil Frotas, para que seja realizada a locação para seus respectivos clientes. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada locação possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
CS Brasil Frotas Ltda.	01/01/2020	170.000,00	0	170.000,00	Prazo indeterminado.	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária de controlada do controlador final.					
Objeto contrato	Reembolso de despesas					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
CS Brasil Frotas Ltda.	01/01/2019	133.000,00	53.000,00	133.000,00	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária de controlada do controlador final.					
Objeto contrato	Contratação de serviço de locação e compra de caminhões, máquinas e equipamentos e acessórios					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	Tal transação consiste em reembolsos decorrentes de serviços administrativos e despesa com rateio de locação de espaço pela parte relacionada CS Brasil. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada serviço possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	01/01/2019	62.000,00	3.000,00	62.000,00	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora.					
Objeto contrato	Reembolso de serviços prestados					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável.					
Natureza e razão para a operação	Tal transação consiste em reembolsos decorrentes de serviços administrativos e despesa com rateio de locação de espaço pela parte relacionada CS Brasil. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada serviço possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	01/01/2019	373.000,00	138.000,00	373000,00	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora.					
Objeto contrato	Contratação de serviço de locação e compra de caminhões, máquinas e equipamentos e acessórios					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Não aplicável.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na contratação de serviço de locação e compra de caminhões, máquinas e equipamentos e acessórios da empresa relacionada CS Brasil para locação e sublocação, respectivamente, aos clientes da Vamos. Como os serviços possuem valor variável, pois cada transação possui valor próprio/não há valor fixo, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	01/01/2019	197.000,00	10.000,00	19700000	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora					
Objeto contrato	Reembolso de despesas					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Não aplicável.					
Natureza e razão para a operação	Tal transação consiste em reembolsos de despesas decorrentes de serviços administrativos da CS Brasil. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada serviço possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	01/01/2019	747.000,00	281.000,00	74700000	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora.					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas, equipamentos e venda de caminhões, máquinas, equipamentos e acessórios					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na locação de caminhões, máquinas, equipamentos e venda de caminhões, máquinas, equipamentos e acessórios da credora para a parte relacionada CS Brasil, a fim de atender aos clientes da CS Brasil, também na atividade de locação. Considerando que os contratos de locação possuem valor variável, visto que cada locação possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
DHL	01/07/2023	0,00	66.941.000,00	00	Prazo indeterminado	
Relação com o emissor	Acionista não controlador da empresa controlada					
Objeto contrato	Acordo de acionistas prevendo opção de compra e opção de venda de empresa					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato					
Natureza e razão para a operação	Obrigações a pagar por aquisição de empresas. Saldo a pagar de forma parcelada remanescente, conforme contrato de compra e venda de ações. Informamos acima os valores envolvidos na transação.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fadel Transportes	01/01/2020	5.096.000,00	995.000,00	509600000	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária de controlada do controlador final.					
Objeto contrato	Contratação de serviço de locação e compra de caminhões, máquinas e equipamentos e acessórios					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na locação de caminhões, máquinas e equipamentos da credora para a parte relacionada Fadel, a fim de atender aos clientes da Fadel, também na atividade de locação. Considerando que os contratos de locação possuem valor variável, visto que cada locação possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fadel Transportes	01/01/2020	7.892.000,00	1.100.000,00	7.892.000,00	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Subsidiária de controlada do controlador final.					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamento					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na locação de caminhões, máquinas e equipamentos da credora para a parte relacionada Fadel, a fim de atender aos clientes da Fadel, também na atividade de locação. Considerando que os contratos de locação possuem valor variável, visto que cada locação possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Família Borgato	22/12/2019	0,00	12.665.000,00	0	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Acionista controlador da empresa controlada.					
Objeto contrato	Recompra de ações da Devedor					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	Obrigações a pagar por aquisição de empresas. Recompra de ações da Devedora que haviam sido entregues na negociação de compra das Sociedades Borgato. informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
FSJ Logística	01/01/2023	10.496.000,00	1.780.000,00	10.496.000,00	Prazo indeterminado	
Relação com o emissor	Subsidiária de controlada do controlador final					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamentos e/ou venda de veículos, peças, serviços ou acessórios					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na locação de caminhões, máquinas e equipamentos e/ou venda de veículos, peças, serviços ou acessórios da credora para a parte relacionada FSJ, a fim de atender aos clientes da FSJ, também na atividade de locação. Considerando que os contratos de locação possuem valor variável, visto que cada locação possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
HM Empilhadeiras	01/05/2022	0,00	27.079.000,00	0	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Acionista não controlador da empresa controlada.					
Objeto contrato	Acordo de acionistas prevendo opção de compra e opção de venda de empresa					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	Obrigações a pagar por aquisição de empresas. Saldo a pagar de forma parcelada remanescente, conforme contrato de compra e venda de ações, e o acordo de acionistas entre a Vamos Locação e os antigos proprietários da HM. informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
IC Transportes	01/07/2022	300.000,00	00	300.000,00	Prazo Indeterminado.	
Relação com o emissor	Subsidiária de controlada do controlador final.					
Objeto contrato	Contratação de locação de caminhões, máquinas e equipamentos					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na contratação de locação de caminhões, máquinas e equipamentos da empresa relacionada IC Transportes para locação e sublocação, respectivamente, aos clientes da Vamos. Como os serviços possuem valor variável, pois cada transação possui valor próprio/não há valor fixo, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
IC Transportes	01/07/2022	74.000,00	54.000,00	74.000,00	Prazo Indeterminado.	0,0
Relação com o emissor	Subsidiária de controlada do controlador final.					
Objeto contrato	Reembolso de despesas					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
JSL S.A	01/01/2019	22.386.000,00	3.609.000,00	22.386.000,00	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora.					
Objeto contrato	Contratação de serviço de locação e compra de caminhões, máquinas, equipamentos e compra de caminhões, máquinas, equipamentos e acessório					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na locação e compra de caminhões, máquinas, equipamentos e acessórios da empresa relacionada JSL para locação e sublocação, respectivamente, aos clientes da Vamos. Como os serviços possuem valor variável, pois cada transação possui valor próprio/não há valor fixo, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
JSL S.A	01/01/2019	1.071.000,00	867.000,00	1.071.000,00	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora.					
Objeto contrato	Reembolsos de despesa					
Garantia e seguros	Não Aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em provisões de despesas da empresa relacionada JSL para a Vamos. Como os serviços possuem valor variável, pois cada transação possui valor próprio/não há valor fixo, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
JSL S.A.	01/01/2019	31.128.000,00	9.187.000,00	31.128.000,00	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamentos e venda de caminhões, máquinas, equipamentos e acessórios					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na locação de caminhões, máquinas, equipamentos e venda de caminhões, máquinas, equipamentos e acessórios da credora para a parte relacionada JSL, a fim de atender aos clientes da JSL, também na atividade de locação. Considerando que os contratos de locação possuem valor variável, visto que cada locação possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
JSL S.A.	01/01/2019	184.300,00	108.000,00	1.843.00,00	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora					
Objeto contrato	Reembolsos de despesa					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Madre Seguros	01/01/2022	96.000,00	6.000,00	96.000,00	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora.					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamentos					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na prestação de serviços de locação e na venda de veículos, peças e acessórios utilizados para o serviço de locação de propriedade da Devedora para a parte relacionada Madre, para que seja realizada a locação para seus respectivos clientes. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada locação possui um valor próprio e que não há valor fixo de transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Marvel	01/01/2022	90.000,00	15.000,00	90.000,00	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora.					
Objeto contrato	Reembolso de despesas					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Marvel	01/01/2022	13.000,00	0,00	13.000,00	Prazo Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora.					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas, equipamentos e venda de caminhões, máquinas, equipamentos e acessórios					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na locação de caminhões, máquinas, equipamentos e venda de caminhões, máquinas, equipamentos e acessórios da credora para a parte relacionada Marvel, a fim de atender aos clientes da CS Brasil, também na atividade de locação. Considerando que os contratos de locação possuem valor variável, visto que cada locação possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Mogi Mobi Transportes de Passageiros Ltda	01/01/2020	1.000,00	0	1.000,00	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária de controlada do controlador final					
Objeto contrato	Reembolso de despesa					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Mogi Mobi Transportes de Passageiros Ltda	01/01/2020	2.000,00	0	2.000,00	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária de controlada do controlador final					
Objeto contrato	Reembolso de despesa					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na contratação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamentos de propriedade da Mogi Mobi. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada locação possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Mogi Mobi Transportes de Passageiros Ltda.	01/01/2020	1.000,00	1.000,00	1.000,00	Prazo indeterminado	0
Relação com o emissor	Subsidiária de controlada do controlador final					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamento					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Movida Locação S.A	01/01/2019	555.000,00	1.000,00	555.000,00	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora.					
Objeto contrato	Reembolsos de despesa					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Não aplicável.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Movida Locações S.A	01/01/2021	798.000,00	2.513.000,00	798.000,00	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora.					
Objeto contrato	Serviços de locação e venda de veículo					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A presente transação consiste na contratação de serviços de locação de veículos de propriedade da Movida pela Devedora e na compra de veículos da Movida Locações para a utilização no serviço de locação da Devedora. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada locação/venda possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Movida Locações S.A	01/01/2019	1.437.000,00	239.000,00	1.437.000,00	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora.					
Objeto contrato	Reembolso de despesa					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Não aplicável.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada locação/venda possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Movida Participações S.A	01/01/2019	0,00	28.000,00	0	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora.					
Objeto contrato	Contratação de serviços de locação de veículos e compra de veículo					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na prestação de serviços de locação e venda de peças e acessórios para a empresa relacionada Movida Participações para locação e sublocação, respectivamente, aos seus clientes. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada locação/venda possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores totais movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Movida Participações S.A	01/01/2019	130.000,00	747.000,00	130.000,00	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora.					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas de serviços prestado					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Não aplicável.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Movida Participações S.A	01/01/2022	0,00	5.000,00	0	Prazo indeterminado	0
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora					
Objeto contrato	Reembolsos de despesa					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Original Veículos Ltda.	01/01/2019	18.000,00	1.000,00	18.000,00	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora.					
Objeto contrato	Compra de veículo					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Original Veículos Ltda.	01/01/2019	7.000,00	0	7.000,00	Prazo indeterminado	0
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora					
Objeto contrato	Locação e venda de veículo					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato					
Natureza e razão para a operação	A presente transação consiste na locação e na venda de veículos, peças e acessórios utilizados para o serviço de locação, todos bens de propriedade da Devedora para a Original Veículos, para que seja realizada a locação/venda, conforme o caso, para seus respectivos clientes. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada locação/venda possui um valor próprio e que não há valor fixo de transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Original Veículos Ltda.	01/01/2019	37.000,00	9.000,00	37.000,00	Prazo indeterminado	0
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora					
Objeto contrato	Locação de máquinas e equipamentos/venda de veículo					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato					
Natureza e razão para a operação	A presente transação consiste na compra de veículos, peças e acessórios de propriedade da Ponto Veículos para utilização no serviço de locação da Vamos. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada venda possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Original Veículos Ltda.	01/01/2019	15.000,00	15.000,00	15.000,00	Prazo indeterminado	0
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora					
Objeto contrato	Reembolsos de despesa					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada locação/venda possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ponto Veículos Ltda.	01/01/2020	104.000,00	59.000,00	104.000,00	Prazo indeterminado	0
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora					
Objeto contrato	Reembolso de despesas					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada locação/venda possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pronto Express	01/01/2022	948.000,00	157.000,00	948.000,00	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Subsidiária de controlada do controlador final.					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamento					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na locação de caminhões, máquinas e equipamentos da credora para a parte relacionada Pronto Express, a fim de atender aos clientes da Pronto Express, também na atividade de locação. Considerando que os contratos de locação possuem valor variável, visto que cada locação possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de julho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Quick	01/01/2019	40.000,00	0	40.000,00	Prazo indeterminado	0
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora					
Objeto contrato	Reembolso de despesa					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas. Considerando que os reembolsos possuem um valor variável, visto que cada despesa possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Quick	01/01/2019	4.000,00	18.000,00	4.000,00	Prazo indeterminado	0,0
Relação com o emissor	Subsidiária de controlada do controlador final.					
Objeto contrato	Reembolso de despesa					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Não aplicável.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas. Considerando que os reembolsos possuem um valor variável, visto que cada despesa possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Quick	01/01/2019	2.000,00	33.000,00	2.000,00	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora.					
Objeto contrato	Locação de máquinas e equipamentos/venda de veículo					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A presente transação consiste na locação e na venda de veículos, peças e acessórios utilizados para o serviço de locação, todos bens de propriedade da credora para a Ponto Veículos, para que seja realizada a locação/venda, conforme o caso, para seus respectivos clientes. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada locação/venda possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	16/11/2019	1.475.000,00	126.000,00	1.475.000,00	Até 16/01/2035	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada do controlador final.					
Objeto contrato	Locação de imóvei					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Não aplicável.					
Natureza e razão para a operação	Contratos de locação dos imóveis da controlada Transrio, especificamente das filiais de Pavuna/RJ, Eldorado/RS e Pelotas/RS, e Vamos Locação relativo à sede administrativa da Devedora, em Mogi das Cruzes/SP e a operação da Devedora no intermodal de Itaquaquecetuba/SP. Os valores informados como montante envolvido foram considerados a totalidade do contrato, com vencimento até jan/2035, sendo Pavuna/RJ: R\$ 14.245 mil, Eldorado/RS: R\$ 9.525 mil e Pelotas/RS: R\$ 2.578 mil, com base na nova norma do CPC 06 (R2) - IFRS/16.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rodomeu	01/01/2022	3.041.000,00	428.000,00	3.041.000,00	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora.					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamentos.					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na locação de caminhões, máquinas e equipamentos da credora para a parte relacionada Rodomeu, a fim de atender aos clientes Rodomeu, também na atividade de locação. Considerando que os contratos de locação possuem valor variável, visto que cada locação possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rodomeu	01/01/2022	101.000,00	143.000,00	101.000,00	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora.					
Objeto contrato	Contratação de locação e compra de caminhões, máquinas e equipamentos					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na locação e compra de caminhões, máquinas e equipamentos da empresa relacionada Rodomeu para locação e sublocação, respectivamente, aos clientes da Vamos. Como os serviços possuem valor variável, pois cada transação possui valor próprio/não há valor fixo, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Satelite	01/07/2022	3.448.000,00	00	3.448.000,00	Prazo Indeterminado	
Relação com o emissor	Subsidiária de controlada do controlador final.					
Objeto contrato	Contratação de serviço de rastreamento					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na contratação de serviços de rastreamento de veículos da Vamos, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Satelite	01/07/2022	399.000,00	598.000,00	399.000,00	Prazo Indeterminado	0,0
Relação com o emissor	Subsidiária de controlada do controlador final.					
Objeto contrato	Reembolso de despesas					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
SIMPAR S.A	05/08/2020	9.428.000,00	1.463.000,00	9.428.000,00	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Reembolso do centro de serviços administrativo					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolso de despesas aos gastos compartilhados da estrutura administrativa e BackOffice (controladoria, recursos humanos, auditoria interna, controles internos etc.) da Simpar, nova controladora do grupo a partir de 01 de setembro de 2020. Como os serviços possuem valor variável, pois cada transação possui valor próprio/não há valor fixo. Informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
SIMPAR S.A	05/08/2020	0,00	25.621.000,00	0	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Controladora.					
Objeto contrato	Contratos de cessão de direitos creditórios (FIDC)					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato					
Natureza e razão para a operação	Refere-se aos contratos de cessão de direitos creditórios efetuado com o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) da controladora. informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
SIMPAR S.A	05/08/2020	139.000,00	17.000,00	139.000,00	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Controladora.					
Objeto contrato	Reembolso de despesa					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	Refere-se a notas de débitos relativo à transferência de despesas. Informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Sinal	01/01/2022	113.000,00	36.000,00	113.000,00	Prazo indeterminado	0
Relação com o emissor	Subsidiária de controlada do controlador final					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamento					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na locação de caminhões, máquinas e equipamentos da credora para a parte relacionada Sinal, a fim de atender aos clientes da Sinal, também na atividade de locação. Considerando que os contratos de locação possuem valor variável, visto que cada locação possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Tietê Veículos	01/07/2023	0,00	79.770.000,00	0	Prazo indeterminado	0
Relação com o emissor	Acionista não controlador da empresa controlada					
Objeto contrato	Acordo de acionistas prevendo opção de compra e opção de venda de empresa					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato					
Natureza e razão para a operação	Obrigações a pagar por aquisição de empresas. Saldo a pagar de forma parcelada remanescente, conforme contrato de compra e venda de ações. Informamos acima os valores envolvidos na transação.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Transmoreno	01/01/2022	68.000,00	0	68.000,00	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora.					
Objeto contrato	Contratação de locação e compra de caminhões, máquinas e equipamentos					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na compra de caminhões, máquinas e equipamentos da empresa relacionada Transmoreno para locação e sublocação, respectivamente, aos clientes da Vamos. Como os serviços possuem valor variável, pois cada transação possui valor próprio/não há valor fixo, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Transmoreno	01/01/2022	30.000,00	0	30.000,00	Prazo Indeterminado.	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora.					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamentos					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na locação de caminhões, máquinas e equipamentos da credora para a parte relacionada Transmoreno, a fim de atender aos clientes Transmoreno, também na atividade de locação. Considerando que os contratos de locação possuem valor variável, visto que cada locação possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Truckpad	01/01/2020	200.000,00	0	200.000,00	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária de controlada do controlador final					
Objeto contrato	Reembolso de despesa					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato					
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 30 de junho de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2 Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Para fins das transações com partes relacionadas apontadas no item 11.2 acima deste Formulário de Referência, foram adotadas as práticas exigidas pela legislação para fins de tratamento de conflitos de interesse. Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, a Companhia adota e incentiva entre seus administradores e colaboradores elevados padrões de integridade e ética em todas as suas atividades, objetivando continuamente a valorização da Companhia e de suas ações, a proteção de seus investidores, empregados, acionistas e clientes, a igualdade no tratamento dos acionistas e a transparência das informações ao mercado.

A Companhia busca assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionados, sejam tomadas com total lisura, respeitando o interesse da Companhia.

Adicionalmente, as transações com partes relacionadas só poderão ser aprovadas caso sejam entendidas como equitativas, comutativas e realizadas no melhor interesse da Companhia.

Vale destacar que as operações e os negócios da Companhia com partes relacionadas são realizadas com o intuito de melhorar o seu desempenho e levam sempre em consideração condições equivalentes às que forem estipuladas entre partes independentes, como o critério do melhor preço, prazo, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado, sendo que todos estabelecem prazos para sua efetiva realização (quitação) – ou, quando de prazo indeterminado, garantem à Companhia o direito de rescindi-los a seu exclusivo critério, bem como taxas de juros de mercado (quando aplicável).

Ainda, conforme descrito no item 11.1 acima, foi aprovada pelo Conselho de Administração Política de Transações com Partes Relacionadas, em 24 de janeiro de 2020, de modo que as transações com partes relacionadas celebradas a partir de tal data irão observar os procedimentos nela dispostos.

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

No que tange as operações descritas no item 11.2 acima, vale separá-las em cinco categorias para demonstração do caráter comutativo, quais sejam: **(i)** compra, venda e locação de máquinas, veículos e equipamentos; **(ii)** reembolso por serviços administrativos prestados; **(iii)** provisões de obrigações trabalhistas; **(iv)** locação de imóveis; **(v)** contratação de apólice de seguros; **(vi)** cessão de direitos creditórios; **(vii)** serviços financeiros de controle de garantia de clientes; e **(viii)** obrigações por aquisição de participação societária.

Em relação às transações do item (i) acima, a Companhia esclarece que foram todas realizadas nos mesmos termos e condições observados em transações com contrapartes não relacionadas, tendo sido seguidas as políticas de preços usualmente adotadas pela Companhia, incluindo, mas não se limitando, a consultas à tabela FIPE. Tal informação pode ser observada analisando contratos firmados com contrapartes não relacionadas.

Já o que se refere aos itens (ii) e (iii) acima, a Companhia recebeu os valores exatos referentes aos serviços administrativos prestados em favor das partes relacionadas – item (ii) – e transferiu os valores de obrigações trabalhistas devidamente calculados – item (iii). Considerando que ambas se tratam de operações usuais na condução de negócios do Grupo, não há que se falar em comutatividade de tais transações.

A locação de imóveis do item (iv) foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de janeiro de 2020. Vale apontar, ainda, que foram elaborados laudos de avaliação pela Cushman & Wakefield, empresa especializada em avaliação imobiliária com reputação internacional, a respeito dos valores dos aluguéis dos imóveis objeto dos novos contratos de locação, atestando sua comutatividade.

No que se refere ao item (v), a Companhia informa que as condições da apólice de seguro contratada são equivalentes àquelas oferecidas por outras empresas do mercado. A decisão pela contratação da Madre Seguros se deu após realização de pesquisas no mercado para verificação dos valores oferecidos em apólices iguais à contratada pela Companhia.

A cessão de direitos creditórios (FIDC) (item (vi)) corresponde a antecipação de recebíveis de clientes efetuada com base em taxas equivalentes às praticadas no mercado financeiro.

Em relação ao item (vii), as transações de serviços financeiros correspondem a aplicações relacionadas com controle de depósitos de garantias de clientes em Letras de Arrendamento Mercantil (LAM), remuneradas com base em taxas equivalentes às praticadas no mercado financeiro.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Por fim, no que tange ao item (vii), a Companhia informa que os montantes correspondentes às obrigações a pagar por aquisição de participação societária em empresas, referem-se aos valores retidos ou parcelados previstos nos contratos de aquisição de quotas e/ou ações firmados com os antigos proprietários das empresas adquiridas, assim como o montante reconhecido como preço do exercício da opção de compra firmada em acordo de acionistas na data de aquisição.

11.3 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 11.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
29/06/2023		2.142.576.124,79	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.104.324.569	0	1.104.324.569	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
29/06/2023		2.142.576.124,79	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.104.324.569	0	1.104.324.569	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
29/06/2023		2.142.576.124,79	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.104.324.569	0	1.104.324.569	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
13/08/2021		0,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
4.000.000.000	0	4.000.000.000	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiados no tocante a:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	4ª Emissão de Debêntures Simples, Não conversíveis em Ações, da espécie quirografária, em até três s
Data de emissão	15/10/2021
Data de vencimento	15/10/2031
Quantidade	2.000.000
Valor nominal global R\$	2.000.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	2.115.536.350,25
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o §1º do artigo 3º da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>i. Hipóteses de resgate: A Emissora poderá: (i) em relação às Debêntures da Primeira Série, a partir de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de outubro de 2026 (inclusive), e (ii) em relação às Debêntures da Segunda Série e às Debêntures da Terceira Série, a partir de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de outubro de 2027 (inclusive), resgatar a totalidade das Debêntures da respectiva Série, por meio de envio de comunicado à totalidade dos titulares das Debêntures da respectiva Série, com cópia para o Agente Fiduciário, ou de publicação de comunicado aos titulares das Debêntures da respectiva Série, nos termos da Cláusula 6.18 da Escritura de Emissão, com 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data do evento ("Resgate Antecipado Facultativo"), informando: (i) a data em que será realizado o Resgate Antecipado Facultativo, que deverá ser um Dia Útil e a qual série(s) ele se relaciona; (ii) a forma de cálculo do valor do Resgate Antecipado Facultativo; (iii) o percentual do prêmio a ser aplicado, que não poderá ser negativo; e (iv) qualquer outra informação relevante para os titulares das Debêntures da respectiva série. ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate: Cálculo referente a cláusula 7 – resgate antecipado facultativo total, amortização extraordinária, oferta de resgate antecipado e aquisição facultativa: $\text{Prêmio} = \text{VR} (\text{referente ao valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário}) \times 0,55\% \times (\text{d} (\text{quantidade de dias úteis})/252)$.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

i. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: O vencimento da 1ª Série ocorre em 15 de outubro de 2028, o vencimento da 2ª Série em 15 de outubro de 2031 e o vencimento da 3ª Série em 15 de outubro de 2031.

ii. Juros: Sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures da Primeira Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de spread (sobretaxa) a ser definida de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, limitado a 2,40% (dois inteiros e quarenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série" ou "Remuneração da Primeira Série"). A 2ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures da Segunda Série, desde a respectiva Data da Primeira Subscrição e Integralização ou a respectiva Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior (inclusive) até a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série em questão ou data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um eventual Evento de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido), o que ocorrer primeiro ("Período de Capitalização da Segunda Série" e, em conjunto com o Período de Capitalização da Primeira Série, o "Período de Capitalização"). A 3ª Série. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série incidirão juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, limitados ao maior valor entre (a) 6,80% (seis inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e (b) a taxa interna de retorno das Notas do Tesouro Nacional – Série B, com vencimento em 2030 ("NTN-B"), apurada de acordo com a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na Internet (<http://www.anbima.com.br>) na mesma data de realização do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo), acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) de 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (tal maior valor a "Remuneração das Debêntures da Terceira Série" ou "Remuneração da Terceira Série", quando referida em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série ou Remuneração da Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série ou Remuneração da Segunda Série, a "Remuneração").iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto: N/A. iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografário. v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários, realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado, conforme indicadas na Escritura de Emissão, incluindo: o não atendimento do índice financeiro a seguir, conforme definição descrita na Escritura de Emissão: "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Adicionado" menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos). vi. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.

Outras características relevantes

Seu saldo, conforme o caso, será amortizado em 3 parcelas, sendo a primeira parcela (33,3333%) paga em 15 de outubro de 2026, a segunda parcela (50,0000%) paga em 15 de outubro de 2027 e a terceira parcela (100,0000%) na data de vencimento. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou seu saldo será amortizado em 3 parcelas, sendo a primeira parcela (33,3333%) paga em 15 de outubro de 2029, a segunda parcela paga (50,0000%) em 15 de outubro de 2030 e a terceira parcela (100,0000%) paga na data de vencimento. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 4ª Série ou seu saldo será amortizado em 3 parcelas, sendo a primeira parcela (33,3333%) paga em 15 de outubro de 2029.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	5ª Emissão de Debêntures simples (CRA V), não Conversíveis em Ações, da espécie quirografária, em at
Data de emissão	15/05/2022
Data de vencimento	15/05/2037
Quantidade	600.000
Valor nominal global R\$	600.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	633.348.508,74
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>i. Hipóteses de resgate: A Debenturista deverá notificar, por meio de publicação de aviso no jornal que publica suas informações, os Titulares de CRA, em até 5 (cinco) Dias Úteis previamente ao respectivo pagamento, informando: (i) a data em que o pagamento antecipado será realizado, (ii) o valor do pagamento antecipado, que deverá, em qualquer caso, equivaler ao Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração das Debêntures devida e não paga, calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e eventuais Encargos Moratórios (conforme abaixo definidos) devidos pela Companhia, incidentes até a respectiva data de apuração ("Valor de Resgate"), sem o pagamento de multas ou prêmios de qualquer natureza.</p> <p>ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate: O resgate antecipado no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, o valor a ser pago à Debenturista será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures que tiverem aderido à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado acrescido (a) da Remuneração aplicável sobre as Debêntures que serão objeto de resgate antecipado, calculada pra rata temporis desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido à Debenturista, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo; e (c) dos Encargos Moratórios e de quaisquer obrigações pecuniárias referentes às Debêntures a serem resgatas, se houver.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>i. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: 15/05/2037. ii. Juros: O vencimento para a primeira série ocorrerá em 14 de maio de 2032, e, da segunda série o vencimento ocorrerá em 14 de maio de 2037. A remuneração é IPCA+6,5473% a.a. para o a primeira série, e, IPCA+6,9739% a.a. para a segunda série.iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto: N/A. iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografário. v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários, realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado, conforme indicadas na Escritura de Emissão, incluindo: o não atendimento do índice financeiro a seguir, conforme definição descrita na Escritura de Emissão: "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Adicionado" menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos). e EBITDA Adicionado/Despesa Financeira Líquida" maior ou igual a 2,0 (dois inteiros).vi. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes A 5ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 séries, com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A como emissora, e, Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário, emitido em 08 de abril de 2022. A quantidade emitida foi de 600.000 (seiscentas mil) debêntures, todas com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), perfazendo um montante de total de R\$ 600.000 mil. A Emissão insere-se no contexto de uma operação de securitização dos Direitos Creditórios do Agronegócio. A primeira série totaliza R\$ 303.642 mil, e, a segunda série totaliza R\$ 296.358 mil.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Debêntures simples, não Conversíveis em Ações, da espécie quirografária, em até duas s
Data de emissão	20/08/2019
Data de vencimento	20/08/2026
Quantidade	800.000
Valor nominal global R\$	800.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	635.827.851,34
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	O plano de distribuição pública seguirá o procedimento e os limites estabelecidos pela Instrução CVM 476. Para tanto, as Debêntures somente poderão ser negociadas em mercados regulamentados depois de decorridos 90 dias contados de cada subscrição ou aquisição pelos investidores, e apenas poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos na ICVM 539/2013.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	i. Hipóteses de resgate: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, (i) a partir de 20 de agosto de 2022 as Debêntures da Primeira Série; e (ii) a partir de 20 de agosto de 2024 as Debêntures da Segunda Série. ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate: O valor do resgate será o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização da (s) respectiva(s) Série(s) ou a Data de Pagamento de Remuneração da(s) respectiva(s) Série(s) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio de resgate correspondente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano.
Características dos valores mobiliários de dívida	i. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: 20/08/2026. ii. Juros: As Debêntures da 1ª Série farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread, a ser definida de acordo com o Procedimento de Bookbuilding e, em qualquer caso, limitada a 1,80% ao ano. As Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread, a ser definida de acordo com o Procedimento de Bookbuilding e, em qualquer caso, limitada a 2,25% ao ano. iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto: N/A. iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografária. v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários, realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado, conforme indicadas na Escritura de Emissão, incluindo: o não atendimento do índice financeiro a seguir, conforme definição descrita na Escritura de Emissão: "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Adicionado" menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos). vi. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.
Outras características relevantes	Tal operação compreende a emissão de 800.000 debêntures, de valor nominal unitário de R\$1.000,00. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou seu saldo, conforme o caso, será amortizado em 2 parcelas, sendo a primeira parcela (50,0000%) paga em 20 de agosto de 2023 e a segunda parcela paga na data de vencimento. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou seu saldo será amortizado em 3 parcelas, sendo a primeira parcela (33,3333%) paga em 20 de agosto de 2024, a segunda parcela paga (50,0000%) em 20 de agosto de 2025 e a terceira parcela (100,0000%) paga na data de vencimento. A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério realizar a amortização extraordinária limitada a 98% do Valor Nominal Unitário. O valor a ser pago em relação às Debêntures objeto da Amortização Extraordinária será o percentual do Valor Nominal Unitário ou seu saldo, acrescido da respectiva Remuneração e de prêmio de resgate correspondente a 0,40%. A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da 1ªPrimeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, sendo vedada a oferta facultativa de resgate antecipado parcial das Debêntures da respectiva Série, endereçada a todos os Debenturistas da 1ª Série e/ou Debenturistas da 2ª Série, assegurada a igualdade de condições a todos os referidos Debenturistas.
<hr/>	
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	3ª Emissão de Debêntures simples, não Conversíveis em Ações, da espécie quirografária, em até três s
Data de emissão	15/06/2021
Data de vencimento	15/06/2031
Quantidade	1.000.000
Valor nominal global R\$	1.000.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.061.588.407,79
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os coordenadores poderão acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	i. Hipóteses de resgate: A Emissora poderá: (i) em relação às Debêntures da Primeira Série, a partir de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de junho de 2026 (inclusive), e (ii) em relação às Debêntures da Segunda Série e às Debêntures da Terceira Série, a partir de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de junho de 2027 (inclusive). ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate: O valor do resgate será o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização da (s) respectiva(s) Série(s) ou a Data de Pagamento de Remuneração da(s) respectiva(s) Série(s) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio de resgate correspondente a 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

i. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: O vencimento da 1ª Série ocorre em 15 de junho de 2029, o vencimento da 2ª Série em 15 de junho de 2031 e o vencimento da 3ª Série em 15 de junho de 2031. ii. Juros: As Debêntures da 1ª Série farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread, a ser definida de acordo com o Procedimento de Bookbuilding e, em qualquer caso, limitada a 2,40% ao ano. As Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread, a ser definida de acordo com o Procedimento de Bookbuilding e, em qualquer caso, limitada a 2,75% ao ano. As Debêntures da Terceira Série farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread, a ser definida de acordo com o Procedimento de Bookbuilding e, em qualquer caso, limitada a 2,25% ao ano. iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto: N/A. iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografário. v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários, realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado, conforme indicadas na Escritura de Emissão, incluindo: o não atendimento do índice financeiro a seguir, conforme definição descrita na Escritura de Emissão: "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Adicionado" menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos). vi. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.

Outras características relevantes

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou seu saldo, conforme o caso, será amortizado em 3 parcelas, sendo a primeira parcela (33,3333%) paga em 15 de junho de 2027, a segunda parcela (50,0000%) paga em 15 de junho de 2028 e a terceira parcela (100,0000%) na data de vencimento. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou seu saldo será amortizado em 3 parcelas, sendo a primeira parcela (33,3333%) paga em 15 de junho de 2029, a segunda parcela paga (50,0000%) em 15 de junho de 2030 e a terceira parcela (100,0000%) paga na data de vencimento. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série ou seu saldo será amortizado em 3 parcelas, sendo a primeira parcela (33,3333%) paga em 15 de junho de 2029, a segunda parcela paga (50,0000%) em 15 de junho de 2030 e a terceira parcela (100,0000%) paga na data de vencimento. As Debêntures não estarão sujeitas à amortização extraordinária pela Emissora.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	6ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em at
Data de emissão	15/01/2023
Data de vencimento	14/01/2030
Quantidade	937.500
Valor nominal global R\$	650.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	693.400.992,43
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures serão objeto de colocação privada.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>i. Hipóteses de resgate: A Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério, a qualquer momento a partir da Data de Emissão, oferta facultativa de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, em conjunto ou individualmente por série (“Oferta Facultativa de Resgate Antecipado”), devendo a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado proposta pela Emissora ser dirigida à Debenturista, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA.</p> <p>ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate: Por ocasião da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, a Debenturista fará jus ao pagamento (a) com relação às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, do Valor Nominal Unitário, e (b) com relação às Debêntures da Terceira Série, do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série, acrescido: (i) da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a respectiva primeira Data de Integralização ou a respectiva Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, bem como, se for o caso, (ii) de prêmio de resgate, que, caso exista, não poderá ser negativo, e (iii) se for o caso, dos Encargos Moratórios devidos e não pagos, até a data do referido resgate.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>i. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: As Debêntures da Primeira Série terão vencimento em 14 de janeiro de 2028 e As Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série terão vencimento em 14 de janeiro de 2030. ii. Juros: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread), a ser definida no Procedimento de Bookbuilding dos CRA, em qualquer caso, limitada a 0,90% (noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread), a ser definida no Procedimento de Bookbuilding, em qualquer caso, limitada a 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a determinado percentual, a ser definido do acordo com o Procedimento de Bookbuilding dos CRA, sendo tal percentual limitado ao que for maior entre: (i) o percentual correspondente à taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA com Juros Semestrais (NTN-B), com vencimento em 2030, baseada na cotação indicativa do Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de Bookbuilding dos CRA, divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), acrescida exponencialmente de spread de 0,90% (noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (ii) 6,80% (seis inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto: N/A. iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografária. v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários, realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado, conforme indicadas na Escritura de Emissão, incluindo: (i) operações de cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Companhia, observado que não será vencimento antecipado se a cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação por ações) cumprir os requisitos estipulados na Escritura de Emissão; e (ii) o não atendimento do índice financeiro a seguir, conforme definição descrita na Escritura de Emissão: “Dívida Financeira Líquida/EBITDA Adicionado” menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos), sendo que o Índice Financeiro a ser mantido pela Companhia será alterado automaticamente para 4x (quatro inteiros), a partir do momento em que não mais estiverem em vigor Instrumentos nos quais a Emissora tenha assumido a obrigação da manutenção de Índice Financeiro menor que 4x (quatro inteiros). vi. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	O saldo devedor em aberto indicado acima refere-se ao saldo total de emissão das debêntures, visto que foram emitidas apenas no exercício de 2023.
Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	1ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial
Data de emissão	03/12/2021
Data de vencimento	03/12/2028
Quantidade	140
Valor nominal global R\$	500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	510.034.215,97
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Notas Promissórias somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados, desde que decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 ("Período de Restrição"), e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º, parágrafo 1º da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>i. Hipóteses de resgate: A Emissora poderá, mediante deliberação pelos órgãos competentes, realizar oferta de resgate antecipado das Notas Promissórias endereçada a todos os titulares de Notas Promissórias, sem distinção, sendo assegurado a todos os titulares de Notas Promissórias igualdade de condições para aceitar a oferta de resgate antecipado das Notas Promissórias de sua titularidade. O resgate antecipado poderá ser realizado a partir do 5º (quinto) ano contado da Data de Emissão, mediante prêmio de pré-pagamento de 0,55% ao ano, multiplicado pelo prazo remanescente.</p> <p>ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate: Resgate antecipado facultativo total, amortização extraordinária, oferta de resgate antecipado e aquisição facultativa: Prêmio = VR (referente ao valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário) x 0,55% x (d (quantidade de dias úteis)/252).</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

i. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: 1ª Série - A 1ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 30.966.955,60 e vencimento em 03/06/2022. 2ª Série - A 2ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 32.989.910,50 e vencimento em 03/12/2022. 3ª Série - A 3ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 29.344.195,00 e vencimento em 03/06/2023. 4ª Série - A 4ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 25.887.214,60 e vencimento em 03/12/2023. 5ª Série - A 5ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 23.901.065,70 e vencimento em 03/06/2024. 6ª Série - A 6ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 23.962.591,80 e vencimento em 03/12/2024. 7ª Série - A 7ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 21.189.269,80 e vencimento em 03/06/2025. 8ª Série - A 8ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 20.931.145,10 e vencimento em 03/12/2025. 9ª Série - A 9ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 18.508.669,00 e vencimento em 03/06/2026. 10ª Série - A 10ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 102.689.956,90 e vencimento em 03/12/2026. 11ª Série - A 11ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 10.827.563,00 e vencimento em 03/06/2027. 12ª Série - A 12ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 84.632.787,90 e vencimento em 03/12/2027. 13ª Série - A 13ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 4.864.412,00 e vencimento em 03/06/2028. 14ª Série - A 14ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 69.304.263,10 e vencimento em 03/12/2028. ii. Juros: 1ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 2ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 3ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 4ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 5ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 6ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 7ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 8ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 9ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 10ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 11ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 12ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 13ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 14ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto: N/A. iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: N/A. v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários, realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado, conforme indicadas na Escritura de Emissão, incluindo: o não atendimento do índice financeiro a seguir, conforme definição descrita na Escritura de Emissão: "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Adicionado" menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos). vi. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

A eventual alteração de direitos assegurados por tal valor mobiliário só pode ser realizada mediante aprovação dos titulares de Notas Promissórias por meio de votação em Assembleia de Titulares de Notas Promissórias, conforme condições previstas na Cártula.

Outras características relevantes

Não há outras características relevantes.

Valor mobiliário

Identificação do valor mobiliário

Debêntures

7ª Emissão de Debêntures simples, não Conversíveis em Ações, da espécie quirografária, em série única

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Data de emissão	15/06/2023
Data de vencimento	15/06/2028
Quantidade	250.000
Valor nominal global R\$	250.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	249.146.621,57
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures serão objeto de distribuição pública destinada exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução CVM nº 30.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>i. Hipóteses de resgate: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar ou não o resgate das Debêntures por eles detidas.</p> <p>ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate: O valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou da Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado, e demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate decorrente da Oferta de Resgate Antecipado e, se for o caso, do prêmio de resgate indicado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>i. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: 15/06/2028. ii. Juros: Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) equivalente a 2,1700% (dois inteiros e dezessete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto: N/A. iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografária. v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários, realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado, conforme indicadas na Escritura de Emissão, incluindo: (i) operações de cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Companhia, observado que não será vencimento antecipado se a cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação por ações) cumprir os requisitos estipulados na Escritura de Emissão; e (ii) o não atendimento do índice financeiro a seguir, conforme definição descrita na Escritura de Emissão: "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Consolidado" menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos), sendo que o Índice Financeiro a ser mantido pela Companhia será alterado automaticamente para 4x (quatro inteiros), a partir do momento em que não mais estiverem em vigor Instrumentos nos quais a Emissora tenha assumido a obrigação da manutenção de Índice Financeiro menor que 4x (quatro inteiros). vi. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	O saldo devedor em aberto indicado acima refere-se ao saldo total de emissão das debêntures, visto que foram emitidas apenas no exercício de 2023.
Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Nota Promissória Comercial
Data de emissão	21/06/2023
Data de vencimento	21/06/2028
Quantidade	750.000
Valor nominal global R\$	750.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	739.383.008,41
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos do artigo 86, inciso II, da Resolução CVM 160, a negociação das Notas Comerciais no mercado secundário (i) a Investidores Profissionais poderá ocorrer sem prazo de restrição a partir da data de encerramento da Oferta por meio da divulgação do anúncio de encerramento da Oferta, nos termos do “Anexo M” referido no artigo 76 da Resolução CVM 160 (“Anúncio de Encerramento da Oferta”); (ii) a investidores qualificados, conforme definido no artigo 12 da Resolução CVM 30 (“Investidores Qualificados”), somente poderá ocorrer após decorridos 6 (seis) meses da data de divulgação do Anúncio de Encerramento da Oferta; e (iii) ao público investidor em geral somente poderá ocorrer após decorrido 1 (um) ano contado da data de divulgação do Anúncio de Encerramento da Oferta, observada a Data de Vencimento.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>i. Hipóteses de resgate: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total das Notas Comerciais, endereçada a todos os Titulares das Notas Comerciais, sendo assegurado a todos os Titulares das Notas Comerciais igualdade de condições para aceitar o resgate das Notas Comerciais por eles detidas.</p> <p>ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate: O valor a ser pago aos Titulares das Notas Comerciais será equivalente ao (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais a serem resgatadas, acrescido (ii) da Remuneração, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Notas Comerciais objeto da Oferta de Resgate Antecipado, e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado e (iii) se for o caso, aplicando-se sobre o valor total dos itens (i) e (ii) acima um prêmio informado pela Emitente na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

i. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: 21/06/2028. ii. Juros: Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) de 2,85% (dois inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto: N/A. iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: N/A. v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários, realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: As Notas Comerciais estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado, conforme indicadas no Termo de Emissão, incluindo: (i) operações de cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Companhia, observado que não será vencimento antecipado se a cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) cumprir com qualquer dos requisitos do Termo de Emissão; e (ii) o não atendimento do índice financeiro a seguir, conforme definição descrita no Termo de Emissão: “Dívida Financeira Líquida/EBITDA Consolidado” menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos), até que haja instrumentos relacionados aos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emitente que compõem a sua Dívida Financeira Líquida e nos quais a Emitente tenha assumido a obrigação da manutenção do Índice Financeiro igual ou inferior a 3,75x (três inteiros e setenta e cinco centésimos), sendo que o Índice Financeiro será alterado automaticamente para 4x (quatro inteiros) a partir do momento que não haja mais Instrumentos com Índice Financeiro menor que 4x (quatro inteiros), conforme declaração prestada pela Emitente, ao Agente Fiduciário, mediante solicitação deste. vi. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

A eventual alteração de direitos assegurados por tal valor mobiliário só pode ser realizada mediante aprovação dos titulares de Notas Comerciais por meio de votação em Assembleia de Titulares de Notas Comerciais, conforme condições previstas no Termo de Emissão.

Outras características relevantes

O saldo devedor em aberto indicado acima refere-se ao saldo total de emissão das notas comerciais, visto que foram emitidas apenas no exercício de 2023.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	8ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária
Data de emissão	16/11/2023
Data de vencimento	14/11/2033
Quantidade	700.000
Valor nominal global R\$	700.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	686.381.325,64
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A oferta facultativa de resgate antecipado proposta pela emissora deverá ser dirigida à debenturista, com cópia para o agente fiduciário dos CRA. A comunicação deverá descrever a data efetiva para o resgate objeto que coincidirá com o pagamento do valor da oferta facultativa de resgate antecipado. Por ocasião da oferta facultativa de resgate antecipado, a debenturista fará jus ao pagamento do valor nominal unitário para a primeira e segunda série, e, com relação às debêntures da terceira série, o valor nominal unitário atualizado será acrescido da remuneração respectiva, calculada pro rata temporis, dede a respectiva primeira data de integralização ou a respectiva data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate objeto da oferta facultativa de resgate antecipado, bem como, se for o caso, de prêmio de resgate, caso exista, não poderá ser negativo, e for o caso, dos encargos moratórios devidos e não pagos, até a data do referido resgate.
Características dos valores mobiliários de dívida	A quantidade de Debêntures a serem alocadas como Debêntures da 1ª (primeira) série da Emissão (“Debêntures da Primeira Série”), como Debêntures da 2ª (segunda) série da Emissão (“Debêntures da Segunda Série”) e como Debêntures da 3ª (terceira) série da Emissão (“Debêntures da Terceira Série” e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, “Debêntures”) será definida após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding dos CRA, por meio do Sistema de Vasos Comunicantes, observado que qualquer uma das séries poderá não ser emitida, caso em que a totalidade das Debêntures será emitida na(s) série(s) remanescente(s), sendo certo que o resultado será refletido por meio da formalização de aditamento à presente Escritura, sem a necessidade de aprovação da Debenturista, da Companhia ou aprovação por Assembleia Especial de Titulares de CRA.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.
Outras características relevantes	O Índice Financeiro a ser mantido pela Emissora deverá ser igual ou inferior a 3,75x (três inteiros e setenta e cinco centésimos); e o Índice Financeiro a ser mantido pela Emissora será alterado automaticamente para 4x (quatro inteiros), a partir do momento em que não mais estiverem em vigor Instrumentos nos quais a Emissora tenha assumido a obrigação da manutenção de Índice Financeiro menor que 4x (quatro inteiros).

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	9ª (NONA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA
Data de emissão	20/12/2023
Data de vencimento	20/12/2028
Quantidade	550.000
Valor nominal global R\$	550.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	547.376.444,17
Restrição a circulação	Não
Convertibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 30º (trigésimo) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 20 de junho de 2026, inclusive, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo Total”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada de forma pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, mais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total e de prêmio equivalente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, calculada de forma pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total e a Data de Vencimento (“Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo Total”)
Características dos valores mobiliários de dívida	A presente 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, em rito automático de registro de distribuição, da Emissora (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), nos termos da Lei de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 (“Oferta”) será realizada com observância dos requisitos especificados nas cláusulas a seguir 3.2.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública destinada exclusivamente a investidores profissionais (“Público-Alvo”), assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 30 (“Investidores Profissionais”), estando, portanto, sujeita ao rito automático de registro de distribuição de oferta pública de distribuição de valores mobiliários, nos termos do artigo 26, inciso V, item “a”, e do artigo 27 da Resolução CVM 160, e do artigo 19 da Lei de Valores Mobiliários
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.
Outras características relevantes	a. o Índice Financeiro a ser mantido pela Emissora deverá ser igual ou inferior a 3,75x (três inteiros e setenta e cinco centésimos); e b. o Índice Financeiro a ser mantido pela Emissora será alterado automaticamente para 4x (quatro inteiros), a partir do momento em que não mais estiverem em vigor Instrumentos nos quais a Emissora tenha assumido a obrigação da manutenção de Índice Financeiro menor que 4x (quatro inteiros).

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	10ª (DÉCIMA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM
Data de emissão	21/02/2024
Data de vencimento	21/02/2029
Quantidade	500.000
Valor nominal global R\$	500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	500.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures somente será realizado mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas, ou publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 5.20 desta Escritura de Emissão, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário e à B3, com, pelo menos, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar o efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total, que deverá ser um Dia Útil; (b) a menção de que o valor correspondente ao pagamento será o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido (i) de Remuneração, calculada conforme prevista na Cláusula 5.22.1. acima, (ii) de Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo Total; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total
Características dos valores mobiliários de dívida	A presente 10ª (décima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, em rito automático de registro de distribuição, da Emissora (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), nos termos da Lei de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 (“Oferta”) será realizada com observância dos requisitos. As Debêntures serão objeto de distribuição pública destinada exclusivamente a investidores profissionais (“Público-Alvo”), assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 30 (“Investidores Profissionais”), estando, portanto, sujeita ao rito automático de registro de distribuição de oferta pública de distribuição de valores mobiliários, nos termos do artigo 26, inciso V, item “a”, e do artigo 27 da Resolução CVM 160, e do artigo 19 da Lei de Valores Mobiliários
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.
Outras características relevantes	<p>a. O Índice Financeiro a ser mantido pela Emissora deverá ser igual ou inferior a 3,75x (três inteiros e setenta e cinco centésimos); e</p> <p>b. O Índice Financeiro a ser mantido pela Emissora será alterado automaticamente para 4x (quatro inteiros), a partir do momento em que não mais estiverem em vigor Instrumentos nos quais a Emissora tenha assumido a obrigação da manutenção de Índice Financeiro menor que 4x (quatro inteiros)</p>

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	11ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária
Data de emissão	19/06/2024
Data de vencimento	25/06/2029
Quantidade	1.050.000
Valor nominal global R\$	1.050.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.050.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures somente será realizado mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas, ou publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 5.20 desta Escritura de Emissão, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário e à B3, com, pelo menos, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar o efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total, que deverá ser um Dia Útil; (b) a menção de que o valor correspondente ao pagamento será o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido (i) de Remuneração, calculada conforme prevista na Cláusula 5.22.1. acima, (ii) de Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo Total; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total
Características dos valores mobiliários de dívida	A presente 11ª (décima primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, em rito automático de registro de distribuição, da Emissora (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), nos termos da Lei de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 (“Oferta”) será realizada com observância dos requisitos. As Debêntures serão objeto de distribuição pública destinada exclusivamente a investidores profissionais (“Público-Alvo”), assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 30 (“Investidores Profissionais”), estando, portanto, sujeita ao rito automático de registro de distribuição de oferta pública de distribuição de valores mobiliários, nos termos do artigo 26, inciso V, item “a”, e do artigo 27 da Resolução CVM 160, e do artigo 19 da Lei de Valores Mobiliários
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.
Outras características relevantes	c. O Índice Financeiro a ser mantido pela Emissora deverá ser igual ou inferior a 3,75x (três inteiros e setenta e cinco centésimos); e d. O Índice Financeiro a ser mantido pela Emissora será alterado automaticamente para 4x (quatro inteiros), a partir do momento em que não mais estiverem em vigor Instrumentos nos quais a Emissora tenha assumido a obrigação da manutenção de Índice Financeiro menor que 4x (quatro inteiros)

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	49549	414	53
Nota Comercial	0	0	1

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Mercados de negociação no Brasil

As debêntures de emissão da Companhia são admitidas à negociação na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

Ainda, as ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3, sob o código VAMO3 e fazem parte do índice Ibovespa.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. Destinação de recursos de ofertas públicas

a) *Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados*

Oferta Pública Inicial de Ações

Oferta Pública Inicial de Ações Os recursos obtidos pela Companhia por meio de sua oferta pública inicial de ações foram destinados para o financiamento da frota para atividade de locação de caminhões, máquinas e equipamentos.

Segunda Emissão de Debêntures

Os recursos obtidos pela Companhia por meio da 2ª emissão de debêntures foram destinados para reforço de liquidez, alongamento no perfil de dívida da Companhia (inclusive por meio de quitações de dívidas) e gestão de caixa para financiar a renovação e expansão da frota de veículos, na gestão ordinária de seus negócios.

Follow-on (2022)

A totalidade dos recursos líquidos provenientes da Oferta Restrita serão destinados para o crescimento orgânico com a aquisição de caminhões e máquinas.

Terceira Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora, por meio da 3ª emissão de debêntures foram integralmente utilizados para reforço de caixa e capital.

Quinta Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 5ª Emissão serão destinados pela Companhia, para a aquisição das máquinas e implementos agrícolas, inclusive veículos, e de sua simultânea locação a eles, para emprego exclusivamente nas atividades de produção de produtos e insumos agropecuários.

Sexta Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 6ª Emissão serão destinados pela Companhia, para a aquisição das máquinas e implementos agrícolas, inclusive veículos, e de sua simultânea locação a eles, para emprego exclusivamente nas atividades de produção de produtos e insumos agropecuários.

Sétima Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 7ª Emissão serão destinados pela Companhia para a aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos e de sua simultânea locação a eles.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Follow-on (2023)

A totalidade dos recursos líquidos provenientes da Oferta Restrita serão destinados para o crescimento orgânico com a aquisição de caminhões e máquinas.

Oitava Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 8ª Emissão serão destinados pela Companhia para a aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos e de sua simultânea locação a eles.

Nona Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 9ª Emissão serão destinados pela Companhia para a aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos e de sua simultânea locação a eles.

Décima Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 10ª Emissão serão destinados pela Companhia para a aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos e de sua simultânea locação a eles.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve qualquer desvio relevante entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos documentos da oferta.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável uma vez que não houve qualquer desvio.

12.9 Outras informações relevantes

12.9. Outras informações relevantes

Em 15 de novembro de 2019, a Companhia emitiu certificados de direitos creditórios do agronegócio no valor de R\$98.036.000, os quais serviram de lastro para a 23ª emissão de CRA da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Nesse sentido, apresentamos abaixo as principais características acerca do CRA:

Valor Mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª série da 23ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
Data de emissão	15/11/2019
Data de Vencimento	16/11/2026
Quantidade (unidades)	220.000
Valor nominal global (Reais)	R\$220 000.000,00
Saldo devedor em aberto (31/12/2023)	R\$ 94.710.950,91
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os certificados de recebíveis do agronegócio foram oferecidos apenas a investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Nos termos do Termo de Securitização, o resgate antecipado total deverá ser realizado em algumas hipóteses, como por exemplo a ocorrência de evento de vencimento dos certificados de direitos creditórios do agronegócio.
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o valor nominal unitário ou sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRA, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios de 7,60% ao ano (1ª série) e de 8,00% ao ano (2ª série), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	N/A

Em 12 de junho de 2020, a Companhia emitiu certificados de direitos creditórios do agronegócio no valor de R\$500.000.000, os quais serviram de lastro para a 54ª emissão de CRA da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Nesse sentido, apresentamos abaixo as principais características acerca do CRA:

12.9 Outras informações relevantes

Valor Mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio da 1ª série da 54ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
Data de emissão	12/06/2020
Data de Vencimento	15/06/2027
Quantidade (unidades)	500.000
Valor nominal global (Reais)	R\$500 000.000,00
Saldo devedor em aberto (31/12/2023)	R\$ 654.120.243,32
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os certificados de recebíveis do agronegócio foram oferecidos apenas a investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Nos termos do Termo de Securitização, o resgate antecipado total deverá ser realizado em algumas hipóteses, como por exemplo a ocorrência de evento de vencimento dos certificados de direitos creditórios do agronegócio.
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o valor nominal unitário ou sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRA, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios de IPCA +5,7% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	N/A

12.9 Outras informações relevantes

Em 23 de novembro de 2020, a Companhia emitiu certificados de direitos creditórios do agronegócio no valor de R\$400.000.000, os quais serviram de lastro para a 81ª emissão de CRA da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Nesse sentido, apresentamos abaixo as principais características acerca do CRA:

Valor Mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio da 81ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
Data de emissão	23/11/2020
Data de Vencimento	18/11/2030
Quantidade (unidades)	400.000
Valor nominal global (Reais)	R\$400 000.000,00
Saldo devedor em aberto (31/12/2023)	R\$ 511.954.316,01
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os certificados de recebíveis do agronegócio foram oferecidos apenas a investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Nos termos do Termo de Securitização, o resgate antecipado total deverá ser realizado em algumas hipóteses, como por exemplo a ocorrência de evento de vencimento dos certificados de direitos creditórios do agronegócio.
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o valor nominal unitário ou sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRA, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios de 5,7% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	N/A

12.9 Outras informações relevantes

Em 15 de janeiro de 2023, a Companhia emitiu certificados de direitos creditórios do agronegócio no valor de R\$650.000.000, os quais serviram de lastro para a 233ª emissão de CRA da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Nesse sentido, apresentamos abaixo as principais características acerca do CRA:

Valor Mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio da 233ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
Data de emissão	15/01/2023
Data de Vencimento	14/01/2030
Quantidade (unidades)	650.000
Valor nominal global (Reais)	R\$650 000.000,00
Saldo devedor em aberto (31/12/2023)	R\$ 729.025.299,17
Restrição a circulação	Não
Descrição da restrição	N/A
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A oferta facultativa de resgate antecipado proposta pela emissora deverá ser dirigida à debenturista, com cópia para o agente fiduciário dos CRA. A comunicação deverá descrever a data efetiva para o resgate objeto que coincidirá com o pagamento do valor da oferta facultativa de resgate antecipado. Por ocasião da oferta facultativa de resgate antecipado, a debenturista fará jus ao pagamento do valor nominal unitário para a primeira e segunda série, e, com relação às debêntures da terceira série, o valor nominal unitário atualizado será acrescido da remuneração respectiva, calculada pro rata temporis, desde a respectiva primeira data de integralização ou a respectiva data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate objeto da oferta facultativa de resgate antecipado, bem como, se for o caso, de prêmio de resgate, caso exista, não poderá ser negativo, e for o caso, dos encargos moratórios devidos e não pagos, até a data do referido resgate.
Características dos valores mobiliários de dívida	Em 15 de janeiro de 2023, ocorreu a emissão da 6ª (sexta) emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, para colocação privada, da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S/A. o valor nominal unitário é de R\$ 1.000,00 (mil reais). Os CRA serão distribuídos por meio de oferta pública de distribuição, em regime misto de: (i) garantia firme de colocação para o montante de R\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais); O vencimento para a primeira série ocorrerá em 14 de janeiro de 2028, e, as debêntures da segunda e terceira séries terão vencimento em 14 de janeiro de 2030. A remuneração é CDI+0,90% a.a. para a primeira série, CDI+1,20% a.a. para a segunda série, e, IPCA+7,1638% para a terceira série
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.

12.9 Outras informações relevantes

Em 16 de novembro de 2023, a Companhia emitiu certificados de direitos creditórios do agronegócio no valor de R\$650.000.000, os quais serviram de lastro para a 296ª emissão de CRA da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Nesse sentido, apresentamos abaixo as principais características acerca do CRA:

Valor Mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio da 296ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
Data de emissão	16/11/2023
Data de Vencimento	16/11/2033
Quantidade (unidades)	700.000
Valor nominal global (Reais)	R\$700 000.000,00
Saldo devedor em aberto (31/12/2023)	R\$ 713.623.787,43
Restrição a circulação	Não
Descrição da restrição	N/A
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A oferta facultativa de resgate antecipado proposta pela emissora deverá ser dirigida à debenturista, com cópia para o agente fiduciário dos CRA. A comunicação deverá descrever a data efetiva para o resgate objeto que coincidirá com o pagamento do valor da oferta facultativa de resgate antecipado. Por ocasião da oferta facultativa de resgate antecipado, a debenturista fará jus ao pagamento do valor nominal unitário para a primeira e segunda série, e, com relação às debêntures da terceira série, o valor nominal unitário atualizado será acrescido da remuneração respectiva, calculada pro rata temporis, de a respectiva primeira data de integralização ou a respectiva data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate objeto da oferta facultativa de resgate antecipado, bem como, se for o caso, de prêmio de resgate, caso exista, não poderá ser negativo, e for o caso, dos encargos moratórios devidos e não pagos, até a data do referido resgate.
Características dos valores mobiliários de dívida	Em 15 de janeiro de 2023, ocorreu a emissão da 6ª (sexta) emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, para colocação privada, da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S/A. o valor nominal unitário é de R\$ 1.000,00 (mil reais). Os CRA serão distribuídos por meio de oferta pública de distribuição, em regime misto de: (i) garantia firme de colocação para o montante de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais); O vencimento para a primeira e a segunda séries terão vencimento em 18 de novembro de 2030, e, a terceira série terá o vencimento em 16 de novembro de 2033. A remuneração é IPCA + 6,8453% a.a. para a primeira série, IPCA + 6,5494% a.a. para a segunda série, e, PREFIXADO 12,05% a.a. para a terceira série.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.

12.9 Outras informações relevantes

Outras características relevantes	Não atendimento do índice financeiro a seguir, conforme definição descrita na Escritura de Emissão: "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Adicionado" menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos).
--	---

Oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Simpar S.A.

Em referência ao Fato Relevante e ao Aviso ao Mercado divulgados pela Companhia em 21 de junho de 2023, bem como ao Fato Relevante e ao Anúncio de Início divulgados pela Companhia em 29 de junho de 2023, apresentamos abaixo informações adicionais relacionadas à oferta pública de distribuição primária e secundária de 118.389.898 ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), sendo (i) 78.926.599 novas Ações, no âmbito da oferta primária ("Oferta Primária"), e (ii) 39.463.299 Ações de emissão da Companhia e titularidade da Simpar S.A., na qualidade de acionista vendedor ("Acionista Vendedor" e "Oferta Secundária", respectivamente), a ser realizada sob o rito automático de distribuição, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 160" e "Oferta", respectivamente). A quantidade de Ações objeto da Oferta não pôde ser aumentada.

A Oferta foi registrada na CVM sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos do artigo 26, inciso II, alínea (a), da Resolução CVM 160, sendo que, após a divulgação do "Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A." ("Anúncio de Encerramento"), a Oferta será objeto de registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), conforme artigo 20, inciso I, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", expedido pela ANBIMA, e atualmente vigente ("Código ANBIMA"). A Oferta, portanto, não foi objeto de análise prévia pela CVM, pela ANBIMA ou por qualquer outra entidade reguladora ou autorreguladora.

A Oferta foi realizada na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder"), XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco J.P. Morgan S.A., UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., Banco Morgan Stanley S.A. e Banco Safra S.A. (em conjunto, "Coordenadores da Oferta"), em conformidade com os procedimentos da Resolução CVM 160, do Código e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3" e "Regulamento do Novo Mercado", respectivamente) e no Manual de Procedimentos

12.9 Outras informações relevantes

Operacionais da Câmara B3, emitido pela B3 em 22 de maio de 2023 ("MPO da Câmara B3"), nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Ações, com Garantia Firme de Liquidação, da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.*", celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta em 29 de junho de 2023 ("Contrato de Colocação"), com esforços de colocação das Ações exclusivamente para Investidores Profissionais(conforme abaixo definido).

Simultaneamente, foram realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo BTG Pactual US Capital LLC, pela XP Investments US, LLC, pelo Itau BBA USA Securities, Inc., LLC, pelo Bradesco Securities, Inc., pelo Santander US Capital Markets LLC, pelo J.P.

Morgan Securities LLC, pelo UBS Securities, LLC, pelo Citigroup Global Markets Inc., pelo Morgan Stanley & Co. LLC e pelo Safra Securities LLC (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"): (i) nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para pessoas consideradas investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Rule 144A, editada pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC"), em operações isentas de registro, previstas no U.S. Securities Act de 1933, conforme alterado ("Securities Act"), e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (non-U.S. persons), nos termos do Regulation S, no âmbito do Securities Act, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores pertencentes às alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros"), desde que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada, pela Resolução da CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020, conforme alterada, e pela Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021, conforme alterada, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, foram realizados nos termos do Placement Facilitation Agreement, celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Agentes de Colocação Internacional em 29 de junho de 2023 ("Contrato de Colocação Internacional").

A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado estabelecido no artigo 6º do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e do artigo 7º do Estatuto Social e concessão do Direito de Prioridade

12.9 Outras informações relevantes

(conforme abaixo definido) aos Acionistas (conforme definido abaixo) no âmbito da Oferta Prioritária (conforme definido abaixo), nos termos do artigo 7º, da Resolução CVM 160, bem como seus termos e condições, foram aprovados, sem quaisquer ressalvas, na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 21 de junho de 2023, cuja ata será arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicada no jornal “O Estado de São Paulo”.

A participação do Acionista Vendedor na Oferta Secundária foi aprovada em reunião do seu Conselho de Administração, realizada em 21 de junho de 2023, cuja ata será devidamente arquivada perante a JUCESP e publicada no jornal “O Estado de São Paulo”.

O Preço por Ação e o aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado estabelecido no artigo 6º do Estatuto Social, bem como a homologação do aumento de capital, foram aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de junho de 2023, após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding, cuja ata será devidamente arquivada na JUCESP e publicada no jornal “O Estado de São Paulo”. Não foi necessária uma nova aprovação societária do Acionista Vendedor para a aprovação do Preço por Ação.

No contexto da Oferta, o preço de emissão por Ação de R\$11,00 (“Preço por Ação”) foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento, que foi realizado junto a Investidores Profissionais Locais (conforme abaixo definido), no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, e no exterior, junto a Investidores Estrangeiros, pelos Agentes de Colocação Internacional.

A escolha do critério de fixação do Preço por Ação é justificada, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem distribuídas será aferido tendo como parâmetro: (i) a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3; e (ii) as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) pelas Ações, coletadas junto a Investidores Profissionais (“Procedimento de Bookbuilding”), não promovendo, portanto, diluição injustificada dos acionistas.

Custos de Distribuição

As despesas com auditores independentes, advogados, consultores, taxas, traduções e publicidade relacionadas à Oferta e as comissões devidas aos Coordenadores da Oferta em relação à Oferta Primária serão pagas pela Companhia, e as comissões devidas aos Coordenadores da Oferta em relação à Oferta Secundária serão pagas pelo Acionista Vendedor, nos termos do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional.

12.9 Outras informações relevantes

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta no âmbito da Oferta:

	Valor total (R\$) ⁽¹⁾	% em relação ao Valor Total da Oferta ⁽⁴⁾	Custo por Ação (R\$) ⁽²⁾	% em relação ao Preço por Ação
Comissões e Despesas				
Comissões da Oferta				
Comissão de Coordenação ⁽³⁾	6.250.986,61	0,48%	0,05	0,48%
Comissão de Colocação ⁽⁴⁾	18.752.959,84	1,44%	0,16	1,44%
Comissão de Garantia Firme de Liquidação ⁽⁵⁾ ...	6.250.986,61	0,48%	0,05	0,48%
Total de Comissões.....	31.254.933,07	2,40%	0,26	2,40%
Despesas da Oferta⁽⁶⁾				
Impostos, Taxa e Outras Retenções.....	3.338.241,33	0,26%	0,03	0,26%
Taxa de Registro B3.....	536.020,87	0,04%	0,00	0,04%
Taxa de Registro CVM.....	390.686,66	0,03%	0,00	0,03%
Taxa de Registro na ANBIMA.....	38.078,93	0,00%	0,00	0,00%
Total de Despesas com Taxas.....	3.912.341,12	0,30%	0,03	0,30%
Despesas com Advogados ⁽⁷⁾	1.701.609	0,13%	0,01	0,13%
Despesas com Auditores Independentes.....	2.642.487	0,20%	0,02	0,20%
Outras Despesas ⁽⁸⁾	435.500	0,03%	0,00	0,03%
Total de Outras Despesas.....	4.779.595,82	0,37%	0,037%	
Total de Despesas.....	9.082.623,61	0,70%	0,08	0,70%
Total de Comissões e Despesas.....	40.337.556,68	3,10%	0,34	3,10%

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$11,00.

⁽²⁾ Os valores e percentuais apresentados refletem ajustes de arredondamento e, assim, os totais apresentados podem não corresponder à soma aritmética dos números que os precedem.

⁽³⁾ Corresponde a 20% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocadas; e (ii) o Preço por Ação.

⁽⁴⁾ Corresponde a 60% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocadas; e (ii) o Preço por Ação.

⁽⁵⁾ Corresponde a 20% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocadas; e (ii) o Preço por Ação. Devida exclusivamente aos Coordenadores da Oferta, uma vez que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta.

⁽⁶⁾ Despesas estimadas da Oferta assumidas pela Companhia.

⁽⁷⁾ Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

⁽⁸⁾ Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

No contexto da Oferta, não há outra remuneração devida pela Companhia ou pelo Acionista Vendedor aos Coordenadores da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela remuneração descrita acima, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Destinação dos Recursos

Com base no Preço por Ação de R\$11,00, a Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária serão de aproximadamente R\$841.300.884,43, após a dedução de comissões e despesas estimadas.

A Companhia pretende usar os recursos da Oferta Primária para: realizar investimentos em crescimento orgânico, com aquisição de caminhões e máquinas e fortalecer nossa estrutura de capital, reduzindo sua dívida líquida. Os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados ao Acionista Vendedor.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária:

12.9 Outras informações relevantes

Destinação	Percentual estimado dos recursos líquidos	Valor estimado líquido ^{(1) (2)}
Crescimento orgânico	100%	841.300.884,43
Total	100%	841.300.884,43

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$11,00.

⁽²⁾ Considerando a dedução de comissões e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, nas quais baseia suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores à sua estimativa, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos e na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras os quais deverão ser contratados tendo como principal critério o menor custo de capital para a Companhia.

Capitalização

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, composta por empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e seu patrimônio líquido em 31 de março de 2023, e indicando: (i) a posição em 31 de março de 2023; (ii) a posição em 31 de março de 2023 ajustada para refletir (a) a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, emitidas pela Companhia em 15 de junho de 2023, no valor de R\$250 milhões, e (b) a 2ª emissão de notas promissórias comerciais, emitidas pela Companhia em 21 de junho de 2023, no valor de R\$750 milhões; e (iii) a posição ajustada para refletir o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, no valor de R\$841.300.884,43, após a dedução de comissões e despesas estimadas, com base no Preço por Ação de R\$11,00. Para mais informações, veja as seções "2 – Comentários dos Diretores" e "12 – Valores Mobiliários" do Formulário de Referência.

As informações abaixo, referentes à coluna "Efetivo", foram extraídas das informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia, relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, e devem ser lidas em conjunto com as mesmas, bem como o item "2. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência.

Em 31 de março de 2023

Efetivo	Ajustado ⁽¹⁾	Ajustado ⁽²⁾
---------	-------------------------	-------------------------

(em milhares de

12.9 Outras informações relevantes

	R\$)		
Empréstimos, debêntures e financiamentos (circulante)	702.313	702.313	702.313
.....			
Empréstimos, debêntures e financiamentos (não circulante).....	8.579.814	9.579.814	9.579.814
Risco sacado a pagar.....	26.422	26.422	26.422
Instrumentos financeiros derivativos	209.208	209.208	209.208
.....			
Patrimônio líquido.....	3.801.925	3.801.925	4.643.226
Capitalização Total⁽³⁾.....	13.319.682	14.319.682	15.160.983

⁽¹⁾ Ajustado para refletir (a) a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, emitidas pela Companhia em 15 de junho de 2023, no valor de R\$250 milhões, e (b) a 2ª emissão de notas promissórias comerciais, emitidas pela Companhia em 21 de junho de 2023, no valor de R\$750 milhões.

⁽²⁾ Ajustado para refletir o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, com base no Preço por Ação de R\$11,00, após a dedução de comissões e despesas estimadas.

⁽³⁾ Capitalização total corresponde à soma total de empréstimos e financiamentos consolidados e o patrimônio líquido consolidado nas datas indicadas. Esta definição pode variar da definição utilizada por outras companhias.

Além da emissão de debêntures e de notas promissórias comerciais descritas acima, não houve alteração relevante na capitalização total da Companhia desde 31 de março de 2023.

Diluição

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores no âmbito da Oferta e o valor patrimonial contábil por ação da Companhia imediatamente após a Oferta.

Em 31 de março de 2023, o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$3.801.925 mil e o valor patrimonial por ação ordinária de sua emissão, na mesma data, era de R\$3,71. O referido valor patrimonial por Ação representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 31 de março de 2023.

Considerando a subscrição de 78.926.599 Ações no âmbito da Oferta Primária, ao Preço por Ação, e após a dedução de comissões e despesas devidas no âmbito da Oferta, o patrimônio líquido ajustado da Companhia em 31 de março de 2023 seria de R\$4.643.226 mil, representando um valor de R\$4,20 por ação ordinária de emissão da Companhia.

Isso representa um aumento imediato do valor patrimonial de R\$0,50 para os Acionistas existentes, e uma diluição imediata do valor patrimonial por (61,78%), ou de R\$(6,80), para os novos investidores, subscritores/adquirentes de Ações no contexto da Oferta.

12.9 Outras informações relevantes

Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos novos investidores e o valor patrimonial contábil por Ação imediatamente após a conclusão da Oferta.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 31 de março de 2023 e considerando os impactos (i) da emissão de valores mobiliários, e (ii) da realização da Oferta.

	<u>Em R\$, exceto %</u>
Preço por Ação	11,00
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2023 ⁽¹⁾	3,71
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2023 ajustado para refletir a Oferta....	4,20
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação em 31 de março de 2023 para os atuais Acionistas	0,50
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação dos novos investidores ⁽²⁾	(6,80)
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta ⁽³⁾	(61,78%)

⁽¹⁾ Valor patrimonial contábil por ação ordinária, sem considerar as ações ordinárias em tesouraria e considerando as ações da Companhia nesta data.

⁽²⁾ Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação ordinária de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

⁽³⁾ O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações ordinárias de emissão da Companhia e foi fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*.

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações

O Programa estabelece que poderão ser outorgadas Opções aos administradores que sejam considerados executivos-chave da Companhia e de suas controladas e aos empregados e prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas.

Nos termos do Programa, o Conselho de Administração poderá criar, periodicamente, Planos, nos quais serão definidos os termos e as condições de cada outorga de Opções, observadas as linhas básicas estabelecidas no Programa, tais como o nome dos Participantes, o número total de Opções objeto de outorga, o preço de exercício de cada Opção eventuais restrições de transferência, e as condições dos prazos de exercício e pagamentos.

Os Planos, em conjunto, poderão outorgar Opções relacionadas ao recebimento, pelos Participantes, de ações de emissão da Companhia representativas de, no máximo, 5% do capital social total e votante da Companhia, computando-se nesse cálculo todas as Opções já outorgadas nos termos do Programa, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas, somando inclusive, a potencial diluição de eventuais outros programas de remuneração baseada em ações de emissão da Companhia, sempre respeitando o limite do capital autorizado da Companhia estabelecido no Estatuto Social.

12.9 Outras informações relevantes

O Preço de Exercício será determinado em cada Plano pelo Conselho de Administração e será equivalente à média da cotação das ações de emissão da Companhia ponderada pelo volume de negociação nos 30 pregões em que as ações tenham sido negociadas na B3 imediatamente anteriores à data de outorga.

As ações adquiridas em razão do exercício de Opção nos termos do Programa manterão todos os direitos pertinentes à sua espécie. Entretanto, nenhum Participante terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista até que a sua opção seja devidamente exercida, nos termos do Programa e do respectivo Plano.

Quando da sua outorga, as Opções serão valoradas com base no seu justo valor e reconhecidas como despesas em contrapartida da reserva de capital no patrimônio líquido à medida em que o período de prestação de serviços seja cumprido. Além disso, o exercício das respectivas Opções terá efeito sobre o índice "lucro por ação", que diminuirá uma vez que o número de ações da Companhia será aumentado.

No âmbito do Programa, não foram outorgadas quaisquer Opções. Para mais informações sobre o Programa, veja o item 8.4 do Formulário de Referência.

O quadro a seguir ilustra a hipótese de diluição máxima, com base no patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2023 e considerando a subscrição das Ações no âmbito da Oferta ao Preço por Ação de R\$11,00, e após a dedução de comissões e despesas devidas no âmbito da Oferta.

	Em R\$, exceto %
Preço por Ação ⁽¹⁾	11,00
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2023 ⁼	3,71
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2023 ajustado para refletir (i) a Oferta, e (ii) a outorga e o exercício da totalidade das Opções previstas no Programa ⁽²⁾	4,27
Aumento no valor patrimonial contábil por ação atribuído aos acionistas existentes, considerando (i) a Oferta, e (iii) a outorga e o exercício da totalidade das Opções previstas no Programa	0,56
Diluição do valor patrimonial contábil por ação aos novos investidores, considerando (i) a Oferta, e (iii) a outorga e o exercício da totalidade das Opções previstas no Programa ⁽³⁾	(6,73)
Percentual de diluição imediata resultante (i) da Oferta, e (iii) do exercício da totalidade das Opções previstas no Programa ⁽⁴⁾	(61,78%)

⁽¹⁾ Calculado com base no Preço por Ação

⁽²⁾ Considera o número total das ações ordinárias de emissão da Companhia nesta data.

⁽³⁾ Para os fins aqui previstos, essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação ordinária de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

⁽⁴⁾ O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

Histórico do Preço de Negociação das Ações na B3

As tabelas abaixo indicam as cotações mínima, média e máxima para as Ações de emissão da Companhia na B3 para os períodos indicados:

Trimestres	Reais por Ação		
	Mínima	Média	Máxima

12.9 Outras informações relevantes

2022			
Primeiro trimestre	9,40	11,07	13,21
Segundo trimestre	11,14	12,98	15,31
Terceiro trimestre	10,18	13,26	16,20
Quarto trimestre	10,43	13,36	16,32

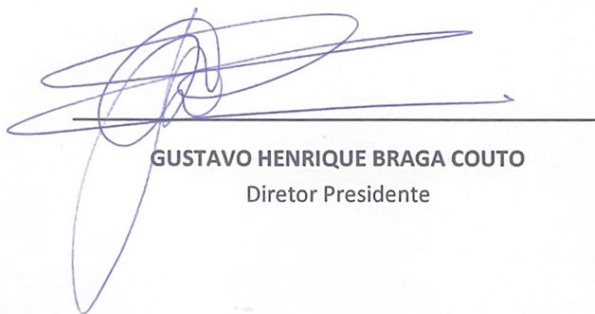
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
José Cezário Menezes de Barros Sobrinho	Diretor de Relações com Investidores
Gustavo Henrique Braga Couto	Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor presidente

DECLARAÇÃO

GUSTAVO HENRIQUE BRAGA COUTO, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 50.027.727-3 SSP-BA e inscrito no CPF/MF sob o nº 617.152.125-68, na qualidade de Diretor Presidente da **VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.**, sociedade por ações inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas no Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 23.373.000/0001-32, com foro e sede na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017, 6º andar, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, São Paulo – SP, CEP 04530-001 ("Companhia"), declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



GUSTAVO HENRIQUE BRAGA COUTO

Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

DECLARAÇÃO

JOSÉ CEZÁRIO MENEZES DE BARROS SOBRINHO, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 29.645.662-4 SSP-BA e inscrito no CPF/MF sob o nº 499.791.165-87, na qualidade de Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores da **VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.**, sociedade por ações inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas no Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 23.373.000/0001-32, com foro e sede na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017, 6º andar, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, São Paulo – SP, CEP 04530-001 ("Companhia"), declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



JOSÉ CEZÁRIO MENEZES DE BARROS SOBRINHO
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Histórico dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Versão do FRE Entregue
Adriano Ortega Carvalho	Diretor de Relações com Investidores	V1 - V1
Gustavo Henrique Braga Couto	Diretor Presidente	V1 - V8
José Cezário Menezes de Barros Sobrinho	Diretor de Relações com Investidores	V2 - V8

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

DECLARAÇÃO

JOSÉ CEZÁRIO MENEZES DE BARROS SOBRINHO, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 29.645.662-4 SSP-BA e inscrito no CPF/MF sob o nº 499.791.165-87, na qualidade de Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores da **VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.**, sociedade por ações inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas no Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 23.373.000/0001-32, com foro e sede na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017, 6º andar, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, São Paulo – SP, CEP 04530-001 ("Companhia"), declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



JOSÉ CEZÁRIO MENEZES DE BARROS SOBRINHO

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores